UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA
DOUTORADO EM CIÊNCIAS EM ARQUITETURA

A CONSTRUÇÃO DO ENSINO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NAS ESCOLAS DE ARQUITETURA NO BRASIL: NOVAS ABORDAGENS

Mariana Vaz de Souza

2021

A CONSTRUÇÃO DO ENSINO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NAS ESCOLAS DE ARQUITETURA NO BRASIL: NOVAS ABORDAGENS

Mariana Vaz de Souza

Defesa de Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências em Arquitetura, Linha de pesquisa Restauração e Gestão do Patrimônio.

Orientadora: Profa. Dra. Rosina Trevisan M. Ribeiro

Rio de Janeiro/RJ

Maio/2021

A CONSTRUÇÃO DO ENSINO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NAS ESCOLAS DE ARQUITETURA NO BRASIL: NOVAS ABORDAGENS

Mariana Vaz de Souza

Orientadora:
Profa. Dra. Rosina Trevisan M. Ribeiro

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências em Arquitetura, Linha de pesquisa Restauração e Gestão do Patrimônio.

Aprovada por:

_____

Presidente, Profa. Dra. Rosina Trevisan M. Ribeiro – Orientadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

_____

Profa. Dra. Maria Angela Dias
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

_____

Profa. Dra. Fabiola do Valle Zonno
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

_____

Profa. Dra. Cláudia Carvalho Leme Nóbrega
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

_____

Prof. Dr. José Simões de Belmont Pessôa
Universidade Federal Fluminense - UFF

_____

Prof. Dr. Julio Cesar Ribeiro Sampaio
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Ao meu irmão que sempre estará presente em nossos corações.

Souza, Mariana Vaz de

A construção do ensino do patrimônio cultural nas escolas de arquitetura no Brasil: Novas abordagens / Mariana Vaz de Souza. "Rio de Janeiro": UFRJ / FAU, 2021.
xvii, 273f.: il.; 29,7cm.
Orientador: Rosina Trevisan Martins Ribeiro
Tese (doutorado) – UFRJ/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ Programa de pós-graduação em Arquitetura, 2021.
Referências Bibliográficas: f 205-225
1. Precedentes do Ensino. 2. Ensino do Patrimônio. 3. Patrimônio na graduação de Arquitetura e Urbanismo. 4. Análises e Diretrizes do Ensino. I. Ribeiro, Rosina Trevisan Martins. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura. III. Título.

RESUMO

A CONSTRUÇÃO DO ENSINO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NAS ESCOLAS DE ARQUITETURA NO BRASIL: NOVAS ABORDAGENS

Mariana Vaz de Souza

Orientadora:
Profa. Dra. Rosina Trevisan M. Ribeiro

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências da Arquitetura.

O ensino de patrimônio nas Escolas de arquitetura e urbanismo no Brasil passou a ser obrigatório a partir da Portaria 1770 de 21 de dezembro de 1994. Em 7 de novembro de 2019, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu que a realização de obras de restauro em Patrimônio Histórico é atribuição privativa de arquitetos e urbanistas. Neste trabalho, iremos discutir se a simples inserção da obrigatoriedade pela Portaria de 1994 garantiu que o ensino de patrimônio nas Escolas de arquitetura do país se estabelecesse de forma coesa e qualitativa, de modo que uma formação não corretamente consolidada desses profissionais não comprometesse a salvaguarda do patrimônio nacional. Para melhor entender os caminhos desta formação, nosso trabalho traça um panorama do ensino informal do patrimônio em algumas universidades brasileiras graças à presença de professores que também atuavam como técnicos do patrimônio. O trabalho narra uma parte da história da criação do patrimônio no Brasil e o início das bases formais do ensino nas universidades e no próprio IPHAN. Apresentamos, também, um levantamento de trabalhos acadêmicos sobre o ensino de patrimônio que se intensificaram na década de 1980 e continuam se expandindo até os dias atuais. Mostramos um levantamento da situação curricular do ensino de arquitetura e urbanismo na Universidade Federal Fluminense e na Universidade Federal do Rio de Janeiro antes e após o ensino obrigatório do patrimônio. Apontamos e comparamos discussões do presente e do passado acerca do tema, a fim de estabelecermos análises críticas que apontem para soluções futuras para a formação dos arquitetos e urbanistas e a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.

Palavras-chave: Ensino. Patrimônio Cultural. Arquitetura e Urbanismo. Formação.

Rio de Janeiro

Maio/2021

ABSTRACT

THE CONSTRUCTION OF TEACHING CULTURAL HERITAGE IN ARCHITECTURE SCHOOLS IN BRAZIL: NEW APPROACHES

Mariana Vaz de Souza

Orientadora:
Profa. Dra. Rosina Trevisan M. Ribeiro

Abstract of a PhD Program Dissertation submited to the Graduate Program of Architecture, School of Architecture and Urbanism, at the Federal University of Rio de Janeiro – UFRJ, as part of the necessary requirements to obtain the title of Doctor in Architecture Sciences.

The teaching of heritage in schools of architecture and urbanism in Brazil becomes mandatory as of Decree 1770 of December 21, 1994. On November 7, 2019, the Superior Court of Justice recognized that the execution of works of Restoration in Historical Heritage is the exclusive responsibility of architects and urban planners. In this paper, we will discuss whether the simple insertion of mandatory requirements by the 1994 ordinance ensured that the teaching of heritage in architecture schools in the country was established in a cohesive and qualitative way, so that the poor training of these professionals does not compromise the safeguarding of national. heritage In order to better understand the paths of this formation, our work traces a panorama of informal teaching of heritage in some Brazilian universities, thanks to the presence of professors who also acted as heritage technicians. The work describe part of the history of heritage creation in Brazil and the beginning of formal teaching bases at universities and at IPHAN itself. We also present a survey of academic works on teaching heritage that intensified in the 1980s and continue to the present day. We present a survey of the curricular situation of the teaching of architecture and urbanism at Universidade Federal Fluminense and at Universidade Federal do Rio de Janeiro, before and after the mandatory teaching of heritage. We point out and compare discussions of the present and the past on the subject, in order to establish critical analyzes that point to future solutions for the training of architects and urban planners and the safeguarding of Brazilian cultural heritage.

Keywords: Teaching. Cultural Heritage. Architecture and Urbanism. Training.

Rio de Janeiro

Maio/2021

AGRADECIMENTOS

É difícil expressar em breves palavras todos os agradecimentos que devo às tantas pessoas que me permitiram trilhar os caminhos que me conduziram até aqui.

Primeiro, agradeço aos meus pais e avós, que nunca mediram esforços e incentivos à minha educação, que sempre investiram e apostaram no ensino como a maior herança que se pode deixar para um filho.

Agradeço à minha família e aos meus amigos, que são a família que escolhemos, pelo incentivo e compreensão com minhas ausências, em virtude da carga de estudos necessária para chegar até aqui.

Em especial, registro meu agradecimento à minha filha Maria Cecília, que tinha apenas 8 anos de idade quando ingressei no doutorado e compreendeu cada fim de semana de estudos. Agradeço ao Daniel, que também soube compartilhar esse meu momento profissional em conjunto com a nossa vida pessoal.

Agradeço à minha querida orientadora Rosina Trevisan Martins Ribeiro, que iniciou minhas orientações ainda em 1998, na iniciação científica, e que continuou sendo minha orientadora no Trabalho de Conclusão de Curso, em 2001, no mestrado pelo PROARQ, de 2002 a 2004, e que, mesmo já desacreditada do meu retorno para o doutorado, me acompanhou até agora, em 2021, algumas décadas depois. Minha eterna gratidão aos seus ensinamentos, que conduziram minha postura ética junto ao patrimônio cultural e a minha conduta como docente.

Agradeço a essa casa chamada UFRJ e a todos os momentos que o ensino público de qualidade me proporcionou durante a graduação e a pós-graduação.

Ao PROARQ, que faz parte da minha vida acadêmica e profissional, contribuindo imensamente com a minha formação.

Nos agradecimentos às instituições supracitadas, certamente estão aludidos todos os professores que contribuíram profissional, direta ou indiretamente para a minha formação. No entanto, não me esquivarei de uma pequena lista de agradecimentos especiais a docentes e pesquisadores que cooperaram com a minha pesquisa e com a formulação deste trabalho.

Novamente, agradeço à minha orientadora Rosina Trevisan, que me incentivou na escolha do tema aliando ensino e patrimônio, assuntos tão importantes na minha vida; à professora Vera Tângari, pelas provocações e contribuições nas aulas de Metodologia, que permitiram um maior amadurecimento do trabalho; à professora Cláudia Nóbrega, que colaborou com o levantamento de dados da UFRJ e também com a minha formação desde a graduação; ao professor José Pessoa, que me abriu um leque de contatos e informações para que eu conseguisse aprofundar esta pesquisa; ao professor Flávio Carsalade, pelas informações, contatos e imensa

disponibilidade para responder às inúmeras perguntas que lhe fiz; à Isabel Rocha, que abriu seu acervo pessoal para a minha pesquisa, o que muito colaborou para o meu trabalho.

Meus sinceros agradecimentos à Lia Motta, Maria Elaine Kohlsdorf, José Carlos Coutinho, Carlos Madson, Thiago Perpétuo, Sylvia Braga, Luís Eduardo Pinheiro, Willian Bittar, Evelyn Furquim e tantos outros professores e pesquisadores que me ajudaram a colher as informações narradas e analisadas nesta tese.

Agradeço, por fim, ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, sem o qual a produção científica deste trabalho teria sido menos difundida em congressos nacionais e internacionais.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS XII

LISTA DE FIGURAS XIII

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS XIV

INTRODUÇÃO 01

1.1 ASPECTOS HISTORIOGRÁFICOS DO ENSINO 09
1.1.1 A influência portuguesa ..... Error! Bookmark not defined.
1.1.2 A influência francesa ..... Error! Bookmark not defined.
1.2 A ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES E O INÍCIO DA FORMAÇÃO DO ARQUITETO NO RIO DE JANEIRO 13
1.2.1 As fases iniciais (1816-1931) 13
1.2.2 A Reforma Lúcio Costa (1930-1931) 22
1.2.3 A gestão de Archimedes Memória (1931-1937) e os contextos do período 24
1.2.4 A direção do curso de Arquitetura depois de Archimedes Memória (1937) até sua autonomia (1945) 29
1.3 A FACULDADE NACIONAL DE ARQUITETURA E O INÍCIO DA AUTONOMIA 30
1.3.1 A Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro de 1945 a 1962 31
1.4 O ENSINO E OUTROS ACONTECIMENTOS NA ARQUITETURA A PARTIR DA DÉCADA DE 60 34
1.4.1 A década de 80 e o processo de redemocratização **45**
1.4.2 Das Diretrizes Curriculares de 1994 a 2005 46
1.4.3 Diretrizes Curriculares de 2006 e o ensino contemporâneo 49
1.4.4 Propostas para Revisão das DCNs vigentes – ABEA 2019 54
1.4.5 Acreditação nos Cursos de Arquitetura e Urbanismo 56

2 O ENSINO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL 61
2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL: NOVOS CONCEITOS, NOVOS OLHARES, NOVAS ABORDAGENS ..... ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
2.2 PRIMEIROS OLHARES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE PATRIMÔNIO 65
2.3 OS INVENTÁRIOS, A ACADEMIA E O PATRIMÔNIO: ORIGENS E CONTEXTOS 69
2.4 ARQUITETURA NO BRASIL, OS INVENTÁRIOS E A PIONEIRA EXPERIÊNCIA DO ENSINO DE PATRIMÔNIO NA GRADUAÇÃO DE ARQUITETURA 77
2.4.1 Os técnicos dos Distritos Regionais e as Escolas de Arquitetura 81
2.5 FORMAÇÃO TÉCNICA E DE ESPECIALISTAS: PRIMEIRAS INICIATIVAS FORMAIS 104
2.6 A PÓS-GRADUAÇÃO 107

3 O ENSINO DE PATRIMÔNIO NA GRADUAÇÃO DE ARQUITETURA E URBANISMO 120
3.1 DISCUSSÕES QUE ANTECEDEM A OBRIGATORIEDADE DO ENSINO DE PATRIMÔNIO NA GRADUAÇÃO 124
3.2 AS TÉCNICAS RETROSPECTIVAS E O INÍCIO DO ENSINO OBRIGATÓRIO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL 143
3.3 A REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL E O CURRÍCULO MÍNIMO, O CAMPO LEGAL DE ATUAÇÃO DO ARQUITETO NO PATRIMÔNIO NO BRASIL 148
3.4 A EAU/UFF, A FAU-UFRJ E OS DESAFIOS DO ENSINO DO PATRIMÔNIO NA CONTEMPORANEIDADE 152
3.4.1 A FAU-UFRJ 152
3.4.2 A EAU/UFF 161
3.5 OUTRAS ANÁLISES SOBRE O ENSINO DO PATRIMÔNIO EM ALGUMAS ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO 165

4 NOVAS ANÁLISES E ALGUMAS DIRETRIZES SOBRE O ENSINO DE PATRIMÔNIO NAS ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO 173
4.1 O ICOMOS 174
4.2 A Rede PHI (Patrimônio Histórico e Cultural Ibero-americano) 179
4.3 CIF – Comissão de Ensino e Formação – ICOMOS 183

CONSIDERAÇÕES FINAIS 188

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 205

APÊNDICES 229

ANEXOS 253

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Currículo do Curso de Arquitetura adotado por Rodolfo Bernardelli em 1890 16

Quadro 2 – Currículo do Curso de Arquitetura após a Reforma de 1911 17

Quadro 3 – Currículo do Curso de Arquitetura após a reestruturação de 1915 18

Quadro 4 – Disciplinas do Curso de Arquitetura após a reestruturação de 1927 22

Quadro 5 – Professores e disciplinas do curso de arquitetura da (ENBA/RJ) – 1932 24

Quadro 6 – Estrutura curricular após a Reforma de 1933 26

Quadro 7 – Estrutura curricular após Plano Nacional de Educação de 1937 32

Quadro 8 – Conteúdos mínimos a serem observados na organização dos cursos de Arquitetura em 1962 35

Quadro 9 – Conteúdos mínimos a serem observados na organização dos cursos de arquitetura – 1969 39

Quadro 10 – Escolas de Arquitetura no Brasil até o final da década de 1970 40

Quadro 11 – Conteúdos curriculares do curso de graduação em arquitetura e urbanismo de 1994 (De acordo com a portaria n.º 1.770 de 1994) 48

Quadro 12 – Conteúdos curriculares do curso de graduação em arquitetura e urbanismo de 2006 (De acordo com a Resolução n.º 6 de 2 de fevereiro de 2006) 51

Quadro 13 – Disciplinas relacionadas ao patrimônio FAU/UFRJ 157

Quadro 14 – Turmas formadas das disciplinas optativas de patrimônio na FAU/UFRJ 160

Quadro 15 – Currículos e disciplinas relacionadas ao patrimônio EAU/UFF 166

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Roteiro Trabalho de Inventário Praça XV_Dora Alcântara_ UFRJ disciplina: Arquitetura no Brasil I_1979 90

Figura 2 – Roteiro Trabalho de Inventário Praça XV_Dora Alcântara_ UFRJ disciplina: Arquitetura no Brasil I_1979 91

Figura 3 – Roteiro Trabalho de Inventário Praça XV_Dora Alcântara_ UFRJ disciplina: Arquitetura no Brasil I_1979 92

Figura 4 – Primeira parte da carta enviada pela Fundação Pró-Memória aos Cursos de Graduação de Arquitetura no Brasil 134

Figura 5 – Segunda parte da carta enviada pela Fundação Pró-Memória aos Cursos de Graduação de Arquitetura no Brasil 135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

ABAP – Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas

ABAR – Associação Brasileira de Arte Rupestre

ABEA – Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura

ABGC – Associação Brasileira de Gestão Cultural

ANPARQ – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

ANPEGE – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

ANPUH – Associação Nacional de História

ANPUR – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

ANTECIPA – Associação Nacional de Pesquisa em Tecnologia e Ciência do Patrimônio

APQ – Assessoria de Pesquisa

ASBEA – Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura

BNH – Banco Nacional de Habitação

CAPES – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAU/BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

CBHA – Comitê Brasileiro de História da Arte

CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania

CEAU – Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo

CEAU/MEC – Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo do Ministério da Educação

CECI – Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

CECOR – Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais

CECRE – Curso de Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos

CEF-CAU/BR – Comissão de Ensino e Formação

CFE – Conselho Federal de Educação

CIVVIH – Comité Internacional sobre Cidades Históricas

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNE/CES – Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior

CONABEA – Congresso Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo

CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

CO – Conselho Universitário

COSU – Conselho Superior

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura

CTAs – Conselhos Técnicos e Administrativos

DET – Divisão de Estudos e Tombamento

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

DCR – Divisão de Conservação e Restauração

DPA – Departamento de Projeto de Arquitetura

DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENBA – Escola Nacional de Belas Artes

ENSEA – Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo

FAU/UFRGS – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

FAU/USP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

FENEA – Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura

FERP – Fundação Educacional Rosemar Pimentel

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FNA – Faculdade Nacional de Arquitetura

FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau

GT – Grupo de Trabalho

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil

IAB/DN – Instituto de Arquitetos do Brasil/Direção Nacional

IAB/RJ – Instituto de Arquitetos do Brasil/Rio de Janeiro

IBMR – Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação

ICCROM – *Centre for Study of the Preservation and Restauration of Cultural Property*

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IES – Instituição de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

INSAES – Instituto Nacional de Avaliação e Supervisão da Educação

LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins

MEC – Ministério da Educação

MEC/USAID – Ministério da Educação/*United States Agency for International Development* (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)

MES – Ministério da Educação e da Saúde

MOMA – *Museum of Modern Art*

NAAB – *National Architecture Accrediting Board*

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PCH – Programa das Cidades Históricas

PNE – Programa Nacional de Educação

PPC – Projeto Pedagógico do Curso

PPGAU – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

PENUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPGPPC – Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural

PROARQ – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura

PROURB – Programa de Pós-Graduação de Urbanismo

PUC-Rio – Pontifícia Universidade católica do Rio de Janeiro

RIBA – *Royal Institute of British Architects*

RIAS – *Royal Incorporation of Architects in Scotland*

SESU – Secretaria de Educação Superior

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TFG – Trabalho Final de Graduação

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UGB – Centro Universitário Geraldo Di Biase

UGF – Universidade Gama Filho

UNB – Universidade de Brasília

UNISINOS – Universidade do Vale dos Sinos

UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville

UIA – União Internacional dos Arquitetos

UIA/UNESCO – União Internacional dos Arquitetos/Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USU – Universidade Santa Úrsula

USP – Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

Em 1994, através da Portaria n.º 1770/MEC, teve início a primeira obrigatoriedade do ensino do patrimônio nas Escolas de arquitetura e urbanismo do país. O conteúdo intitulado Técnicas Retrospectivas estava previsto no Art. 4°, § 2º., conforme iremos tratar nos capítulos um, dois e, mais profundamente, no capítulo três deste trabalho.

A portaria só foi aprovada em 1996 e foi atualizada pelo parecer CNE/CES n.º 112/2005, do Conselho Nacional de Educação, publicado pela Resolução CNE/CES n.º 6/2006 de 2 de fevereiro de 2006.

As discussões frente à regulamentação profissional do arquiteto e urbanista e suas atividades exclusivas com relação ao patrimônio cultural perduram até 2019, quando, em 7 de novembro, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu que a realização de obras de restauro em Patrimônio Histórico é atribuição privativa de arquitetos e urbanistas através da decisão proferida pelo ministro Francisco Falcão, relator do processo que acatou o Recurso Especial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná (CAU/PR) sobre a questão.

Embasados na atribuição legal do arquiteto e urbanista com relação ao patrimônio cultural no Brasil, levantamos discussões do “ontem” e do “hoje”, buscando traçar reflexões e sintetizar alternativas para a unificação e o estabelecimento de abordagens mínimas de conteúdo referentes ao tema nas Escolas de Arquitetura e Urbanismo do país, de forma a subsidiar a formação e a habilitação profissional do arquiteto e urbanista perante a legislação brasileira.

A aptidão para intervenções em conjuntos, cidades ou monumentos que fazem parte do patrimônio cultural deve ser consolidada dentro da grade curricular como premissa de formação, integrada com as demais disciplinas, de maneira a garantir que a arquitetura do futuro preserve a memória do passado.

A formação do arquiteto contemporâneo não vem sendo tratada de forma contextualizada nos currículos das faculdades de arquitetura e urbanismo do Rio de Janeiro, como demonstram os recentes trabalhos de Farah (2012), Olimpio (2020) e Silva (2012). Esses autores expõem a dificuldade da integralização dos conteúdos referentes ao patrimônio cultural edificado nos ateliês de projeto, trabalhando a obrigatoriedade do conteúdo de Técnicas Retrospectivas de forma isolada e com baixa carga horária, comprometendo a atuação do profissional nas intervenções arquitetônicas

em bens de interesse de preservação. Devemos nos atentar ao fato de que os autores supracitados tratam do tema em diversas regiões do Brasil, demonstrando que o problema atinge todo o país, não apenas um estado ou região.

É importante que os novos arquitetos e urbanistas entendam que, atrelada à malha urbana, está parte dos nossos edifícios representativos do patrimônio cultural, suas memórias e suas histórias já arraigadas aos seus locais de origem, as quais precisam ser respeitadas. Novos tempos passarão por estes monumentos e por seu entorno; como a arquitetura contemporânea tratará esses monumentos? Preocupa-nos essa consciência estar vinculada ao ensino e à tomada de consciência da preservação pelos nossos futuros arquitetos e urbanistas.

Recentemente, instituições como a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA), o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) vêm discutindo os problemas da formação do arquiteto de forma mais ampla. CAU e ABEA trabalharam na construção das novas Propostas de Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, apresentadas na Deliberação n.º 077/2019 – CEF-CAU/BR; enquanto o ICOMOS, entre 2019 e 2020, iniciou uma aproximação com as universidades através do chamado Fórum das Universidades. Ambas as iniciativas serão aprofundadas nesta tese, de modo a corroborar com a importância e a relevância do ensino da preservação do patrimônio cultural nas Escolas de Arquitetura e urbanismo, de forma que seus egressos estejam aptos ao exercício profissional.

No Brasil, temos, hoje, um patrimônio tombado se degradando sem que haja interesse prioritário de uma nova geração de arquitetos em trazê-los à luz da sociedade atual e futura, e isso precisa ser repensado.

O objetivo principal deste trabalho é discutir a formação dos arquitetos e urbanistas em nível de graduação, de forma que esta os torne aptos a trabalhar com o patrimônio cultural no Brasil, uma vez que nossa legislação não exige nenhum tipo de formação complementar que os habilite para a coordenação de projetos e obras nesse campo de atuação.

Os objetivos específicos desta pesquisa surgem como desmembramento do objetivo geral em metas intermediárias, que são necessárias para alcançá-lo. Para tanto, iremos: (1) entender o contexto do surgimento das Escolas de Arquitetura no Brasil, suas principais influências e os contextos do ensino embrionário da arquitetura

brasileira; (2) estabelecer o ponto de partida do ensino do patrimônio no Brasil buscando uma relação entre as universidades e o órgão federal de proteção do patrimônio, o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN[1]); (3) analisar o ensino de patrimônio antes e depois da obrigatoriedade da disciplina de Técnicas Retrospectivas; (4) estabelecer as discussões que se consolidaram no âmbito nacional e internacional no ensino contemporâneo do patrimônio cultural no campo da arquitetura e do urbanismo (5) e discutir e apontar possíveis diretrizes que colaborem com a formação do arquiteto contemporâneo sob a ótica do patrimônio.

Para tratarmos das questões até então expostas, desenvolvemos este trabalho em quatro etapas. Apresentaremos um capítulo introdutório falando sobre as origens do ensino de arquitetura nas escolas, apontando sua trajetória oriunda das Belas Artes e das Politécnicas até a formação de um curso autônomo. Apontaremos algumas embrionárias iniciativas que despertaram o interesse pelos estudos e pela criação do órgão de proteção do patrimônio brasileiro.

Traçaremos um panorama geral da criação de cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil e do aumento expressivo de cursos iniciados entre as décadas de 1970 e 1980, que seguiram se expandindo. Segundo os dados do INEP, em 2019, eram 723 cursos no país, dos quais 654 pertencem a Instituições Privadas de ensino. Outro dado significativo é que a região Sudeste concentra o maior número de cursos, um total de 325, que equivalem a 45% do total nacional. Veremos, ao longo desta tese, que esse aumento quantitativo de cursos afetará, de uma forma geral, a qualidade do ensino nas graduações em arquitetura e urbanismo.

Nossas principais fontes bibliográficas para o primeiro capítulo se alternaram entre fontes historiográficas, que nos ajudaram a traçar o percurso da formação do arquiteto e urbanista no Brasil, como Morales de Los Rios (1942; 1958; 1963; 1964), Benévolo (1976), Pedreirinho (1994), Fisher (1995), Segawa (1999), e dados atualizados sobre as discussões do ensino e das atribuições profissionais do arquiteto e

[1] A instituição federal encarregada pela proteção do patrimônio histórico e artístico nacional foi criada em 1936 (ainda em caráter experimental) com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Em 1946, passou a se chamar Departamento (DPHAN) e, em 1970, se transformou em Instituto (IPHAN). Com a reforma institucional no MEC em 1979, foi criada a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que, com a criação da Secretaria da Cultura em 1981, se converteu em Subsecretaria. Com a criação do Ministério da Cultura em 1985, voltou a ser Secretaria e foi extinta por decreto no governo Collor, em 1990. Foi, então, criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) que, em 1994, voltou a se chamar IPHAN (FONSECA, 1997, p. 25). Sendo assim, neste trabalho, essa instituição será denominada com seu nome atual: IPHAN.

urbanista, com fontes como ABEA (2010) e Correia (2019), além dos dados extraídos do Portal do INEP.

No segundo capítulo, discorreremos sobre as pioneiras iniciativas pedagógicas, metodológicas e técnicas do ensino do patrimônio nas Escolas de Arquitetura no Brasil e sua estreita relação com a prática profissional, que contou com a ajuda das universidades, do órgão federal de proteção, dos alunos, dos técnicos e dos professores. Compilamos os dados encontrados numa abordagem que vai da década de 1930 ao início da década de 1990, os quais lançaram as bases do ensino do patrimônio no país.

Trataremos especificamente das experiências que antecederam o ensino obrigatório do patrimônio na graduação, abordando as diretrizes internacionais que enfatizam a importância da formação de especialistas, referenciando as falas de Piero Gazzola (1972) e Jokilehto (1986; 1995).

Destacaremos o papel do IPHAN e de Rodrigo Mello Franco de Andrade na formação de especialistas à frente do patrimônio; discorreremos sobre o início dos inventários do nosso patrimônio e do intercâmbio entre os Distritos Regionais e as universidades brasileiras, tomando como base muitas publicações acerca dos temas, especialmente de Andrade (1987), Thompson (2010a) e Motta e Rezende (apud GRIECO, TEIXEIRA, THOMPSON, 2016).

Finalizaremos o segundo capítulo tratando sobre o início do ensino formal do patrimônio cultural no Brasil, que se deu através da pós-graduação e dos convênios internacionais firmados entre o IPHAN, a UNESCO e as universidades. Para alinhar esse contexto, usamos como principais fontes bibliográficas Jokilehto (2006), Andrade (2020), Nascimento (2016) e SPHAN/Pró-Memória (1988), além do levantamento dos dados da CAPES de dezembro de 2019 e dos programas de pós-graduação *stricto senso* na área de arquitetura e urbanismo no Brasil com linhas de pesquisa na área de patrimônio.

No terceiro capítulo, apresentaremos um trabalho de pesquisa que elenca os principais eventos e publicações que envolvem a temática central do ensino de patrimônio nas Escolas de Arquitetura e urbanismo no Brasil antes, durante e após a implantação do ensino obrigatório de patrimônio através da Portaria n.º 1770/MEC de 1994. Mapeamos os trabalhos publicados na área de patrimônio nos Boletins do SPHAN Pró-Memória, nos cadernos da ABEA, nos Congressos de Arquitetos, nos Jornais do IAB, entre outros eventos reunidos cronologicamente no corpo do trabalho.

O capítulo destaca como fonte bibliográfica o documento que encontramos no arquivo geral do IPHAN, intitulado “Informe ao 1º Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação de Bens Culturais: A Formação do Arquiteto e a Preservação do Patrimônio Cultural”, redigido pelos técnicos Sylvia Maria Braga Alves de Souza, Briane Elizabeth Panitz Bicca, Maria das Dores Freire e Marcos de Lamônica, do SPHAN-Pró-Memória, com o objetivo de levantar informações que seriam discutidas no ARQUIMEMÓRIA I ou 1º Encontro de Preservação de Bens Culturais.

Outros documentos, como as *Diretrizes para Educação e Treinamento em Conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios* (ICOMOS, 1993) e a *Carta para educação dos Arquitetos* (UNESCO/UIA, 2011) também contribuem para as análises e fundamentações do capítulo, onde analisaremos se a simples inserção da disciplina de Técnicas Retrospectivas na grade curricular foi suficiente para que os futuros arquitetos estivessem aptos para lidar com os problemas que tangem o patrimônio cultural, assim como lidam com planejamento urbano, tecnologias e arquitetura sustentável. Para isso, levantamos recentes trabalhos acadêmicos e discussões de instituições nacionais e internacionais sobre o contexto da formação do arquiteto.

Analisaremos as matrizes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo das duas universidades federais do Estado do Rio de Janeiro: a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Federal Fluminense, visto que seus cursos atravessaram a reforma em que se implantou o conteúdo obrigatório da disciplina Técnicas Retrospectivas, e apresentaremos uma compilação de pesquisas acadêmicas que discutem o tema em outros estados brasileiros.

Em seguida, faremos algumas reflexões diante das prerrogativas da profissão perante o patrimônio cultural brasileiro, garantindo que haja a percepção e o aprimoramento dos alunos para o tratamento da nova arquitetura (contemporânea) inserida na malha urbana e dos monumentos, conjuntos e cidades preservados, pois não se trata de formar especialistas, mas profissionais éticos e cientes de suas atribuições profissionais e de seus compromissos com a sociedade. Preservar o patrimônio cultural é transmitir o legado dessa memória para a sociedade do futuro.

No quarto e último capítulo, buscamos apontar recentes ações e narrativas com relação ao ensino e à preservação do patrimônio cultural embasando-nos no trabalho do ICOMOS através da CIF. Trataremos sobre os Princípios de La Valleta (ICOMOS, 2011), que aproximam a preservação das necessidades contemporâneas das cidades. Falaremos da relação do ICOMOS Brasil e de algumas universidades brasileiras com a

Rede PHI (Patrimônio Histórico e Cultural Ibero-americano). Também, analisaremos o recém-criado Fórum das Universidades e o recente levantamento do ensino de patrimônio nas graduações em arquitetura e urbanismo no Brasil (CARSALADE, 2020, no prelo).

Os trabalhos de Gracia (1992), Schlee (2007), Montaner, (2008), Kühl (2009) e Maragno (2013) ajudam a embasar nossos apontamentos críticos e as análises finais do capítulo, norteados pela Deliberação n.º 77/2019 – CEF-CAU/BR, com a nova *Proposta de revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em arquitetura e urbanismo*, a ser submetida ao MEC e que traz alterações significativas no que tange ao ensino de patrimônio.

1 O ENSINO DA ARQUITETURA E DO URBANISMO – PRECEDENTES ACADÊMICOS

> Uma escola de arquitetura pode ser um importante centro formador e disseminador de ideias. Mas não basta apenas a sua existência. Sua consistência intelectual deriva das pessoas que nele militam – estudantes e professores, principalmente –, suas interações com o meio profissional e suas relações com a sociedade em que se insere. (SEGAWA, 1999, p. 131).

Para bem entender o ensino da arquitetura, se faz necessário compreender suas origens. As edificações fazem parte da história da humanidade e estão presentes desde sempre, mesmo antes de o termo "arquitetura" surgir. A palavra "arquiteto" vem do grego "*arkhitektôn*", que significa "carpinteiro principal". Até o Renascimento, não se distinguia quem projetava e quem executava a construção, estando todas as atividades subordinadas à mesma nomenclatura. Só a partir desse período, o arquiteto surge como o projetista intelectual e supervisor, ficando sua figura distinta da do mestre de obras.

A história nos mostra que a profissão de arquiteto já era reconhecida desde aproximadamente 1780 a.C. no Código de Hamurabi, que descrevia atribuições, direitos e deveres aos profissionais que se dedicavam à arte de edificar. O código determinava o pagamento ao arquiteto que edificasse uma casa para alguém, mas também observava penalidades caso a moradia construída caísse e levasse à morte seu proprietário ou seu filho, devendo, assim, o profissional pagar com sua própria vida ou a de seu filho (KING, 2004).

O *Tratado De Architectura*, escrito entre 27 e 16 a.C., de Marcus Vitruvius Pollio (um arquiteto romano que viveu no século I a.C. e que foi atuante na era de Augusto), assim como inúmeros outros textos e tratados por ele escritos já falavam sobre teorias e técnicas de arquitetura, diretrizes para a educação do arquiteto. Seus princípios "*utilitas*" (utilidade), "*venustas*" (beleza) e "*firmitas*" (solidez) inauguraram a base da teoria clássica da arquitetura.

Em seu Tratado, Vitruvius também se dedicou a descrever como e o que deveria constar na formação e na qualificação do arquiteto, justificando as consequências da não aquisição de alguns estudos e práticas. Vale ressaltar que o *Tratado De Architectura* só foi publicado pela primeira vez em 1486, em italiano.

> A ciência do arquiteto é ornada de muitas disciplinas e de vários saberes, estando a sua dinâmica presente em todas as obras oriundas das restantes artes. Nasce da prática e da teoria. A prática consiste na preparação contínua

> e exercitada da experiência, a qual se consegue manualmente a partir da matéria, qualquer que seja a obra de estilo cuja execução se pretende. Por sua vez, a teoria é aquilo que pode demonstrar e explicar as coisas trabalhadas proporcionalmente ao engenho e à racionalidade. (VITRÚVIO, 2007, p. 61).

O Tratado de Vitrúvio teve ampla disseminação no século XVI na medida em que possibilitou uma interpretação da antiguidade clássica, especialmente das ruínas romanas.

Igualmente importante, Leon Battista Alberti[2], arquiteto e teórico da arte, escreveu o primeiro tratado moderno de Arquitetura finalizado em 1452 e publicado em 1485, "*De Re Aedificatoria*", de grande importância para o estudo e o ensino. Em sua obra, ele conseguiu unir arquitetura e urbanismo num único processo de conhecimento afirmando não haver diferença entre o procedimento do construtor de edifícios e do construtor das cidades.

Alberti, em seus tratados, analisou métodos de concepção que permitiram, segundo ele, a construção, não a reprodução, de uma nova linguagem em arquitetura. Ele descrevia como as construções deveriam ser construídas, não como elas foram construídas.

> Eu chamarei de arquiteto aquele que com um método e um procedimento determinados e dignos de admiração tenha executado o modo de projetar teoricamente e também realizar praticamente, mediante o deslocamento dos pesos e mediante, a reunião e conjunção dos corpos, obras que se adaptem de uma forma harmônica às necessidades dos homens. (ALBERTI, 2012, p. 29).

A profissão do arquiteto possui, há séculos, um intenso desenvolver de estudos e técnicas que até o advento da Revolução Industrial estará vinculado à "arte de construir".

> Antes da Revolução Industrial, a arte de construir as máquinas estava associada mais estritamente à arte de edificar; agora que o progresso técnico transformou as construções mecânicas de maneira tão radical, estas caem cada vez mais na mão de especialistas, e a palavra "construções" sem adjetivo designa, em essência, as atividades ainda ligadas aos sistemas tradicionais e habitualmente associadas ao conceito de "arquitetura". (BENÉVOLO, 1976, p. 35).

[2] Sebastiano Serlio, Giacomo Barozzi Vignola e Andrea Palladio, assim como Alberti, foram importantes tratadistas da arquitetura durante o período do Renascimento.

As necessidades humanas vão se tornando mais complexas, e as respostas a elas, por meio do campo de arquitetura e urbanismo, vão sendo discutidas. Para suprir as dificuldades pós-Revolução Industrial, desenvolvem-se técnicas e conhecimentos que passam a se somar e a transformar as construções e as cidades, figurando o retrato e a materialização dos tempos que se seguirão e que trarão as discussões da contemporaneidade.

Entender os processos da construção do ensino da arquitetura no Brasil é de fundamental importância para compreender a criação do nosso patrimônio, sua preservação e a forma como ele vem sendo encarado por professores e estudantes de arquitetura e urbanismo da contemporaneidade. Esse processo, intensificado no Brasil na década de 1930, se deve ao fato de, nesse período, a arquitetura modernista brasileira começar a despontar. Nessa década, como veremos mais adiante, Lúcio Costa fará uma breve passagem na direção da Escola de Belas Artes e provocará uma ruptura no ensino tradicional da arquitetura, segundo a percepção de alguns alunos e professores. Nesse mesmo período, o IPHAN foi criado, e o entrelaçar desses fatos – que fizeram parte da mesma linha temporal e ideológica no Brasil e do qual foram protagonistas os mesmos personagens – serão tratados ao longo deste trabalho.

Neste primeiro capítulo, nos debruçaremos sobre as raízes da formação profissional do Brasil abordando aspectos historiográficos do desenvolvimento do ensino de 1549 até 2019 e dos aspectos da busca pela autonomia do ensino desvinculado das Belas Artes e da Engenharia. Essas tratativas serão, num primeiro momento, feitas de forma global, com recortes que vão dar ênfase ao ensino na Faculdade Nacional de Arquitetura (atual Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e apontarão para algumas abordagens do ensino do patrimônio que serão tratadas no capítulo seguinte.

1.1 Aspectos Historiográficos do ensino

1.1.1 A influência portuguesa

O início do ofício de “arquiteto”, no Brasil, tem relação com a influência direta de Portugal, de modo que esse início da profissão se fez de maneira análoga na metrópole e na colônia. O aprendizado do ofício de construtores em Portugal aconteceu

de três formas: ensino conventual, ensino oficial e ensino público (PEDREIRINHO, 1994).

O primeiro, dito *conventual*, aconteceu sob o domínio das ordens religiosas, que detinham o conhecimento arquitetônico e o difundiam internamente, repassando o ofício dos mestres aos discípulos no núcleo dessas ordens, fazendo com que o saber das técnicas construtivas também se tornasse um símbolo de poder.

A segunda fase foi chamada *oficial* e se deu através das corporações de ofício, onde, de forma prática, os mestres transmitiam o saber aos aprendizes. Esse ensino prático durava de quatro a seis anos. Após esse tempo, os aprendizes tinham que se submeter a um exame de conhecimentos para ter o direito de exercer a profissão. Eles eram avaliados pelos chamados juízes do ofício.

Essas duas fases do ensino em Portugal também aconteceram no Brasil, porém, aqui, o ensino conventual teve mais êxito inicialmente, pois existiam poucos mestres e oficiais na colônia e a maioria dos trabalhadores era formada por escravos. Dessa forma, a possibilidade de formação de aprendizes era escassa, e suas práticas eram regulamentadas pelas câmaras municipais.

O primeiro mestre construtor de que se tem notícia no Brasil foi Luís Dias, que chegou com o governador-geral Tomé de Souza em 1549. Luís Dias foi o Mestre da Fortaleza e Obras de Salvador. Em 1577, chega ao Brasil o arquiteto e irmão jesuíta Francisco Dias, responsável pelos projetos dos colégios da Companhia Jesuíta de Salvador, Santos, Olinda e Rio de Janeiro. Outros arquitetos, de outras ordens religiosas, também contribuíram para a formação de nossos mestres e artífices, como o beneditino Gregório de Magalhães.

Os discípulos doutrinados que atingiram o posto de mestres na colônia foram nossos artífices mestiços, como Antônio Francisco Lisboa, Mestre Valentim e Manuel da Cunha. Essa mistura do ensino da técnica com as raízes e culturas locais é que vai produzir no Brasil um barroco autêntico, o qual, mais tarde, será inventariado pelos modernistas à frente do patrimônio e amplamente divulgado por artistas, historiadores e jornalistas, como o francês German Bazin, o inglês John Bury e o austríaco Stefan Zweig – autores, respectivamente, de *Arquitetura religiosa barroca no Brasil*, *Arquitetura e arte no Brasil Colonial* e *Brasil, país do futuro* (TORELLY, 2012).

Voltando às fases do ensino português, o ensino *público* nasce da necessidade do desenvolvimento de ofícios em prol da Coroa. No caso específico do nosso estudo, o embrião do que chamamos hoje “Arquitetura e Urbanismo” deu-se através da

arquitetura militar, que desenvolveu as técnicas de guerra, navegação e estruturações das conquistas territoriais, o que culminou na oficialização das instituições de ensino que não tratavam a formação apenas sob o aspecto prático, mas também por aulas teóricas[3].

Em 1559, é criada, em Portugal, a Aula do Paço, inaugurando a primeira escola com características teóricas e acadêmicas. Em 1572, ela passa a se chamar Escola Particular dos Moços Fidalgos do Paço da Ribeira. Em 1583, é transferida para Madri e recebe o nome de Academia das Matemáticas e Arquitetura. Apenas onze anos depois, no entanto, a Aula do Paço é reaberta ministrando aulas de Arquitetura Civil e Militar (PEDREIRINHO, 1994).

Embora a preocupação com a formação de uma arquitetura militar já existisse, segundo Bueno (2001), foram a instauração da monarquia – acontecida em Portugal em 1640 – e a crescente necessidade de formação de arquitetos militares que promoveram o surgimento, em 1647, da primeira instituição voltada à formação de "arquitetos". A chamada Aula de Fortificação Militar produziu, então, uma matriz curricular que serviria de modelo para outras regiões de Portugal e suas colônias, dentre elas o Brasil, entre os anos de 1696 e 1699.

O ensino da Arquitetura Militar só foi oficializado no Brasil em 15 de janeiro de 1699, através de *Carta Régia*. Nesse mesmo ano, Rio de Janeiro, Salvador e São Luís já iniciaram as aulas de fortificações, seguidas de Recife, em 1701 (BUENO, 2011, p. 4).

Em 1792, no Rio de Janeiro, foi criada a Real Academia Militar de Artilharia, Fortificação e Desenho, que, em 1810, foi denominada Academia Real Militar, responsável por habilitar os jovens oficiais com conhecimentos técnicos para projetos de pontes, portos, arruamentos e canais.

Assim, podemos afirmar que as influências diretas da produção arquitetônica nos seus primeiros séculos após a chegada dos portugueses ao Brasil se deram através de dois instrumentos de formação: (1) das ordens religiosas, que mantinham em seu domínio o conhecimento construtivo que, à época, era importante e designava poder, e (2) da arquitetura militar, tão importante nas conquistas e defesas de territórios.

É válido salientar, porém, que, no Brasil, concomitantemente ao ensino oficial vinculado à Coroa, existiam os Liceus de Artes e Ofícios, oficializados e custeados pela

[3] Em sua tese, Beatriz Bueno (2001) descreve como esse processo do ensino passa a ser estruturado de forma mais acadêmica em Portugal, nos ajudando a entender o início da formação dos mestres construtores e futuros arquitetos do Brasil.

sociedade civil que buscava a formação de mão de obra especializada em áreas demandadas pelo aumento da população – Rio de Janeiro (1858), Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884) e Ouro Preto (1886) (MANFREDI, 2002).

A arquitetura religiosa, civil e militar produzida pelos portugueses no Brasil foi um dos primeiros exemplares que compôs o patrimônio cultural tombado no país. Sua autenticidade foi aclamada pelos modernistas que estavam, na década de 1930, à frente do patrimônio. Os inventários e estudos produzidos sobre a arquitetura do passado pelos jovens arquitetos da época também serviu de inspiração para a formulação da sua própria produção arquitetônica.

1.1.2 A influência francesa

"A França, que está na vanguarda do progresso científico, serve como modelo às outras nações quanto à organização didática. O ensino da arquitetura compete, no Ancien Régime, à Academie d'Architecture, fundada em 1671." (BENÉVOLO, 1976, p. 38) Segundo Benévolo (1976), as influências trazidas pelos franceses no campo do ensino da Arquitetura chegam ao Brasil com a Missão Francesa e culminam na criação da Academia Real de Ciências, Artes e Ofícios em 1816, no Rio de Janeiro. Segundo ele, a *Académie Royale d'Architecture*, assim como em Portugal, foi criada para atender a uma demanda pública do governo absolutista francês, que, nessa fase, estava interessado numa arquitetura de edifícios públicos dotados de beleza que simbolizassem o poder da monarquia. No entanto, o que veremos a seguir é que, na França, a necessidade de serviços técnicos e construtivos que envolvessem arquitetura e engenharia passaram a despontar junto com a Revolução Industrial, fazendo com que os pressupostos do ensino também se modificassem.

Ainda de acordo com Benévolo (1976), na França, os caminhos da formação levaram à estratificação da formação humanista do arquiteto, que até então era o idealizador da forma e o técnico habilitado para executá-la. Em 1793, foi extinta a *Académie d'Architecture*, e surgem, em 1794, a *École Polytechnique*, que formava engenheiros-arquitetos, e, em 1795, o *Institut de France*, que formava arquitetos, pintores e escultores. Começa a surgir a necessidade da criação de uma nova característica de formação.

> Estabelece-se, pela primeira vez, o dualismo entre "engenheiros" e "arquitetos", por enquanto, o brilho da Academia ofusca as prosaicas escolas de pontes e estradas e de Mézières, e os engenheiros parecem estar destinados a ocupar-se com alguns temas secundários; o progresso da ciência, entretanto, age de modo a ampliar as tarefas dos engenheiros e a restringir as dos arquitetos. Em certo ponto, a Academia percebe que as polêmicas sobre o papel da razão e do sentimento na arte não são apenas discursos teóricos, mas sim signos de uma irresistível reviravolta cultural e de organização, e fecha-se, pouco a pouco, em uma defesa intransigente da "arte" contra a "ciência". (BENÉVOLO, 1976, p. 38).

Conforme apontado por Benévolo, na França aconteceram mudanças nas demandas construtivas e nos programas de necessidades das novas cidades, que passam a exigir com mais afinco o trabalho dos engenheiros. Os arquitetos, artistas e mestres franceses, representantes do estilo neoclássico e bonapartistas que em muito contribuíram para a Arquitetura do período Napoleônico, ficaram sem trabalho. Os novos interesses de formação e de produção levaram esses artistas a procurar novas oportunidades. Alguns deles as encontraram no Brasil.

A chegada desses artistas ao território brasileiro ficou conhecida como a vinda da Missão Francesa, da qual faziam parte Grandjean de Montigny e Debret. A Missão ficaria à frente do ensino e da direção da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, criada a partir do Despacho Real de 1816, mas que só inicia suas atividades em 1826, já com o título de Academia de Belas Artes.

A Corte Portuguesa estabelecida no Brasil precisava de artistas e arquitetos que naquele momento produzissem uma arquitetura de palácios e ornamentos que atendessem às necessidades da monarquia, e por mais que na Europa as necessidades já se vislumbrassem outras, por aqui essa produção artística ainda era bem-vinda e foi a responsável pela criação da arquitetura neoclássica no Brasil, influenciando a formação de nossos primeiros arquitetos.

Quando da criação do patrimônio cultural brasileiro, o neoclássico também foi considerado no inventário modernista, classificado como importante nos edifícios símbolos da monarquia e para o início da formação e produção de nossos arquitetos, como veremos mais adiante.

1.2 A Academia Imperial de Belas Artes e o início da formação do Arquiteto no Rio de Janeiro

1.2.1 As fases iniciais (1816-1931)

A criação da Academia Real de Ciências, Artes e Ofícios se deu no Brasil em 1816, no entanto sabe-se que ela só entrou em funcionamento em 1826, sob o nome de Academia Imperial de Belas Artes, inaugurada por D. Pedro I. (GABLER, 2015).

Por mais que a técnica estivesse a serviço da Coroa, a necessidade da criação ou da modificação de prédios públicos monumentais dotados de embelezamento estético fez com que a Coroa Portuguesa designasse integrantes da Missão Francesa, recém-chegada ao Brasil, para ficar à frente da Academia, o que suprimiu o conteúdo técnico profissional da formação e adotou os padrões franceses da *Beaux-Arts*. Assim, teve início o ensino regular de Arquitetura, sob a direção do arquiteto Grandjean de Montigny, que foi o autor do primeiro edifício projetado e construído para abrigar a Escola de Belas Artes, inaugurada em 1826.

A partir do século XX, já no período Republicano, o ensino da Arquitetura estava mundialmente dividido entre a formação pelas Escolas de Belas Artes e pelas Escolas Politécnicas. No Rio de Janeiro, a formação do arquiteto seguiu a vertente parisiense ligada à *Beaux-Arts*, uma escola integrada ao ensino artístico, enquanto, em São Paulo, o ensino se aproximou da formação do engenheiro (FICHER, 2005, p. 25).

Daremos ênfase à formação acontecida no Rio de Janeiro por meio da Academia de Belas Artes, não deixando de abordar, quando necessário, a formação nacional, que aconteceu de forma diversa no país. No anexo A, apresentamos uma síntese de disciplinas e dos professores que estiveram à frente do ensino das Artes e da Arquitetura no Rio de Janeiro de 1816 até 1931, período em que as transformações no ensino se deram de forma pontual, conforme descreveremos a seguir.

- **O período Monárquico (1816-1890)**

Segundo Morales de Los Rios (1942), durante o período monárquico, a Academia Imperial de Belas Artes teve seus primeiros oito diretores, que de certa maneira lhe deram características específicas em cada gestão.

Como neste trabalho estamos seguindo o referenciado por Morales de Los Rios, consideraremos Joachim Lebreton[4] seu primeiro diretor (1816-1819), pois, embora a Escola só tenha iniciado seu funcionamento efetivamente em 1826, sua estruturação tem início em 1816 com Lebreton, que ficou à frente dela apenas até 1819, em função de sua morte precoce. Em seguida, o pintor português Henrique José da Silva assume esse posto (2º diretor – 1820-1834).

Conforme Morales de Los Rios (1942), durante a gestão de Henrique José da Silva[5], as disciplinas foram "didaticamente menos compartilhadas", pois a rivalidade entre os artistas franceses e portugueses gerou uma série de empecilhos e tribulações nos primeiros anos de existência, fazendo com que cada professor fosse detentor da sua área de forma solitária durante todo o curso, não havendo trocas entre o corpo docente.

Com a morte de Henrique José da Silva, o pintor Félix Émile Taunay[6] (3º diretor – 1834-1851) assume o cargo. Durante essa fase, a Academia concede prêmios aos alunos e promove exposições que dão destaque à produção arquitetônica. Também se inicia a exigência da elaboração dos programas das disciplinas que deveriam seguir as diretrizes preestabelecidas pela escola e ser compartilhados. Passou a ser exigida a inserção dos conteúdos de desenho geométrico, ornatos e matemática aplicada para os estudos vinculados à arquitetura.

Também estiveram à frente da Academia o arquiteto Job Justino de Alcântara Barros (4º diretor – 1851-1854)[7] e o arquiteto e pintor Manuel José de Araújo Porto-Alegre[8] (5º diretor – 1854-1857), que durante os três anos de sua gestão determinou a reforma de seus estatutos e ampliou os currículos, inclusive em sua aproximação e aplicação na indústria, com vistas à formação de "profissionais úteis".

---

[4] Joachim Lebreton aportou no Rio de Janeiro em 1816 como encarregado de chefiar a Missão Artística Francesa. Ele era professor, administrador e legislador. Faleceu poucos anos após a sua chegada ao Brasil, em 1819. (MAPA, 2016)

[5] Henrique José da Silva, pintor português nascido em Lisboa em 1772, chegou ao Brasil em 1819. A convite do Barão de São Lourenço, Ministro das Finanças do Reino, foi nomeado para o cargo de professor de Desenho da Escola Real de Belas Artes, e também para diretor, para substituir Lebreton, que havia falecido no ano anterior. Permaneceu nesses cargos até 1834, ano em que faleceu e foi substituído na direção da Academia por Félix-Émile Taunay. (MAPA, 2016)

[6] Félix Émile Taunay, pintor e professor francês nascido em 1795 que chegou ao Brasil com a Missão Francesa em 1816. (MAPA, 2017)

[7] Job Justino de Alcântara Barros, arquiteto português, matriculou-se na Academia com a idade de 20 anos e foi professor de Arquitetura da Academia. Era discípulo do arquiteto Grandjean de Montigny e do próprio Félix Taunay. (GODOY, 2015)

[8] Manuel José de Araújo Porto-Alegre, brasileiro, nascido em Rio Pardo em 1806, foi aluno de Debret, estudou na França, estudou pintura, mas se destacou como arquiteto tendo projetado o Paço Imperial e o edifício sede do Banco do Brasil. Foi discípulo de Grandjean de Montigny. (MAPA, 2020)

Durante o período monárquico, a Escola teve mais três diretores: o médico Tomás Gomes dos Santos (6º diretor – 1857-1874), o político e Conselheiro Antônio Nicolau Tolentino (7º diretor – 1874-1888) e o engenheiro Ernesto Gomes Moreira Maia (8º diretor – 1888-1889).

- **O período Republicano (1890-1930)**

Após a Proclamação da República, o novo governo instituiu um diferente modelo de ensino, a chamada Reforma Benjamin Constant[9]. Esta discutiu o modelo educacional vigente e instituiu uma comissão de professores que criou as disciplinas. A Academia Imperial de Belas Artes passou a ser chamada de Escola Nacional de Belas-Artes e ganhou nova sede, projetada pelo arquiteto Adolpho Morales de Los Rios.

O prédio foi inaugurado em 1908, construído durante as modernizações urbanísticas realizadas pelo prefeito Pereira Passos na então capital federal. Nessa fase, esteve à frente da Escola o escultor Rodolfo Bernardelli (1890-1915). Esse escultor foi o 1º diretor do Período Republicano da Escola e o 9º diretor dentro de uma prerrogativa histórica. Sua gestão foi de suma relevância para a Escola e particularmente para o ensino de arquitetura. Ele adotou como diretrizes para a inovação no ensino dois ciclos: o *Curso Geral*, referente aos três primeiros anos, e o *Curso Especial*, referente aos dois anos subsequentes. No quadro 1, apresentamos a estrutura curricular montada por ele para o que chamou de "virtual criação" (MORALES DE LOS RIOS, 1963) do curso de Arquitetura, pois este só seria um curso autônomo, de fato, a partir de 1945, com a criação da Faculdade Nacional de Arquitetura.

Quadro 1 – Currículo do Curso de Arquitetura adotado por Rodolfo Bernardelli em 1890

CURSO GERAL (3 anos)	
Ano	**Disciplinas**
1º	História Natural Mitologia Desenho Linear Desenho Figurado
2º	Física e Química Geometria Descritiva e Trabalhos Gráficos Correspondentes Arqueologia e Etnologia Desenho de Figura
3º	História das Artes

[9] A reforma de Benjamin Constant foi uma reforma educacional de caráter elitista e liberal ocorrida no final do século XIX, cujas determinações legais foram importantes para organização dos conteúdos ministrados. (FREITAS, 2019)

	Perspectiva e Sombras Elemento de Arquitetura Decorativa e Desenho Elementar de Ornatos Desenho Figurativo
CURSO ESPECIAL (2 anos)	
Ano	**Disciplinas**
1º	Cálculo e Mecânica Materiais de Construção e sua Resistência Tecnologia das Profissões Elementares Noções de Topografia, plantas e Desenhos Topográficos
2º	Arquitetura História da Arquitetura e Legislação Especial Estereotomia Desenho de Arquitetura Trabalhos Práticos, Plantas e Projetos

Fonte: Morales de Los Rios Filho, 1963, p. 35-38

Fizeram parte do corpo docente do curso de Arquitetura neste período Gastão Bahiana, Morales de Los Rios (pai), Heitor de Mello e Archimedes Memória, dentre outros. Em 1901, a Escola passou por mudanças, instituindo concurso para contratação de professores, criou prêmios de viagem para alunos promissores de grande destaque nos cursos e ganhou novas instalações.

Em 1911, a escola passou por uma nova reforma, conhecida como Reforma Rivadávia. Foi extinta a distribuição do ensino em anos, que passou a ser em séries. O Curso Geral ficou dividido em três séries, e os Cursos Especiais de pintura, escultura e gravura, em duas séries, com exceção do de arquitetura, que ficou com três séries.

Quadro 2 – Currículo do Curso de Arquitetura após a Reforma de 1911

CURSO GERAL	
Série	**Disciplinas**
1ª	Desenho à mão livre e geométrico Exercícios de aguadas Desenho de ornatos e elementos de arquitetura Desenho Figurado
2ª	Desenho de composições elementares de arquitetura Geometria Descritiva e desenhos relativos Desenho Figurado
3ª	Escultura de ornatos Perspectiva e Sombras e desenhos relativos Elemento de Arquitetura Decorativa e Desenho Elementar de Ornatos Composições elementares de arquitetura Desenho Figurado e princípios de modelo vivo
CURSO ESPECIAL DE ARQUITETURA	
Série	**Disciplinas**
1ª	Geometria descritiva e suas aplicações Geometria analítica e cálculo Noções de história natural, física e química Composição de arquitetura, seus desenhos e ornamentos
2ª	Mecânica, resistência dos materiais, estabilidade das construções e grafo-estática Topografia e desenho topográfico Materiais de construção, estudo experimental de sua resistência e tecnologia das profissões elementares

	Composição de Arquitetura, seu desenho e orçamento
3ª	Construção, história da arquitetura e higiene dos edifícios Noções de economia política e de direito administrativo e legislação e jurisprudência das construções Composições de arquitetura, seu desenho e orçamentos

Fonte: Morales de Los Rios Filho, 1963, p. 44-45

Esse período pode ser analisado como promissor para a Escola, pois nele aconteceram eventos importantes no cenário da arquitetura no país. Em 1912, forma-se Arinda da Cruz Sobral, primeira mulher a ser diplomada no Brasil nesse curso. No cenário da arquitetura brasileira, vários fatos se consolidavam: foi construída e fundada a cidade de Belo Horizonte (1897); foram feitas as reformas de Pereira Passos (1902-1906) no Rio de Janeiro; em 1911, foi fundada, em São Paulo, a Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos.

João Batista da Costa (2º diretor do Período Republicano e 10º diretor desde sua criação) assume a direção da Escola em 1915 e exerce o cargo até 1926, quando da sua morte. Já no início de sua gestão, a Escola sofre uma nova estruturação, reorganizando novamente as cadeiras, conforme apresentamos no quadro 3.

Quadro 3 – Currículo do Curso de Arquitetura após a reestruturação de 1915

CURSO GERAL	
Série	**Disciplinas**
1ª	Desenho geométrico História das belas artes Desenho Figurado
2ª	História natural Geometria Descritiva Escultura de ornatos Desenho de ornatos Desenho Figurado
3ª	Composições elementares de arquitetura Descritiva aplicada Escultura de ornatos Matemática complementar Desenho Figurado e princípios de modelo vivo Perspectiva e Sombras e desenhos relativos Elemento de Arquitetura Decorativa e Desenho Elementar de Ornatos
CURSO ESPECIAL	
Série	**Disciplinas**
1ª	Construção Resistência Descritiva e topografia Composições
2ª	História e teoria da arquitetura Legislação Composição
3ª	Composições (caso fosse de interesse do aluno prolongar os estudos)

Fonte: Morales de Los Rios Filho, 1963, p. 53-54

Nesse mesmo ano, quando a Escola estava prestes a comemorar 100 anos de criação, foi aprovado pela Portaria do Ministro da Justiça Doutor Carlos Maximiliano Pereira dos Santos o regimento interno da Escola (Decreto n.º 11.749 de 13 de outubro de 1915), no qual constava o modelo do Certificado a ser passado aos alunos que concluíssem o Curso de Arquitetura (Anexo B).

A década de 1920 também reuniu acontecimentos importantes no cenário da arquitetura paralelamente ao ensino. Em 1921, foi fundado o Instituto Brasileiro de Arquitetura do Rio de Janeiro; em 1922, também no Rio, fundou-se a Sociedade Central dos Arquitetos e publicou-se a primeira revista brasileira de Arquitetura (*Architectura no Brasil*); finalmente, em 1924, foi criado o Instituto Central dos Arquitetos, que, em 1934, passou a se chamar Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) (ABEA, 2010, p. 52).

Um fato referente à criação da consciência da preservação do nosso patrimônio chama a atenção – trata-se de uma crítica feita por Morales de Los Rios em função do descaso com que vinha sendo tratado o antigo edifício da Academia, antes zelado pela Escola e, naquele momento, abrigando o Gabinete do Ministro da Fazenda e a própria Diretoria do Patrimônio Nacional.

A crítica à zeladoria do patrimônio se deu sob a ótica da falta de conscientização da população com relação à preservação do patrimônio nacional, o que levou Morales de Los Rios (1963, p. 82) a afirmar que "o edifício, sede da Diretoria do Patrimônio, tornou-se um dos exemplos mais típicos da nossa incultura e de nosso amor ao passado". Ele também faz uma crítica apontando para a não zeladoria do patrimônio por um arquiteto, o que já acontecia nos países europeus e em alguns países da América, como Peru, Argentina, México e Cuba. Ele também alerta sobre o papel da formação do arquiteto narrando a solicitação feita ao diretor da Escola:

> E terminava a oportuna e valiosa representação dizendo que na reunião deste instituto em que ficou resolvido dirigir este apelo ao patriotismo de V. Exa., também foi deliberado pedir ao Diretor da Escola de Belas Artes que incluísse no programa escolar uma prova a qual consistiria na reconstrução de um dos monumentos da época colonial. É força convir, porém, que o principal intuito deste dispositivo didático seria familiarizar nossos futuros arquitetos com o passado de nossa Pátria. Porém, não será a alunos que poder-se-á confiar um trabalho, que para ser bem executado, exige arquitetos já encanecidos no estudo técnico, artístico, histórico e filosófico de sua profissão. (MORALES DE LOS RIOS, 1963, p. 82).

De 1926 a 1927, a Escola passou a ser dirigida por José Marianno Filho (3º diretor do Período Republicano e 11º diretor desde sua criação). Sua escolha não foi

bem aceita pelos professores, uma vez que ele não fazia parte do quadro de docentes, o que feria o regulamento da Escola. Entusiasta e patrocinador dos estudos da arquitetura neocolonial brasileira, ele foi uma figura importante para o patrimônio no Brasil, patrocinando viagens de estudantes e arquitetos para estas cidades coloniais mineiras: Congonhas, Ouro Preto e Diamantina. Entre os beneficiados, estão Nestor de Figueiredo, Nereu Sampaio, Angelo Bruhns e Lúcio Costa, que puderam conhecer e inventariar nossa arquitetura barroca e colonial, alavancando os estudos que mais tarde se transformariam no cerne da preservação do patrimônio material do Brasil.

Segundo Sodré (2011), as viagens de estudo como etapa de formação complementar para artistas e arquitetos no Brasil são uma herança da escola francesa que contribui para uma formação aperfeiçoada das obras de tradição clássica. As viagens tiveram início em 1845 com o chamado Prêmio de Viagem ou de Primeira Ordem – os alunos contemplados ficavam três anos na Europa e, como contrapartida, deveriam enviar desenhos a serem avaliados pelos professores brasileiros.

Esse registro documental praticado nas viagens e nas próprias aulas na academia, por meio da reprodução das gravuras dos livros, faziam parte do processo de conhecimento e análise da arquitetura, muito concentrado nos registros da antiguidade clássica. Esse processo ganha ênfase com a inclusão da disciplina de Arquitetura Analítica no currículo de 1927 (quadro 4), já na gestão de José Otávio Corrêa Lima (4º diretor do Período Republicano e 12º diretor desde a sua criação).

> A disciplina específica e central da área, no entanto, era a "Arquitetura Analítica", na qual se realizava o "estudo das principais fases da arquitetura ocidental", enunciando-se em sua ementa que o "estudo gráfico" seria acompanhado de "preleções", "no sentido de mostrar a significação dos diversos elementos arquitetônicos, quer como resultantes de formas construtivas, quer como reflexos do meio geográfico e social". Esse enunciado já mostra o caráter "gráfico" e descritivo da disciplina, que visava preparar o aluno no domínio da "linguagem" da arquitetura – basicamente clássica, mas, ecleticamente, com abertura para linguagens de outras filiações, linguagem essa que deveria ser dominada para o bom exercício da profissão. É interessante ressaltarmos que, mesmo que aberta para os novos tempos, essa disciplina retirava sua base metodológica da tradição Beaux Arts: o levantamento detalhado das edificações seria o caminho para o entendimento dessas e dos seus mais diversos aspectos – dos formais aos estruturais. Tudo isso baseado no estudo do detalhe como gerador do caráter das edificações, da mesma forma que, no estudo das ordens, partia-se do detalhe mínimo formador. Naquela visão, entendia-se que o edifício era composto sempre em diferentes escalas – do todo ao detalhe –, cabendo ao estudioso explicitar o diálogo entre as partes no fazer do "texto" do edifício. Assim, como na abordagem tradicional das ordens, aqui também se entende que o edifício em sua totalidade poderia ser derivado de um detalhe, e que tal "operação mental" deveria ser realizada através do desenho. (CASTRIOTA, 2013, p. 75).

Sodré (2011, p. 35) afirma que, naquelas viagens de estudo, os arquitetos, ao longo do tempo, tornaram rotineiro o uso dos *carnets* (pequenos cadernos), nos quais procuravam registrar, através de desenhos, croquis, anotações e comentários, suas impressões acerca das paisagens urbanas, da natureza e dos próprios costumes e pessoas locais. Segundo ele, os mais famosos *carnets* ou *sketchbooks* foram os produzidos por Le Corbusier ao longo de 50 anos, dos quais 73 estão arquivados na fundação *Le Corbusier* em Paris, tendo sido publicados em 1981.

Em seu trabalho, Sodré (2011) aponta que as pesquisas em torno da arte e da arquitetura colonial desenvolvidas pela ENBA se iniciam com o historiador Ernesto da Cunha Araujo Vianna no início do século XX, mas que elas só se consolidam com José Marianno Filho na década de 1920. Segundo o pesquisador, Marianno Filho tinha duas intenções ao articular esta mudança: renovar a arquitetura brasileira e iniciar o processo de documentação sistemática do patrimônio nacional. No próximo capítulo, analisaremos os desdobramentos dessas iniciativas no campo prático e teórico do patrimônio cultural brasileiro.

Retomando as discussões vigentes no ensino na ENBA nesse período, as mudanças supracitadas nos levam a crer que o chamado modelo historicista, vinculado ao neoclássico, já estava ultrapassado na produção arquitetônica, que se filiava a um novo movimento denominado ecletismo. Construções ao estilo "mourisco", "mediterrâneo", "chalés suíços" e "igrejas neogóticas" eram encomendadas aos arquitetos. O estilo definido pelos clientes, associado a épocas remotas e diversas da produção nacional, caracterizou a produção arquitetônica das cidades do período pós-industrial.

Com a saída de Marianno Filho[10], assume a Escola, em 1927, o escultor José Otávio Corrêa Lima, que ficou no cargo até 1930, tornando-se nesta data professor emérito. Em sua gestão, os professores organizaram um novo anteprojeto de Reforma. A Escola ficou definida como Instituto de Educação Superior. Este passou a estar subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores por intermédio do Departamento Nacional de Ensino. A estrutura do curso de arquitetura ganha novas mudanças.

[10] É importante esclarecer que Marianno Filho pede exoneração do cargo de diretor ainda em 1926, assumindo a direção seu vice-diretor, Dr. Cincinato Américo Lopes, que, em 1927, passa o cargo para José Otávio Corrêa.

Quadro 4 – Disciplinas do Curso de Arquitetura após a reestruturação de 1927

Disciplinas (5 anos de curso)
1- Desenho artístico superior 2- Arquitetura analítica 3- Geometria descritiva 4- Geometria analítica 5- Cálculo Infinitesimal 6- Estereotomia, materiais de construção e tecnologia 7- Escultura ornamental 8- Mecânica e grafo-estática 9- Perspectiva e sombras 10- Resistência dos materiais e estabilidade das construções 11- Topografia e arquitetura paisagística 12- Composição de arquitetura 13- Construção e orçamentos 14- Teoria da arquitetura, história da arte e estética 15- Tecnologia das artes decorativas e composição 16- Urbanismo e saneamento das cidades 17- Legislação das construções e economia política 18- PROVA FINAL

Fonte: Morales de Los Rios Filho, 1963, p. 94-95

Salienta-se que foi na década de 1930, mais precisamente no dia 5 de agosto, que o primeiro curso autônomo de arquitetura foi criado no Brasil – a Escola de Arquitetura de Minas Gerais, proveniente da Escola de Belas Artes, que só se tornará um curso federal em 1949.

1.2.2 A Reforma Lúcio Costa (1930-1931)

> A reforma visará aparelhar a Escola de um curso técnico-científico tanto quanto possível perfeito, e orientar o ensino artístico no sentido de uma perfeita harmonia com a construção. Os clássicos serão estudados como disciplina; os estilos como orientação crítica e não para aplicação direta. (COSTA, 2018, p. 68).

A quinta fase da Escola se inicia por um período que ficou conhecido como a Reforma de Lúcio Costa (que foi o 5º diretor do Período Republicano e 13º diretor desde a sua criação). Ele ficou pouco tempo no cargo (dezembro de 1930 a setembro de 1931), e sua contribuição foi muito mais ideológica do que estrutural dentro da universidade.

Em sua breve passagem, adotou um currículo com orientações modernistas, deixando um pouco de lado o academicismo, e contratou professores como Gregori

Warchavchick e Affonso Eduardo Reidy[11], o que atraiu os alunos, plantando novos ideais na universidade. Essa foi, de fato, sua grande contribuição.

Em 1931, o ministro Francisco Campos aprova o Estatuto das Universidades Brasileiras. Nesse mesmo ano, é criado o Conselho Nacional de Educação (CNE) pelo Decreto n.º 19.851 e o Decreto n.º 19.852, que incorpora à Universidade do Rio de Janeiro a Escola de Belas Artes, a de Música, a Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto, a Faculdade de Farmácia e de Odontologia. A reforma universitária normatizou e regulamentou as instituições de ensino superior. O Estatuto das Universidades Brasileiras criou uma estrutura institucional baseada em órgãos colegiados – o Conselho Universitário (CO) e os Conselhos Técnicos e Administrativos (CTAs).

Esse período foi marcado por muitos acontecimentos e será tratado com mais ênfase no próximo capítulo, pois o papel dos modernistas na Arquitetura e no Urbanismo brasileiro protagonizará não apenas uma revolução no ensino, mas também a criação do nosso patrimônio.

Lúcio Costa assumiu a Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) com apenas 28 anos, e a princípio foi bem aceito pelos artistas e arquitetos tradicionalistas da escola, "[…] pois até então tinha desenvolvido uma prática profissional de arquitetura eclética e era associado ao movimento neocolonial de Marianno Filho […]" (SEGAWA, 1999, p. 78). No entanto, Lúcio Costa encontrou uma intensa resistência junto aos professores catedráticos da Escola. Foi acusado de ser subversivo e destruidor dos autênticos valores da cultura arquitetônica nacional (SEGAWA, 1998, p. 79). Os professores resistiram às inovações propostas e conseguiram, através de uma mobilização, exonerá-lo do cargo de diretor.

Embora as mudanças feitas por ele não tenham permanecido na gestão seguinte, seus ideais permaneceram nos alunos da escola, que, durante aquele breve tempo, puderam compreender as mudanças pelas quais Arquitetura mundial passava. Esse momento ficou marcado de forma definitiva, pois mesmo não estando à frente da ENBA, o Movimento Moderno tomou a dianteira da produção de uma nova arquitetura no Brasil, doutrinária não apenas de formatos ou estéticas, mas de ideologias. A fundamentação teórica dessa nova arquitetura irá balizar princípios que, apesar das

[11] Gregori Ilych Warchavchik foi um arquiteto ucraniano que estudou na Itália e se naturalizou brasileiro em 1928. Foi um dos principais nomes do modernismo do Brasil. A ele se atribui a autoria da primeira residência moderna do país, sua própria casa. Affonso Eduardo Reidy, na França, em 1909, se formou arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes, foi estagiário de Agashe e é considerado um dos grandes nomes do urbanismo moderno brasileiro. Participou do Projeto do aterro do Flamengo, projetou o conjunto Habitacional do Pedregulho e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

resistências institucionais, consolidarão uma doutrina para o ensino e a produção dos novos arquitetos.

> Ainda existe, no entanto, presentemente, completo desacordo entre a arte, no sentido acadêmico, e a técnica: a tenacidade, a dedicação, a intransigente boa-fé, com que tantos arquitetos – moços e velhos – se empenham às cegas, por adaptar num impossível equilíbrio a arquitetura que lhes foi ensinada as necessidades da vida de hoje e possibilidades dos atuais processos construtivos – causa pena; chega mesmo a comover o cuidado, a prudência pudica, os prodígios de engenho empregados para preservar no triste contato da realidade – a suposta reputação da donzela arquitetura. Um verdadeiro reduto de batalhadores apaixonados e destemerosos se formou em torno à cidadela sagrada, e penacho ao vento, pretende defender contra a sanha bárbara da nova técnica, a pureza sem mácula da deusa inatingível.
> Todo esse augusto alarido resulta, porém, de um equívoco inicial: aquilo que os senhores acadêmicos – iludidos da própria fé – pretendem conservar como a deusa em pessoa – não passa de uma sombra, um simulacro; nada tem a ver com o original do qual apenas é o arremedo em cerca. Ela ainda possui aquilo que senhores acadêmicos já perderam – e continua a sua eterna e comovente aventura. Mais tarde, enternecidos, os bons doutores passarão uma esponja no passado e aceitarão, como legítima herdeira, esta que já é hoje uma garota bem esperta de cara lavada e perna fina. (COSTA, 2018, p. 111).

Com a saída de Lúcio Costa, Archimedes Memória é escolhido diretor por votação da Congregação, conforme os novos estatutos, e inicia uma nova fase no curso de arquitetura da ENBA.

1.2.3 A gestão de Archimedes Memória (1931-1937) e os contextos do período

Archimedes Memória (6º diretor do Período Republicano e 14º diretor desde a sua criação) assume a direção do curso de arquitetura da ENBA em 19 de setembro de 1931 e permanece no cargo até 16 de janeiro de 1937. A estrutura do curso, segundo Morales de Los Rios (1964), se organiza com as disciplinas e professores descritos no quadro 5[12].

Quadro 5 – Professores e disciplinas do curso de arquitetura da (ENBA/RJ) – 1932

Disciplinas	Professores
Arquitetura	Afonso Eduardo Reidy Paulo Ewerton Nunes Pires Alexandre Budéus
Geometria Descritiva	Álvaro José Rodrigues
Grandes Composições de Arquitetura	Archimedes Memória
Resistência dos Materiais	Filipe dos Santos Reis

[12] Os dados encontram-se em um quadro do currículo, que, segundo uma publicação da ABEA, seria o vigente em 1931, mas não encontramos referências se ele seria o deixado por Lúcio Costa ou o implementado por Archimedes Memória. Dessa forma, optamos apenas por expô-lo no anexo C.

Perspectiva, Estereotomia e Topografia	Gastão Bahiana Salvador Duque Estrada Batalha (substituto provisório de Gastão Bahiana)
Matemática Superior	Julio César de Melo e Sousa Haroldo Lisboa da Cunha
Desenho de Ornatos e Composições Física Física Aplicada	Raul Lessa de Saldanha da Gama Dulcílio Pereira
História e Teoria da Arquitetura	Adolfo Morales de Los Rios Filho
Materiais de Construção	Edilson Junqueira Passos
Economia Política	Francisco Clementino de San Tiago Dantas

Fonte: Morales de Los Rios Filho, 1964, p. 14-15

Esse currículo permanecerá na Escola até 1933, quando acontece a reforma universitária.

- **A reforma de 1933**

O Decreto n.º 22.897 de 6 de julho de 1933 do presidente Getúlio Vargas, segundo Morales de Los Rios (1964), se reflete no curso de arquitetura aumentando a sua duração; distribuindo melhor suas disciplinas; complementando a organização do ensino da Escola e estabelecendo a reforma universitária. Nesse período, também são fixadas as regras para o processo de revalidação dos diplomas[13] conferidos por institutos estrangeiros e é levantada a "conveniência de uma intervenção mais direta na conservação do país, estabelecendo, ao mesmo tempo, os meios para a difusão de seu conhecimento […]" (MORALES DE LOS RIOS, 1964, p. 13).

Essa revalidação era avaliada e definida pela Escola, que nesse momento instituía o Conselho Nacional de Belas Artes, que tinha como membros: o Ministro da Educação e da Saúde no cargo de presidente; o Reitor da Universidade e o Diretor da Escola no cargo de vice-presidentes; e os outros cinco membros eram escolhidos entre arquitetos, engenheiros-arquitetos, artistas ou personalidades que tivessem notório conhecimento da arte.

A nós, interessa destacar que esse Conselho era, na época, responsável por opinar sobre as questões artísticas, zelar pelo patrimônio artístico da Nação e emitir parecer, quando solicitado, sobre assuntos de arte e de construções ligadas ao interesse

[13] Durante o ano de 1933, através do Decreto Federal n.º 23.569, o exercício profissional de engenheiros, arquitetos e agrimensores foi regulamentado no Brasil, daí a importância dessa discussão na Escola.

público, o que veremos refletido na formação do patrimônio que acontece exatamente nesse período.

Voltando à análise das mudanças curriculares, observamos que, nesse tempo, as cadeiras do curso de arquitetura foram divididas em três categorias: teóricas, teórico-práticas e especiais, que, distribuídas em cinco anos de curso, possuíam a configuração demonstrada no quadro 6.

Quadro 6 – Estrutura curricular após a Reforma de 1933

Primeiro ano	Matemática Superior (Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral, Cálculo Simplificado)
	Geometria Descritiva, Aplicação às Sombras, Perspectiva, Estereotomia
	Elementos de Construção, Tecnologia, Prática dos Materiais
	Arquitetura Analítica (1ª parte)
	Desenho (1ª parte)
	Modelagem (1ª parte)
Segundo ano	Resistência dos Materiais, Grafo-Estática, Estabilidade das Construções (1ª parte)
	Sistema e Detalhes de Construção (1ª parte)
	Materiais de Construção, Terrenos e Fundações
	Arquitetura Analítica (2ª parte)
	Desenho (2ª parte)
	Modelagem (2ª parte)
Terceiro ano	Resistência dos Materiais, Grafo-Estática, Estabilidade das Construções (2ª parte)
	História das Belas Artes
	Artes Aplicadas, Tecnologia e Composição Decorativa (1 parte)
	Teoria da Arquitetura (1ª parte)
	Composição de Arquitetura (grau mínimo)
Quarto ano	Física Aplicada às Construções, Higiene da Habitação
	Estilo
	Artes Aplicadas, Tecnologia e Composição Decorativa (2ª parte)
	Teoria da Arquitetura (2ª parte)
	Composição de Arquitetura (grau médio)
Quinto ano	Urbanismo
	Topografia, Arquitetura Paisagista
	Arquitetura Paisagista
	Legislação das Construções, Contratos e Administração, Noções de Economia Política
	Composição de Arquitetura (grau máximo)
	Concurso Final

Fonte: Morales de Los Rios Filho, 1964, p. 16

Essa fase foi marcada por uma desarticulação entre os professores e os conteúdos ministrados por eles, que muitas vezes se repetiam. Algumas associações de disciplinas, como Topografia e Arquitetura Paisagística e Física e Higiene da Habitação, demonstravam essa desarticulação, tratando conteúdos técnicos e artísticos com a mesma abordagem.

Vale destacar que, em 1934, Gustavo Capanema assumiu o Ministério dos Negócios, Educação e Saúde Pública, idealizou a construção da Universidade do Brasil

e trabalhou para a criação de uma cidade universitária. Em 1935, ele lançou o concurso para o novo edifício para seu Ministério, cujo projeto vencedor foi o de Archimedes Memória e de Francisque Cuchet. Gustavo Capanema não gostou do projeto, de modo que Archimedes Memória levou a menção e o prêmio, mas não teve seu projeto executado. Um grupo de jovens arquitetos foi escolhido para projetar o edifício do Ministério em 1936: Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Carlos Leão, Affonso Eduardo Reidy, Ernani Vasconcellos, Jorge Machado Moreira. Esse grupo ainda contou com a consultoria de Le Corbusier, que influenciaria a arquitetura moderna brasileira.

Esse episódio marcou uma clara dicotomia entre a visão tradicionalista da arquitetura – que expulsou Lúcio Costa da direção da Escola Nacional de Belas Artes em 1931 e elegeu Archimedes Memória, que ficou à frente dela até 1937 – e os ideários da nova arquitetura modernista, que se consolidava fora da Academia. Se esta ainda não se mostrava preparada para a Modernidade, suas ideias já se refletiam enquanto produção arquitetônica, assistida de perto pelos estudantes da referida escola.

- **O reconhecimento do exercício profissional de Arquitetura e Urbanismo e seus precedentes históricos**

Em meio a tantos acontecimentos, em 11 de dezembro de 1933, através do Decreto Federal n.º 23.569, o exercício profissional de engenheiros, arquitetos e agrimensores foi regulamentado. No entanto, quando falamos de regulamentação profissional, temos que retornar ao momento em que, no Brasil, a formação profissional não provinha da academia, como vimos no início deste capítulo.

A primeira Constituição Republicana de 1891 garantiu a todo cidadão brasileiro e a todos os estrangeiros residentes aqui o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial (BRASIL, 1891). Essa lei teve amplo valor até o Decreto Federal de 1933, pois as demais leis surgidas não abrangeram todo o território nacional, visto que eram majoritariamente estaduais, surgidas a partir da mobilização das classes profissionais a partir da década de 1920.

Foi através dessas mobilizações e discussões estaduais que as habilitações profissionais passaram a ser discutidas de forma mais ampla e embasaram o anteprojeto de lei elaborado pelo Sindicato Nacional de Engenharia em 1932, que foi encaminhado ao Ministro do Trabalho Joaquim Pedro Salgado Filho e promulgado em forma de Lei pelo Presidente Getúlio Vargas em 1933.

Podemos entender a regulamentação profissional como um momento de transição política e de ideologias. O movimento internacional da arquitetura, com seu vanguardismo, influencia o movimento modernista no Brasil, que, nesse momento, está vivendo a revolução de Getúlio Vargas, o que impulsionou a repercussão de algumas manifestações como o reconhecimento do exercício profissional – "A classe política que agora sobe ao poder sai do mesmo ambiente em que se apoiam os artistas de vanguarda, os quais, de agora em diante, são mais confinados à oposição, mas passam a fazer parte da elite dirigente". (BENÉVOLO, 1976, p. 712)

No entanto, o que acontece, na realidade, é que o decreto regulamentou o exercício profissional, mas não distinguiu o papel do arquiteto como um profissional autônomo e de formação distinta da do engenheiro, causando certo descontentamento à classe, que também não se sentia amplamente representada pelo seu Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (CONFEA), o qual, criado nesse mesmo ano, tratava de forma abrangente as profissões de engenharia e arquitetura[14].

Segundo Adolpho Morales de Los Rios (1964), a mesma busca pela regulamentação da profissão acontecia em alguns países pela Europa. Na Polônia, ela aconteceu em 1921; em Portugal, em 1925; na Bélgica e na França, em 1926; na Espanha e na Inglaterra, em 1929; e na Itália, em 1923. Isso mostra a sintonia do movimento internacional de Arquitetura do Brasil com o resto do mundo.

- **O Plano Nacional de Educação**

A década de 30 foi marcada por muitas mudanças no campo acadêmico e pela preocupação com a regulamentação do exercício profissional. As mudanças na Academia, a organização dos Institutos e Associações de Arquitetos e o Movimento Moderno e seus novos ideais deram uma feição renovada para a Arquitetura no Brasil.

Em 1937, foi criada a Universidade do Brasil pelo decreto n.º 452 de 5 de julho, a qual foram incorporadas a Faculdade Nacional de Arquitetura, a Escola Nacional de Belas Artes e a Escola Nacional de Engenharia (antiga Escola Politécnica).

[14] Nesse período, também foram criadas comissões consultivas que tratariam do Plano de expansão da Universidade e seus novos edifícios. Delas, fizeram parte Archimedes Memória e Adolfo Morales de Los Rios Filho. O mais importante foi que, a partir desse momento, no que se baseavam os conhecimentos específicos de arquitetura e engenharia, a Universidade e os membros da Comissão fizeram valer o Decreto n.º 23.569 de 1933, que regulamentou o exercício profissional no Brasil, fazendo com que apenas profissionais regulamentados pudessem participar dos projetos dos novos edifícios que abrigariam as novas instalações da Universidade.

Segundo relatos de Morales de Los Rios (1964, p. 26), “o curso de Arquitetura deveria ter por objetivo o desenvolvimento da ciência e da arte de projetar e construir, bem como ministrar os conhecimentos científicos, técnicos e artísticos necessários ao exercício da profissão do Arquiteto”.

A estrutura do curso de arquitetura é novamente revista e se estrutura de acordo com o Apêndice B do trabalho. É importante destacar que a bibliografia não esclarece como as disciplinas se organizaram nos anos de curso, apenas as lista como conteúdos mínimos a serem ministrados.

Em 5 de julho de 1937, o então presidente Getúlio Vargas cria a Lei de n.º 452, criando a Universidade do Brasil, que eleva definitivamente os cursos da Escola Nacional de Belas Artes, incluindo o curso de Arquitetura em um curso superior, dando maior respeito e valor às profissões artísticas no país, as quais historicamente fazem parte do quadro de formação da ENBA, como arquitetura, pintura, escultura e gravura.

Ainda na década de 30, durante o auge do movimento moderno no Estado Novo, é criado no Brasil o IPHAN. O ideário do patrimônio passa a ser parte integrante do projeto de construção da nação pelos estados. Nesse período, os estreitos laços de amizade entre o governo, os escritores e artistas modernos deram ao órgão certa autonomia. Esse ponto será retomado com maior aprofundamento no próximo capítulo.

1.2.4 A direção do curso de Arquitetura depois de Archimedes Memória (1937) até sua autonomia (1945)

Com a saída de Archimedes Memória, em 1937, o pintor e professor Lucílio de Albuquerque (7º diretor do Período Republicano e 15º diretor desde a sua criação) assume o cargo de diretor da Escola de Arquitetura, onde fica até 1938, quando se afasta por motivos de saúde. Nesse período, nenhuma mudança curricular significativa acontece no Curso, no entanto os reflexos das mudanças e da projeção da Arquitetura Moderna Brasileira no cenário nacional e internacional ecoavam no ensino tradicional da Escola.

Em 1938, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer projetam o Pavilhão brasileiro na Feira Mundial de Nova Iorque. Esse projeto, que foi considerado um brilhante e genuíno exemplar da arquitetura moderna brasileira, se torna um marco importante também para as inquietudes acadêmicas.

O edifício chama tanta atenção que se torna o pivô do interesse internacional para a arquitetura modernista brasileira, de forma que, em 1943, o MOMA (*Museum of Modern Art*) de Nova Iorque realiza a exposição *Brazil Builds.* Em seu catálogo, foram retratados os edifícios tradicionais e a nova arquitetura brasileira, agora, eternizados em um só lugar.

> O mesmo Brasil Builds, que revela a todo o mundo a originalidade precoce e a qualidade arquitetônica do Ministério, foi guiado através do Brasil por Dr. Rodrigo e pelo SPHAN. E, para surpresa geral, carregava também, e destacadamente, as formas curvas, belas e irracionalmente livres das coberturas e marquises da Pampulha, fotografada no final das obras, em 1942. Para quem tinha nos olhos a dinâmica expressividade do barroco histórico, a analogia com as criações plásticas de Niemeyer deve ter sido uma revelação cultural vertiginosa. (CAMPOFIORITO, 1997, p. 14).

O afastamento de Lucílio traz para a direção da Escola o pintor Augusto Bracet (8º diretor do Período Republicano e 16º diretor desde a sua criação), que ficou no cargo como interino até 1945 e efetivo até 1948, quando se afastou por motivos de saúde.

Até a década de 1940, no curso de Arquitetura da ENBA, a arquitetura moderna era vista como uma manifestação de caráter comunista, e a escola não se pronunciava sobre os trabalhos realizados por arquitetos modernos brasileiros quando estes já tinham até alcançado repercussão internacional (LEITE, 1981).

Em 1944, foi criado o Diretório Acadêmico de Arquitetura, que viria a liderar a luta pela formação da Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA), que se deu em 31 de agosto de 1945. Inicia-se, então, o ciclo do ensino autônomo da Arquitetura no Rio de Janeiro.

Com a fundação da Faculdade Nacional de Arquitetura, o então Presidente da República José Linhares e o Ministro da Educação Raul Leitão da Cunha criam o Estatuto da Universidade do Brasil. Em 13 de julho de 1945, o Conselho Universitário aprova seu Regimento Interno. Nesse mesmo ano, em 29 de outubro, cai o governo de Getúlio Vargas. O IAB e os estudantes da FNA formam a 1ª Comissão com o objetivo de estudar um novo currículo para o curso de arquitetura. Esses estudos iniciais se basearam na estrutura do currículo proposto por Lúcio Costa no curto período em que foi diretor da FNA. Essa proposta veio a ser discutida no 1º Congresso de Ensino de Engenharia e Arquitetura, ocasião em que foi formulada uma proposta inicial curricular que não chegou a ser implantada (LEITE, 1981).

1.3 A Faculdade Nacional de Arquitetura e o início da autonomia

Havia descontentamento a respeito dos primeiros modelos de ensino que estavam vinculados a uma posição acadêmica tradicional ligada à Escola de Belas Artes ou à postura tecnocrática das Politécnicas. Esses modelos evoluíram, a partir do século XX, para uma posição modernista, no sentido estético, influenciada pela Bauhaus[15] e por Le Corbusier, mas, ao mesmo tempo, esteve voltada para uma compreensão mais ampla dos problemas da construção do país (ARTIGAS, 1977).

No âmbito da educação, podemos afirmar que o I Congresso Nacional de Arquitetura, de 1945, acontecido em São Paulo, impulsionou o engajamento profissional em prol da fundação de novas faculdades autônomas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil: em 1947, foi fundada a Universidade Mackenzie, oriunda da Escola de Engenharia; em 1948, a Universidade de São Paulo, que se separou da Escola Politécnica; em 1946, as Faculdades Federais da Bahia e de Pernambuco, ambas dissidentes da Escola de Belas Artes; em 1950, a Universidade do Rio Grande do Sul, dissidente do Instituto de Belas Artes. Esse Congresso também foi fundamental para a consolidação das novas diretrizes de reorganização do IAB.

Não se pode esquecer que esse cenário se deu dentro de um recorte temporal – o país passava por uma crescente industrialização e aceleração urbana, o que demandava um grande número de profissionais a serem absorvidos pelo mercado. Começa a haver, então, uma preocupação não apenas com o ensino local da Arquitetura, mas com a formação Nacional, de modo que se consolida um movimento para a criação do currículo mínimo das faculdades de Arquitetura e Urbanismo.

1.3.1 A Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro de 1945 a 1962

A FNA foi criada pelo Decreto-lei n.º 7.918 de 31 de agosto de 1945. Segundo esse decreto, foram criados dois cursos profissionalizantes, o de “Arquitetura” e o de

[15] A Bauhaus foi uma escola de arte vanguardista na Alemanha, fundada por Walter Gropius em 12 de abril de 1919. Foi uma das maiores e mais importantes expressões do que é chamado Modernismo no design e na arquitetura, sendo a primeira escola de design do mundo. Após uma mudança nos quadros do governo, em 1925, a escola mudou-se para Dessau, cujo governo municipal naquele momento era de esquerda. Uma nova mudança ocorre em 1932 para Berlim, devido à perseguição do recém-implantado governo nazista. Em 1933, após uma série de perseguições por parte do governo nazista, a Bauhaus é fechada por ordem do governo. A escola Bauhaus também influenciou imensamente a América do Sul, tendo como seu principal representante o arquiteto Oscar Niemeyer.

"Urbanismo", este último destinado a profissionais graduados em Arquitetura e Engenharia Civil, sendo titulados como "urbanistas" (MACHADO, 1987).

A FNA ocupou inicialmente o antigo edifício D. Pedro I na Praia Vermelha, sendo transferida para a Cidade Universitária apenas em 1961, onde ocupou – e ainda ocupa – o edifício modernista projetado por Jorge Machado Moreira, que teve seu projeto premiado na Bienal de Arquitetura de 1957.

O primeiro modelo de currículo adotado pela FNA do RJ serviu de modelo para os currículos nacionais de 1945 até 1962 (ABEA, 2010, p. 65). A organização da FNA, quando da sua criação, tinha como finalidade proporcionar habilitação técnica, artística e científica aos profissionais de Arquitetura e Urbanismo. Nessa época, o curso de Urbanismo ainda tinha diplomação independente. Sua duração era de dois anos além do de Arquitetura, mas só poderia ser cursado por arquitetos e engenheiros civis já diplomados. (As estruturas curriculares dos cursos de Arquitetura e de Urbanismo estão demonstradas respectivamente nos apêndices B e C deste trabalho.)

As disciplinas de Concreto Armado e Arquitetura no Brasil aparecem pela primeira vez no currículo, aproximando o ensino da arquitetura moderna vigente no país, que criava, naquele momento, a identidade nacional do nosso patrimônio e encontrava no concreto o seu grande aliado na solução das formas construtivas.

Seguindo o modelo já apresentado da ENBA, nessa fase da Escola, ao término dos cursos de Arquitetura e/ou Urbanismo, os alunos poderiam ser premiados com medalhas de prata e ouro. Aqueles que eram contemplados com a "Grande Medalha de Ouro" poderiam participar do concurso para o Prêmio de Viagem, que contemplava o estudante recém-diplomado com uma viagem de até quatro anos no exterior.

Também, a partir desse momento, a Faculdade inicia uma política de preferência na contratação de professores arquitetos e engenheiros-arquitetos para as cadeiras do curso, já restringindo e tornando privativa a eles as cadeiras de Arquitetura Analítica, Teoria da Arquitetura, Arquitetura no Brasil, Composições de Arquitetura e Grandes Composições de Arquitetura (MORALES DE LOS RIOS, 1969, p. 66). A estrutura da faculdade era departamental, de modo que cada chefe de departamento estava submetido ao diretor. No quadro 7, podemos entender qual a estrutura organizacional dos departamentos e quais disciplinas estavam atreladas a cada um deles.

Quadro 7 – Estrutura departamental da Faculdade de Arquitetura em 1945

Departamento de Matemática	Matemática Superior
	Geometria Descritiva

	Mecânica Racional
	Grafo Estática
	Sombras, Perspectiva e Estereotomia
Departamento de Física Aplicada	Física Aplicada
	Higiene da Habitação, Saneamento das Cidades
	Técnica Sanitária Urbana, Serviço de Utilidade Pública
Departamento de Construção	Materiais da Construção, Estudo dos Solos
	Técnica da Construção, Topografia
	Resistência dos Materiais, Estabilidade das Construções
	Concreto Armado
	Sistemas Estruturais
Departamento de Arte	Desenho Artístico
	Composição Decorativa
	Modelagem
	História da Arte, Estética
Departamento de Arquitetura	Arquitetura Analítica
	Teoria da Arquitetura
	Composições da Arquitetura
	Grandes Composições da Arquitetura
	Arquitetura no Brasil
Departamento de Urbanismo	Arquitetura Analítica
	Urbanismo, Arquitetura Paisagística
	Teoria e Prática dos Planos de Cidades
	Arquitetura Paisagista
Departamento de Organização	Legislação, Economia Política
	Organização do Trabalho, Prática Profissional
	Urbanologia, Estatística, Documentação Urbanística
	Administração Municipal

Fonte: Morales de Los Rios Filho, 1964, p. 67

Os primeiros diplomados Arquitetos pela Faculdade Nacional de Arquitetura o fizeram em 1950 (iniciaram o curso no ano de 1945). Apenas em 31 de agosto de 1955 foi formada a primeira turma de urbanistas do Brasil, com 27 profissionais, pois o curso só começou a funcionar em 1953. Em 1955, com dez anos de existência, a FNA já havia formado 773 arquitetos. A regulamentação final das atribuições do Urbanista foi definida pelo CONFEA através da resolução 218/73 (CONFEA, 1973), em seu artigo 21.

A década de 50 foi um importante período para a educação superior no Brasil, pois aconteceram duas mudanças que permitiram que, em 1961, fosse feita a reforma da universidade brasileira, resultando nas diretrizes básicas para a educação (Lei n.º 4.024 de 20 de dezembro). Houve o desmembramento do Ministério dos Negócios, da Educação e da Saúde Pública, que originou um Ministério próprio para a Educação e Cultura (MEC) e a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em 1955. Esse instituto permitiu uma maior conscientização e a ampliação dos estudos e direcionamentos acerca da realidade educacional do Brasil.

Em 29 de dezembro de 1959, pelo Decreto n.º 47.535, foi criada a denominação de Ilha Universitária. Esta se deu na área de aterros que uniram as ilhas da Baía de

Guanabara e que ficou destinada exclusivamente às instalações da Universidade do Brasil, para onde se mudou a Faculdade Nacional de Arquitetura em 1961.

O primeiro diretor da FNA foi o engenheiro Eugênio Hime, que ficou à frente da Escola até 1948, sendo o responsável pela materialização e montagem do curso. De dezembro de 1948 até dezembro de 1954, assume a Escola o arquiteto Paulo Ewerard Nunes Pires, que ficou à frente da organização e da mudança do curso do Edifício da Escola de Belas Artes para o prédio da Reitoria na Praia Vermelha, onde montou e inaugurou a biblioteca do curso e instalou e inaugurou o curso de Urbanismo.

Assume, entre 1954 e 1957, a direção da Escola o engenheiro-arquiteto Lucas Mayerhofer, que criou um grande e bem equipado laboratório de Resistência dos Materiais e promoveu muitas conferências e exposições, criando um excelente clima entre alunos e professores do curso em sua gestão (MORALES DE LOS RIOS FILHO, 1964, p. 72).

O engenheiro Raimundo Barbosa de Carvalho Neto assume a direção de 1957 até 1961, ficando conhecido por zelar e participar intensamente da estrutura pedagógica do curso. Foi ele o responsável pela organização e mudança da FNA do então prédio da Reitoria na Praia Vermelha (antiga sede do Hospital de Alienados) para o novo edifício modernista projetado por Jorge Machado Moreira para abrigar exclusivamente o Curso da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, na Ilha do Fundão.

Em 1961, Wladimir Alves de Sousa assume a direção da FNA, pois embora tenha sido eleito como vice-diretor, acabou substituindo Raimundo Barbosa de Carvalho, que assumiu o cargo de Secretário Geral de Obras e Viação da Prefeitura Municipal.

Embora a produção da arquitetura modernista brasileira estivesse em alta nesse período, nenhuma mudança significativa aconteceu na estrutura convencional do ensino na FNA. Os modernistas, com raras exceções, não foram personagens do ensino formal no Rio de Janeiro. Lúcio Costa, Bule Marx, Oscar Niemeyer, Jorge Moreira e os irmãos Roberto não estiveram na militância sistemática do ensino de arquitetura, mas promoveram verdadeiras aulas magnas fora da escola, surgindo uma maledicente afirmação sobre as Escolas de Arquitetura: “fez-se arquitetura no Brasil, apesar das escolas” (SEGAWA, 1999, p. 131). O fato é que, entre 1945 e 1955, muitos cursos autônomos de arquitetura foram surgindo, o que tornava mais urgente uma revisão e implementação de diretrizes mínimas a serem seguidas.

1.4 O ensino e outros acontecimentos na Arquitetura a partir da década de 60

Segundo Milan (1962), em 1958, aconteceram dois movimentos muito representativos do desejo de mudanças em prol da profissão: o I Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura – que debateu, em escala nacional, ensino e profissão –, e o encaminhamento de um projeto de lei ao então presidente Juscelino Kubitscheck reivindicando uma nova regulamentação profissional.

Na década de 60, o crescimento do número de cursos de arquitetura no país continuava acontecendo. Em 1961, o curso de arquitetura foi criado na Universidade do Paraná e, em 1965, na Universidade Federal do Ceará. Com esse novo aumento no número de cursos, as entidades de classe, baseadas no modelo existente na FNA, propuseram uma unificação dos conteúdos de ensino. Os alunos da FAU-USP e da Universidade de Porto Alegre promoveram uma campanha nacional pela reforma do ensino. A partir daí, a Executiva Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo e a União Nacional dos Estudantes (UNE) promoveram seis encontros nacionais de arquitetos, estudantes e professores de arquitetura.

Desses encontros, nasce a proposta de elaboração de um currículo mínimo que assegurasse uma sintética unidade, indispensável à formação do arquiteto no âmbito nacional, salvaguardando peculiaridades regionais e possibilitando diferentes sistemas no campo do ensino de arquitetura.

A adoção do modelo curricular da FNA do RJ foi amplamente discutida pelo corpo estudantil, professores e profissionais da área, pois, com o crescimento e difusão da arquitetura no país, algumas divergências de ideias criaram pequenas resistências. No entanto, foi apenas a partir do III Encontro de diretores, professores e estudantes de Arquitetura, acontecido em São Paulo em 1962, que se formulou o currículo mínimo aprovado pela Portaria Ministerial de 04 de dezembro de 1962 (quadro 08).

Quadro 8 – Conteúdos mínimos a serem observados na organização dos cursos de Arquitetura em 1962

MATÉRIAS
1. Cálculo
2. Física Aplicada
3. Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções
4. Desenho e Plástica
5. Geometria Descritiva
6. Materiais de Construção

7. Técnica de Construção
8. História da Arquitetura e da Arte
9. Teoria da Arquitetura
10. Estudos Sociais e Econômicos
11. Sistemas Estruturais
12. Legislação, Prática Profissional e Deontologia
13. Evolução Urbana
14. Composição Arquitetônica, de Interiores e de Exteriores
15. Planejamento

Fonte: ABEA, 1977a, p. 72

A preocupação inicial desse currículo era criar uma formação mais generalista que não permitisse uma especialização em áreas específicas, deixando estas para um segundo momento, subsequente à graduação, onde o aprimoramento ficasse a cargo de cursos ou atividades complementares. A ideia do novo modelo era aproximar o ensino da prática profissional, o que acabou por centralizá-lo em torno das disciplinas de projeto.

Surge, então, a proposta do modelo de ensino baseado no ateliê central, substituindo as antigas cadeiras de composição. As disciplinas do eixo de projeto, a partir do currículo mínimo de 1962, centralizaram a maior carga horária dentro dos currículos mínimos de arquitetura e foram o grande diferencial das escolas, distanciando o ensino de arquitetura dos antigos moldes herdados das escolas de Belas Artes e das Politécnicas. Esse modelo de ensino foi adotado a partir de 1957 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), pioneira dessa nova estruturação. A FAU-USP, naquele momento, também organizou sua estrutura departamental em três núcleos: História, Projeto e Técnicas da Construção (ABEA, 2010, p. 64).

Pretendia-se adequar a formação desenvolvida nas escolas às especificidades do exercício profissional e à atuação do arquiteto e urbanista na própria sociedade, permitindo que as cadeiras formalizadas pelas bases mínimas incorporassem as tradições socioculturais de suas localidades.

O currículo mínimo foi proposto em 1962 e aprovado pelo Conselho Federal de Educação. Suas diretrizes foram rapidamente disseminadas pelas Escolas de Arquitetura que existiam no país. Esse foi um currículo que aprofundou o movimento pela reforma, propiciou e viabilizou a experimentação de novas metodologias.

Dessa nova proposta, destacou-se a experiência da UNB, uma Universidade recém-criada surgida com a nova capital do país que seguiu as propostas de Darcy

Ribeiro, priorizando a formação de pessoas preocupadas em solucionar os problemas relacionados ao desenvolvimento econômico e social brasileiro, preparando especialistas com qualificação em todos os campos do conhecimento, capazes de utilizar os recursos técnico-científicos para promover o progresso social. No caso do curso de Arquitetura, seus primeiros alicerces foram estruturados por Oscar Niemeyer e Alcides da Rocha Miranda, uma escola que, como veremos mais para a frente, já nasce moderna e com vínculos na cultura nacional, alicerçada também pela visão modernista ainda vigente no patrimônio, como veremos no próximo capítulo.

A procura pela formação superior aumentou em face da oferta de empregos em áreas especializadas. O mais importante dos fatos foi o Golpe Militar de 1964, que provocou uma reformulação e um retrocesso no ensino superior do país (ABEA, 2010, p. 68). A Portaria Ministerial n.º 159 de 14 de junho de 1965 fixou a carga horária mínima de 4.050 horas-aulas e a duração mínima dos cursos em cinco anos (BRASIL, 1965)[16].

Em 1965, a Universidade do Brasil (UB) passou a denominar-se Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e a Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA) transformou-se em Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU). Por meio dos Decretos-Lei n.ºs 53 e 252, de 1966 e 1967, respectivamente, foram fixados os novos princípios e normas de organização para as universidades federais, que deram origem ao Plano de Reestruturação da UFRJ. Submetido ao Conselho Federal de Educação, esse plano foi aprovado pelo Decreto n.º 60.455A, de 13 de março de 1967.

Em decorrência dessa reformulação na estrutura acadêmica, foi elaborada a Reforma do Ensino do Curso de Arquitetura, cujas diretivas gerais foram aprovadas pelo Conselho Universitário em 25 de março de 1969. Ainda nesse período e antes da

[16] "A Portaria Ministerial n.º 159, de 14 de junho de 1965, estabeleceu os parâmetros que orientaram, nessa fase, a estruturação da educação superior quanto à duração dos cursos de graduação. Partia-se do conceito de tempo útil que expressava, por um quantitativo de horas-aula, o mínimo necessário para a execução dos currículos. Para se chegar à duração do curso em anos, era utilizado o conceito de termo médio, o qual expressa a integralização anual do currículo mensurada em horas-aula (h-a). Tal integralização anual representava uma média esperada de horas anuais a serem despendidas com ensino, considerando-se que à época o ano letivo não podia ser inferior a 180 dias de trabalho escolar efetivo, representativas de 15 semanas por semestre, cada qual com 6 dias de atividades – 6 dias X 15 semanas X 2 semestres = 180 dias por ano. Com base nos conceitos apresentados, chegava-se ao enquadramento em anos dos cursos de graduação existentes. Por exemplo, o curso de *Arquitetura tinha um tempo útil de 4.500 horas-aula e um termo médio de 900 horas, fazendo com que sua duração esperada fosse de 5 anos. Assim, considerando-se o ano letivo de 180 dias, estimava-se que seriam necessárias 5 horas-aula (= 900/180) em média, por dia, para a execução do currículo mínimo*." (NOGUEIRA, André Magalhães. *Considerações sobre Carga Horária Mínima nos Cursos de Graduação*: uma nota técnica. Disponível em: http://www.observatoriouniversitario.org.br/documentos_de_trabalho/documentos_de_trabalho_60.pdf. Acesso em: 4 jan. 2020. Grifo nosso)

implantação da reforma de 1969, em 24 de dezembro de 1966, foi criada a Lei n.º 5.194, que regulamenta o exercício profissional de engenharia, arquitetura e agronomia no Brasil, definindo suas responsabilidades e diretrizes. Ela também estabelece o papel do CONFEA e do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) e os procedimentos para registro dos profissionais e empresas vinculados a essas áreas. O fato é que a criação de conselhos multiprofissionais desagradou à classe, que almejava, desde 1933, a criação de um conselho exclusivo.

O presidente Costa e Silva criou, em 1968, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GRTU), designando pessoalmente seus membros e colocando a sua disposição todo um conjunto de ideias e pressupostos sobre a universidade já presentes nos planos governamentais. Esse grupo possuía uma clara intenção de impor medidas disciplinares dentro das universidades, coibindo qualquer manifestação de ideias contrárias ao Regime Militar.

A Reforma Universitária, promulgada pelo MEC/USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) através do Decreto-lei n.º 477 de 26 de fevereiro de 1969, tinha como base o plano Atcon de Rudolf Atcon[17] (ABEA, 2013, p. 22). Durante esse período, acontece uma grande propagação de cursos de arquitetura pelo país. Essa reforma de 1969 amplia as vagas nas Universidades Públicas e propicia as condições para o surgimento do ensino privado.

No retrocesso da discussão do currículo, que, mesmo baseado numa estrutura pedagógica de conteúdos mínimos, deveria observar as particularidades de cada escola, o Ato Institucional n.º 5 (AI-5) e o Ato Complementar n.º 75 de 1969 atingem as universidades de forma repressora e arbitrária, causando um hiato em todos os avanços discutidos e implementados pela classe até o final da década de 1960 (ABEA, 2010, p. 70).

Professores e alunos ficaram de fora das discussões da Reforma Universitária, o que permitiu a massificação e a queda da qualidade do ensino de Arquitetura no país e a

[17] Rudolf Atcon, americano, membro da AID (*Agency International Development*), fizera um estudo sobre a universidade brasileira a partir de visitas realizadas a várias instituições do país. Suas ideias doutrinárias partiam do pressuposto de que a educação seria o ponto de partida para o desenvolvimento da América Latina e remontavam à década anterior, quando eram publicadas sucessivamente sob denominações diversas. Designado consultor do Ministério da Educação e Cultura, disponibilizou ao GRTU um documento intitulado "Recomendações", que apontava os objetivos e finalidades nas diversas esferas de reformulação universitária, notadamente no que dizia respeito à integração, reforma administrativa, reforma fiscal, educação superior, universidade. Coube, portanto, a Atcon a incumbência maior de orientar a implantação de uma nova estrutura universitária baseada no modelo empresarial, objetivando rendimento e eficiência e a construção de um suporte institucional para a execução de decisões militares em direção ao propalado do Brasil.

ruptura com o ideário modernista nacional e internacional. Da mesma forma, no que concerne à educação, a categoria também em muito se decepcionou. Toda a discussão em torno da adequação e controle dos novos cursos de arquitetura, que resultou numa proposta de um currículo mínimo pela categoria, teve seu conteúdo bastante alterado na promulgação do currículo mínimo de 1969 (quadro 9). A implantação do novo currículo mínimo oriundo da Reforma Universitária de 1969 e estabelecido pela Resolução CFE n.º 3, de 23 de junho, organizou o conteúdo em dois ciclos: básico e profissional.

Quadro 9 – Conteúdos mínimos a serem observados na organização dos cursos de arquitetura – 1969

MATÉRIAS BÁSICAS	1. Estética, História das Artes e, especialmente, da Arquitetura
	2. Matemática
	3. Física
	4. Estudos Sociais
	5. Desenho e Outros Meios de Expressão
	6. Plástica
MATÉRIAS PROFISSIONAIS	1. Teoria da Arquitetura, Arquitetura Brasileira
	2. Resistências Dos Materiais E Estabilidade das Construções
	3. Materiais de Construção, Detalhes e Técnicas da Construção
	4. Sistemas Estruturais
	5. Instalações e Equipamentos
	6. Higiene da Habitação
	7. Planejamento Arquitetônico

Fonte: ABEA, 1977a, p. 72

Esse currículo, além de um retrocesso no ideário de tudo que havia sido pensado no âmbito nacional e internacional no campo do ensino da Arquitetura e do Urbanismo, também facilitou o cumprimento das formalidades para autorizar a abertura de novos cursos no país. Por mais que houvesse uma demanda por profissionais nesse período, as estratégias do governo para ampliação de vagas na Universidade sem se comprometer com os custos e com a qualidade abriu uma grande brecha para os problemas que enfrentamos até hoje.

Segundo a Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura (ABEA, 1977), essa reforma implantou algumas medidas que fragmentaram o ensino e atraíram o interesse privado. Dentre elas, estavam: o aumento de vagas; a matrícula por disciplinas; a instituição dos cursos básico e profissionalizante; o vestibular unificado por região; o ingresso por classificação, pois a procura passa a ser maior do que a oferta; e a fragmentação do grau acadêmico.

> A implantação da Reforma Universitária no auge repressivo da ditadura militar, aliada ao descaso e à omissão dos órgãos governamentais com a manutenção de padrões de qualidade adequados, acabou por transformar o ensino superior em produto mercadológico controlado por empresas educacionais. As condições políticas em que esse processo ocorreu, com a supressão das liberdades democráticas, contribuíram efetivamente para a ruptura da interlocução da universidade com a sociedade, comprometendo a formação acadêmica e profissional de geração de estudantes. (ABEA, 2010, p. 70).

Na década de 70, inicia-se uma enorme criação de cursos de Arquitetura (quadro 10), muitos deles no Estado do Rio de Janeiro. Nesse momento, o ensino de Arquitetura e Urbanismo deixa de ser exclusivo da FNA, o que amplia as diretrizes desse ensino.

Quadro 10 – Escolas de Arquitetura no Brasil até o final da década de 1970

ANO	INSTITUIÇÃO
1930	• Universidade Federal de Minas Gerais_ MG
1945	• Universidade Federal do Rio de Janeiro (antiga FNA)
1946	• Universidade Federal de Pernambuco_ PE • Universidade Federal do Rio Grande do Sul _RS
1947	• Universidade Presbiteriana Mackenzie_ SP
1948	• Universidade de São Paulo_ SP
1950	• Universidade Federal da Bahia_ BA
1961	• Universidade Federal do Paraná_ RS
1962	• Universidade Nacional de Brasília_ DF
1965	• Universidade Federal do Ceará_ CE
1968	• Centro Universitário Geraldo di Biase_ Volta Redonda_ RJ
1969	• Universidade Santa Úrsula_ Rio de Janeiro _ RJ
1970	• Faculdade de Arquitetura Barra do Piraí _ RJ • Universidade Federal Fluminense, Niterói _ RJ • Faculdade de Arquitetura Elmano Ferreira Veloso _ São José dos Campos _ SP • Universidade Católica de Santos _ SP • Centro Universitário Braz Cubas _ SP
1971	• Faculdades Integradas Silva e Sousa _ Guanabara _ RJ
1972	• Universidade Vale dos Sinos _ São Leopoldo _ RS • Instituto Metodista Bennet _ Guanabara _ RJ • Universidade Gama Filho _ Guanabara_ RJ • Universidade Federal de Pelotas_ RS
1973	• Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Farias Brito _ Guarulhos_ SP • Universidade Federal do Rio Grande do Norte _RN
1974	• Pontifícia Universidade Católica de Campinas _ SP • Universidade Mogi das Cruzes _ SP • Universidade Federal de Alagoas _AL • Universidade Federal de Goiás _ GO • Universidade Luterana do Brasil _RS
1975	• Universidade Federal da Paraíba _PB
1976	• Centro Universitário Ritter dos Reis_ RS • Pontifícia Universidade Católica do Paraná _ PR
1977	• Universidade Federal de Santa Catarina _SC
1978	• Universidade Federal de Taubaté _ SP
1979	• Universidade Federal do Espírito Santo _ES • Centro Universitário Belas Artes de São Paulo _ SP • Universidade Federal de Londrina_ PR

Fonte: Portal INEP – MEC, 2019

Esse foi um período marcado por acontecimentos diversos que se refletiram no ensino superior de formas dissonantes – a educação sofreu com a falta de investimentos, pois ao país interessava investir em infraestrutura, e houve a proliferação de cursos privados de Arquitetura e Urbanismo. Antes da Reforma de 1969, existiam no Brasil 9 escolas públicas e 2 privadas. Até o final da década de 1970, esse número chegou a 19 públicas e 18 privadas (quadro 10).

A partir dessa década, começaram a surgir reais preocupações com as diretrizes e o controle do ensino da Arquitetura e do Urbanismo em nossa nação. Essa preocupação vai culminar na criação de uma Comissão de Especialistas no Ensino de Arquitetura e Urbanismo (CEAU), pelo MEC e pelo IAB, através da Portaria Ministerial n.º 699, de 18 de dezembro de 1973, no Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura.

Em novembro do mesmo ano, foi fundada a ABEA, cujo Conselho Superior era composto pelos diretores ou representantes das instituições de ensino. Sua primeira direção ficou a cargo de Nestor Goulart Reis Filho (diretor da FAU/USP), eleito presidente; o vice-presidente era Aluízio José Rosa Monteiro (representante de FAU de São José dos Campos) e a secretária era Marlene Yurgel (representante da FAU/USP).

Ainda em 1973, aconteceu o I Encontro de Diretores de Escolas de Arquitetura. Em 1974, foi publicado o I Boletim ABEA, fruto do Primeiro Encontro de Diretores, que, entre outras coisas, discutiu sobre as diretrizes do Ensino de Arquitetura no Brasil que serviram de base para o XX Congresso Mundial da União Internacional dos Arquitetos (UIA) em 1975. No total, a ABEA publicou 11 boletins na década de 1970, cujo material foi de grande valia. A partir deles, foi possível traçar as diretrizes do ensino de Arquitetura e Urbanismo naquele período.

Nessa primeira publicação, a UIA (União Internacional de Arquitetos) incumbiu a UNB (Universidade Nacional de Brasília) e a FAU/USP de produzirem para a UNESCO um relatório sobre o ensino de Arquitetura no Brasil. Esse fato demonstrou o interesse internacional na produção arquitetônica no Brasil, tão eloquente e importante no cenário internacional por causa de sua autêntica Arquitetura Modernista.

> Constitui objetivo da Unesco não só a estruturação imediata de um projeto-piloto de ensino de Arquitetura em um dos Estados participantes e a criação de um Centro de Ensino de arquitetura para o intercâmbio cultural e material entre as escolas como também o oferecimento de bolsas para estudantes e

> professores e ainda a subvenção de programas de aperfeiçoamento e de reaparelhamento material de nossas escolas. (ABEA, 1974).

A década de 70 foi, então, marcada por muitas discussões de ensino (nas esferas nacional e estadual) e por uma lista intensa de eventos. Em 1974, foi apresentado o relatório sobre o ensino da Arquitetura no Brasil, realizado pela FAU/USP, e foi realizado o I Encontro de Professores de Arquitetura das áreas de Estrutura e Conforto Ambiental (Rio de Janeiro).

No ano de 1975, aconteceram:

- em março, o II Encontro de Diretores de Escolas de Arquitetura na FAU/USP. Nesse evento, ficou definido um cronograma de encontros regionais por áreas a fim de desenvolverem um programa das disciplinas que comporiam um currículo mínimo integrado;
- em junho, em Salvador, o Encontro de Professores de História da Arquitetura e Teorização;
- em julho, em Brasília, o Curso de Atualização de Docentes de Paisagismo para Escolas de Arquitetura e Urbanismo;
- em agosto, também em Brasília, o Encontro de Proteção ao Meio Ambiente;
- em setembro, em Belo Horizonte, o Encontro de Ensino de Projeto;
- em novembro, em Brasília, o III Encontro de Diretores da ABEA – Modelos de Ensino e Currículo Mínimo Federal – Sistema de Vestibulares.

Em maio de 1976, aconteceu em Campinas o I Encontro Regional de Escolas de Arquitetura; em agosto, no Rio de Janeiro, se realizou o II Encontro Regional de Escolas de Arquitetura, no qual, pela primeira vez, o Núcleo de História e teorização apontou para a preservação da memória e da consciência nacional (ABEA, 2013, p. 31). O Banco Nacional de Habitação (BNH) foi criado em 1964 pelo governo militar com o objetivo de dinamizar a economia e garantir o apoio político aos desabrigados. Então, em 1976, foi criada a Assessoria de Pesquisa (APQ/BNH) – um convênio entre CONFEA, BNH e as Escolas de Arquitetura –, que se tratava de uma assistência técnica e financeira às Escolas de Arquitetura pelo BNH para treinamento de docentes nessa área.

Em setembro de 1977, o Encontro Nacional da ABEA, junto com o CAE (Comissão de Avaliação do Ensino), reuniu professores e instituições de todo o país

para discutir um outro currículo mínimo. Um dos frutos desse encontro foi um relatório intitulado: “Sobre o Ensino da Arquitetura no Brasil”, apresentado por Nestor Goulart Reis Filho na reunião sobre a Fundação da ABEA. Um dos textos nele contidos apresenta uma importante fala de Augusto Carlos da Silva Telles, *a Arquitetura no Brasil: critérios de ensino*. Neste, Silva Telles ressalta a importância do ensino de Arquitetura no Brasil, disciplina incorporada ao curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes do RJ em 1947, cujo conteúdo buscava tratar do que aconteceu no Brasil de 1549 até aqueles tempos.

Silva Telles foi uma importante figura, atuante não só no ensino de Arquitetura no Brasil, mas também um patrimonialista. Formado pela FAU/UFRJ em 1948, onde lecionou durante a década de 60 nas cadeiras de História da Arte das Américas e do Brasil, atuou na Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi membro do Conselho Estadual de Tombamento da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do antigo Estado da Guanabara e foi Coordenador da Comissão Estadual de Arquitetura Histórica e Conservação de Monumentos do Instituto de Arquitetos do Brasil (ABEA, 2013, p. 34).

Para Silva Telles, preservar os conteúdos ensinados nas cadeiras de Arquitetura no Brasil era preservar nossa memória cultural e nosso patrimônio edificado, cujo presente e futuro estariam nas mãos dos arquitetos que estavam sendo formados pelas Escolas de Arquitetura – que, na década de 1970, se proliferavam pelo Brasil. Ele explicava que a disciplina de Arquitetura no Brasil foi reformulada por Paulo Santos em 1945, quando a FNA foi criada. O programa foi ampliado, no sentido de abranger análises históricas e críticas da arquitetura que se fez no país desde 1549.

Telles afirmava que o conteúdo deveria ser analisado no sentido cultural, analítico e crítico da arquitetura e das obras de arte complementares que fizeram parte da evolução histórica da nação, suas origens e influências estrangeiras, incluindo os núcleos urbanos, os bens de arquitetura militar, civil, religiosa e dos conjuntos de interesse natural e paisagístico. Sugeriu, ainda, que a metodologia da disciplina deveria levar em conta o seu relacionamento com a preservação dos bens culturais.

Como vinha acontecendo nos encontros, o autor propôs núcleos dedicados à pesquisa, documentação e ao estudo e divulgação dos bens culturais do Brasil, especialmente os referentes às suas respectivas regiões (ABEA, 2013, p. 34). Esse tópico levantado por Silva Telles será retomado no próximo capítulo, no qual trataremos especificamente sobre o ensino de patrimônio.

Também do encontro de 1977, originou-se a *Carta de Ouro Preto*, assinada por 24 Escolas de Arquitetura que estavam presentes. Publicado em 1978, esse documento dará origem a um esboço de currículo mínimo que será enviado de forma preliminar em junho daquele mesmo ano para todas as escolas do Brasil, solicitando que debatam e retornem suas considerações até o mês de agosto. Estudantes e entidades solicitam ao CEAU uma prorrogação da data de envio das considerações, pois eram pontos que precisavam ser explorados e analisados com mais calma. O pedido foi acatado, e as escolas puderam enviar suas questões até junho de 1979.

Dentre as recomendações, estavam: a preservação da unidade na formação profissional em âmbito nacional, atendendo às mais amplas atribuições profissionais; o estabelecimento da distribuição de carga horária no currículo, devendo estar 40% da carga lotada para planejamento e projeto, 20% para as disciplinas de tecnologia e instrumentação, 20% para as disciplinas de história e teoria e 20% da carga livre para a escolha das escolas. Além disso, o documento especificava que as escolas deveriam contemplar minimamente 75% da carga horária definida no encontro, fixava a duração mínima dos cursos em 5 anos, definia que as matérias dos cursos secundários não deveriam ser incluídas na carga horária prevista para a formação profissional e recomendava a inserção da disciplina de Paisagismo no currículo. A carta frisava, ainda, a importância da obrigatoriedade do estágio supervisionado.

A primeira Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo da ABEA trabalhou de 1973 até 1978 e viu os cursos de Arquitetura crescerem em ritmo acelerado no país.

O trabalho da primeira comissão e das diretrizes para a reformulação do currículo sintetizadas na *Carta de Ouro Preto* foi retomado na reunião nacional acontecida em dezembro de 1979. Neste ano, o presidente João Batista Figueiredo, em 28 de agosto, promulgou a Lei n.º 6.683, conhecida popularmente como a Lei da Anistia, o que inflamou ainda mais as discussões sobre a educação no país.

A comissão da ABEA, juntamente com o IAB do Distrito Federal e da Federação Nacional de Arquitetos, elaborou uma proposta de um novo currículo mínimo que foi encaminhado em 1982 para o MEC. Tal proposta foi aprovada e defendida durante o VII Encontro Nacional sobre a formação do arquiteto acontecido em 1981 em Goiás, porém foi negada pelo MEC, causando uma grande frustração na classe.

Em linhas gerais, o currículo proposto era de 3.600 horas, cuja carga horária se dividia percentualmente da seguinte forma: Projeto de arquitetura/urbanismo/ paisagismo (40%), Teoria e Instrumentação como Conforto e Condicionamento Ambiental, Materiais e Técnicas de Construção, Estruturas, Observação e Representação do espaço, Organização do trabalho, legislação e prática profissional (35%), Teoria e História da arquitetura/urbanismo/paisagismo e Planejamento urbano e regional (20%) (ABEA, 2013, p. 43-44).

Algumas medidas foram tomadas na intenção de satisfazer os anseios do ensino da Arquitetura no Brasil. Criou-se uma segunda Comissão de Especialistas, que também foi instituída em 1981, para colaborar com a Secretaria de Educação Superior do MEC – juntas elaboraram o Programa de Melhoria do Ensino de Graduação em Arquitetura (Pimeg-ARQ). Este foi formado por 9 universidades que possuíam o curso há mais tempo, sendo consideradas as mais tradicionais: Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de Brasília, Universidade Católica de Goiás, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O fato é que as discussões acerca do tema vão se estender ao longo de 25 anos (1969-1994), pois as novas diretrizes curriculares só serão revistas por meio da Portaria n.º 1.770 de 21 de dezembro de 1994.

1.4.1 A década de 80 e o processo de redemocratização

> Em qualquer análise que se pretenda fazer do desenvolvimento da Universidade Brasileira, e consequentemente do desenvolvimento estudantil, não nos é possível deixar de vincular este processo às operações políticas que se operam no país. Transformações estas estendidas ao longo do desenvolvimento de expansão do sistema capitalista e suas relações de dependência externa, que propiciaram a canalização do ensino, no sentido de responder às necessidades do sistema.
> A análise histórica da luta pela renovação do ensino no Brasil significa tentar entender sua evolução, suas crises, abrindo um leque de discussão, o mais amplo possível, com a finalidade de compreender qual o papel desempenhado pela Universidade, no processo de transformação da sociedade. (LEITE, 1981, p. 2).

A década de 80 foi marcada por um processo de redemocratização no país que foi importante em várias áreas, inclusive na educação. O Fórum Nacional da Educação elencou diversas mudanças que culminaram em uma nova Lei de Diretrizes e Bases

para a Educação (LDB), a qual previa adoções de novas diretrizes curriculares para os cursos universitários vigentes no Brasil. No que diz respeito à Arquitetura, muitas questões discutidas na formatação das CEAUs para a formulação de um currículo mínimo foram retomadas.

As comissões vinculadas à Arquitetura e ao Urbanismo tiveram intensa participação em torno da Constituinte, discutindo iniciativas ligadas principalmente à reforma urbana, à desregulamentação da profissão e ao exame de ordem, sendo as entidades de classe contra as duas últimas. A retomada acerca do currículo mínimo ressurge, então, na década de 90.

Podemos dizer que a década de 80 será marcada pela discussão da pós-modernidade. Hugo Segawa (1999) aponta o lançamento da Revista Pampulha (editada por um grupo de arquitetos mineiros em 1979) como a primeira nova proposta, depois de algumas décadas, de uma retomada da discussão arquitetônica.

Em 1985, em Belo Horizonte, acontece o XII Congresso Brasileiro de Arquitetos, que homenageia Vilanova Artigas. Nesse momento, cerca de cinco mil profissionais voltam a discutir a arquitetura enquanto disciplina num período de redemocratização do país.

1.4.2 Das Diretrizes Curriculares de 1994 a 2005

Segundo o MEC (BRASIL, 1994), a partir da década de 90, o processo de avaliação da área de ensino de Arquitetura e Urbanismo foi estruturado em *quatro tempos*: (1) reconhecimento da área, (2) autoavaliação conjunta da área, (3) avaliação interna dos cursos e (4) avaliação externa dos cursos e dos estudantes a se formarem. Os estudos que aqui iremos descrever deram origem aos conteúdos curriculares do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo de 1994 (quadro 11).

O *primeiro tempo*, iniciado em 1990, consistiu no reconhecimento (estado da arte) da área a partir do Inventário dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo conduzido pela Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura (BRASIL, 1994).

Esse primeiro abriu caminho para o *segundo tempo*, quando foram feitas as autoavaliações dos cursos, desenvolvidas previamente e durante os Seminários Regionais e Nacional, realizados no período de 1993 a 1994. Nesta etapa, foram subsidiados a definição dos padrões de qualidade e o enunciado dos requisitos estabelecidos para a abertura e funcionamento dos cursos de Arquitetura e Urbanismo.

Em 1992, a Secretaria de Educação Superior (SESU/MEC) recriou as CEAUs na busca de melhorar o processo de ensino. As CEAUs iniciaram efetivamente seus trabalhos em fevereiro de 1993 e assim permaneceram até setembro de 1994, num processo de reflexão e de avaliação baseado em um exame aprofundado da problemática educacional na área (ABEA, 1994, p. 89).

Essas comissões elegeram como prioridade de ação, no ano de 1994, a criação de cinco seminários regionais e um nacional. Estes tinham por objetivo discutir a política educacional de ensino de Arquitetos e Urbanistas, de modo que as questões debatidas geraram reflexos positivos na "[…] qualidade de ensino, na produção científica e tecnológica e no mercado de trabalho, buscando sempre estimular a integração do sistema educacional com o desenvolvimento econômico e social" (ABEA, 1994, p. 90).

Os seminários regionais aconteceram em Natal, Cuiabá, Porto Alegre, Vitória e São Paulo; o nacional, em Brasília. Reitores, pró-reitores, professores, representantes do IAB, CONFEA e de todas as entidades de classe vinculadas ao exercício da profissão de Arquiteto e Urbanista participaram da discussão em torno da revisão do currículo mínimo de 1962 e da instituição do currículo mínimo de 1994. Essa etapa foi definida pelo MEC como "autoavaliação conjunta da área".

Nesse momento, a "disciplina" de Técnicas Retrospectivas, objeto de importante análise neste trabalho e que será tratado no próximo capítulo, passa a vigorar. A cadeira foi arrolada pelo novo currículo como uma disciplina do ciclo profissional, onde estão aquelas de conhecimento que caracterizam as atribuições e responsabilidades profissionais. Definiu-se que o conteúdo ministrado na disciplina de Técnicas Retrospectivas deveria tratar do estudo da conservação, restauro, reestruturação e reconstrução de edifícios e conjuntos urbanos (ABEA, 1994, p. 93).

O período de 1995 a 1996 corresponde ao *terceiro tempo*, intitulado pelo MEC de "avaliação interna de todos os cursos" – havia 85 cursos no Brasil, estando 32 em implantação e 53 em funcionamento. A intenção era de que esses cursos avaliassem internamente seu projeto pedagógico e a correspondente prática acadêmica para poderem reestruturar seu currículo pleno, adequando-o às exigências decorrentes de uma nova base legal expressa nas Diretrizes Curriculares e Conteúdos Mínimos de 1994 e na nova legislação para o ensino superior (LDB).

O *quarto tempo*, intitulado "avaliação externa", teve duas vertentes: uma correspondente à verificação periódica dos cursos; a outra, ao exame anual de qualificação dos alunos concluintes – Trabalho Final de Graduação.

Nesse período, o trabalho final de curso ficou entendido como uma alternativa à implantação do exame de ordem, preservando a autonomia dos cursos, mas, ao mesmo tempo, avaliando a qualificação dos estudantes para a vida profissional. Era, ainda, recomendado que tal trabalho tivesse a apreciação, na defesa da banca, de um arquiteto e urbanista atuante no mercado e que não fizesse parte da IES, de forma a tratar a análise com imparcialidade, analisando com os olhos do mercado a aptidão ou não do estudante para a diplomação.

Quadro 11 – Conteúdos curriculares do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo de 1994 (De acordo com a Portaria n.º 1.770 de 1994)

I – Matérias de Fundamentação	1. Estética e história das artes
	2. Estudos Sociais e ambientais
	3. Desenho
II – Matérias Profissionais	1. História e teoria da arquitetura e urbanismo
	2. Projeto de arquitetura, de urbanismo e de paisagismo
	3. Planejamento urbano e regional
	4. Tecnologia da construção
	5. Sistemas estruturais
	6. Conforto ambiental
	7. Técnicas retrospectivas
	8. Informática aplicada à arquitetura e urbanismo
	9. Topografia
III	Trabalho Final de Graduação

Fonte: Quadro elaborado a partir da Portaria n.º 1.770/94 (BRASIL, 1994)

É possível estabelecer uma análise comparativa entre as principais mudanças ocorridas no currículo mínimo de 1969 e de 1994. Em termos estruturais, o currículo de 1994 trata o início do curso como um núcleo de fundamentação da própria arquitetura, relacionando a este disciplinas introdutórias para o conteúdo do curso, não fazendo uma revisão do ciclo básico do ensino, com disciplinas como Matemática e Física. Com relação ao ciclo profissional, o novo currículo fortaleceu o núcleo centralizador das disciplinas de projeto, ampliou os estudos urbanos e inseriu a visualização computadorizada, além dos conteúdos de Conforto Ambiental e das já citadas Técnicas Retrospectivas. Segundo a ABEA (2013), a ideia central desse núcleo foi consagrar, na estruturação curricular, as matérias pertinentes aos conhecimentos que caracterizariam as atribuições e responsabilidades profissionais.

Observemos, no entanto, que a disciplina de “Arquitetura Brasileira” deixa de existir e tem, teoricamente, seu conteúdo absorvido pelas disciplinas de “História” e de “Teoria da Arquitetura e do Urbanismo e Técnicas Retrospectivas”, o que mais tarde analisaremos na prática.

O novo currículo de 1994 tornou obrigatório o Trabalho Final de Graduação, de forma que o aluno, para se diplomar, passou a ter que apresentar um trabalho que demonstrasse a plenitude das habilidades e competências desenvolvidas por ele ao longo da graduação. A carga horária mínima continuou sendo de 3.600 horas-aula, porém o tempo para a formação foi fixado em, no mínimo, 5 anos, e, no máximo, 9 anos.

Outro importante ponto a ser observado é a exigência de infraestrutura mínima que as faculdades que abrigavam ou gostariam de abrigar um curso de Arquitetura e Urbanismo deveriam ter. Os cursos precisariam oferecer espaços e equipamentos especializados que atendessem às necessidades das disciplinas práticas vinculadas ao ciclo profissional, como os ateliês de projeto, laboratórios de informática, maqueteria, laboratórios de conforto ambiental e materiais de construção. O novo currículo também passou a exigir dos cursos um acervo bibliográfico de, no mínimo, 3000 títulos vinculados à Arquitetura a ao Urbanismo.

Outro importante acontecimento no ensino de Arquitetura na década de 90 foi a publicação, em 1996, pela UNESCO/UIA, da primeira *Carta para a Educação dos Arquitetos*, que norteou princípios e esclareceu as responsabilidades mundiais com a formação e a profissão.

Entre 1994 e 2006, tivemos um aumento considerável da quantidade de cursos de Arquitetura e Urbanismo no país. Segundo dados do INEP, em 1994, o Brasil possuía 72 cursos cadastrados. Em 2009, já eram 200 (ABEA, 2010, p. 97).

Em 2001, a Lei 10.172/2001 instituiu o Plano Nacional de Educação, e a União instituiu o Sistema Nacional de Avaliação. Outro dado relevante nesse momento é a não renovação dos mandatos dos conselheiros da CEAU em 2002. O papel dessa comissão passou a ser desempenhado pelo SESU/MEC. Mais tarde, o sistema de avaliação dos cursos passou a ser feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP).

Também em 2002, os estudantes de Arquitetura e Urbanismo fizeram o Exame Nacional de Cursos (Provão), criado pela Lei 9.131 de 1995 pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em 2004, a Lei n.º 10.861, de 14 de abril, criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. No entanto, o SINAES se mostrou um instrumento genérico, servindo para avaliação de cursos presenciais e à distância. De acordo com o documento, apenas os cursos de Medicina, Direito, Pedagogia e Tecnologia passaram a ter manuais específicos. Além disso, nele são apresentadas versões diferentes para autorização, reconhecimento ou renovação de cursos.

Além de criar o SINAES, o governo também criou: o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que substituiu o "provão" e é, até hoje, utilizado como instrumento de avaliação dos cursos; a Comissão Especial de Avaliação (CEA); e a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

1.4.3 Diretrizes Curriculares de 2006 e o ensino contemporâneo

As diretrizes curriculares de 2006, na verdade, são fruto de quase dez anos de discussão. Apenas após dois anos de consolidação do currículo de 1994, as entidades vinculadas ao ensino de Arquitetura e Urbanismo tiveram que novamente se reunir para atender às demandas do Edital 4/1997 publicado pelo MEC, que convoca as IES a formular propostas para Novas Diretrizes Curriculares a serem apresentadas pelas Comissões de Especialistas da SESU/MEC.

CONFEA, FENEA e ABEA organizaram encontros a fim de discutir os pontos enumerados pelo edital. Eram eles: perfil desejado do formando; competências e habilidades desejadas; conteúdos curriculares; duração dos cursos; estruturação modular dos cursos; estágios e atividades complementares; e conexão com a avaliação institucional. Organizaram-se seminários que culminaram num relatório de contribuições que foi encaminhado à reunião do XX Conselho Superior da ABEA em maio de 1998. O evento realizado na Universidade Federal de Minas Gerais e que contou com a participação do IAB resultou nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo que foram encaminhadas ao MEC (quadro 12).

Embora esse documento tenha sido publicado e aprovado pela UIA e pela UNESCO, ele foi objeto de muita negociação e debate com o relator do Conselho Nacional de Educação, que só aprovou o documento em 2006 com inúmeras ressalvas e

modificações. A principal delas foi uma flexibilização das imposições iniciais para a abertura de novos cursos.

Quadro 12 – Conteúdos curriculares do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo de 2006 (De acordo com a Resolução n.º 6 de 2 de fevereiro de 2006)

I – Matérias de Fundamentação	Estética e história das artes
	Estudos Sociais e Econômicos
	Estudos Ambientais
	Desenho
	Meios de Representação e Expressão
II – Matérias Profissionais	Teoria e História da arquitetura e urbanismo e do paisagismo
	Projeto de arquitetura, de urbanismo e de paisagismo
	Planejamento urbano e regional
	Tecnologia da construção
	Sistemas estruturais
	Conforto ambiental
	Técnicas Retrospectivas
	Informática aplicada à arquitetura e urbanismo
	Topografia
III	Trabalho Final de Graduação

Fonte: Quadro elaborado a partir da Resolução n.º 6/2006 (BRASIL, 2006)

Em 2010, a CNE reviu aspectos relativos à lei de 2006, atualizando, à revelia dos órgãos e entidades de classe, as normativas relativas ao Trabalho Final de Graduação (TFG), que poderia ser desenvolvido sob a supervisão de qualquer professor da IES. A partir daquele momento, os TFGs estariam desobrigados a serem orientados por docentes arquitetos e urbanistas, o que os faria perder em consistência projetual. Essa mesma normativa alterou a obrigatoriedade da presença de arquitetos e urbanistas que não pertencessem ao quadro de docentes das IES, os chamados convidados externos.

Em meio aos problemas relativos ao ensino e às discussões que ainda hoje continuam em prol da busca pela qualificação, e não pela quantificação do ensino da Arquitetura e Urbanismo, finalmente foi sancionada a Lei n.º 12.378 de 2010, que regulamentou o exercício das profissões e criou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), de modo que a categoria profissional ganhou a independência almejada desde 1930 na regulamentação da profissão.

Maragno (2013, n. p.), em *A Construção de um novo olhar sobre o ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil*, chama a atenção para o artigo 3 dessa mesma lei, que diz que "os campos da atuação profissional para o exercício da arquitetura e urbanismo são definidos a partir das diretrizes curriculares nacionais que dispõem sobre

a formação do profissional arquiteto e urbanista […]", o que evidencia ainda mais o compromisso ético de formação na academia.

Em 2011, a UNESCO/UIA atualiza as recomendações da *Carta para a Educação dos Arquitetos*. Para este trabalho, vale frisar os seguintes apontamentos:

> Que devem ser criados sistemas de educação continuada para os arquitetos, porque a educação em arquitetura nunca deve ser considerada como um processo concluído, mas como um processo que deve continuar ao longo da vida. (…)
> 1- Que a formação sobre o patrimônio arquitetônico é essencial para:
> - Compreensão do desenvolvimento sustentável, contexto social e sentido espacial na concepção de um edifício, e
> - Transformar a mentalidade arquitetônica dos profissionais de forma que o método de criação seja uma parte de um processo cultural contínuo e harmonioso. (UIA, 2011).

Em 2012, foi publicado o Projeto de Lei 4.372, que propõe a criação de um organismo próprio, o Instituto Nacional de Avaliação e Supervisão da Educação Superior (INSAES), para supervisionar e avaliar instituições e cursos de educação superior. Esse projeto ainda tramita, em julho de 2019, na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) e configura um retrocesso na qualificação dos cursos de graduação no Brasil. Isso porque, ao mesmo tempo em que o MEC afirma a necessidade da ampliação da rede de instituições públicas e privadas de educação superior, bem como a de oferta de cursos de graduação para o cumprimento das metas do Novo Plano Nacional de Educação (PNE), admite a capacidade operacional do Ministério para o efetivo exercício das atribuições legais de avaliação, regulação e supervisão da educação superior, além de suas muitas outras, estará inviabilizada.

Em 2013, a ABEA, em conjunto com o Conselho Nacional de Educação, promove o Seminário Nacional sobre a revisão da Resolução CNE n.º 2/2010. A partir de então, a ABEA passa a trabalhar com a Comissão de Ensino e Formação (CEF) do CAU/BR.

Nos dias 27 e 28 de setembro de 2013, a ABEA promoveu em São Paulo um Seminário Nacional sobre a revisão das diretrizes curriculares, no qual 70 representantes de Instituições de Ensino de todo o país formularam uma proposta de alteração das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) a serem submetidas ao Congresso Nacional da ABEA (CONABEA) marcado para aquele mesmo ano. A CEF-CAU/BR realizou três Seminários Regionais (João Pessoa, Brasília e Rio de Janeiro) para discutir o tema.

Após as discussões ocorridas durante as sessões de trabalho do CONABEA, uma proposta foi aprovada e encaminhada ao CAU/BR e ao CNE através da sua CEF.

As alterações buscaram principalmente: (1) afirmar que Arquitetura e Urbanismo constituem uma área de conhecimento próprio e seus critérios não podem ser generalistas; (2) recuperar e requalificar os objetivos do Trabalho Final de Graduação, resgatando seu formato conquistado nas décadas de 1980 a 1990 e consolidado em todos os cursos do País; (3) aproveitar atividades desenvolvidas em programas de mobilidade estudantil; (4) atualizar a DCN, para deixá-la em sincronia com a *Carta para a Formação do Arquiteto* da UNESCO/UIA; (5) readequar o conhecimento profissionalizante e incorporar a este novas tecnologias; (6) readequar a atuação nas atividades relacionadas ao meio ambiente, de modo que esse conteúdo seja inserido no núcleo de conhecimentos profissionais; (7) reforçar a ênfase nas ações de interesse social; (8) reconhecer e aproveitar as atividades do estágio supervisionado, a fim de reforçar seu caráter social; (9) estabelecer que, para a carga horária mínima estabelecida, será considerado o somatório da carga horária dos componentes curriculares relativos ao Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação e ao Núcleo de Conhecimentos Profissionais (ABEA, 2013).

No ano seguinte, em 2014, o CAU/BR e a ABEA apresentaram às Instituições de Ensino Superior o documento Perfis da Área e Padrões de Qualidade para o Ensino de Arquitetura e Urbanismo, o qual definia parâmetros e critérios de verificação da qualidade dessa formação.

> Além das Diretrizes Curriculares Nacionais, o documento baseia-se na Charter of Architectural Education, nas discussões levadas a cabo nos seminários promovidos pelo CAU/BR e pela ABEA em 2013 e 2014 e nos avanços recentes no ensino e na prática da Arquitetura e Urbanismo.
> • Ter como pressuposto a interdisciplinaridade, evitando o modo compartimentalizado de ensino baseado em disciplinas estanques;
> • Buscar o envolvimento dos alunos nos processos construtivos, verificações laboratoriais, pesquisas bibliográficas, iconográficas e de campo, vivenciando os problemas a serem resolvidos no âmbito do projeto e do planejamento urbano;
> • Fazer com que as disciplinas de Atelier (projeto da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo) sejam o locus da integração dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas conceituais ou teóricas (teoria e história) e instrumentais (tectônica, topografia, conforto ambiental);
> O curso deve dispor de meios (ateliers, biblioteca, laboratórios, espaços de sala de aula, de pesquisa e uso comum) suficientes e adequados para o desenvolvimento e aplicação das diretrizes curriculares gerais, garantindo as condições de oferta do seu projeto pedagógico. (CORREIA, 2019, n. p.)

Em 15 de dezembro de 2014, o CAU/BR faz um acordo de Cooperação Técnica com o MEC para a conjugação de esforços e o compartilhamento de experiências, conhecimentos e informações, com vistas ao fortalecimento da política regulatória na área de ensino da Arquitetura e Urbanismo e, consequentemente, à melhoria na qualificação profissional, em observância à Lei n.º 12.378/2010.

As chamadas Manifestações Técnicas são trabalhos técnico-científicos de natureza singular que competem ao CAU/BR em razão das citadas disposições do Decreto n.º 9235/2017, e as atividades previstas no Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o MEC e o CAU/BR objetivam o fortalecimento da política regulatória na área da formação em Arquitetura e Urbanismo, desenvolvida entre os anos de 2012 e 2017 em cooperação com a ABEA.

Em 2015, o MEC autoriza o primeiro curso de Arquitetura e Urbanismo à distância (EAD), o que provocou inúmeras manifestações contrárias vindas do CAU/BR, da ABEA e do IAB. Após muitas discussões, em 29 de março de 2019:

> O CAU/BR decidiu que devem ser recusados os pedidos de registro profissional de bacharéis em Arquitetura e Urbanismo formados em cursos na modalidade Ensino a Distância (EaD). Dessa forma, os 27 CAU/UF que atuam nos Estados e no Distrito Federal – responsáveis por realizar o registro de novos arquitetos e urbanistas – não poderão registrar esses egressos, impedindo-os de atuar na profissão. A deliberação foi tomada pelos conselheiros federais do CAU/BR durante a 88ª Reunião Plenária do Conselho, realizada em Brasília no dia 29 de março. Considerou-se para essa decisão que o campo da Arquitetura e Urbanismo está relacionado com a preservação da vida e bem-estar das pessoas, da segurança e integridade do seu patrimônio e da preservação do meio ambiente, e, portanto, tem impactos diretos sobre a saúde do indivíduo e da coletividade. (CAU, 2019a, n. p.).

Retomando as questões relativas às manifestações técnicas, mesmo com o constante trabalho da ABEA e da CEF do CAU/BR, o MEC pouco aproveitou o material produzido, suspendeu as manifestações para reconhecimento, reduziu o prazo para análise do Conselho para 30 dias e subtraiu o Conselho das análises de autorização de abertura do curso nas IES.

> Considerando o art. 107 do Decreto 9235, de 15 de dezembro de 2017, que revoga o Decreto 5773/2006; o §4º e §5º do art. 42 que determinam que no caso de curso correspondente a profissão regulamentada, após a fase de avaliação externa in loco, realizada pelo Inep, *será aberto prazo para que o órgão de regulamentação profissional, de âmbito nacional, possa manifestar-se em caráter opinativo nos processos de autorização de curso, sendo que o referido prazo será de trinta dias*, contado da data de disponibilização do processo ao órgão de regulamentação profissional interessado, prorrogável uma vez, por igual período, mediante requerimento;

> o § 3º do art. 62 que determina que *as ações de supervisão poderão ser exercidas em articulação com os conselhos de profissões Regulamentadas, no âmbito dos processos administrativos de supervisão instaurados para apuração de deficiências ou irregularidades* […]. (BRASIL, 2017, grifos nossos).

Em maio de 2019, o CAU/BR promoveu o Seminário Internacional Qualidade de Ensino e Mobilidade Profissional, acontecido em São Paulo de 27 a 29 de maio. Durante o evento, foram apresentadas duas questões que cabem ser relatadas aqui: a primeira é relativa à preparação de uma nova DCN, que, segundo João Carlos Correia (2019), até então presidente da ABEA, já estava em sua redação final; a segunda, sobre o sistema de acreditação dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil promovido pelo CAU/BR, que se iniciou, como um piloto, no ano de 2019.

1.4.4 Propostas para Revisão das DCNs vigentes – ABEA 2019

Segundo João Carlos Correia (2019), a revisão das DCNs se deu a partir de alguns Encontros Nacionais ocorridos em Manaus, em maio de 2018; em Aracaju, em agosto de 2018: *Carta de Sergipe*[18]; em Fortaleza, em setembro de 2018; no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e em Florianópolis, em outubro de 2018; em São Paulo, em novembro de 2018; em Belém e em Macapá, em março de 2019; e em Brasília e em Porto Alegre, em maio de 2019.

As discussões foram pautadas na substituição do Documento Perfil & Padrões de Qualidade, criado em 1994 para os cursos de AU e substituído, em 2010, pelos documentos de avaliação do INEP, que são generalistas e não atendem às exigências específicas do Curso, como já citamos anteriormente.

Segunda a ABEA, a proposta para as novas DCNs pretende retomar assuntos relacionados à extensão e à pesquisa e aponta questões relativas à qualidade dos cursos ofertados e às diversas áreas importantes do conhecimento de Arquitetura e Urbanismo, que, ainda de acordo com a ABEA, são tratadas tangencialmente na atual DCN. A ABEA apresentou no Seminário algumas das propostas que estarão contidas nas novas DCNs a serem encaminhadas ao MEC, são elas:

[18] Esta carta é uma contribuição para a atualização das DCNs de Arquitetura e Urbanismo iniciadas na cidade de Aracaju por iniciativa do CAU/SE e da ABEA, com o apoio da CEF do CAU/BR.

- Assegurar uma formação científica, ética, política, generalista, humanista, crítica, reflexiva, democrática e laica, embasada nos Direitos Humanos e na responsabilidade social, contribuindo para a formação integral dos estudantes para a atuação profissional e para a cidadania, por meio do aprimoramento das inteligências cognitiva, emocional e social, da estreita relação entre teoria e prática e da vivência das realidades brasileiras;
- *Inserir Projeto e Técnicas de Restauro e Conservação do Patrimônio Cultural*;
- Inserir Projetos e Produção de Habitação de Interesse Social e Assessoria Técnica;
- Estabelecer processos projetuais, a partir do entendimento da cadeia produtiva da construção civil e das necessidades da sociedade, devem incorporar as exigências culturais, econômicas, estéticas, simbólicas, técnicas, ambientais, de segurança, de desempenho, de ergonomia, e de acessibilidade e mobilidade dos habitantes;
- Tratar os conteúdos de Planejamento e Projeto Urbano, Regional e Metropolitano para que compreendam o conjunto organizado dos conhecimentos científicos, empíricos ou intuitivos relativos aos fenômenos urbanos, estudos, interpretações, análises, proposições, concepções, metodologias, processos e técnicas para o planejamento a gestão físico territorial do espaço urbano, metropolitano e regional;
- Propor metodologias e técnicas de regularização fundiária e urbanística;
- Recomendar que o Curso deverá prever a proporção máxima de 1 professor para 15 estudantes nos conteúdos práticos e de ateliê, e 1 professor para 60 alunos nos conteúdos teóricos.
- Solicitar que o Projeto Pedagógico do Curso preveja em sua organização curricular o uso de metodologias ativas de ensino com critérios coerentes de acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e participação do estudante no processo de construção e difusão do conhecimento;
- Regular que não devem ser ministrados na modalidade de ensino a distância as atividades de ateliê, atividades em laboratório, atividade de orientação e supervisão de estágio, orientação de Trabalho Final de Graduação, atividades de pesquisa e práticas de extensão, considerando a importância da mediação presencial para a consecução dos objetivos dessas atividades. (CORREIA, 2019, n. p., grifos nossos).

Dentre toda a relevância dos pontos apontados pelo presidente da ABEA, a este trabalho cabe ressaltar a importância das discussões em torno das disciplinas que tratam do ensino de patrimônio na graduação. A ABEA fez, em sua apresentação, menção a uma proposta de revisão da disciplina de Técnicas Retrospectivas através de uma disciplina denominada “Projeto e Técnicas de Restauro e Conservação do Patrimônio Cultural”, assunto que retomaremos mais adiante.

1.4.5 Acreditação dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo

A crescente mobilidade profissional da arquitetura e do urbanismo no mundo, seus contextos e a importância generalista de temas como tecnologia, patrimônio, habitação, mobilidade etc. para todas as nações fazem com que organismos

internacionais se preocupem com a qualidade do ensino e a formação dos profissionais que tratarão das questões abrangentes do seu campo profissional. Os selos de qualidade aferidos pela UIA/UNESCO e pelo ARCU-SUL demonstram isso.

A acreditação[19] é resultado do processo de avaliação por meio do qual é certificada a qualidade acadêmica dos cursos de graduação, garantindo que satisfazem o perfil do graduado e os critérios de qualidade previamente aprovados no âmbito regional para cada diploma.

É importante ressaltar que acreditação é uma coisa e regulação é outra. A regulação dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo é controlada através de diretrizes do governo e caracterizada pela aplicação de regras e normas de natureza obrigatória estabelecidas por agência pública legalmente constituída para tal fim. O Estado define padrões de qualidade e depois avalia e cobra esses padrões (Autorização e Reconhecimento Oficiais).

A acreditação, como já citamos, pode ser entendida como em conceito e prática relativos à garantia de qualidade através de um ato, geralmente voluntário, certificando que uma instituição, um curso, um programa têm qualidade. É como um selo de qualidade que pode ser oferecido por instituição independente. As primeiras instituições a promoverem a acreditação dos cursos de Arquitetura no mundo foram o Instituto Real de Arquitetos Britânicos (RIBA), em 1924, e a *National Architecture Accrediting Board* (NAAB), em 1940.

Em 2002, a UIA/UNESCO iniciou seu processo de acreditação. Este processo é bastante complexo e está dividido em quatro etapas: *elegibilidade*, *candidatura*, *validação* e *revalidação*. As duas etapas que um programa de estudo deve estruturar antes de considerar solicitar o reconhecimento são elegibilidade e candidatura[20].

---

[19] Instituições públicas que fazem acreditação, incluindo alguns Conselhos profissionais: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO); Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); *Conselho Federal de Medicina Veterinária* (CFMV); *Conselho Federal de Enfermagem* (COFEN); *Conselho Federal de Biologia* (CFBIO); *Conselho Regional de Farmácia de São Paulo* (CRF/SP); *Conselho Federal de Medicina* (CFM) + Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM – entidade civil); *Conselho Regional de Química IV Região* (CRQ-IV).

[20] Etapas da acreditação pela UIA/UNESCO:

A elegibilidade de um programa de estudo em arquitetura será verificada pelo membro regional do Conselho de Validação e é normalmente definida da seguinte forma:

- o programa deve ser validado pela universidade a qual pertence por um órgão nacional apropriado;
- arquitetura deve ser o componente principal do programa de estudo;
- o estudo deve manter um equilíbrio entre os aspectos teóricos e práticos do ensino de arquitetura;

Segundo as informações no site da UIA, hoje existem 10 cursos de arquitetura acreditados pela UIA/UNESCO no mundo. São eles:

- MARKHI – *Moscow Institute of Architecture Moscow – Federation of Russia;*
- *American University in Cairo, BSc in Architectural Engineering Cairo – Egypt, University of Cairo;*
- *BSc Architectural Engineering and Technology Cairo – Egypt;*
- *Universitat Politecnica de Catalunya, Barcelona School of Architecture* (ESTAB) *Barcelona – Spain;*
- *Mimar Sinan University of Fine Arts Istanbul – Turkey;*
- *Ural State University of Architecture and Art Yekaterinburg – Federation of Russia;*
- *Ecole Nationale Supérieure d'Architecture de Montpellier* (ENSAM) *Montpellier – France;*
- *Ajman University, College of Architecture, Art and Design Ajman – United Arab Emirates;*
- *Ecole Nationale Supérieure d'Architecture* (ENSAM) *La Réunion (BSc 3 years followed by Montpellier campus MSc 2 years) Le Port – France,*

- o programa deve garantir que seus alunos adquiram conhecimentos, habilidades e competências mapeados nos 16 Objetivos da Educação Arquitetônica da UNESCO-UIA;
- o programa deve oferecer um total de pelo menos cinco anos de estudo em tempo integral (ou equivalente a meio período);
- o programa deve ter formado pelo menos uma coorte de alunos de seu programa de estudo de cinco anos.

A candidatura se dá depois de até 2 anos a partir da data da reunião da Comissão de análise que confirma a elegibilidade do Curso. A universidade deve solicitar à UIA a convocação de uma visita preliminar da comissão. Se os resultados do relatório preliminar da visita da comissão forem positivos, o programa de estudo é premiado com "candidatura UNESCO-UIA". Uma comissão mais completa geralmente visitará a escola não antes de 12 meses após a data da comissão que emitiu o relatório preliminar. Eles devem ter tempo para rever as recomendações contidas no relatório preliminar.

A validação acontece após a visita completa da Comissão se o programa de estudo for premiado com o reconhecimento UNESCO-UIA, isto significa que: o programa de estudos cumpre todos os requisitos da Carta da UNESCO-UIA para a Educação Arquitetônica.

O reconhecimento da UNESCO-UIA é geralmente por um período de cinco anos após a data da visita da Comissão, no entanto, no caso de uma validação inicial, esse período pode vir a ser menor.

O que é solicitado pela Comissão durante a visita, que não é inferior a três dias inteiros: Análise preliminar de documentos e preparação para reuniões; inspeção das instalações disponíveis; exposição de uma gama de trabalhos de estudantes de todas as áreas temáticas, concluídos nos doze meses anteriores; análise do currículo para cada ano do curso; acesso a trabalhos produzidos pelos alunos e exames de conclusão do aluno para cada ano de estudo, em todas as disciplinas, incluindo trabalhos preparatórios e a atribuição, com uma série de notas, para cada disciplina; trabalhos finais do aluno e projetos, como exposições, portfólios estudantis e pesquisa realizada pelos professores.

- *University of Cairo, BSc Bachelor of Science in Architectural Engineering Cairo – Egypt.*

Além da UIA/UNESCO, o MERCOSUL propôs a criação de um selo de qualidade no ensino de alguns cursos – dentre eles, o de Arquitetura e Urbanismo – pelos países-membros Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Uruguai, Chile e Colômbia, um mecanismo chamado ARCU-SUL. O selo de qualidade, denominado por esse grupo de "acreditação", após um intenso percurso burocrático, passou a vigorar em 2006.

Hoje, as Faculdades de Arquitetura e Urbanismo brasileiras acreditadas pelo ARCU-SUL são: (1) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, (2) Centro Universitário Ritter dos Reis, (3) Universidade FUMEC, (4) Pontifícia Universidade Católica do Paraná, (5) Universidade Federal de Minas Gerais e (6) Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Em abril de 2008, foi assinado o Acordo de Camberra – um documento firmado entre sete agências de credenciamento/validação do ensino de arquitetura. Esse acordo destina-se a facilitar a portabilidade de credenciais educacionais entre os países cujas agências de acreditação/validação o tenham assinado e não aborda assuntos relacionados ao registro ou licenciamento profissional. Fazem parte do acordo:

- *Canadian Architectural Certification Board* (CACB-CCCA);
- *South African Council for the Architectural Profession* (SACAP);
- *The Hong Kong Institute of Architects* (HKIA);
- *Acreditadora Nacional de Programas de Arquitectura y Disciplinas del Espacio Habitable* (ANPADEH);
- *Commonwealth Association of Architects* (CAA);
- *National Architecture Accrediting Board* (NAAB);
- *Korea Architecture Accrediting Board* (KAAB);
- *National Board of Architectural Accreditation of China* (NBAA).

Em 2017, o CAU, admitindo a preocupação com o futuro da formação dos arquitetos e urbanistas no Brasil, em função da rápida e crescente expansão dos cursos,

e buscando seguir as diretrizes da ABEA, UIA/UNESCO e ARCU-SUL, aprova o sistema de acreditação das Universidades Brasileiras que inicia seu piloto em 2019.

O fato é que, com as alterações das DCNs de Arquitetura e Urbanismo em 2010, houve a revogação do documento dos Perfis da Área e Padrões de Qualidade, considerado um marco na reestruturação da qualidade do ensino dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, fato que se agrava com a autorização do MEC, em 2015, para o funcionamento do primeiro curso de Arquitetura e Urbanismo à distância. Tais atitudes, em discordância com o acordo de cooperação firmado entre o MEC e o CAU/BR em 2014, fizeram com que a busca pela acreditação ganhasse mais força dentro do CEF.

No Seminário Ensino e Formação e Mobilidade Profissional, a professora Andrea Villela (2019), presidente da CEF do CAU/BR, expôs as seguintes razões para o início da Acreditação dos Cursos:

- a rápida e crescente expansão dos cursos de AU no país;
- a proposta de revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais em tramitação;
- a retomada da acreditação de cursos no MERCOSUL (ARCUSUL);
- a discussão do tema nos Seminários Regionais da CEF-CAU/BR e com outras entidades;
- a retomada da discussão sobre a atualização do documento Perfis da Área & Padrões de Qualidade dos Cursos de AU;
- a necessidade de um estreitamento das relações entre o sistema de formação profissional e o sistema do exercício profissional;
- a demanda social pela implantação de processos avaliativos da formação profissional;
- a facilitação da mobilidade internacional dos AUs brasileiros.

Ademais, a professora apontou os principais objetivos dessa acreditação:

1. Aferir a qualidade dos cursos de Arquitetura e Urbanismo por meio do seu processo de ensino e formação tendo como base referenciais específicos para a área e reconhecidos pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo
2. Ser referencial para estudantes e para a sociedade ao atendimento de padrões de qualidade na formação dos futuros profissionais de Arquitetura e Urbanismo, diferenciando-o de processos avaliativos existentes destinados à autorização e funcionamento de cursos. (VILLELA, 2019, n. p.)

O processo de acreditação pelo CAU ainda está em sua fase piloto, e muitas são as discussões entre a classe da real pertinência dessa ação. O que nos cabe observar é que os instrumentos de regulação começam a surgir a partir do momento em que os

problemas de formação passam a impactar o campo profissional. O expressivo aumento de cursos e vagas para o bacharelado em Arquitetura e Urbanismo sem uma regulação mais rígida do cumprimento dos padrões de qualidade necessários à formação pelo MEC fizeram com que as instituições de classe ABEA e CAU se unissem à procura de mecanismos legais diretos e indiretos que permitissem um controle maior da formação dos estudantes.

Assim, os fatos levantados no final deste capítulo demonstram a pertinência e a relevância da discussão do ensino da graduação de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, que, nas últimas décadas, vem preocupando as Associações de ensino, como ABEA, ASBEA e o Conselho de Arquitetura.

Em 2019, segundo dados do Portal e-MEC, existiam 774 cursos presencias de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, 119 ainda não funcionando e 655 em atividade, o que revela um crescimento exponencial de uma profissão que, em 50 anos, teve o número de IES credenciadas multiplicado por 20.

Discorremos aqui sobre um panorama geral da construção da formação do Arquiteto e Urbanista no Brasil de forma generalista. No próximo capítulo, trataremos do assunto com o foco voltado ao percurso do ensino do patrimônio nas escolas.

2 O ENSINO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

> O patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade. (UNESCO, 2017).

Antes de se chegar à consciência concreta da necessidade de preservação dos monumentos históricos, estes passaram por um longo processo de reconhecimento. Inicialmente, os edifícios eram valorizados por sua beleza estética, sua imponência, seus acabamentos, seus ornatos e elementos integrados. Em seguida, foram preservados enquanto depositários dos objetos de arte por sua grandiosidade e importância histórica.

Segundo Choay (2001, p. 126), durante a Revolução Francesa, alguns exemplares arquitetônicos foram escolhidos para abrigar um acervo de bens móveis tomados pelo povo da monarquia absolutista francesa, os chamados antiquários; neles, foi abrigado tudo o que não foi vendido para financiar a revolução, com o objetivo de democratizar o acesso à arte que, antes, era privilégio de uma elite dominante.

Assim, de acordo com Choay (2001, p. 127), o conceito de patrimônio cultural, da forma como hoje o conhecemos, tem seu primeiro lampejo no século XIX, quando surge a mentalidade que rompe com a visão de preservação limitada aos antiquários instituída pela Revolução Francesa, ampliando o conceito que ainda se restringia ao monumento histórico (caracterizado pela simples arquitetura e os conjuntos urbanos).

O fato é que a industrialização do mundo contribuiu para acelerar o estabelecimento de leis que protegessem os monumentos e fizessem da restauração uma disciplina integral, mas ainda isolada, que passou a acompanhar os progressos da história da humanidade.

Até o século XIX, os estudiosos que se prestavam a descrever as cidades o faziam através dos seus monumentos símbolos. A industrialização foi, portanto, um marco na questão da preservação dos sítios históricos, pois, independentemente do caminho que se trilhasse. A modernidade sempre se deparava com as antigas e tradicionais cidades.

Transpor as barreiras físicas da tradição foi um problema, mas a memória imbuída em homens da mesma época foi criando, nos modernos, muralhas culturais intransponíveis. As ações de demolição que objetivavam expansões e modernizações das cidades acabaram por despertar a consciência de que era necessário um

planejamento prévio que cuidasse das ações de modernização. Os planos urbanos não deveriam se pautar apenas no progresso, mas também na preservação e na memória das cidades, analisando e distinguindo os exemplares arquitetônicos que representassem o passado e contassem suas histórias, de forma que eles pudessem ficar de fora dos planos de demolição.

As cidades só passam a ser encaradas como objetos de conhecimento histórico após a transformação do espaço urbano que se deu depois da Revolução Industrial na Europa.

A necessidade de modernização das cidades e a destruição causada pelas Guerras Mundiais trouxeram à tona novas discussões e despertaram a necessidade de ações preservacionistas. Muitos dos antigos conceitos sobre não reconstruir um monumento foram deixados de lado em prol da memória coletiva de nações inteiras, que precisavam resgatar, através da lembrança do passado, a sua vida cotidiana.

Em 1962, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em Paris, elaborou o primeiro documento com a ideia principal de proteger as paisagens e sítios naturais, rurais ou urbanos, ampliando o conceito de patrimônio cultural.

2.1 Patrimônio Cultural: novos conceitos, novos olhares, novas abordagens

A publicação de 1972 da UNESCO, denominada *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural*, instituiu a lista do Patrimônio Mundial em Perigo e a Carta Italiana do Restauro. Desde então, surgiu o interesse pela preservação, e a discussão mundial sobre o tema não parou mais. Essas discussões se deram nos âmbitos regional, nacional e mundial e deram origem a documentos que foram utilizados como parâmetros para o desenvolvimento de projetos e políticas voltadas à preservação.

A *Carta de Burra* de 1980, redigida pelo ICOMOS, por exemplo, buscou, entre outras coisas, esclarecer os conceitos empregados nos trabalhos dirigidos ao patrimônio que foram sendo aprimorados ao longo dos anos; em 1985, a Declaração do México abordou os papéis da ciência, da educação e da cultura no panorama internacional da preservação do patrimônio material e imaterial diante das disparidades desses aspectos entre as nações; na década de 1990, outros documentos, como a Conferência de Nara,

de 1994, foram elaborados com a principal finalidade de preservar o patrimônio (material ou imaterial, natural ou documental).

Embasados nos aspectos mundiais e para melhor entendermos a definição de patrimônio cultural e a relevância da adoção desse termo no trato do patrimônio nas Escolas de Arquitetura, vamos, de forma breve, traçar um panorama histórico da construção dessa nova visão no Brasil.

Hoje, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) trabalha com a definição de patrimônio cultural ampliada pelo Artigo 216 da Constituição Federal de 1988[21]. Desse modo, ele é formado pelos bens "de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira". Ainda, estabelece cinco categorias no patrimônio cultural:

> I - as formas de expressão;
> II - os modos de criar, fazer e viver;
> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

No entanto, o Decreto-Lei n.º 25 de 1937 (data da criação do IPHAN) estabelecia como patrimônio "o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico".

A ampliação dos conceitos de patrimônio entre 1937 e 1988 avançam também nas definições "do que" e "como" instituir os processos de tombamento, se preocupando com a gestão desses bens não só sob uma ótica financeiramente sustentável, mas também por meio da conscientização da população sobre a importância da preservação dos edifícios, dos ofícios e das crenças. As cidades e os monumentos passam a estar

[21] É importante ressaltar que, nos anos de 1990, houve uma grande interrupção no processo de democratização da cultura, quando o então eleito presidente da república Fernando Collor promoveu o desmonte da área cultural no governo federal, extinguiu a Fundação Nacional Pró-Memória e criou o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Nesse período, o registro de bens culturais de natureza imaterial, conquista importante da Constituição de 1988, só foi regulamentado em agosto de 2000 pelo Decreto-Lei n.º 3.551, sendo o primeiro bem imaterial registrado como patrimônio nacional o "Ofício das Paneleiras de Goiabeiras", do estado do Espírito Santo, em 2002.

inseridos de forma mais coesa dentro do patrimônio, não mais sendo analisados de maneira estanque, mas em conjunto.

Canclini (1994) afirmava que, no final do século XX, já existia nas ciências sociais um movimento de reconceituação de patrimônio cultural. O primeiro deles constatava que esse patrimônio não mais se encerrava na herança de cada povo, em sua história passada, expressões culturais já esquecidas, mas também incluía os bens culturais visíveis e invisíveis, as novas línguas, novos artesanatos, novos conhecimentos. O segundo falava da ampliação da política patrimonial de preservação e conservação produzida no passado e dos usos sociais relacionados às necessidades contemporâneas. O terceiro se opunha à seletividade que privilegiava os bens culturais (pirâmides, palácios) produzidos pelas classes homogêneas relacionadas à nobreza ou à aristocracia. Esta corrente reconhece que o patrimônio de uma nação também se compõe de produtos da cultura popular e da preservação de bens materiais e simbólicos elaborados por todos os grupos sociais, o que provoca uma rica ampliação de conceitos que nem sempre estão amparados pela proteção legal em seus territórios.

Em 1986, antes da Constituição Federal, o tombamento pelo IPHAN do primeiro terreiro de candomblé (o Terreiro Casa Branca do Engenho Velho, localizado em Salvador, Bahia) foi o passo inicial para o reconhecimento da ampliação do conceito de Patrimônio Cultural Brasileiro. Inscrito nos livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o fato pode ser entendido como um marco entre a mudança de paradigma do patrimônio histórico e artístico para o patrimônio cultural no Brasil, pois foi a primeira vez que os costumes afro-brasileiros obtiveram o reconhecimento oficial do Estado.

Acompanhando a transversalidade do tema, o entendimento de patrimônio é cada vez mais abrangente. Não se trata mais de objetos, monumentos, conjuntos, atividades culturais e paisagem, mas todos esses elementos associados entre si ampliam e redimensionam as novas percepções sobre o que é e como devem ser preservados os patrimônios cultural e natural.

Em 2009, o IPHAN promulga a Portaria n.º 127/2009, que cria a chancela da Paisagem Cultural, definindo-a “como uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. Isto corrobora com a ampliação da visão do território e com a articulação da preservação macro do patrimônio, entendendo este como uma estrutura viva dentro da sociedade.

Assim, toda a tratativa do abrangente tema “patrimônio cultural” e o modo como ele vem sendo construído ao longo do tempo aproximam e justificam uma revisão de sua abordagem na formação do Arquiteto e Urbanista.

Tratar patrimônio como uma disciplina isolada no curso de Arquitetura, restrita ao restauro de edifícios e núcleos históricos, já não atende aos critérios vigentes de preservação do patrimônio cultural, que hoje abrange mais do que monumentos e obras de arte. É preciso, a partir da nova definição adotada pelos organismos internacionais, entender os caminhos percorridos para o estabelecimento dessas definições e a forma com que eles devem alcançar o âmbito acadêmico.

Antes de nos aprofundarmos nessas reflexões, vamos continuar tecendo os caminhos que cruzam as construções do patrimônio cultural e destrinchando o que entendemos como as pioneiras experiências da construção das diretrizes de ensino e aprendizagem sobre preservação do patrimônio brasileiro no IPHAN e nas Escolas de Arquitetura do Brasil.

2.2 Primeiros olhares sobre a importância do ensino de patrimônio

O patrimônio enquanto “disciplina” começa a se concretizar nas discussões que confrontam o novo e o antigo, pois até então os monumentos eram documentos históricos estudados como registro nas Escolas de Arquitetura por intermédio das disciplinas de “História da Arquitetura e da Arte” e das de desenho.

Piero Gazzola (1972), em seu texto *The Training of architect – restorers*, narra que, nas escolas da Europa, o desenho era a forma como inicialmente se estudavam os edifícios do passado, não sendo centrado nos estudos da história da arquitetura.

> A atual confusão e incerteza em todo o mundo em relação à educação universitária torna particularmente difícil a discussão no ensino das disciplinas históricas nas faculdades de arquitetura. Originalmente, o treinamento de arquitetos consistia, principalmente, em aprender a fazer desenhos arquitetônicos. Só mais tarde que o estudo da história ou arquitetura foi adicionado ao programa das escolas – o início do Renascimento, quando a história da arquitetura do passado começou a ser considerado como um assunto pertinente para o estudo. (GAZZOLA, 1972, p. 250, tradução nossa).

A compreensão e o estudo dos monumentos não tinham conexão com a necessidade da preservação – o registro feito através dos desenhos ou do estudo histórico significava apenas conhecer o passado, pois ainda não havia a pretensão de

preservá-lo.

Semelhantemente ao narrado por Gazzola na Europa, veremos que os métodos eram similares no Brasil. Em entrevista realizada em 1931 sobre a situação do ensino na Escola Nacional de Belas Artes, Lúcio Costa, quando era diretor, descreveu como a reforma harmonizaria o ensino artístico e a construção, mas também ainda não o relaciona com a preservação.

> Os clássicos serão estudados como disciplina; os estilos históricos como orientação crítica e não para aplicação direta. Acho indispensável que os nossos arquitetos deixem a escola conhecendo perfeitamente nossa arquitetura da época colonial – não com o intuito da transposição ridícula de seus motivos, não de mandar fazer falsos móveis de jacarandá – os verdadeiros são lindos –, mas de aprender as boas lições que ele nos dá de simplicidade, perfeita adaptação ao meio e à função, e consequente beleza. (COSTA, 1931, p. 89).

Segundo Jokilehto (1986), foi a partir de 1950 que as discussões acerca da formação acadêmica do arquiteto apto a intervir em monumentos históricos começaram na Europa; isso se deu não apenas no nível da graduação, mas também no nível de pós-graduação, mestrado e doutorado. Gazzola (1972) afirma que a falta de pessoal qualificado e a necessidade de estabelecer normas para a formação para cumprir os requisitos necessários à preservação dos monumentos fizeram com que a UNESCO, preocupada com a situação, convocasse uma reunião de peritos em Pistoia (Itália). O evento aconteceu de 9 a 12 de setembro de 1968. A reunião incluiu representantes de muitos países e de várias das principais instituições onde a restauração arquitetônica era ensinada. O evento foi presidido pelo professor Angelis d'Ossat, de Roma, que fez uma série de recomendações:

> 1 - A tendência para descartar a história arquitetônica deve ser revertida. Os cursos devem dar a devida atenção às mudanças sociais e históricas que acompanharam as mudanças arquitetônicas e do design.
> 2 - Os cursos de planejamento urbano devem abranger o desenvolvimento histórico da urbanização e os problemas de integração de edifícios novos e antigos nos regimes de planejamento urbano.
> 3 - Os cursos devem incluir não só técnicas de conservação de edifícios antigos, mas análises de projetos reais para a preservação e adaptação de bairros históricos para atender às condições sociais e econômicas contemporâneas. (GAZZOLA, 1972, p. 259, tradução nossa).

Em 1957, as autoridades francesas, pela UNESCO, organizaram em Paris o Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, no qual também foram tratadas questões a respeito da formação.

> Os principais problemas discutidos no Encontro foram a formação e colaboração de vários técnicos, artesãos, arquitetos, arqueólogos e urbanistas que deverão contribuir para a conservação do patrimônio arquitetônico, bem como os meios técnicos, problemas de manutenção e harmonização de novo com velho. No que se refere à questão da formação e aspectos relacionados, foi feita menção especial ao ICCROM e às suas futuras tarefas no terreno. Recomenda-se que as restaurações sejam confiadas apenas a arquitetos e especialistas qualificados. (JOKILEHTO, 1986, p. 420, tradução nossa).

Ainda na década de 1960, algumas Cartas Patrimoniais[22], como as *Normas de Quito* (1967) e as *Recomendações de Paris* (1968), citam pela primeira vez a necessidade de "voltar os olhos" da educação para o patrimônio.

> Tendo em vista que a escassez de Recursos Humanos constitui um grave inconveniente para realização de plano de valorização, torna-se recomendável tomar as providências adequadas para criação de um centro ou instituto especializado em matéria de restauração, de caráter interamericano. Da mesma forma, torna-se recomendável satisfazer as necessidades em matéria de restauração de bens móveis, mediante o fortalecimento dos órgãos existentes e a criação de outros novos.
>
> Sem prejuízo do estabelecido anteriormente e a fim de satisfazer imediatamente tão imperiosas necessidades, recomenda-se à Secretaria Geral da OEA utilizar as facilidades que oferecem seus atuais programas de Bolsas e Habilitação Extracontinental, e bem assim, celebrar com o Instituto de Cultura Hispânica, amparado pelo acordo de cooperação técnica da OEA - Espanha e com o Centro Regional Latino-americano de Estados para a Conservação e Restauração de Bens Culturais do México, amplos acordos de colaboração.
>
> Toda vez que se torne necessário o intercâmbio de experiências sobre os problemas próprios da América e convém manter-se uma adequada humildade de critérios relativos à matéria, recomenda-se reconhecer a Sociedade de Arquitetos Especializados em Restauração de Monumentos, com sede provisória no Instituto de Cultura Hispânica em Madrid e proporcionar sua instalação definitiva no mundo dos Estados Membros. (OEA, 1967, p. 12)

A Conferência Geral da UNESCO, acontecida em 1968 em Paris, também abrangeu a necessidade da habilitação com o trato do patrimônio histórico tanto quando fala das *medidas administrativas* e da importância do assessoramento da intervenção na malha histórica, quanto quando fala dos *programas educativos*, responsáveis pela implantação e manutenção da cultura da preservação pelos organismos competentes na população em geral.

[22] As Cartas Patrimoniais são documentos resultantes de discussões internacionais que se transformam em referências de diretrizes com relação ao patrimônio; são documentos utilizados como parâmetros para o desenvolvimento de projetos e políticas voltadas ao tema da preservação, tratando de conceitos e ações administrativas, criando diretrizes para promover a preservação e a conservação de bens, assim como para o restauro do patrimônio cultural. São redigidas por especialistas e organismos como UNESCO, ICOMOS, OEA (Organização dos Estados Americanos), entre outros.

A Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO de 1972, em seu item VI- Programas Educativos, recomenda que: "Os Estados membros nesta Convenção se esforçarão por todos os meios apropriados, e em particular por programas educacionais e informativos, para fortalecer a valorização e respeito por seus povos do patrimônio cultural e natural" (Art. 27). A Declaração de Amsterdã (1975), que concluiu o Ano do Patrimônio Arquitetônico Europeu do Conselho da Europa, enfatizou que: "É absolutamente necessário dispor de melhores programas de formação de pessoal qualificado. Estes programas deveriam ser flexíveis, multidisciplinares e compreender um aprendizado que permita adquirir uma experiência prática sobre a matéria." Diz, ainda, em seu último trecho: "Finalmente, as autoridades responsáveis pelos programas de aprendizados em todos os níveis deveriam se esforçar para gerar interesse na juventude em relação às atividades especializadas da conservação."

A *Recomendação de Nairóbi*, de novembro de 1976, dedicou o item V à Pesquisa, Educação e Informação, destacando a importância do treinamento de mão de obra especializada em cooperação com o Centro de Estudos para Preservação e Restauração de Bens Culturais em Roma, o ICOMOS e o Conselho Internacional de Museus (ICOM). Abordou, ainda, a relevância da conscientização da população, da importância da preservação já no ensino básico e também na universidade, afirmando que:

> o estudo dos conjuntos históricos deveria ser incluído no ensino em todos os níveis, particularmente no de história para inculcar no espírito dos jovens a compreensão e o respeito às obras do passado e para mostrar o papel desse patrimônio na vida contemporânea.(UNESCO, 1976, p. 13)

Esta recomendação já era seguida em algumas universidades brasileiras, como veremos adiante.

A *Carta de Machu Picchu*, escrita em 12 de dezembro de 1977, no Encontro Internacional de Arquitetos, atualiza a *Carta de Atenas* de 1933 do CIAM, destacando a importância da tarefa de integração da conservação, restauração e reciclagem das zonas monumentais, onde se situam os monumentos históricos e arquitetônicos, ressaltando que eles são como um "processo vivo do desenvolvimento urbano, como único meio que possibilite o financiamento dessa tarefa e a manutenção da operação" (IPHAN, 1977, p. 5)

Os desdobramentos das recomendações das Cartas Internacionais são observados a partir da década de 1970 em documentos nacionais e regionais do Brasil. O *Compromisso de Brasília* de 1970, que será aprofundado mais adiante, é um exemplo que destaca a preocupação com a formação qualificada dos arquitetos.

Concretamente, as primeiras experiências com o ensino da preservação do patrimônio cultural para os arquitetos se deu no âmbito do trabalho técnico e da pós-graduação. Se analisarmos do ponto de vista do imediatismo necessário às ações frente à salvaguarda do patrimônio, os ainda estudantes de arquitetura não possuíam em sua grade curricular o ensino regular de patrimônio, que só teve início oficialmente em 1994, embora o prazo para implantação nas grades curriculares tenha sido flexibilizado até 1996.

Veremos, no decorrer deste capítulo, que, até a década de 1980, conforme afirma o documento *A Formação do Arquiteto e a Preservação do Patrimônio Cultural*, redigido pelos técnicos do SPHAN-Pró-Memória em 1981 para o ARQUIMEMÓRIA I, a simultânea presença dos técnicos que atuavam nos órgãos do patrimônio no ensino das Escolas de Arquitetura permitiu que experiências conjuntas entre universidades, órgãos do patrimônio e estudantes de graduação fossem pioneiras no Brasil.

A disciplina de Arquitetura no país, herança de Paulo Santos, despertou não apenas um novo olhar sobre o reconhecimento da história da arquitetura e das técnicas construtivas, mas possibilitou ampliar seu campo de estudo e ensino por intermédio dos trabalhos de inventário que passaram a ser também desenvolvidos dentro da academia. A expertise dos técnicos e professores irão protagonizar os primeiros contextos do ensino de patrimônio nas Escolas de Arquitetura no Brasil.

Adiante, trataremos dos processos dos inventários e do seu papel como parte integrante dos programas das disciplinas na academia.

2.3 Os inventários, a academia e o patrimônio: origens e contextos

Para melhor entendermos o processo de inventário no Brasil e sua relação com os órgãos de patrimônio, as Escolas de Arquitetura e os estudantes, vamos, de forma breve, expor o que foi e como aconteceu.

> Quando a sociedade brasileira, através de seus intelectuais e lideranças políticas, iniciou, na década de 20, a luta pela proteção do nosso patrimônio cultural, ameaçado pelas reformas urbanas e por uma ideia simplista de

> modernização, luta que desembocaria na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, duas reivindicações complementares viriam à tona: *inventariar*, o que vale dizer, identificar e registrar as manifestações culturais para a história, e conservar os exemplares mais representativos para as gerações futuras. Estas duas ideias, nascidas gêmeas, seguiriam caminhos distintos. Enquanto a conservação teria um grande desenvolvimento, o recenseamento da nossa cultura seria confundido com o tombamento, aplicado apenas aos bens excepcionais, o que reduziria o inventário a uma atividade limitada e dependente. Cresce, porém, o entendimento de que o inventário, a par de sua função precípua, desempenha um papel próprio na preservação do acervo cultural, podendo ser transformado em um instrumento complementar ao tombamento, possibilitando que a vigilância do Estado e da sociedade seja estendida a todo o universo cultural da nação, através da conscientização popular e da adoção de medidas administrativas. (ORMINDO, 1987, p. 82, grifo do autor).

O primeiro inventário, ou melhor, cadastro feito no Brasil se deu pelas mãos de uma elite intelectual que, segundo Fonseca (1997), elegeu a arquitetura religiosa, o barroco mineiro, a arquitetura de pedra e cal e as fortificações como depositários e representantes da identidade e memória cultural brasileira. Desse modo, os registros inicialmente feitos no país foram uma catalogação do que se queria preservar, e não um estudo prévio daquilo que iria ou não ser eleito como representante da identidade nacional.

Como já bem observado na citação do professor Paulo Ormindo (1987), a busca dos intelectuais pelas artes e padrões genuinamente nacionais vinha desde a década de 1920 por meio daqueles que buscavam a nacionalidade na arte e no reconhecimento do passado histórico, objetivando a criação de órgãos de preservação e gestão do patrimônio. Em se tratando das normas e gestão do patrimônio cultural no Brasil, os grandes nomes a serem lembrados são os de Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Lúcio Costa, Gustavo Barroso, José Marianno Filho, entre outros.

Ainda na década de 1920, foram criadas, por alguns estados, as Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos (1926, em Minas Gerais; 1927, na Bahia; 1928, em Pernambuco), mas foi no Museu Histórico Nacional que surgiu o primeiro órgão federal de proteção do patrimônio, por iniciativa de Gustavo Barroso, na época diretor do Museu (FONSECA, 1997, p. 103).

Foi durante o Estado Novo que o ideário do patrimônio passou a ser parte integrante do projeto de construção da nação pelo Estado. Outro importante fato para a consolidação do patrimônio foi Gustavo Capanema estar à frente do Ministério da Educação e Saúde (MES), pois, com sua importância política dentro do governo do

então presidente Getúlio Vargas e seus estreitos laços de amizade com os escritores e artistas modernos, ele pôde compor o ministério com certa autonomia.

A criação do IPHAN teve início com o projeto de Mário de Andrade, e o Instituto foi formulado de forma definitiva no decreto-lei n.º 25, basicamente de autoria de Rodrigo Mello Franco de Andrade, o que garantiu a proteção do patrimônio sem ferir o direito da propriedade, fato que havia atravancado diversos outros projetos de lei que objetivavam a proteção do patrimônio. Rodrigo de Andrade defendia a importância da legibilidade da promulgação, pela justiça federal, de uma legislação que viesse a proteger os bens de notável valor artístico e histórico existentes no país, pois culpava a própria inércia do poder público e a cobiça dos particulares pela ruína do Patrimônio Nacional (FONSECA, 1997, p. 105).

- **Importância dos inventários para o ensino do patrimônio**

A primeira e inconsciente iniciativa de inventário do patrimônio brasileiro que podemos apontar são os primeiros estudos da arquitetura brasileira traduzidos em desenhos, esboços e croquis, produtos das primeiras viagens proporcionadas aos jovens arquitetos da ENBA. Em 1924, eles estiveram em Ouro Preto, São João del Rei, Congonhas, Diamantina e Mariana, o que propiciou um inventário documental da arquitetura e do mobiliário do barroco mineiro. Lúcio Costa, Nereu Sampaio e Nestor de Figueiredo traduziram em desenhos e notas as peculiaridades da arquitetura brasileira, iniciando um novo processo de conhecimentos. O descobrimento dessa herança genuína nacional, influenciada pela cultura do índio, do negro e do "velho portuga", como dizia Lúcio Costa, mais tarde se concretizou numa grande inspiração e influência da originalidade da arquitetura modernista brasileira e na eleição dos primeiros exemplares do patrimônio que foram tombados pelo IPHAN uma década depois.

Com relação às iniciativas institucionais, Kessel se recorda da importância da década de 1920, da "fundação das primeiras sociedades de classe dos arquitetos brasileiros: Instituto Brasileiro de Arquitetos, Sociedade Central dos Arquitetos e, posteriormente (em 1924), o órgão que resultou da fusão dos dois, o Instituto Central de Arquitetos" (KESSEL, s/d, p. 83), pois foi através dessas sociedades que José Marianno promoveu concursos de projetos, os quais também ajudaram na difusão do patrimônio brasileiro.

Digamos que, apesar de todos os embates que ocorreram a partir da década de 1930 com Marianno Filho e os modernistas, tanto no campo acadêmico como no do patrimônio, suas iniciativas acabaram por contribuir com a difusão da cultura brasileira, principalmente no que concerne às viagens e à pioneira experiência de "inventariar" e conhecer a arquitetura colonial brasileira.

Podemos dizer que o IPHAN começou a funcionar experimentalmente em 1936, já sob a direção de Rodrigo M. F. de Andrade. Com a lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, o SPHAN passa a integrar oficialmente a estrutura do MES.

> […] a tarefa principal que o legislador brasileiro cometeu ao Serviço incumbido da proteção àqueles bens é o seu tombamento. Mas como não se conhecem previamente todas as coisas de excepcional valor histórico ou artístico existentes no Brasil, para tombar as que tenham esses requisitos torna-se necessário proceder pelo país inteiro a um inventário metódico dos bens que pareçam estar nas condições estabelecidas para o tombamento e, em seguida, realizar os estudos requeridos pra deliberar sobre a respectiva inscrição. (ANDRADE, 1987, p. 51-52).

A fala de Franco de Andrade era alinhada às solicitações internacionais, uma vez que a *Carta de Atenas*, de 1931, organizada pelo Escritório Internacional dos Museus da Sociedade das Nações, já recomendava que cada Estado desenvolvesse seu inventário e sugeria também que se constituíssem arquivos, ressaltando a relação entre os inventários, os arquivos, a produção de conhecimento, a difusão e o acesso às informações.

> VII – Conservação dos monumentos e a colaboração internacional: […]; c) Utilidade de uma documentação Internacional. A conferência emite o voto de que: 1º Cada Estado, ou instituições criadas ou reconhecidamente competentes para esse trabalho, publique um inventário dos monumentos históricos nacionais, acompanhado de fotografias e de informações; 2º Cada Estado constitua arquivos onde serão reunidos todos os documentos relativos a seus monumentos históricos; 3º Cada Estado deposite no Escritório Nacional de Museus suas publicações; 4º O escritório consagre em suas publicações artigos relativos aos procedimentos e aos métodos gerais de conservação dos monumentos históricos; 5º O escritório estude a melhor utilização das informações assim centralizadas. (ICOM, 1931)

Assim como Rodrigo M. F. de Andrade, seus colaboradores diretos também buscavam as mesmas diretrizes no discurso do trabalho da repartição. Em 1949, o arquiteto Lúcio Costa, funcionário do IPHAN, ainda procurava estabelecer procedimentos para o desenvolvimento dos inventários no seu *Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento*, órgão da instituição da qual era diretor,

corroborando o que já apontava Franco de Andrade em 1931, antes mesmo da criação do órgão.

> Sem esse lastro seguro de informações os estudos tentados serão sempre tateantes e de proveito precário, porque sujeitos a desmentidos mais ou menos prontos e chocantes ou mesmo a uma completa revisão; e as obras de restauração empreendidas correrão sempre o risco de mutilar determinadas características originais ainda preservadas, devido a erros de interpretação, comprometendo-se assim, sem remédio, a integridade e autenticidade da obra primitiva, com evidente prejuízo da autoridade e da confiança que os empreendimentos da DPHAN devem inspirar e merecer.
> A importância dessa tarefa fundamental é de tal ordem, que não me vexaria de recomendar a paralisação quase completa das obras em andamento e o cancelamento nos novos serviços – com exceção dos de proteção provisória contra a ação das goteiras – aos forros pintados com tinta à base de água –, a fim de que as verbas da dotação anual da DPHAN fossem integralmente aplicadas, durante dois ou três exercícios consecutivos, nessa empresa de colheita e compilação maciça de informações. Por se constituir em fundamento sobre o qual deverão assentar todas as iniciativas da Repartição. (COSTA, 1949, p. 1-2, grifos do autor).

Neste documento, Lúcio Costa deixa clara a prioridade da repartição no registro do patrimônio nacional, mesmo que para isso todo o corpo técnico tivesse que se concentrar nesse ponto. Indiretamente, ele expõe a carência de mão de obra especializada capaz de suprir as necessidades do patrimônio naquele momento não só no que diz respeito ao cadastramento dos bens, mas também às ações de conservação e restauração deles.

Como já destacamos anteriormente, entre as décadas de 1937 e de 1960, os objetos de preservação do patrimônio nacional foram as igrejas jesuíticas, barrocas, as fortificações oriundas da herança portuguesa, casas de fazenda, herança dos ciclos econômicos brasileiros, entre outros monumentos reconhecidos como representantes históricos e artísticos da memória nacional, deixando de fora a singularidade do patrimônio de diversas regiões do país.

O tempo passou, e durante o período da industrialização, do desenvolvimento e da modernização, a tradição passou a esbarrar no progresso, estimulado pela construção de Brasília urbanizada e moderna, agregando valores de desenvolvimentismo aos de nacionalidade.

Com relação a esse novo quadro, a proteção dos conjuntos e do entorno dos monumentos tombados teve de ser redimensionada, pois já estava inadequada ao novo modelo do desenvolvimento.

Em 1965, com a Recomendação de Palma de Maiorca, Espanha, foram definidos os critérios para um inventário com vistas à conservação e valorização do patrimônio que fixou o esquema metodológico para o Inventário de Proteção do Patrimônio Europeu (IPCE) – este, embora tenha sido um documento elaborado para os países europeus, servirá de base para alguns processos metodológicos e para o aprimoramento dos inventários no Brasil. Nesse mesmo ano, o IPHAN recorre à UNESCO para que, com sua experiência, essa organização ajude a sensibilizar a população e os especuladores imobiliários. O objetivo era demonstrar a relação entre valor cultural e valor econômico (FONSECA, 1997 p. 160).

Segundo Lia Motta e Maria Rezende (apud GRIECO; TEIXEIRA; THOMPSON, 2016 p. 20), a próxima iniciativa de inventário aconteceu no Brasil em 1970, "quando a preservação do patrimônio cultural passou a constar da agenda de desenvolvimento econômico formulada em 1964 no âmbito do projeto de desenvolvimento nacional do governo da ditadura".

Dentro desse interesse e baseados nas Normas de Quito (1967), surgem o *Compromisso de Brasília* (1970) e o Compromisso de Salvador (1971), que levaram à criação do Programa de Cidades Históricas (PCH), objetivando o aproveitamento do potencial turístico das cidades contempladas pelo programa. A iniciativa acabou originando os patrimônios estaduais. As primeiras cidades atendidas pelo Programa foram as do Nordeste do país, mais tarde se expandindo para o Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (FONSECA, 1997, p. 160).

Segundo Arruda (2013), em 1970, o IPCE foi publicado com o título *L'inventario di protezione del patrimonio culturale: settore dei beni immobili*". Elaborado pelo especialista italiano Piero Gazzola, esse documento influenciou a política de inventários nacionais, que teve uma relevante importância no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980.

Paulo Ormindo de Azevedo, arquiteto, professor da UFBA e ex-funcionário do IPHAN, implementou, a partir de 1973, o chamado *Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia* com recursos da Secretaria da Indústria e Comércio do Estado da Bahia (IPAC-BA/SIC).

A ideia do IPAC influenciou outros estados brasileiros a criarem seus programas de inventário: (1) em 1973, foi criada a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE); (2) no final da década de 1970, em Minas Gerais, foi criado o Núcleo de Desenvolvimento Urbano da Fundação João Pinheiro. Este núcleo

produziu o Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos de Minas Gerais, denominado *Circuito do Diamante*, que foi publicado na Revista João Pinheiro em outubro de 1978; (3) em 1981, em Pernambuco, a Prefeitura de Recife publicou o inventário que desenvolveu com o título *Preservação dos Sítios Históricos*, que mais tarde se desdobraria no PPSHI (Plano de Preservação do Sítios Históricos do Interior), desenvolvido pela Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco (FIAN); (04) em 1982, em São Paulo, a Prefeitura e o Governo do Estado se unem e publicam, em 1984, *Bens Culturais Arquitetônicos no Município e na Região Metropolitana de São Paulo* (MOTTA, 2016, p. 21).

Para as novas discussões acerca dos inventários no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980, contribuiu a vinda do consultor da UNESCO Guillermo Trimmiño Arango, em 1978. Sua experiência com o inventário realizado na Venezuela foi aqui apresentada, promovendo o debate das dificuldades de se empreender um inventário de identificação semelhante, considerando-se as dimensões do território brasileiro (MOTTA, 2016, p. 21).

> […] inúmeras são as definições dadas para inventário, ressaltando-se, neste campo, a contribuição do arquiteto Guillermo Trimmiño Arango, consultor da UNESCO, o qual esclarece muito esta questão ao arrolar, desde o século XX, as diversas definições assumidas pelo conceito de inventário e as transformações pelas quais passou essa denominação. Este mesmo autor classifica e define em três categorias: 1º) Inventário de simples reconhecimento do Patrimônio a ser listado, tendo em conta sua localização, proprietário, época, autor, etc. 2º) Inventário Científico – tem por objetivo recolher, buscar e agrupar todas as informações possíveis para o conhecimento profundo e exaustivo de cada bem cultural; 3º) Inventário de Proteção – reúne os elementos suficientes e necessários que permitam identificar com precisão os bens e valores que devem ser salvaguardados. (GUEDES, 1987, p. 87).

De acordo com Lia Motta e Maria Rezende (apud GRIECO; TEIXEIRA; THOMPSON, 2016), na década de 1980, a Diretoria de Tombamento e Conservação (DTC) da administração central do IPHAN propôs, em parceria com as diretorias regionais da instituição, o desenvolvimento de inventários sobre determinadas tipologias de bens elencadas a partir das demandas de tombamento. Em agosto de 1980, foi realizado, em Salvador, o I Encontro sobre Inventários de Proteção do Patrimônio Cultural.

Ainda sobre o alinhamento às questões internacionais, a partir do IPCE, entendido pelo ICOMOS como um manual prático para a realização de inventários em

todo o mundo, instituiu-se de forma generalizada o uso do inventário como atividade básica e fundamental a ser adotada e praticada pelas instituições de serviços públicos ligados à preservação do patrimônio cultural.

Em 1980, durante sua conferência, o ICOMOS cria o Comitê Internacional de Inventários, que prepara um manual para analisar e comparar experiências internacionais nessa área. O chamado *Manual on Systems of Inventorying Immovable Cultural Property Museums and Monuments* foi elaborado por Meredith H. Sykes, mestre em História da Arte, e publicado em 1984, com o objetivo principal de colaborar com a rede internacional, apoiando países onde essas metodologias fossem inexistentes em função da falta de pessoal especializado ou de recursos.

> Os inventários são uma ferramenta indispensável e fundamental para a proteção e conservação do patrimônio cultural imóvel. Este manual foi concebido para aqueles em nível nacional, regional ou local que não tiveram a oportunidade nem o financiamento e o pessoal para desenvolver e implementar seu próprio sistema de inventário. Uma variedade significativa de métodos diferentes é descrita. (SYKES, 1984, p. 13, tradução nossa).

No Brasil, em 1987, foi criada a Coordenação de Registro e Documentação (CRD) que, segundo Motta e Rezende (apud GRIECO; TEIXEIRA; THOMPSON, 2016, p. 23-24), foi o primeiro espaço institucional específico para os trabalhos de inventário. Os trabalhos ali desenvolvidos apoiariam outras ações de gestão da preservação do patrimônio cultural, como o Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU), que desenvolveu um projeto piloto na cidade de Tiradentes (MG). Este projeto continuou através do Departamento de Identificação e Documentação (DID), o qual sucedeu a CRD no início da década de 1990 e somou forças a partir do final da década de 1990 com o apoio do Programa Monumenta.

Segundo Arruda (2013, p. 48), a busca por métodos e critérios unificados para a elaboração dos inventários se mantém até o final do século XX e o início do século XXI através da obra *Guidance on Inventory and Documentation of the Cultural Heritage*, publicada pelo Conselho da Europa em 2009.

Entendemos que o processo de inventários é contínuo, pois dele partem, ainda hoje, os estudos dos lugares, dos objetos, dos saberes, entre tantos outros que poderão ser arrolados à seleta lista do patrimônio cultural. Esse processo ininterrupto de estudos em constante construção não cessa, pois de tempos em tempos revisamos a história,

escrevemos novas páginas de conhecimento, construímos e aprendemos o que, um dia, poderá ser considerado como patrimônio cultural.

É interessante abrirmos aqui um parêntese para a fala de Lúcio Costa no Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento, em tempos ainda bastante remotos às discussões que apresentamos anteriormente. No documento, ele mencionava o apelo à solicitude dos estudantes, para que, em suas viagens de férias, eles também pudessem contribuir com as informações para os inventários.

> A importância desse trabalho para os fins a que se propõe a DPHAN é capital e deve-se visar o maior critério do pessoal incumbido da tarefa. Contudo não é necessário e nem mesmo talvez aconselhável o recurso exclusivo a historiadores de profissão uma vez que a curiosidade do ofício insensivelmente a pesquisas laterais demoradas e absorventes com prejuízos dos informes simples e precisos que interessam à repartição. *Pode-se recorrer com proveito a estudantes universitários de férias* e a intelectuais de várias categorias necessitados de amparo. O que importa é a circunspeção do investigador, uma vez que certos erros de interpretação, de cópia ou redação, poderão vir a causar sérios transtornos ao especialista posteriormente incumbido do exame da matéria. (COSTA, 1949, p. 6, grifo nosso).

Já na década de 1970, Lúcio Costa formaliza e incentiva a parceria entre os órgãos do patrimônio e as Universidades. Em carta, no *Compromisso de Brasília*, afirma que:

> […] é, pois, chegado o momento de cada Estado criar o seu próprio serviço de proteção vinculado à universidade local, às municipalidades e à D.P.H.A.N., para que assim participe diretamente da obra penosa e benemérita de preservar os últimos testemunhos desse passado que é a raiz do que somos – e seremos (COSTA, 1970, p. 5).

Em 1987, em seu texto *Inventário Nacional dos Bens Imóveis Tombados, instrumento para uma proteção eficaz*, Maria Tarcila Guedes também fala da importância da relação entre as universidades e o patrimônio e os órgãos de fomento, ajudando a comprovar esse momento de sinergia entre eles.

> Nos últimos anos a perspectiva de um intercâmbio entre as diversas instituições universitárias vem trazendo em seu bojo mudanças fundamentais para a prática de um órgão armazenador de experiências e de produção de um saber específico sobre patrimônio cultural que ocorria paralelamente à das instituições nas quais se desenvolveram, no decorrer desses anos, discussões importantes do ponto de vista de um instrumental teórico interdisciplinar. Portanto quando se fala de um projeto de Inventário Nacional de Bens Tombados, pode vir a se tornar importante, ou mesmo fundamental, a necessidade de um intercâmbio sólido ente a SPHAN/Pró-Memória e esses

> organismos, se possível de convênios financiados pelos órgãos responsáveis (FINEP, CNPQ, CAPES, etc.). (GUEDES, 1987, p. 88)

2.4 Arquitetura no Brasil, os inventários e a pioneira experiência do ensino de patrimônio na graduação de arquitetura

> A disciplina Arquitetura no Brasil foi incorporada ao currículo da arquitetura em 1947, quando o curso de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes da então Universidade do Brasil foi transformada na Faculdade Nacional de Arquitetura, atual Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da U.F.R.J. Seu fundador, Paulo F. Santos, que lecionou por 22 anos, apenas terminando o concurso para a cátedra, reformulou basicamente seu programa. Este, que se apresentava, apenas, com caráter descritivo, analisando fases, programas e principais tipos arquitetônicos, foi ampliado no sentido de abranger análises, histórica e crítica, da arquitetura que se fez no Brasil, desde 1549 até os nossos dias, com vista às diversas raízes estrangeiras, e ao ambiente humano, cultural, sócio-econômico e administrativo em que a mesma se criou e se desenvolveu. Constantemente o programa foi sendo reformulado a partir das pesquisas e dos estudos de Paulo Santos vinha desenvolvendo, ou, então, das sugestões e críticas que recebia dos alunos. Assim, por exemplo, a partir de 1960 subdividiu a disciplina em duas, passando a ministrá-las concomitantemente em dias alternados. Esta alteração foi introduzida a fim de atender a pedidos dos alunos que desejavam maior ênfase no estudo da fase contemporânea. (TELLES, 1975, p. 2)

Durante a pesquisa, encontramos, no Arquivo Geral do IPHAN-RJ, um documento elaborado por Augusto Silva Telles, cujo título era: *Fichamento do I Encontro de Professores de História da Arquitetura e Teorização*, evento acontecido em Salvador (BA), em junho de 1975, no Convento de Santa Teresa. O conteúdo desse documento nos levou a pesquisar as primeiras tratativas de valorização do patrimônio cultural no ensino das Escolas de Arquitetura e nos ajudou a refletir sobre esse ensino na contemporaneidade.

Augusto da Silva Telles[23] foi uma importante figura, atuante não só no ensino de Arquitetura no Brasil, mas também um patrimonialista. Ele integrou o *International Council of Monuments and Sites* (ICOMOS) desde 1978, tendo ocupado a sua vice-presidência entre 1984 e 1987 e sido qualificado como membro de honra em 1999.

[23] Formou-se pela FNA em 1948, e lá ainda permaneceu muitos anos como professor. Em 1953, retornou à universidade como assistente do professor Paulo Santos; em 1962, se tornou livre docente; em 1969, quando Santos se aposentou, assumiu as disciplinas de Arquitetura no Brasil I e II, vindo a se aposentar em 1982. Na mesma universidade, lecionou, na década de 1960, nas cadeiras de História da Arte das Américas e do Brasil. Em 1957, entrou para o IPHAN, trabalhou como consultor técnico entre 1957 e 1988, tornando-se, em 1978, titular da Diretoria de Tombamento e Conservação da Instituição, atual Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (Depam). Foi membro do Conselho Estadual de Tombamento no Rio de Janeiro entre 1982 e 1988 e, de 1994 até 2006, seu presidente. Foi conselheiro do Conselho Consultivo do IPHAN entre 1994 e 2002 e reconduzido ao cargo em 2004. Também foi Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória entre 1988 e 1989.

Fundou o Comitê Brasileiro da mesma Instituição, tornando-se o seu primeiro presidente no período de 1978 a 1982 (THOMPSON, 2010a, p. 20), e coordenou a Comissão Estadual de Arquitetura Histórica e Conservação de Monumentos do Instituto de Arquitetos do Brasil (ABEA, 2013, p. 34).

Dentre todas as diretrizes apontadas por Silva Telles como pontos a serem discutidos na disciplina de "Arquitetura no Brasil", estão a proposta das viagens de estudo para análise gráfica, contextos do antigo e do contemporâneo e interfaces com a arquitetura da América Latina.

> IV- Também, entendemos que deve ser tomado em conta na metodologia do ensino da disciplina o seu relacionamento com a preservação dos bens culturais. Realmente, no momento atual, vem adquirindo preponderância, na política de preservação dos bens culturais, a noção da ambiência, e a proteção dos acervos urbanos e paisagísticos, sobre a preservação do monumento isolado (ver Cartas de Veneza, de Quito, etc.). Por este motivo, o tema da conservação, restauração e valorização que, até há pouco, estava afeto, unicamente, a alguns arquitetos especialistas, funcionários dos órgãos da administração pública, transcendeu esta área, para interessar à quase totalidade dos arquitetos e urbanistas. Esta foi uma das conclusões a que se chegou a Reunião de Especialistas na formação de Arquitetos e Técnicos na Conservação de Monumentos e Sítios que se realizou em Pistóia, em setembro de 1968, sob os auspícios da UNESCO. Nas recomendações propõe que os currículos das escolas de arquitetura incluíssem a formação humanista e histórica capaz de sensibilizar todos os arquitetos e urbanistas para a importância da conservação do patrimônio monumental e da paisagem. Entendemos assim, que a disciplina Arquitetura no Brasil deva propiciar a formação teórica básica sobre o tema e coordenar debates sobre conceitos e métodos de ambiência, além de dar acompanhamento aos projetos a serem desenvolvidos pelos alunos, segundo temas estabelecidos em comum pela disciplina em questão e pelas de Planejamento de Arquitetura e Urbanismo. (TELLES, 1975, p. 4)

Segundo Silva Telles, essa proposta foi formulada em 1969 pela comissão de ensino da Universidade da qual Paulo Santos foi o relator entre 1960 e 1969. Foi intitulada como "novos rumos" da disciplina e apresentada em forma de discurso na comemoração do 24º aniversário da FAU-UFRJ, tendo também sido publicada no Jornal do Comércio de 5 de outubro de 1969 e apresentada por José de Souza Reis num artigo no 16º número da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1968, página 305.

Silva Telles foi aluno e lecionava ao lado de Paulo Santos, o grande mentor e responsável pela formulação da disciplina de "Arquitetura no Brasil" na FNA. Paulo Santos se graduou arquiteto em 1926, na então ENBA, e, na década de 1930, já acumulava em sua atuante carreira o trabalho de docência. Em 1946, quando aceita o

convite de Archimedes Memória para ficar à frente da cadeira de Arquitetura no Brasil, inicia sua contribuição para nosso estudo.

Foi durante a reforma de 1969 que Paulo Santos incluiu no programa da disciplina levantamentos minuciosos de bens, em geral, tombados pelo IPHAN, introduzindo a ela trabalhos práticos de inventários. Esses desenhos, a posteriori, eram cedidos para o órgão federal (IPHAN), contribuindo para o registro e a salvaguarda do patrimônio (SANCHES, 2005).

Embora não tenha tramitado ou acumulado trabalho como técnico do patrimônio e docente, entre 1955 e 1968, Paulo Santos fez parte do Conselho Consultivo do IPHAN, o que o aproximou das questões relativas à preservação do patrimônio cultural, permitindo trazê-las com propriedade ao meio acadêmico. Seus alunos Silva Telles e Dora Alcântara se aprofundaram em seus ensinamentos, perpetuando esses frutos não apenas no meio acadêmico, mas também como técnicos do patrimônio, assunto sobre o qual nos aprofundaremos adiante, ao tratarmos da disciplina de "Arquitetura no Brasil" na FNA.

Para Silva Telles, preservar os conteúdos ensinados nas cadeiras de Arquitetura no Brasil era preservar nossa memória cultural e de nosso patrimônio edificado, cujo presente e futuro estariam nas mãos dos estudantes que estavam sendo formados pelas Escolas de Arquitetura, as quais, na década de 1970, se proliferavam pelo Brasil.

> […] como método auxiliar de trabalho adotou-se, com breves épocas de intervalo, a proposição dos alunos de levantamento de edifícios de arquitetura religiosa e civil, urbana ou rural, com o fim específico de colocar o futuro arquiteto diante da obra antiga, com sua tecnologia, programa, proporções, enfim, sua solução construtiva-arquitetônica. (TELLES, 1975, p. 4).

Segundo o documento supracitado, o programa da disciplina criada na FNA influenciou outras Escolas de Arquitetura pelo país. Com as novas alterações curriculares, a disciplina foi dividida em "Arquitetura no Brasil" I e II, porém, segundo Silva Telles, não foram todas as escolas que seguiram isso, pois a grande maioria concentrou o conteúdo em apenas um semestre.

Rodrigo M. F. de Andrade, em sua publicação *Brasil, Monumentos Históricos e Arqueológicos* (ANDRADE, 2012, p. 128), narra que, antes da criação da disciplina "Arquitetura no Brasil", da FNA do Rio de Janeiro, o único estabelecimento de ensino do país que possuía, no seu currículo, disciplinas vinculadas ao estudo de monumentos históricos, arqueológicos e artísticos era o Curso de Museus, subordinado ao Museu

Histórico Nacional. Franco de Andrade diz, ainda, que a absorção dessa disciplina nas demais faculdades do Brasil só se deu quando ela passou a ser obrigatória por lei e foi incorporada pelas Universidades Federais da Bahia, de Recife e de Belo Horizonte.

O que nos é particularmente importante na fala de Rodrigo M. F. de Andrade é a constatação de que, naquele momento, em diversos estados, o professor da disciplina era funcionário do Patrimônio, como Ayrton Carvalho, Sylvio de Vasconcelos, Luís Saia, Augusto da Silva Telles e Paulo Santos (que, na verdade não era funcionário, apenas fazia parte do Conselho Consultivo). Foram essas as personalidades que iriam, a partir dos estudos desenvolvidos dentro do IPHAN, ter suas primeiras experiências "acadêmicas" sobre a história da Arquitetura Brasileira – eleita pelos modernistas como aquela representativa do patrimônio nacional.

Em seu artigo *Nasce a Academia SPHAN,* Santos (1996) aborda o IPHAN como uma grande escola, uma "academia", pelo permanente clima de discussão, troca de informações e leituras críticas. O incentivo aos estudos e pesquisas sobre arquitetura brasileira promovidas por Rodrigo Mello Franco de Andrade definiram a Instituição como "uma referência cotidiana, uma espécie de fonte sagrada, onde novas ideias eram gestadas e absorvidas" (SANTOS, 1996, p. 74).

Na fase acima referenciada, o IPHAN já configurava a estrutura técnico-funcional estabelecida pelo Regimento Interno de 1946, em que a área Central, que em 1947 ocupou o edifício do MES, era composta pelo Gabinete do Diretor Geral (Rodrigo Mello Franco de Andrade), pela Divisão de Estudos e Tombamentos (chefiada por Lúcio Costa) e pela Divisão de Conservação e Restauração (chefiada pelo arquiteto Paulo Thedim Barreto).

No entanto, foi a nova estrutura formada pelos Distritos Regionais (subordinados ao gabinete do diretor geral) que particularmente nos interessou analisar, pois à frente desses estavam os técnicos e docentes apontados por Franco de Andrade como os grandes responsáveis pelo conhecimento da Arquitetura do Brasil dentro das Escolas de Arquitetura.

2.4.1 Os técnicos dos Distritos Regionais e as Escolas de Arquitetura

Os quatro Distritos Regionais (DRs) se distribuíram da seguinte forma: o 1º DR, na cidade do Recife, que também cuidava dos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte; o 2º DR, na cidade de Salvador, era responsável pelos estados

da Bahia e de Sergipe; o 3º DR, em Belo Horizonte, que cuidava do estado de Minas Gerais, e o 4º DR, em São Paulo, que abrangia os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul[24]. Como já mencionado na citação de Rodrigo M. F. de Andrade, estavam à frente desses distritos, respectivamente: Ayrton Carvalho, Godofredo Filho, Sylvio Vasconcellos e Luís Saia, os quais eram assistentes técnicos da instituição em suas regiões quando foram nomeados.

Os Distritos eram subordinados ao Gabinete do Diretor Regional, porém, de certa forma, essa descentralização física ajudou no reconhecimento maior do patrimônio local, um pouco menos alicerçado nas escolhas universais dos modernistas, que claramente tinham uma predileção pelo colonial e pelo barroco mineiro. Tal fato também pode ser explicado, em parte, porque, na Área Central do órgão, estavam quase que exclusivamente arquitetos filiados ao modernismo, enquanto, nas representações regionais, os engenheiros foram maioria em virtude de os cursos de arquitetura, com exceção da ENBA no Rio de Janeiro, só terem começado a partir da década de 1940 nos demais estados brasileiros.

Os referidos distritos eram responsáveis pela elaboração de projetos, especificações, orçamentos de obras; trabalhos de restauração e conservação de monumentos, obras de arte, manuscritos e impressos. Ademais, eram obrigados a enviar relatórios mensais das atividades desenvolvidas ao escritório central.

Essa troca de conhecimentos e o sempre atento olhar de Rodrigo M. F. de Andrade sobre os distritos e os técnicos, de forma geral, eram uma constante. Segundo depoimento oral de Judith Martins – secretária de Rodrigo Mello Franco durante sua gestão –, transcrito no livro *Memórias do Patrimônio* (THOMPSON, 2010b), Franco de Andrade estimulava os técnicos da repartição a pesquisar e dar suas contribuições em forma de artigos para a revista do IPHAN, pois se mostrava constantemente preocupado com a formação dos seus colaboradores desde a criação do órgão até o final de sua gestão.

[24] Cabe esclarecer que, além das sedes das representações regionais do IPHAN aqui mencionadas, também havia, inicialmente a de Porto Alegre, da qual estava à frente Augusto Meyer, escritor modernista gaúcho e diretor da Biblioteca Pública do RS. Essa sede durou pouco tempo como representação autônoma – apenas até Meyer ser convidado para dirigir o Instituto Nacional do Livro, no Rio de Janeiro. A partir daí, o Rio Grande do Sul ficou subordinado ao Paraná por um ano e, logo a seguir, subordinado à regional de São Paulo por 35 anos. (MEIRA, A. L. G. Os modernos e as escolhas do passado no sul do Brasil. *V!RUS*, São Carlos, n. 12, 2016. Disponível em: http://www.nomads.usp.br/virus/virus12/?sec=4&item=3&lang=pt. Acesso em: 24 mai. 2020).

> Dr. Rodrigo não só obrigava a gente a estudar, como nos fazia matricular na Cultura Inglesa e na Aliança Francesa. Contratou até uma professora de história da arte, […] Hanna Levy. […] Dr. Rodrigo contratou o trabalho dela; e ela dava três aulas por semana de história da arte – desde a pré-história até a arte contemporânea. Mas ela não sabia nada de arte brasileira. Então Dr. Rodrigo nos fez frequentar a antiga Universidade do Distrito Federal, para estudar arte brasileira num curso que o José Marianno Filho dava. Dr. Rodrigo obrigava a gente a estudar. Português, por exemplo. Como ele achava que o pessoal era deficiente em português, contratou o Celso Cunha, que era revisor das publicações. Ele dava aula de português três vezes por semana aqui. (THOMPSON, 2010b, p. 39-40).

Segundo Pereira (2012, p. 49), em trecho de um ofício enviado por Rodrigo de Andrade a Luís Saia e Ayrton de Carvalho, percebe-se que ele também mantinha os Diretores Regionais guarnecidos de publicações sobre história e teoria da arquitetura, da arte e da restauração, através de ofícios e/ou correspondências:

> Para seu conhecimento, tenho o prazer de enviar incluso a V. As. Cópia de um artigo importante publicado na revista francesa L'Amour de l'Art, nova série, n.º 46, 47 e 48, a respeito dos princípios de restauração de obras de pintura antiga e de autoria do Diretor do Instituto Central.

Buscamos, a partir destas análises, reunir um conjunto de experiências desenvolvidas em parceria com as universidades, os alunos e os órgãos de patrimônio durante essa fase inicial. Nesse contexto, também apresentaremos algumas experiências herdadas desses mestres em fases posteriores de algumas universidades.

Além dos quatro distritos inicialmente criados, iremos acrescentar a contextualização do distrito de Brasília, que surgiu em 1960 a pedido de Alcides da Rocha Miranda para Rodrigo Mello Franco de Andrade. Esse acréscimo justifica-se pela própria figura de Alcides Miranda e sua concomitante atividade no patrimônio na USP e, em seguida, na UNB, conforme apresentaremos a seguir. Esta análise ajudará a reforçar o vanguardismo do patrimônio cultural brasileiro na primeira fase do IPHAN e entender as verdadeiras raízes do ensino do patrimônio no Brasil.

2.4.1.1 O contexto do Rio de Janeiro

Aqui, retomaremos a disciplina de "Arquitetura no Brasil" e sua estreita relação com o embrionário ensino do patrimônio. O ponto de partida desta análise se refere ao momento em que Paulo Santos assume a cadeira de "Arquitetura no Brasil" no curso autônomo de arquitetura da FNA, criado em 1945. O convite para assumir essa

disciplina partiu do professor Archimedes Memória, de modo que ele foi efetivado como professor catedrático da disciplina apenas em 1951, quando prestou concurso e disputou a vaga com o arquiteto Paulo Thedim Barreto, do IPHAN.

A reforma de 1945 foi a oportunidade de retomar o desejo de implantação dos estudos da arquitetura brasileira na escola, que já era intencionado desde a época da ENBA, como vimos no capítulo anterior. Segundo Sanches (2005, p. 166), após a saída de Lúcio Costa da direção da ENBA, a Comissão Inventora encaminhou um pedido para a "implementação da cadeira Estudos Brasileiros, cuja responsabilidade ficaria com José Marianno Filho. […] Paulo Santos foi o único que se posicionou desfavoravelmente à instituição da disciplina". Tal atitude, que de início poderia parecer controversa, se relaciona com a preocupação de que Marianno Filho direcionaria a disciplina para uma doutrinação do Neocolonial. A referida cadeira acabou sendo criada em 1946 com o propósito de estudar a produção arquitetônica realizada no Brasil e se propunha a:

> […] analisar os exemplares dos tempos coloniais até a época atual, conforme ementa XI, referente a esta Cadeira e aprovada em 31 de outubro de 1946:
> a) Caracteres mesológicos, técnicos, sociais e estéticos da arquitetura no Brasil, da época da descoberta ao período contemporâneo.
> b) Preservação da tradição. Arquitetura e artes subsidiárias. (SANCHES, 2005, p. 167).

Em 1947, apenas um ano após a criação da disciplina, Paulo Santos define seu programa com a seguinte abrangência:

> […] as influências estrangeiras manifestadas na Arquitetura no Brasil durante os períodos colonial, imperial e o republicano. O conteúdo programático, que seria ministrado aos alunos do 4º ano do curso de graduação, visava estudar descritivamente as fases, os programas das edificações e as tipologias arquitetônicas da arquitetura religiosa e, num segundo plano, da arquitetura civil e militar, não evidenciando, portanto, caráter mais crítico de análise. A competência, a cultura e a dedicação com que Paulo Santos ministrava suas aulas empolgaram os alunos de sua primeira turma na FNA, a ponto de o terem escolhido como paraninfo do ano de 1948. (SANCHES, 2005, p. 167).

Ainda de acordo com Sanches (2005), Paulo Santos irá reformular a disciplina algumas vezes; a primeira em 1948, quando deixa de apenas descrever a arquitetura brasileira e passa a analisá-la histórica e criticamente através da correlação com os fatores culturais e com as raízes históricas. Em 1958, aumenta a análise histórica da disciplina; seu programa se estendia à análise da arquitetura colonial, imperial e

republicana, abordando o contexto socioeconômico e cultural de cada período, discutindo suas raízes históricas, seu partido formal e suas técnicas construtivas. Em 1960, propõe as mudanças que irão ocasionar o desdobramento da disciplina em Arquitetura no Brasil I e II.

Para avançarmos nas análises sobre a estreita relação que irá se estabelecer entre a academia e o IPHAN, apresentaremos algumas reflexões extraídas a partir do trabalho de Sanches (2005), que, em seu amplo estudo sobre a obra de Paulo Santos, também aponta algumas contribuições e reflexões junto ao ensino do patrimônio na FNA.

Durante o período em que foi membro do Conselho Consultivo do IPHAN, Paulo Santos ficou muito próximo de Rodrigo M. F. de Andrade. Essa aproximação lhe permite conviver com os estudos praticados no órgão, estabelecer uma visão historiográfica e crítica do papel do movimento moderno à frente do IPHAN e, ao mesmo tempo, contribuir com o inventário do patrimônio através da implantação de trabalhos acadêmicos junto aos alunos que o ajudarão a suprir a falta de técnicos que pudessem dar conta do amplo inventário que daria os alicerces da criação do patrimônio nacional, o que, como veremos, terá grande ampliação em outras regiões do país.

> O convívio com os profissionais do IPHAN possibilitou a Paulo Santos contato mais direto com as questões sobre preservação e restauração do patrimônio nacional e com a causa modernista, além do acesso às obras de intelectuais estrangeiros como a alemã Hannah Levy, o americano Robert Smith e o francês Germain Bazin. Além disso, a convivência com os confrades no IHGB ampliou-lhe os conhecimentos historiográficos. […] Outra preocupação de Paulo Santos, também associada à causa moderna, referia-se ao registro e à preservação do patrimônio cultural brasileiro. A exemplo do que ocorria na maioria dos países europeus, durante o Estado Novo no Brasil – 1937/45 –, o interesse em fomentar a idéia de identidade nacional instigou a criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional – SPHAN –, a fim de resguardar a herança da tradição nacional para futuras gerações, objetivando a afirmação cultural da nação. (SANCHES, 2005, p. 49).

Paulo Santos não irá desbravar a arquitetura brasileira através de viagens de estudo pelo Brasil, mas vai criar uma metodologia acadêmica que, segundo ele, visava proporcionar aos alunos do curso de arquitetura da FNA o contato direto com obras do passado, registrando seus traços característicos, salvaguardando com isso a memória da arquitetura. Em carta enviada ao professor Aloísio Magalhães em setembro de 1980, ele fala da contribuição dos alunos e da faculdade nos inventários do Rio de Janeiro:

> Desde quando assumi, em 1946, a Cadeira de Arquitetura no Brasil, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, como trabalhos de aula os alunos fizeram centenas de levantamentos de prédios – de Arquitetura Civil e Religiosa – do Rio, Petrópolis, Campos, Parati, etc., que, em reunião da Congregação da época, eu sugeri se desse, isto é, transferisse mais tarde para o SPHAN, porque tratava-se de material importante que no Arquivo da Repartição ficaria mais salvaguardado; e recebi a devida autorização. Não é cessão minha à SPHAN, e sim da Faculdade. (SANTOS, 1980, n. p.)

Paulo Santos fomentou na disciplina o valor das raízes históricas da arquitetura e do urbanismo no Brasil, de suas amarras com o movimento moderno, transcendendo análises puramente estéticas ou historiográficas. Ele também debateu criticamente a importância da diversidade arquitetônica, ressaltando a relevância de sua preservação.

> Nesse sentido, a disciplina desempenharia papel fundamental na formação integral do arquiteto, pois o habilitaria a atuar, igualmente, na área de preservação e conservação dos bens do patrimônio cultural brasileiro. Tratava-se de proposta inovadora, fruto da preocupação partilhada com o catedrático da cadeira Teoria da Arquitetura, professor Wladimir Alves de Souza, de trazer para o âmbito da universidade a consciência da relevância da preservação dos bens patrimoniais para o reconhecimento cultural da nação. Esta proposta atendia também, naquele momento, aos anseios de historiadores e arquitetos que atuavam no IPHAN. (SANCHES, 2005, p. 189).

Paulo Santos foi o grande responsável pela transformação do ensino da matéria de história da arquitetura. Seu legado irá influenciar a formação de uma nova geração de "arquitetos historiadores", como seus ex-alunos Augusto Carlos da Silva Telles, Antônio Pedro de Alcântara, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Alfredo Luiz Porto de Britto, dentre os quais muitos se dedicaram à carreira universitária e/ou ao trabalho frente ao patrimônio. Seus ensinamentos teóricos e práticos não se restringiram ao Rio de Janeiro, e sua ação e abordagem alcançarão outras universidades espalhadas pelo país, as quais também irão contribuir para o cadastro e a preservação do patrimônio nacional num trabalho igualmente conjunto entre alunos, universidades e IPHAN.

Dentre os alunos de Paulo Santos que perpetuaram sua herança metodológica, destacamos aqui as figuras de Silva Telles e Dora Alcântara. O primeiro foi nossa fonte bibliográfica constante, que nos ajudou a traçar os percursos das análises contidas nesta tese e que tanto lutou pela perpetuação do trabalho do seu mestre nas sucessivas discussões sobre ensino. Dora Alcântara, juntamente com Silva Telles na cadeira de Arquitetura no Brasil, teve um importante papel no ensino e na prática do patrimônio no país.

Dora Alcântara fez um grande trabalho de inventário junto aos alunos das Universidades pelas quais passou. Ela deu aula em algumas universidades no Estado do Rio de Janeiro, como: (1) na Santa Úrsula, de 1970 a 1971, onde lecionou a disciplina de História da Arte; de 1972 até o 1º semestre de 1974, lecionou Arquitetura Brasileira no curso de Arquitetura; (2) na FERP, ministrou a cadeira de 1971 até sua saída em 1991; (3) no departamento cultural da Pontifícia Universidade Católica, ministrou, em 1970, os cursos de Arte Luso-brasileira e Arte Medieval Portuguesa e (4) na UFRJ, ainda intitulada Universidade do Brasil, foi instrutora do ensino superior e ministrou de 1961 a 1965 a disciplina de Grandes Composições de Arquitetura, História da Arte e História das Técnicas. Em 1974, retornou como professora assistente na disciplina de "Arquitetura no Brasil".

Além de docente, Dora Alcântara é um dos nomes mais respeitados em todo o país no que diz respeito à proteção do patrimônio cultural brasileiro. Ingressou no IPHAN em 1975 e, entre os anos de 1981 e 1987, atuou como Coordenadora do Setor de Tombamento da Diretoria de Tombamento e Conservação do IPHAN. Ainda em 1987, assumiu o cargo de Coordenadora Geral de Preservação de Bens Culturais e Naturais, onde ficou até 1991. Além disso, fez parte do Conselho Estadual de Tombamento da Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro (CET/RJ).

Especialmente com relação ao trabalho por ela desenvolvido nas disciplinas de "Arquitetura no Brasil" na UFRJ (anexos D e E) e na Faculdade de Arquitetura de Barra do Piraí-FERP (anexos F e G), encontramos documentos que comprovaram seus trabalhos de inventário (figuras 05, 06 e 07) junto aos alunos dessas instituições, os quais os aproximaram do patrimônio cultural da sua região e introduziram um trabalho de conscientização do arquiteto frente às questões da preservação dos edifícios e conjuntos urbanos, seguindo as recomendações internacionais e colaborando com os órgãos de preservação do patrimônio dos municípios do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil.

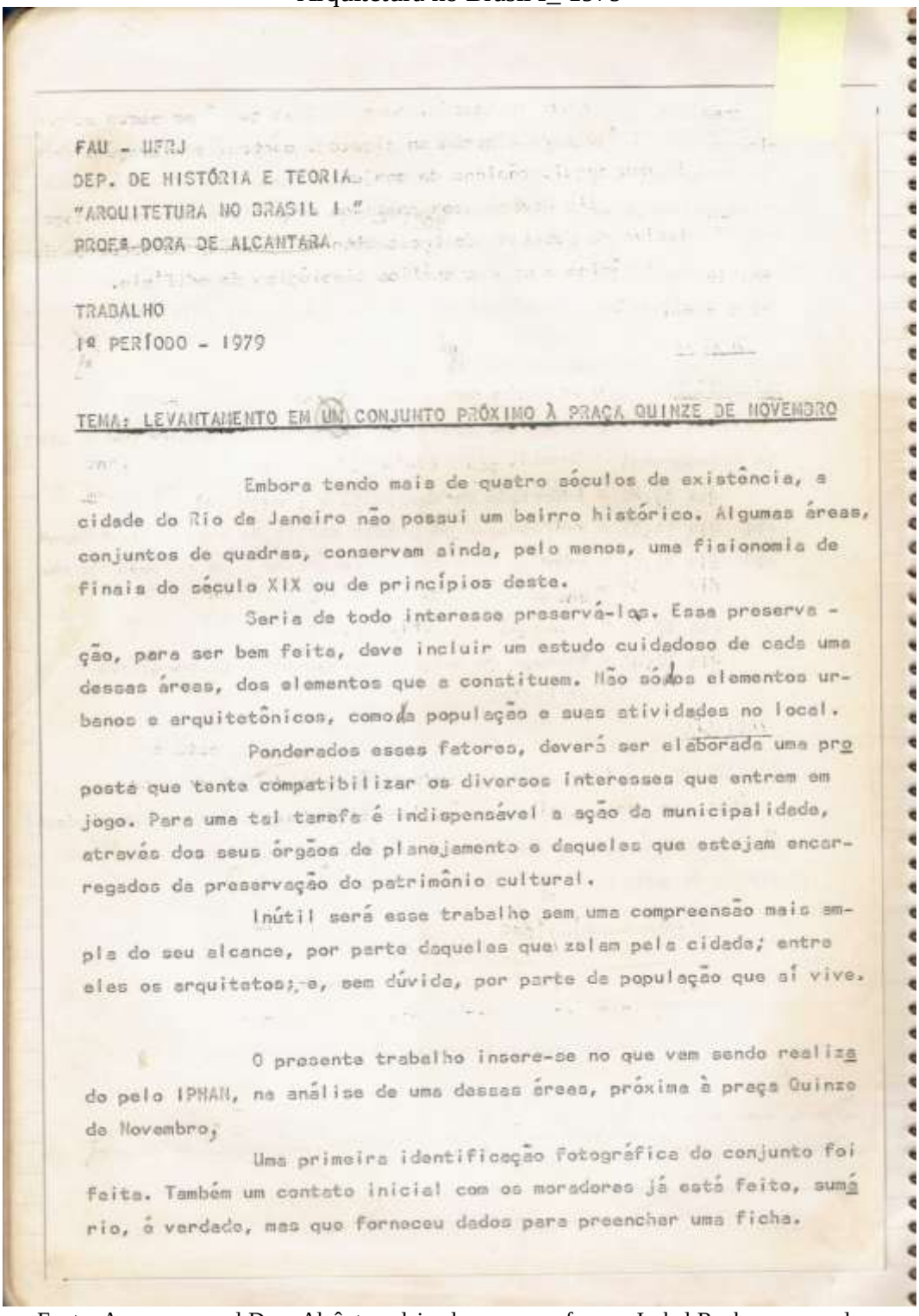
No *Boletim do SPHAN Pró-Memória* n.º 10, Dora Alcântara (1981, p. 11) conta sobre o trabalho desenvolvido no cadastramento de 53 edifícios que integram o conjunto da Praça XV de Novembro e seu entorno imediato (figuras 05, 06 e 07). De acordo com ela, o inventário foi feito em 1979 em face da necessidade da definição de critérios para preservação de edifícios representativos da arquitetura da primeira fase do período republicano e para atender ao pedido de colaboração dos responsáveis pela implantação do Projeto do Corredor Cultural do Rio de Janeiro.

A área de abrangência do cadastro foi a delimitada pela Praça XV de Novembro, Praça Pio X, na Candelária, e pelas ruas Primeiro de Março e do Mercado. Durante o processo, elaborou-se uma ficha na qual foram levantadas características principais da arquitetura, incluindo seu programa de necessidades; e foram desenhadas suas fachadas, plantas, esquadrias, serralherias, balcões e grades.

Essas fichas seguiram os modelos das já adotadas pela IPHAN, mais precisamente pela Divisão de Conservação e Restauração, elaboradas pela arquiteta Lia Motta, que já havia feito trabalho semelhante nos edifícios tombados da área. Estagiários da Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES) e estudantes de arquitetura da UFRJ participaram desse escopo. Especialmente no que diz respeito aos estudantes da UFRJ, estes o fizeram como parte do processo proposto pela disciplina Arquitetura no Brasil I. Pelo planejamento acadêmico encontrado nos cadernos pessoais da docente (figuras 5, 6 e 7), eles se deram durante os dois semestres de 1979.

Também no Anexo D, podemos observar que Dora Alcântara dedicava suas primeiras aulas do semestre à conscientização sobre a preservação e a evolução dos pensamentos que norteavam esse assunto, para só depois entrar no conteúdo propriamente dito.

Figura 1 – Roteiro Trabalho de Inventário Praça XV_Dora Alcântara_UFRJ disciplina: Arquitetura no Brasil I_ 1979



FAU - UFRJ
DEP. DE HISTÓRIA E TEORIA
"ARQUITETURA NO BRASIL I"
PROFª DORA DE ALCANTARA

TRABALHO
1º PERÍODO - 1979

TEMA: LEVANTAMENTO EM UM CONJUNTO PRÓXIMO À PRAÇA QUINZE DE NOVEMBRO

Embora tendo mais de quatro séculos de existência, a cidade do Rio de Janeiro não possui um bairro histórico. Algumas áreas, conjuntos de quadras, conservam ainda, pelo menos, uma fisionomia de finais do século XIX ou de princípios deste.

Seria de todo interesse preservá-los. Essa preserva - ção, para ser bem feita, deve incluir um estudo cuidadoso de cada uma dessas áreas, dos elementos que a constituem. Não só dos elementos urbanos e arquitetônicos, como da população e suas atividades no local.

Ponderados esses fatores, deverá ser elaborada uma proposta que tente compatibilizar os diversos interesses que entrem em jogo. Para uma tal tarefa é indispensável a ação da municipalidade, através dos seus órgãos de planejamento e daqueles que estejam encarregados da preservação do patrimônio cultural.

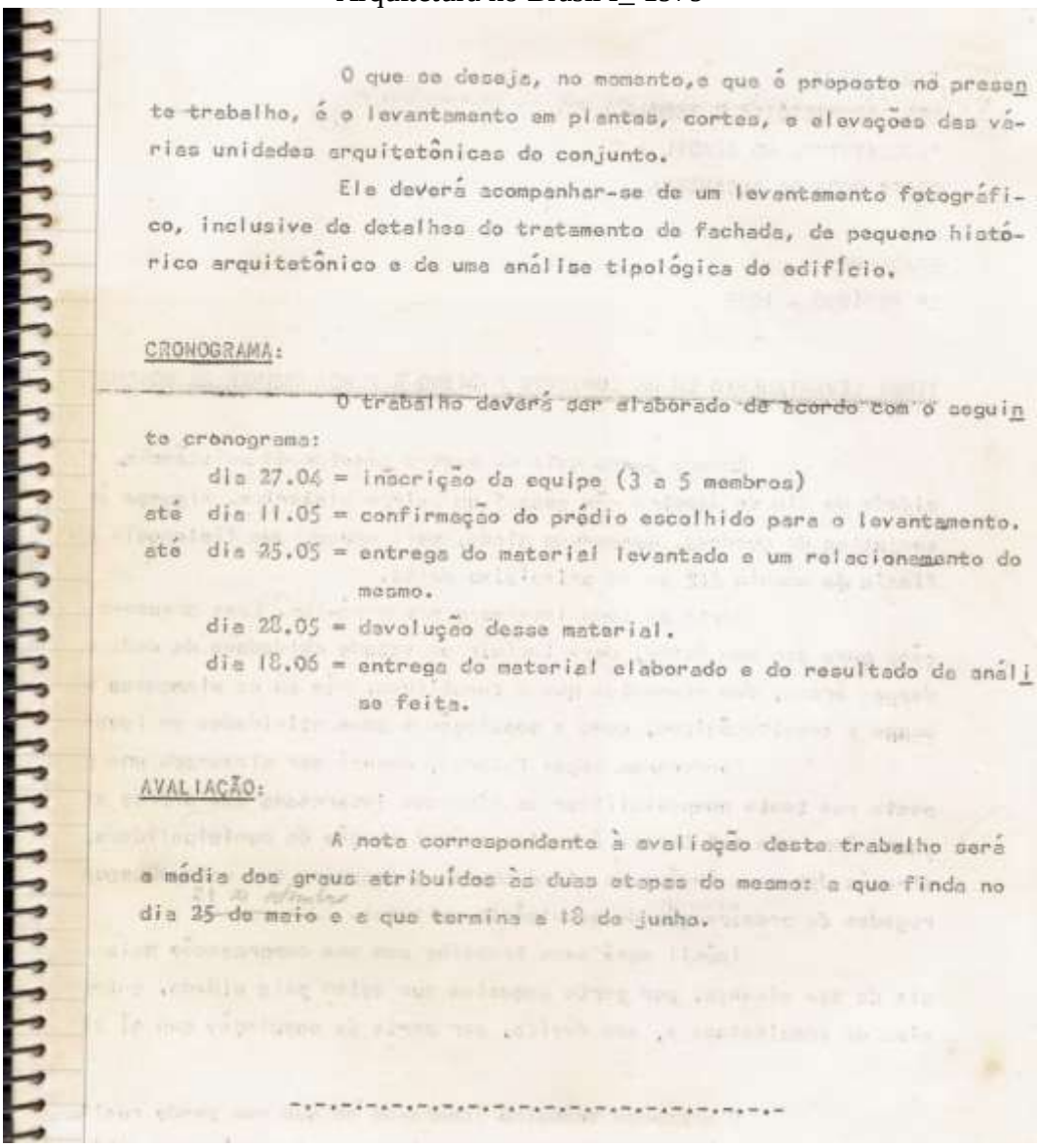
Inútil será esse trabalho sem uma compreensão mais ampla do seu alcance, por parte daqueles que zelam pela cidade; entre eles os arquitetos; e, sem dúvida, por parte da população que aí vive.

O presente trabalho insere-se no que vem sendo realizado pelo IPHAN, na análise de uma dessas áreas, próxima à praça Quinze de Novembro.

Uma primeira identificação fotográfica do conjunto foi feita. Também um contato inicial com os moradores já está feito, sumário, é verdade, mas que forneceu dados para preencher uma ficha.

Fonte: Acervo pessoal Dora Alcântara deixado para a professora Isabel Rocha, sua ex-aluna

Figura 2 – Roteiro Trabalho de Inventário Praça XV_Dora Alcântara_UFRJ disciplina: Arquitetura no Brasil I_ 1979



O que se deseja, no momento, e que é proposto no presente trabalho, é o levantamento em plantas, cortes, e elevações das várias unidades arquitetônicas do conjunto.

Ele deverá acompanhar-se de um levantamento fotográfico, inclusive de detalhes do tratamento da fachada, de pequeno histórico arquitetônico e de uma análise tipológica do edifício.

CRONOGRAMA:

O trabalho deverá ser elaborado de acordo com o seguinte cronograma:

dia 27.04 = inscrição da equipe (3 a 5 membros)
até dia 11.05 = confirmação do prédio escolhido para o levantamento.
até dia 25.05 = entrega do material levantado e um relacionamento do mesmo.
dia 28.05 = devolução desse material.
dia 18.06 = entrega do material elaborado e do resultado da análise feita.

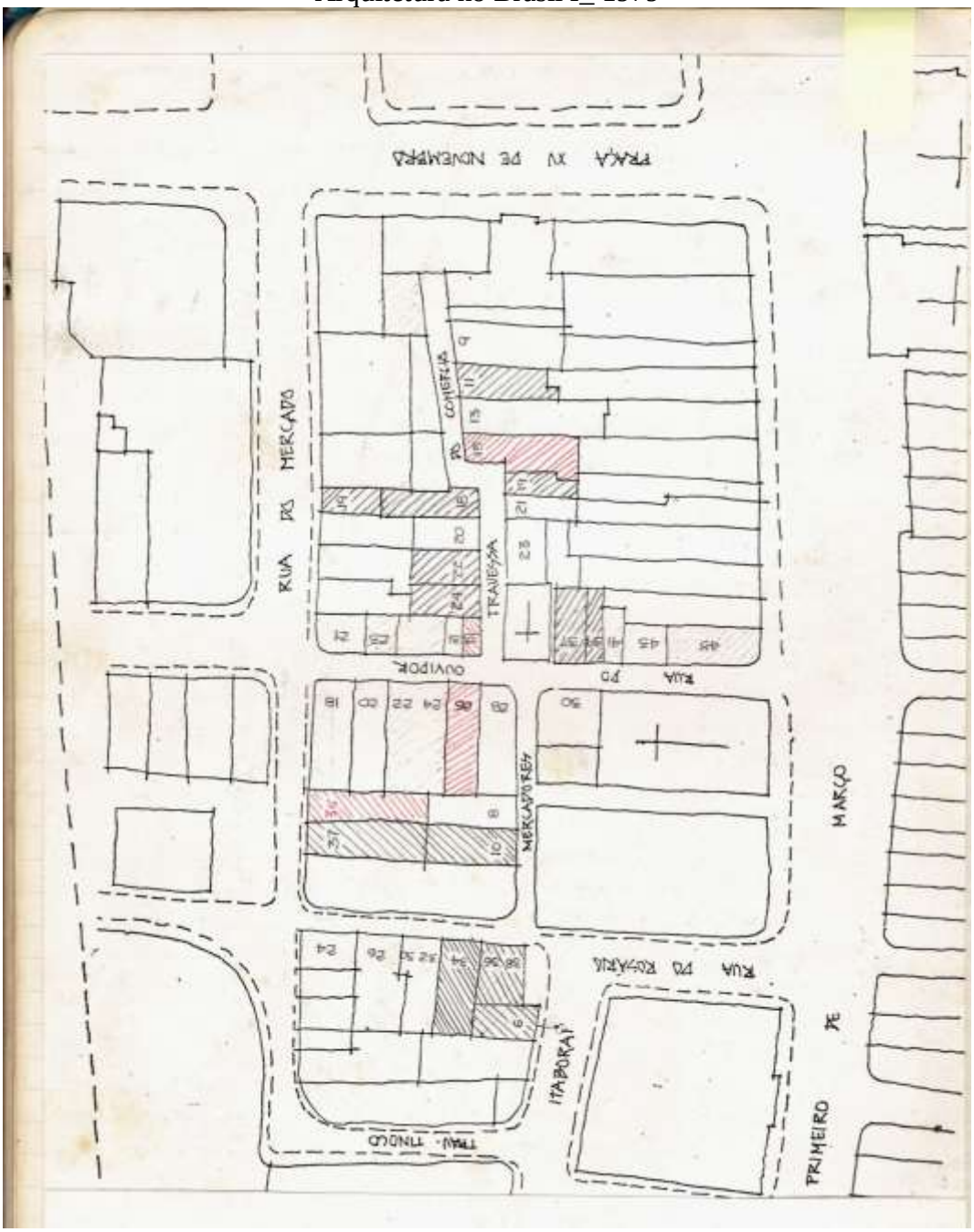
AVALIAÇÃO:

A nota correspondente à avaliação deste trabalho será a média dos graus atribuídos às duas etapas do mesmo: a que finda no dia 25 de maio e a que termina a 18 de junho.

-.-

Fonte: Acervo pessoal Dora Alcântara deixado para a professora Isabel Rocha, sua ex-aluna

Figura 3 – Roteiro Trabalho de Inventário Praça XV_Dora Alcântara_UFRJ disciplina: Arquitetura no Brasil I_ 1979



Fonte: Acervo pessoal Dora Alcântara deixado para a professora Isabel Rocha, sua ex-aluna

A mesma metodologia dos inventários adotada por Dora Alcântara na atual FAU-UFRJ era aplicada na disciplina de "Arquitetura Brasileira" ministrada por ela na FERP, em Barra do Piraí. Respeitando o patrimônio e as características locais, os inventários executados nessa Escola de Arquitetura se relacionam com as grandes

fazendas de café no Médio Vale do Paraíba do Sul e com as pequenas cidades (como Conservatória, que pertence ao município de Valença, no estado do Rio de Janeiro).

Dora Alcântara e Francisco Cesário Alvim promoveram, em 1979, um trabalho acadêmico de levantamento dos bens imóveis da cidade de Conservatória e tiveram apoio dos alunos e dos professores auxiliares Selso Dal Bello e Isabel Cristina Castro da Rocha, que mais tarde também se tornará técnica do IPHAN.

Na pasta de personalidades do Arquivo Central do IPHAN do Rio de Janeiro, encontramos uma correspondência enviada em nome dos alunos e professores da FERP para Aloysio Magalhães, na qual apresentavam os trabalhos acima referenciados e explicavam que tinham como principal objetivo o estudo da forma e da função do espaço arquitetônico e a utilização desses espaços, abordando seus aspectos técnicos e suas transformações ao longo de um processo histórico. Esse trabalho foi um exemplo concreto do contato com uma pequena cidade da região com típicas características da fase histórica da ocupação do Vale do Paraíba do Sul, determinada pela produção cafeeira do século XVIII.

O documento, além de narrar o que foi desenvolvido, convidava Aloysio Magalhães para a exposição dos trabalhos na universidade e informava a existência do CEM/Barra do Piraí (Centro de Estudos do Médio Vale do Paraíba), que havia sido criado há pouco e correspondia a um trabalho de aprofundamento das ações culturais da região, sendo um ponto de encontro para estudantes, profissionais e todos os demais membros da comunidade regional interessados no desenvolvimento de sua terra e de sua gente.

Segundo a pesquisadora Isabel Rocha (ex-aluna de Dora Alcântara, professora atual da FERP e funcionária aposentada pelo IPHAN), Pedro Alcântara, marido de Dora Alcântara, também ministrou as disciplinas de “Estudos Sociais” na FERP, e a apostila desenvolvida por ele era adotada pela esposa em Arquitetura Brasileira. Isabel Rocha foi a herdeira do material deixado por esses docentes na instituição e quem cedeu as imagens aqui ilustradas.

> A primeira turma das disciplinas de Arquitetura Brasileira e Estudos Sociais a ter como professores o casal Dora e Pedro Alcântara (1926/1999) foi a de 1971. Convidados a ministrar as disciplinas vinculadas ao conhecimento da produção arquitetônica e a sua trajetória no Brasil, logo no primeiro ano Dora decidiu implementar um projeto de pesquisa, nos moldes do que hoje se denomina pesquisa científica e estudo de caso. A bem da verdade, a proposta acadêmica desenvolvida nessas disciplinas ia muito além no tempo e no espaço. Conhecer a arquitetura, pensar seus processos históricos, técnicas

> construtivas, inventário de bens imóveis, abordagem de intervenções em projetos de restauração faziam parte dos programas ministrados. O que hoje são disciplinas próprias e integrantes das ementas das escolas de arquitetura, tais como Técnicas Retrospectivas e Restauro, já era, em Barra do Piraí, prática permanente. (ROCHA, 2007, p. 1).

Dora e Pedro Alcântara desenvolveram o que Silva Telles tanto destacou nas discussões acerca do ensino na década de 1980: o conhecer a fundo o patrimônio brasileiro nas disciplinas de "Arquitetura Brasileira" e "Teoria da Arquitetura", de forma a despertar a consciência da importância da preservação. Isto pode ser demonstrado pelo plano de curso da disciplina de "Arquitetura Brasileira" ministrada pela docente, conforme anteriormente mencionado. Segundo Isabel Rocha (2007), esses trabalhos fugiam às ementas dessas disciplinas e assumiam a vanguarda do que hoje chamaríamos de Trabalhos de Pesquisa e Extensão. Já naquela época, renderam convênios junto ao Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) e ao IPHAN. A importância de Dora Alcântara foi também reconhecida recentemente pelo IAB, que, prestes a comemorar seu centenário, concedeu em 2020 a outorga do seu colar, comenda máxima da entidade, a essa grande personalidade.

Podemos nos arriscar a dizer que as bases inauguradas por Paulo Santos junto com a antiga FNA fizeram com que a atual Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ mantivesse acesa a consciência da importância desse ensino para os futuros arquitetos. Muitas escolas, ao contrário, deixaram de ofertar essa disciplina quando ela passou a ser facultativa em 1994, justamente quando a de Técnicas Retrospectivas se tornou obrigatória. Retomaremos essa abordagem mais adiante.

Seguindo ainda a metodologia implantada por Paulo Santos, alguns destes professores seguiram com os trabalhos de inventário nas universidades, contribuindo com a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

2.4.1.2 Breve contexto em outros estados

Embora as bases de estudo deste trabalho estejam voltadas para o Rio de Janeiro, faremos aqui uma breve síntese da estreita relação entre os técnicos do IPHAN e as universidades em seu estado, comprovando que essa estreita relação contribuiu para as bases do ensino de patrimônio na graduação de Arquitetura e Urbanismo no Brasil.

- **O contexto de São Paulo**

Na FAU-USP, experiências como as encontradas no Rio de Janeiro também aconteceram. Na década de 1950, um grupo de alunos começou a desenvolver pesquisas sobre a história da arquitetura brasileira, conforme descrito por Nestor Goulart Reis Filho no Caderno de Pesquisa n.º 29 do Laboratório de Estudos de Urbanização, Arquitetura e Preservação (LAP) da FAU-USP.

Neste período, eram realizadas viagens de estudo que buscavam complementar o ensino, procurando reconhecer a arquitetura colonial e moderna brasileira. Dentre os alunos, estavam Nestor Goulart, Benedito Lima de Toledo, Gustavo Neves Rocha Filho, Julio Roberto Katinsky e Ruy Gama, os quais mais tarde se tornariam professores da instituição.

Nesse momento, a presença de Luís Saia, que ingressou como professor assistente na USP em 1951 – onde ministrou a disciplina de "Arquitetura no Brasil" –, foi ponto fundamental para a aproximação dos alunos com o patrimônio arquitetônico e cultural brasileiro. Sua relação com a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional começou quando ainda era estudante do curso de engenharia-arquitetura na Escola Politécnica da USP, período em que se interessou pelas pesquisas folclóricas desenvolvidas por Mário de Andrade. Sua aproximação fez com que fosse indicado para trabalhar como assistente técnico na 6ª região, onde acabou assumindo o 4º Distrito do IPHAN, promovendo um amplo levantamento e inventário de bens de excepcional valor no estado de São Paulo.

Saia ficou 38 anos à frente do patrimônio, e suas maiores contribuições foram seus conhecimentos das tecnologias de materiais, provenientes da formação em engenharia e das suas pesquisas sobre as técnicas construtivas tradicionais, o que permitiu um reconhecimento primoroso do estado primitivo dos monumentos dos quais participou nos projetos de restauração. Ao contrário do seu longo tempo de permanência na superintendência na USP, ele permaneceu como docente por apenas três anos. Nesse tempo, porém, levou os alunos para conhecerem a arquitetura brasileira não só no âmbito regional, apresentando a casa bandeirista do interior paulista, mas também os levando ao Rio de Janeiro e às cidades históricas de Minas Gerais, apresentando outras faces do nosso patrimônio.

Mesmo com sua saída da USP, Saia, durante todo o tempo em que esteve na repartição, manteve contato constante com os alunos; estes estavam sempre a sua procura para ajudar na programação dos roteiros de viagens de férias e para orientar projetos vinculados ao patrimônio.

Segundo Mosaner (2012, p. 28), Katinsky desenvolveu, no âmbito profissional, um trabalho de levantamento de campo para o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) do que ainda seriam reminiscências dos antigos engenhos de açúcar da região entre Itu, Campinas e Porto Feliz, estendeu essa pesquisa à disciplina na qual promovia viagens de estudo e leituras de textos relativas ao tema e desenvolvia, com os alunos, a prática do levantamento de campo. No mesmo texto, Mosaner narra que Dias de Andrade ingressa como professor assistente na USP no mesmo ano em que começam os trabalhos de levantamento das técnicas construtivas do Vale do Paraíba pelo IPHAN.

> O trânsito desses arquitetos entre o campo acadêmico e preservacionista se confundia com suas próprias trajetórias profissionais. Além da docência na disciplina de história da técnica no Brasil, Antônio Luiz Dias de Andrade tratou da reflexão sobre os patrimônios nos seus trabalhos de pós-graduação. Em seu mestrado, estudou os sistemas construtivos do Vale do Paraíba, sob a orientação de Benedito Lima de Toledo; naquele momento, fez uma sistematização teórica sobre o imenso trabalho de campo que ajudou a elaborar. […] Dias de Andrade ainda conciliou o trabalho docente com a direção do IPHAN por quase duas décadas (MOSANER, 2012, p. 28).

Como um dos mais significativos trabalhos do Estado de São Paulo, Dias de Andrade participou do inventário da Fazenda Pau d'Alho, localizada em São José do Barreiro (SP), ao lado de Luís Saia, o então diretor da superintendência regional do IPHAN de São Paulo e considerado o arquiteto pioneiro de defesa do patrimônio histórico do estado. Com a morte de Saia em 1978, Dias de Andrade foi convidado a assumir seu posto, ficando como diretor do órgão até 1994.

Assim como no Rio de Janeiro, a principal Escola de Arquitetura Paulista, a USP, segue os caminhos do ensino da preservação na graduação por meio da disciplina de "Arquitetura no Brasil", dos inventários e da cooperação técnica com os órgãos de patrimônio.

- **O contexto de Minas Gerais**

Na FAU-UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), a cadeira de Arquitetura Brasileira foi ministrada por Sylvio de Vasconcellos de 1948 a 1962. Arquiteto e autor de muitos estudos e publicações sobre o Barroco Mineiro e a formação dos primeiros povoados em Minas Gerais, foi professor titular da Escola de Arquitetura da UFMG e Chefe da Diretoria Regional do IPHAN no mesmo estado por 30 anos.

As maiores referências de sua passagem pelo IPHAN foram seus estudos do conjunto arquitetônico da cidade de Ouro Preto e os sequentes trabalhos de conservação e restauração. Sylvio de Vasconcellos inicia sua carreira docente na UFMG em 1948, lecionando Arquitetura no Brasil quando ainda cursava a graduação em Urbanismo, a qual concluiu em 1952. Tal como acontece em sua graduação em Arquitetura, ao concluir o curso de Urbanismo, ele adquire a medalha de ouro. Em 1953, aos 37 anos, se torna professor catedrático da Universidade.

Segundo o texto *Conjunto Arquitetônico Sylvio de Vasconcellos* (2007), da Prefeitura de Belo Horizonte, Sylvio de Vasconcellos inovou nos métodos de avaliação, substituindo as tradicionais provas escritas por trabalhos monográficos reflexivos. Além das aulas e da pesquisa, também se dedicou à criação de um serviço de foto documentação em função da carência de material didático e livros-textos que falassem sobre a história da arquitetura brasileira. Segundo o mesmo autor, isso foi possível a partir de 1960, quando ele assumiu o cargo de Supervisor da Seção de Pesquisas da Escola de Arquitetura, promovendo numerosas e significativas publicações de grandes mestres, como Lúcio Costa e Edgar Graeff.

> Além dos grandes nomes, a Escola de Arquitetura publicou também os livros escritos pelos professores e que serviram de base para o ensino das disciplinas, divulgando, desse modo, o conhecimento produzido na instituição. A gráfica da escola, vale dizer, acabou não só resolvendo o problema de falta de material didático para aos alunos, que dispunham tão somente das anotações feitas em sala de aula, como acabou ganhando notoriedade no meio acadêmico brasileiro, em função das obras publicadas. (OLIVEIRA; PERPÉTUO, 2005, n. p.).

Em 1951, Sylvio de Vasconcellos realiza, a cargo do IPHAN, prospecções arqueológicas e levantamentos arquitetônicos nas ruínas do “Palácio Velho” em Vila Rica, analisa tipologicamente outras construções da cidade através de representações gráficas, estudos e proporções sintéticas, elaborando o que se tratava da realização de um inventário, cuja tarefa vinha sendo sistematizada pelos órgãos de preservação (BRASILEIRO, 2008, p. 277).

Em 1959, ele publica *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*, obra que ainda hoje serve como referência e manual para o entendimento das técnicas construtivas e preservação de parte do nosso patrimônio edificado. Suas aulas deixaram uma grande contribuição para a criação da consciência preservacionista na graduação de Arquitetura.

As obras de Sylvio de Vasconcellos, sempre vinculadas à pesquisa e à universidade, foram um inventário de grande valia para Minas Gerais e para o Brasil. Seu trabalho foi e continua sendo um dos principais cadastros e registros sobre as técnicas construtivas tradicionais no Brasil. Em entrevista concedida ao jornal *A Hora*, esse arquiteto e urbanista dá o seguinte depoimento:

> O ensino da cadeira "Arquitetura no Brasil" pode proporcionar maior preservação do acêrvo tradicional do país não diretamente talvez, mas pelo amor que puder incutir nos jovens arquitetos pelas nossas coisas. À medida que melhor conhecermos a arquitetura tradicional, que por vários séculos serviu ao país, mais habilitados estaremos para realizar uma melhor arquitetura nos dias de hoje e, conseqüentemente respeitaremos mais a de ontem. (A HORA, 1956).

Sylvio de Vasconcellos deixou um grande registro sobre Arquitetura no Brasil, e sua obra bibliográfica[25] ainda compõe exemplos preciosos e fonte didática para a compreensão e o estudo da arquitetura brasileira.

- **O contexto da Bahia**

Assim como em outros estados, na Bahia, a relação entre os intelectuais à frente do patrimônio e a academia também aconteceu. Godofredo Filho, filósofo e escritor, foi o primeiro diretor do 2º Distrito do DPHAN. Possuía uma estreita relação com os intelectuais modernistas brasileiros, como Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade e Rodrigo Mello Franco de Andrade. Entre 1966 e 1974, atuou no Conselho Estadual de Cultura. Segundo Mattos (2014), ao lado de intelectuais como Américo

[25] Dentre as principais obras bibliográficas deixadas por Sylvio de Vasconcellos estão: *Vila Rica:* Formação e Desenvolvimento. BH: Instituto Nacional do Livro, 1951; *Arquitetura no Brasil*. Sistemas Construtivos. BH: Editora Universitária, 1959; *Formação das Cidades da Região Aurífera Brasileira.* BH: Editora Universitária, s/d; *Minas, Cidades Barrocas.* SP: Universidade de São Paulo, 1969; *Vocabulário Arquitetônico.* BH: Editora Universitária, 1961; *Mineiridade:* ensaio de caracterização. BH: Imprensa Oficial, 1968; *Arquitetura, dois temas.* Porto Alegre: Instituto do Livro, 1960; *Notas Sobre Arquitetura religiosa mineira. In:* Revista Arquitetura e Engenharia Jul/Set 1951 n.º 18 Ano: III. BH: Editora Universitária, 1951; *Arquitetura Colonial Mineira.* BH: Editora Universitária, 1957; além de diversos artigos em revistas.

Simas Filho, Thales de Azevedo e Diógenes Rebouças, batalhou e logrou o tombamento de um importante fragmento do casario colonial de Salvador em 1959, abrangendo o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Sé e do Passo, sendo estas peças fundamentais para a preservação dos conjuntos urbanos da Bahia.

Nesse sentido, foi a atuação dos sucessores de Godofredo Filho, Fernando Rocha Peres e Ary Guimarães, a responsável pelas principais frentes na ampliação da preservação urbana na Bahia entre meados de 1975 e 1985. Esses esforços também foram compartilhados com os de Paulo O. D. de Azevedo à frente do IPAC. Assim, nesse período, diversas cidades baianas ou têm seu processo de tombamento retomado ou passam a ser aspirantes a ele (BRITO, 2019, p. 222).

Godofredo Filho também atuou como professor na Universidade Federal da Bahia, onde ministrou as disciplinas "Arquitetura no Brasil" no curso de Arquitetura da Escola de Belas-Artes a partir de setembro de 1948 (DUARTE, 2019, p. 96) e a disciplina "História da Arte Brasileira", na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Bahia na década de 1950 (MATTOS, 2014). Por indicação do governo brasileiro e da UNESCO, participou, em 1951, do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e do II Congresso de Cooperação Intelectual, realizado em Santander/Espanha, em 1956 (THOMPSON, 2010a, p. 95).

Seu trabalho como diretor do distrito não fugiu ao dos demais – o inventário, a classificação e a catalogação de obras e monumentos foram prioritariamente desenvolvidos, além de haver a elaboração de relatórios e pareceres que informavam o escritório central dos acontecimentos e ajudavam a embasar os processos de tombamento do distrito. Ao seu lado, estava o arquiteto Fernando Machado Leal, que atuou como técnico no escritório regional do IPHAN a partir de 1952 e, mais tarde, também foi professor na UFBA, tendo como um de seus alunos Paulo Ormindo.

A relação entre a UFBA e o patrimônio também se deu através da figura do professor Paulo Ormindo. Segundo ele, seu interesse pelo patrimônio histórico e cultural veio a partir de uma indicação do arquiteto Fernando Machado Leal, seu professor de Arquitetura no Brasil, para substituí-lo no 2º Distrito do IPHAN em função de sua transferência para Ouro Preto, onde permaneceu um tempo até ir estudar nos Estados Unidos (ORMINDO; AZEVEDO, 2018, p. 14).

Ao retornar, retomou seu trabalho no IPHAN, tendo ainda contato com Rodrigo Mello Franco de Andrade, Lúcio Costa, Renato Soeiro, José de Souza Reis, Luís Saia, Airton Carvalho, entre outros pioneiros do Modernismo e da preservação no país,

incluindo Godofredo Filho. Em 1962, passou a auxiliar o professor Admar Guimarães, a convite dele mesmo, na disciplina “Organização Social da Cidade”. Prestou concurso para a UFBA em 1963 para Instrutor de ensino. Na mesma Universidade, ministrou a disciplina de “Teoria da Arquitetura”, substituindo o professor Diógenes Rebouças (ORMINDO; AZEVEDO, 2018, p. 15).

Paulo Ormindo sustenta esta etapa do nosso trabalho, que busca apontar as primeiras experiências didáticas do ensino de patrimônio no Brasil, nascido do trabalho conjunto do IPHAN e dos técnicos que também faziam parte das Universidades e que, com sua fala e prática, encantavam e criavam novos profissionais vinculados à área da teoria e/ou prática da preservação.

> Naturalmente que não se trata de um trabalho individual e solitário. Dele participaram muitos colegas, que tomando gosto pela pesquisa se integrariam, mais tarde, à academia, como as professoras Esterzilda Berenstein de Azevedo, atual Vice-Coordenadora do Mestrado de Arquitetura e Urbanismo, Odete Dourado, os estagiários, e depois professores, Francisco Sena, atual Presidente da Fundação Cultural Gregório de Matos, e Manuel Humberto, todos da UFBA. Alguns estagiários também se entusiasmariam e seguiriam o mesmo caminho, alcançando relevantes posições acadêmicas, como a Profa. Maria Eugênia Salomão Azevedo, coordenadora do Mestrado de Restauração da Universidade de Michoacan, México, e o Prof. Manuel José Ferreira de Carvalho, atual Diretor da FA-UFBA. O IPAC-Bahia se constituiu em uma referência obrigatória de iniciativas semelhantes realizadas, posteriormente, pela União (IPHAN) e estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Maranhão. Deste modo, pode-se dizer que o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia se transformou em uma escola, no sentido mais dilatado do termo. Sua importância e rigor foram reconhecidos por especialistas das mais diferentes latitudes. (ORMINDO; AZEVEDO, 2018, p. 21).

- **O contexto de Pernambuco**

Em Pernambuco, o técnico do IPHAN e professor Ayrton de Carvalho foi o responsável pela relação paralela entre a prática dos inventários, a conservação dos monumentos dentro dos Distritos Regionais e as experiências pioneiras no ensino de patrimônio nas Escolas de Arquitetura.

Segundo Pereira (2012), Ayrton de Carvalho era engenheiro, formado pela Escola Livre de Engenharia de Pernambuco em 1939. Durante 42 anos, esteve na Diretoria da 4ª região, onde iniciou os trabalhos como assistente técnico de Gilberto Freyre. Na década de 1940, com a criação do 1º Distrito, Ayrton Carvalho se tornou o representante oficial do IPHAN na cidade.

Sua relação com a Arquitetura se deu no seu estágio na Diretoria de Arquitetura e Urbanismo (DAU), onde aprendeu sobre os materiais e técnicas da arquitetura tradicional brasileira. Sua expertise na área e o fato de haver poucos arquitetos diplomados e com experiência em urbanismo na cidade fizeram com que o engenheiro iniciasse sua carreira docente como professor substituto da disciplina de Urbanismo e Arquitetura na Federal de Pernambuco. Em 1948, foi contratado como professor interino da disciplina de "Arquitetura no Brasil", posto que ocupou até 1981. Ayrton Carvalho faleceu em 1989 já como professor catedrático da universidade.

Segundo depoimentos coletados de seus ex-alunos pela pesquisadora Juliana Melo Pereira, em 2011, Carvalho promoveu na disciplina viagens de estudos às quais iam estudantes, professores e instrutores convidados. Como destinos relatados estavam os municípios de Mauá e Vassouras, no Rio de Janeiro; São Paulo; Goiás; os municípios de Penedo, Marechal Deodoro e São Gonçalo, em Alagoas; os municípios de São Cristóvão e Laranjeiras, em Sergipe; e a Paraíba, onde os alunos deveriam fazer desenhos de observação e levantamentos dos monumentos que, acompanhados de suas anotações, seriam mais tarde avaliados pelo professor (PEREIRA, 2012 p. 107). Ele também lecionou no Curso de Arquitetura da Escola de Belas Artes (depois Faculdade de Arquitetura) da Universidade do Recife (atual UFPE) por mais de trinta anos.

Segundo Pereira (2012), Ayrton Carvalho era técnico e não gostava de escrever, daí o pouco registro documental de seu trabalho. Ao que tudo indica, além de suas breves e sintéticas respostas nos relatórios técnicos obrigatórios e pareceres, fruto de seu trabalho no distrito, sua obra bibliográfica se resume à publicação, em 1942, na Revista do IPHAN de número 06, de algumas notas sobre o uso da pedra na arquitetura religiosa do Nordeste.

Inicialmente, o trabalho de Carvalho retratou um alinhamento total com a área Central do IPHAN. Os primeiros tombamentos da 4ª Região/1º Distrito contemplaram principalmente exemplares da arquitetura religiosa do século XVII, as edificações militares, monumentos que remetiam a valores nacionais alinhados aos valores dos arquitetos modernistas à frente do IPHAN. Contudo, encontramos um relato de Pereira (2012, p. 72) demonstrando que, ao longo do tempo, seus inventários começaram a se voltar para expressões da arquitetura local, como o Sítio da Cruz e o da Trindade, exemplos tradicionais de arquitetura da cidade.

- **O contexto de Brasília**

A criação de uma sede/distrito do IPHAN em Brasília está relacionada diretamente à figura de Alcides da Rocha Miranda. Ele inicia sua trajetória no patrimônio em 1940, substituindo Oscar Niemeyer na repartição, onde permanece até sua aposentadoria em 1978. Seus trabalhos no DET no Rio de Janeiro foram ao lado de Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade, até que, em 1950, ele pediu transferência para o distrito de São Paulo a fim de dar aulas na USP, onde lecionou até 1955. No patrimônio paulista, trabalhou ao lado de Luís Saia.

Em 1955, ele retornou ao Rio de Janeiro, onde continuou a acompanhar obras nesse estado e em Minas Gerais. Após um tempo, sugeriu a Rodrigo Mello que fosse instalado um núcleo da repartição na nova capital, de modo que seu pedido foi acatado e ele foi transferido sozinho para Brasília, onde fundou o Núcleo IPHAN da capital em 1960.

A trajetória de Alcides Miranda está muito vinculada ao seu papel como docente. Ainda no Rio de Janeiro, conhece Anísio Teixeira quando se matricula no Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Segundo Fuentes (2018), em 1950, Anísio Teixeira convida Miranda para desenvolver o projeto do Instituto de Aperfeiçoamento do Professor na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira da USP, que hoje corresponde ao edifício da Biblioteca e ao Bloco B da Faculdade de Educação. A data coincide com a ida de Alcides Miranda para o Distrito de São Paulo.

Em Brasília, Miranda se torna assessor do gabinete do Ministério da Educação, cumprindo um importante papel na criação da UnB em 1962, ano em que também foi inaugurado o Instituto Central de Artes (ICA), idealizado por ele. Mais do que isso, ele será, assim como em São Paulo, o responsável pela primeira edificação da UnB, o Auditório Dois Candangos.

Segundo Puhl (2010, p. 17), "O papel de Alcides na UNB também foi o de trazer e difundir no meio universitário a ideologia SPHAN, promovendo aulas de história das artes plásticas no Brasil e viagens às cidades históricas de Goiás." Em 15 de dezembro de 1961, a Lei n.º 3.998 define a UnB como instituição autônoma e não governamental, cuja administração caberia a um Conselho Diretor. Conforme o Plano Orientador da Universidade de Brasília, Alcides da Rocha Miranda consta como membro Suplente do Conselho, Diretor da Universidade e como coordenador do Instituto Central de Artes. Nele, também observamos a presença de seus velhos companheiros no patrimônio,

como Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, coordenadores do curso de Arquitetura e Urbanismo.

Ele fica em Brasília até 1967, quando, em função da interferência militar na UnB, pede demissão junto com centenas de professores e retorna ao Rio de Janeiro.

Pouco encontramos sobre o efetivo papel de Alcides Miranda no IPHAN durante sua estada em Brasília. Segundo Perpétuo e Oliveira (2015), a documentação que oficialmente mostra o funcionamento da repartição no DF foi enviada pela arquiteta Belmira Finageiv[26], servidora do IPHAN entre as décadas de 1970 e 1980. Em ofício datado de 16 de agosto de 1974, ela encaminha à diretoria do IPHAN a cópia de uma comunicação de 28 de fevereiro de 1966 assinada por Alcides da Rocha Miranda, na qual ele se identifica como "chefe do núcleo do IPHAN em Brasília", e informa sobre a criação do núcleo conforme autorização ministerial (OLIVEIRA; PERPÉTUO, 2015, p. 149).

Miranda chega a Brasília num momento histórico. O então presidente Juscelino Kubitscheck, preocupado em manter os planos originais da capital, recorre ao seu amigo Rodrigo Mello F. de Andrade a fim de solicitar uma proposta para a preservação de uma cidade ainda em construção. Era um plano ousado, embora pautado em atitudes anteriores, como o tombamento da Igreja São Francisco de Assis na Pampulha, Belo Horizonte/MG, tombada em 1947, ainda inacabada.

De fato, o início do processo urbano de Brasília foi marcado por uma instabilidade do quadro político que ameaçava a consolidação da mudança da capital, o que justificava as preocupações do presidente Juscelino Kubitscheck, que contou com o apoio de Rodrigo M. F. de Andrade em ações que culminaram, por exemplo, no tombamento do Catetinho.

Com todos os fatos que envolviam o pioneirismo dos estudos e análises do patrimônio no Brasil, Franco de Andrade, também em Brasília, iniciou um processo que foi consolidado anos mais tarde por Aloísio Magalhães, que contou com o trabalho de

[26] Belmira Finageiv foi arquiteta pioneira na preservação do Patrimônio Histórico e Artístico da região Centro-Oeste. Em 1951, iniciou sua trajetória no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), no Rio de Janeiro (RJ). Implantou, em 1960, as atividades do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em Goiás, que se iniciaram com a 14ª Coordenação Regional, sediada em Brasília (DF). Atuou como diretora da 8ª Diretoria Regional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) na cidade de Goiás. Esteve à frente de diversos projetos, pesquisas, processos de tombamentos, restaurações e fiscalizações de obras e monumentos de vários estados do país, como o processo de reconhecimento de Brasília como Patrimônio Mundial, título concedido pela UNESCO. (Fonte: http://portal.iphan.gov.br/go/noticias/detalhes/5355/biblioteca-da-arquiteta-belmira-finageiv-e-doada-ao-iphan-go. Acesso em: 20 ago. 2020)

inúmeros técnicos e intelectuais, como Ítalo Compofiorito, Silva Telles e diversos professores da UnB.

Embora neste trabalho o foco seja o ensino, iremos um pouco adiante no processo de patrimonialização de Brasília, a qual pode ser entendida como uma experiência pioneira de estudos que envolveu o patrimônio, a universidade, o governo e a sociedade civil a partir dos estudos feitos no Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília, o conhecido GT Brasília. Este grupo foi responsável por estudar Brasília sob o ponto de vista preservacionista. Sua atuação se deu na década de 1980, mais precisamente entre os anos de 1981 e 1988, sendo o trabalho reconhecido pela UNESCO, que dá à Brasília o título de Patrimônio Cultural da Humanidade em 1987. O Tombamento pelo IPHAN acontece apenas em 14 de março de 1990, com sua inscrição no Livro de Tombo Histórico.

O mais interessante dentro do processo de estudos do GT e que, para nós, é um fruto dos trabalhos desenvolvidos e já reconhecidos nos primeiros Distritos do IPHAN foi o estudo da arquitetura vernacular dos arredores da capital, os antigos núcleos urbanos preexistentes, como Planaltina e Brazlândia, bem como as vilas dos trabalhadores.

De um lado, buscou-se a preservação das antigas fazendas que restaram perto dos centros urbanos da região, que conservam seu aspecto original e representam os traços básicos da tradição cultural do Centro-Oeste Brasileiro. Em outro contexto, não menos importante, o GT trata da preservação dos primeiros acampamentos que fazem parte da memória da construção de Brasília e do espaço conquistado por parte da população pioneira em sua parcela remanescente.

Vale ressaltar um dos aspectos do ensino contemporâneo de patrimônio nas graduações das Escolas de Arquitetura, que precisam formar profissionais conscientes dos aspectos de preservação num campo ampliado. Os recentes debates que cercam a tentativa de patrimonialização das comunidades do Rio de Janeiro servem de exemplo para essa abordagem.

O processo foi iniciado de forma empírica em 2012, quando a UNESCO declara a Paisagem Cultural do Rio de Janeiro como patrimônio da Humanidade, num perímetro onde se englobam – mesmo sem a menção – as comunidades de Santa Marta e da Babilônia. Isso aponta para uma ampliação sobre a discussão do patrimônio cultural nas cidades que envolve a relação cultural dessas áreas com estados e municípios. Os aspectos de uma nova visão sobre patrimônio, assim como aconteceu em Brasília,

precisam ser atualizados e discutidos pela sociedade civil, pelas universidades e pelos governos constantemente, de forma a permitir a preservação da memória cultural do seu povo.

> Na candidatura apresentada à Unesco, o Iphan delimitou uma área que vai de Copacabana, na zona sul, ao extremo oeste de Niterói, englobando o maciço da Tijuca. Nesta área estão incluídos o Corcovado, o Pão de Açúcar, a Floresta da Tijuca, o Jardim Botânico, o Aterro do Flamengo e a totalidade da paisagem construída e natural desta região. Apesar de não mencionadas especificamente, favelas cariocas históricas como a Santa Marta e a Babilônia estão incluídas neste perímetro, como parte do que o dossiê define como uma "complexa paisagem cultural produzida pela troca entre diferentes culturas associadas a um sítio natural original". (ROLNIK, 2012, n. p.)

Essas discussões foram iniciadas pelo GT Brasília na década de 1980, demonstrando ainda mais o pioneirismo acerca das questões que envolvem o patrimônio das cidades. Os especialistas que compunham o grupo enaltecem que a clareza e o entendimento dos trabalhos levantados nessa fase se devem à figura de Aloísio Magalhães, que, à frente do IPHAN, conduzia os trabalhos com a anuência e a sabedoria de um ser humano que entendia e respeitava a diversidade da cultura brasileira.

Encerramos, então, a abordagem dos distritos. Suas experiências e as trocas com o escritório central foram fundamentais para o início da formação da consciência da preservação do nosso patrimônio.

Rodrigo de Andrade foi o grande responsável por dar condições para o início da formação teórica e técnica do corpo funcional do patrimônio no Brasil, e os Distritos Regionais foram um exemplo disso. Segundo Judith Martins, Franco de Andrade acompanhava de perto os trabalhos (THOMPSON, 2010b).

Podemos ainda analisar, a partir das experiências vividas por cada uma dessas personalidades nas universidades e na repartição, que ainda que não tivessem a pretensão de desenvolver uma metodologia acadêmica do ensino da preservação do Brasil, acabaram por incentivar e transmitir seus conhecimentos teóricos e técnicos a muitos estudantes de arquitetura do país, incentivando uma nova geração de técnicos e professores que perpetuariam esses conhecimentos.

> E foi uma verdadeira alfabetização no setor, porque ninguém conhecia nada. O que os arquitetos recém-formados conheciam desse trabalho de restauração de obras? Foi tudo aprendido aqui, na prática, na própria execução. Fazendo e aprendendo. (THOMPSON, 2010b, p. 34)

Assim, se entendermos a teoria como faziam os gregos, podemos defini-la como um “modo de ver”, organizar, sistematizar ou interpretar um dado documento (monumento) que estabelece determinadas regras, padrões, conceitos ou princípios entre si, a fim de compreender, descrever e/ou explicar o objeto da observação. Desta forma, à medida que compreendiam os monumentos representativos da história do Brasil, registravam e catalogavam seus dados e buscavam interpretá-los, mesmo que de forma “inconsciente”, estavam iniciando as discussões da teoria da restauração no Brasil.

As práticas nascidas da experiência da primeira fase do IPHAN e dos Distritos Regionais só passaram a ser questionadas a partir da década de 1970, quando as novas teorias de restauro, especialmente as da Escola Italiana advindas da *Carta de Restauro Italiana* e da *Carta de Veneza*, passaram as ser assimiladas e amplamente debatidas pelos profissionais que atuavam no campo do patrimônio no Brasil, como veremos a seguir.

2.5 Formação Técnica e de especialistas: primeiras iniciativas formais

O problema da formação de especialistas em patrimônio no Brasil se fez carente desde o momento de sua criação, como acompanhamos até aqui. A trajetória dos órgãos de patrimônio e a busca pela formação de mão de obra qualificada se deram de forma indissociável na história. No decorrer das décadas de 1960 e 1970, a busca por essa formação se intensificou no Brasil. Embora nosso trabalho trate especificamente sobre os aspectos da formação do arquiteto, iremos observar que não existia apenas a carência nessa formação, mas também na formação de técnicos em restauração, o que tornava o problema da restauração e da conservação de monumentos no Brasil ainda mais grave.

De acordo com Silva Telles (TELLES, 2012, p. 291-299), na década de 1960, o IPHAN começou a trabalhar diretamente com a UNESCO por iniciativa de Rodrigo M. F. de Andrade, com o propósito de estabelecer convênios e trocas com técnicos especialistas de outros países com maior experiência na lida com o patrimônio cultural e os desafios para a sua salvaguarda.

Silva Telles narra que a primeira solicitação de cooperação internacional entre IPHAN e UNESCO acontece em 1964, a pedido do órgão brasileiro. Paul Coremans[27] vem ao Brasil

> […] para avaliar os meios de que o Laboratório da IPHAN dispunha para empreender a restauração de bens móveis e integrados e para apoiar o estabelecimento de um programa de trabalho, fazendo propostas para a conservação de edificações antigas em Ouro Preto. (TELLES, 2012, p. 301).

A segunda cooperação internacional descrita por Telles como a mais abrangente contou com a colaboração de Michel Parent[28], inspetor geral de Monumentos da França. Ele chega ao Brasil em 1966 e aqui passa seis meses, deixando o país apenas em 1967. Durante sua estada no Brasil, Parent visita a maior parte dos sítios onde se encontravam bens culturais, mantendo contato com os técnicos integrantes do IPHAN, com os principais órgãos estaduais e com as universidades.

Em 1968, uma segunda missão da UNESCO retorna ao Brasil, agora com o arquiteto português Alfredo E. Viana de Lima[29], professor da Escola de Arquitetura da Universidade do Porto e consultor da Fundação Calouste Gulbenkian. Ele veio com o objetivo de estudar os problemas do crescimento físico e populacional de Ouro Preto (TELLES, 2012, p. 302) e elaborou um documento que ultrapassou o caráter de um simples relatório, transformando-se em um anteprojeto da renovação e valoração do núcleo urbano.

Com um propósito muito similar, em 1970, esteve no Brasil o arquiteto francês Jean Bernard Perrin[30], que elaborou um relatório analítico dos conjuntos históricos brasileiros, no qual propunha uma série de medidas administrativas e financeiras para o bom trato desses acervos culturais.

---

[27] Era belga e doutor em Química Analítica. Foi diretor do *Royal Institute for the Study and Conservation of Belgium's Artistic Heritage* em Bruxelas. (TELLES, 2012, p. 301)

[28] Arquiteto francês, vinculado a *Caísse National des Monuments Historiques*. Como *Inspecteur General des Monuments Historiques*, ele veio ao Brasil duas vezes em missões da UNESCO a convite do governo brasileiro. Seus relatórios, principalmente o primeiro, continuam a ser fundamentais para a política de preservação dos bens culturais. (TELLES, 2012, p. 302)

[29] Arquiteto português, participou do movimento da renovação da arquitetura, tendo pertencido aos CIAM. Veio ao Brasil a convite e preparou o Plano de Ouro Preto. Depois, participou de mais duas missões em São Luís e Alcântara; nos núcleos urbanos de Penedo e Marechal Deodoro, em Alagoas; e em São Cristóvão e Laranjeiras, em Sergipe. Por fim, houve mais uma missão, quando estudou a proteção do Forte Príncipe da Beira. (TELLES, 2012, p. 302)

[30] Arquiteto francês, veio ao Brasil em missão destinada ao estudo dos centros históricos. Em seu relatório, analisou-os e fez uma série de proposições administrativas e financeiras. (TELLES, 2012, p. 302)

O objetivo principal dessas comitivas foi auxiliar o IPHAN na conservação das cidades históricas. As colaborações desses consultores resumiram-se na elaboração de relatórios contendo diretrizes básicas para a implantação de estratégias de conservação das cidades de Ouro Preto, São Luís, Alcântara, Paraty e o centro histórico de Salvador, o Pelourinho.

Essas colaborações foram importantes para que os órgãos pudessem iniciar um processo de reorganização da gestão do patrimônio nacional do ponto de vista técnico, administrativo ou financeiro. Neste trabalho, estaremos sempre voltados para as iniciativas que começaram a ser tomadas objetivando a qualificação da mão de obra no Brasil para o trato do patrimônio cultural. Destacamos que essa qualificação se deu num campo ampliado para arquitetos, engenheiros, conservadores e restauradores técnicos, uma vez que a carência na formação de especialistas atingia várias áreas responsáveis pela garantia da salvaguarda do patrimônio no Brasil.

Na década de 1970, o documento chamado *Compromisso de Brasília* (1970) – fruto do 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais – trata também da qualificação profissional. O documento foi baseado na necessidade de cuidados com o patrimônio cultural brasileiro e recomendou a criação de órgãos estaduais ou municipais ligados aos Conselhos Estaduais de Cultura e ao IPHAN. Também discutiu a carência de mão de obra especializada em níveis superiores, médio e artesanal, propondo a criação de programas de formação de arquitetos restauradores, conservadores de pintura, escultura e documentos, arquivologistas e museólogos de várias especialidades. Ademais, recomendou a criação de um programa de educação para a formação da consciência do saber da história da arte do Brasil.

> 7. Para remediar a carência de mão-de-obra especializada, nos níveis superior, médio e artesanal, é indispensável criar cursos visando a formação de arquitetos restauradores, conservadores de pintura, escultura e documentos, arquivologistas e museólogos de diferentes especialidades, orientados pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, os cursos de nível superior. (COSTA, 1970, p.2)

O Compromisso de Salvador, em 1971, recomendou que o IPHAN e as universidades estabelecessem convênio com o objetivo de “proceder ao inventário sistemático dos bens móveis de valor cultural, inclusive dos arquivos notórios”

(IPHAN, 1971, p.3). Tal documento também tratou da necessidade de investimento nos alunos e solicitou o envolvimento da CAPES e do departamento de assuntos culturais do MEC nesse processo.

Seus objetivos foram reafirmar os itens do *Compromisso de Brasília* e propor novas soluções, as quais mais tarde deram origem ao Programa das Cidades Históricas (PCH), que iniciou a ampliação dos programas de pós-graduação no Brasil vinculados às universidades. Inicialmente, o PCH, financiado pelo governo federal, promoveu cursos técnicos e *lato sensu*[31] no Nordeste e no Sudeste. Mais tarde, esses cursos vinculados às universidades de Salvador, Minas Gerais e Pernambuco tiveram outros desdobramentos.

A partir dos documentos internacionais apresentados e da trajetória nacional dentro das repartições e das universidades que vimos até então, observamos que a tomada de consciência no território nacional em muito se deve às recomendações internacionais – que cobravam dos países membros o olhar atento à formação da mão de obra apta e qualificada a lidar com o patrimônio cultural – e à constante troca dos técnicos brasileiros com consultores internacionais.

Observamos, então, que o início da formação de mão de obra qualificada para o trato do patrimônio cultural no Brasil se dará, num primeiro momento, através da qualificação de técnicos, professores e profissionais interessados no aprofundamento do tema. Embora os ensinamentos desses mestres tenham atingido os estudantes de graduação de algumas universidades, por meio da realização de viagens de estudo, dos inventários e das atividades aprendidas no desenvolver dos conteúdos da disciplina de Arquitetura no Brasil, foi nas pós-graduações que as primeiras iniciativas de ensino de patrimônio surgiram no país.

2.6 A pós-graduação

[31] *Lato Sensu* significa “em sentido amplo” e compreende os cursos de pós-graduação voltados para alguma especialização. Participam de um curso *Lato Sensu* as pessoas que já possuem uma graduação. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), os cursos dessa modalidade devem ter, no mínimo, 360 horas de duração. Os alunos que completarem essa pós-graduação não receberão um diploma, mas um certificado comprovando a conclusão do curso. *Stricto Sensu* significa “em sentido limitado”, ou seja, essa pós-graduação está restrita aos cursos de mestrado profissional, mestrado e doutorado. Assim como no *Lato Sensu*, os alunos que desejam fazer um curso *Stricto Sensu* devem ter concluído uma graduação. Ao contrário do *Lato Sensu*, os alunos que se formam mestres ou doutores recebem um diploma ao invés de um certificado, e os cursos são submetidos à aprovação e reconhecimento do Ministério da Educação.

Segundo Gazzola (1972), a faculdade de arquitetura da Universidade de Roma oferecia, antes da década de 1960, cursos de pós-graduação em restauração, mas foi em 1965 que surgiu a primeira iniciativa internacional para formar arquitetos especialistas na atuação do campo disciplinar de restauração. O chamado "Curso Internacional de Especialização" foi fomentado por iniciativa da *Facoltá di Architectura da Università degli Studi di Roma "La Spiencia"* em conjunto com o *International Centre for Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM). O arranjo cooperativo internacional feito entre o ICCROM e a Universidade fez desta referência na formação de especialistas em preservação do patrimônio de todo o mundo. Palestras eram ministradas por membros da faculdade e outros especialistas da Itália e do exterior, e os cursos eram realizados em italiano, francês e inglês.

Segundo recente pesquisa de pós-doutorado desenvolvida pelo professor Nivaldo Vieira de Andrade, da UFBA, junto à *École d'Urbanisme* de Paris/*Université de Paris-Est Créteil Val de Marne/Université de Paris-Est Marne-la-Vallée* e apresentada no Congresso virtual da UFBA em maio de 2020, o primeiro curso de especialização de restauração aconteceu na *Écolet Chaillot* em 1887 e era baseado nos estudos dos princípios e teorias de Viollet Le Duc. Esse curso concedia aos alunos o "*diplôme d'études supérieure pour la connaissance et la conservation des monuments anciens*", ou seja, um diploma de especialistas em conservação de monumentos. Segundo o pesquisador, o curso ainda existe com formatação atualizada e é pré-requisito para a habilitação de profissionais que trabalharão com monumentos na França.

Retomando o curso de especialização da *La Sappienza* em Roma, Nivaldo de Andrade (2020) explica que este funcionou num primeiro momento (1960) como a *Scuola di Perfezionamento per lo studio ed il Restauro dei Monumenti*. Apenas na década de 1965/1966 se transformou no curso associado ao ICCROM, conforme apontado por Gazzola (1972). Ainda segundo Andrade, os cursos de aperfeiçoamento da *La Sappienza* que duravam 2 anos e os cursos livres do ICCROM, uma vez integrados, passaram a contar com o apoio da UNESCO e adquiriram uma formatação cuja duração era de dois anos para estudantes europeus (que, em sua maioria, eram italianos) e de 6 meses para os estrangeiros.

Hoje, o curso continua em funcionamento e é conhecido como *Scuola di Spezzioalizzazione in Beni Architettonic e del Paesaggio*, subdividido em *Restauro dei Monumenti* e *Tutela del Paesaggio*.

Retomando a pós-graduação em países estrangeiros, o professor Nivaldo de Andrade (2020) mapeou os cursos sequencialmente mais antigos na área, entre as décadas de 1960 e 1970. Dentre eles: o *Masters Program in Historic Preservation*, da Universidade Columbia nos EUA, criado em 1964 e existente até hoje; a *Scuolla di Speciallizzazione in Restauro dei Monumenti* da *Università degli Studi di Napoli*, criada em 1969 na Itália, que hoje recebe o nome de SSBAP, *Scuola di Speciallizzazione in Beni Architettonic e del Paesaggio*, e o *Masters Conservation Studies (Historic Buildings)* da Universidade de York, na Inglaterra, que também existe até hoje.

Em sua pesquisa, Andrade Júnior apresenta um levantamento dos arquivos do ICCROM entre 1960 e 1980 – de um total de 697 estudantes que fizeram o curso de especialização, 85 eram latino-americanos, dentre os quais 9 eram brasileiros.

Duas informações levantadas pelo professor nos chamaram a atenção: a primeira se refere à figura de Vitor Pimentel Gurmendi, peruano que foi consultor no Brasil algumas vezes. Segundo as pesquisas, ele cursou as disciplinas de restauração na Universidade de Roma, pois o curso de especialização ainda não existia. Foi aluno do professor Carlos Ceschi e, quando voltou ao Peru, criou na Universidade Nacional Autónoma (UNAN) a primeira disciplina de patrimônio na América Latina na graduação. Ele participou da elaboração da *Carta de Veneza* de 1964, que foi o primeiro "norte" da restauração como ciência e disciplina no contexto mundial. A segunda informação foi a de Renato Soeiro[32] (sucessor de Rodrigo de Andrade à frente do patrimônio) ter sido o primeiro professor latino-americano a ministrar aulas no Curso de Especialização de Roma em 1968.

Mais uma vez, vamos observar que os intelectuais à frente do IPHAN também são pioneiros na articulação internacional, estabelecendo relações e buscando fomento para o treinamento dos técnicos brasileiros. Isto se dará em vários cenários e sempre com o apoio das universidades.

Mayumi (2006) afirma que o primeiro curso de pós-graduação em preservação e restauração de monumentos no Brasil aconteceu em 1964 na FAU-USP por intermédio de um convênio firmado entre a universidade e o IPHAN. Esse curso foi inicialmente voltado para os docentes da faculdade e foi sugerido pelo professor Flávio Motta. Edson Motta, Silva Telles e Renato Soeiro, todos do IPHAN, eram professores do curso.

[32] Renato Soeiro assume o IPHAN e é o responsável por uma segunda fase do órgão, mais voltada para os conjuntos e centros históricos. Ele amplia os distritos regionais, promove os Encontros dos Governadores, o PCH e os cursos de especialização em território brasileiro com o apoio e fomento da UNESCO.

Os caminhos desta discussão se ampliam a partir das necessidades emergenciais apontadas por Lúcio Costa no *Compromisso de Brasília* (1970).

> Primeiro, porque depende de técnicos qualificados cuja formação é demorada e difícil, pois requer, além do tirocínio de obras e de familiaridade com os processos construtivos antigos, sensibilidade artística, conhecimentos históricos, acuidade investigadora, capacidade de organização, iniciativa e comando e, ainda, finalmente, desprendimento.
> Segundo, porque implica em providências igualmente demoradas, como o inventário histórico-artístico do que exista na região, o estudo da documentação recolhida, o tombamento daquilo que deve ser preservado, a eleição do que mereça restauro prioritário, a apropriação de verbas para esse fim, a escolha de técnicos, o estudo preliminar na base de investigação histórica e das pesquisas in loco, a documentação e o registro das fases da obra e, por fim, a manutenção e o destino do bem recuperado.
> Apesar da deficiência dos meios, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – obra da vida de Rodrigo M. F. de Andrade – tem procedido ao restauro de monumentos – talha, pintura, arquitetura – em todo o país; mas no acervo de cada região há obras significativas e valiosas cuja preservação escapa à alçada federal; é, pois, chegado o momento de cada Estado criar o seu próprio serviço de proteção vinculado à universidade local, às municipalidades e à D.P.H.A.N., para que assim participe diretamente da obra penosa e benemérita de preservar os últimos testemunhos desse passado que é a raiz do que somos – e seremos. (COSTA, 1970, p. 4-5).

Neste período, também aconteceu a ampliação da noção de patrimônio cultural – passou-se a considerar a própria sociedade como a responsável pelo patrimônio e deu-se mais valor a grupos representativos da identidade nacional e da diversidade cultural.

Foi apenas em 1974 que o IPHAN, a USP e o CONDEPHAAT conseguiram promover na USP um curso de especialização voltado para profissionais que não faziam parte do corpo docente dessa universidade. O "Curso de Especialização em Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos" foi o primeiro curso ampliado de especialização realizado no Brasil. Segundo Mosaner (2012, p. 37), ele foi de extrema importância para o alargamento da noção de patrimônio dos profissionais envolvidos e uma pequena demonstração da ampliação da discussão sobre o patrimônio para além dos órgãos de preservação ao incluir outras entidades. O curso foi coordenado por Luís Saia, Nestor Goulart Reis Filho e Ulpiano Bezerra de Menezes e teve como sede o edifício da pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da USP, situado na Rua Maranhão. O curso foi ministrado das 14h às 18h durante 25 semanas e formou 30 arquitetos provenientes de 11 estados, todos com experiências no campo do patrimônio, sendo 15 indicados pelo IPHAN; 10, pela Secretaria de Estado de Cultura, Esportes e Turismo de São Paulo; e 5, pela USP.

Segundo Nascimento (2016, p. 216), Sylvia Ficher, aluna do curso, destacou a riqueza de experiências pessoais e vivências que o curso proporcionou. Além da alta qualidade, ela também listou alguns nomes que estavam em sua classe: de São Paulo, Antônio Luiz Dias de Andrade, Benedito Lima de Toledo (FAU-USP), Antônio das Neves Gameiro (IPHAN), Bernardo José Castello Branco, Carla Milano Benclowicz, Carlos Lemos (FAU-USP), Celso Dalprat Franco, Eideival Bolanho, Gustavo Neves da Rocha Filho (FAU-USP), Julio Abe, Luiz Carlos de Moura Azevedo, Maria Estela Prandini, Murilo Marx, Nelson Brotto, Rosa Maria Braga Puchala, Theresa Katinsky; do Nordeste, constam Antonio Luciano de Lima Guimarães (Fortaleza/CE), Francisco de Deus Barbosa (Fortaleza/CE), Geraldo Gomes da Silva (Recife/PE), José Luiz da Conceição (Aracaju/SE), Maria Adriana A. Couto de Castro (Salvador/BA), Maria Eveline Vasconcelos (Fortaleza/CE), Paulo Feijó (Fortaleza/CE); da região Norte, somente Roberto de La Roque Soares (Belém/PA) e Domingos Linheiro (São Luiz/MA); do Centro-Oeste, Doracy Lemes (Goiânia/GO); e, finalmente, do Sul, compareceu Osmar Marcos Grubba (Florianópolis/SC).

Ainda segundo Nascimento (2016), o programa do curso tinha uma estrutura complexa, mesclando blocos de aulas teóricas com viagens e aulas práticas. O núcleo maior de docentes era o do IPHAN, os quais ministraram as aulas teóricas e práticas de restauração. Dentre eles, estavam Renato Soeiro, Augusto da Silva Telles, Alcides da Rocha Miranda, Edson Motta, Ayrton de Carvalho, Diógenes Rebouças, Godofredo Filho, José Antônio de Mello e Fernando Leal.

Alguns estrangeiros também estiveram ministrando aulas no curso, como Michel Parent e Alfredo Viana de Lima, que, como já vimos, haviam estado no Brasil como consultores e conheciam uma parte do nosso patrimônio cultural. Dentre os professores estrangeiros, se destacou a figura de Hughes de Varine-Bohan[33]. Nascimento (2016, p. 217) aponta que foi Ulpiano Bezerra de Menezes, também professor do curso, que trouxe Varine-Bohan para ministrar aulas na especialização. Eles haviam se conhecido no Brasil entre 1966 e 1967 numa missão para o desenvolvimento de museus na América Latina, quando esse professor francês também foi apresentado a Rodrigo Mello Franco de Andrade, com quem percorreu os estados de Minas Gerais, Salvador e Recife.

[33] O francês Hughes de Varine-Bohanfoi diretor do ICOM (Conselho Internacional de Museus), órgão ligado à UNESCO. É considerado um dos estudiosos mais importantes na área da museologia. (MOSANER, 2012, p. 37)

> […] o Professor Varine-Bohan iniciou o programa do curso propondo uma nova definição de patrimônio, da qual seguia pelas estruturas internacionais, legislação, conservação, da conservação à restauração, chegando nas tendências de museologia e finalizando com o "patrimônio como fator positivo na satisfação de necessidades" e nos novos modelos para sua utilização. (NASCIMENTO, 2016, p. 217).

As opiniões de Antônio Luiz Dias de Andrade sobre o professor também são relatadas por Mosaner em seu trabalho.

> Bohan discutiu aquelas questões mais conceituais, mais relativas a uma política de preservação. Na verdade, foi a primeira ocasião em que tive contato com os problemas assim de forma mais intensa, porque até então o que se discutia eram os problemas cotidianos, as idéias que o Saia tinha; […] enfim, tudo aquilo me parecia de maneira acabada, não me parecia terem grandes questões, porque importava desenvolver os trabalhos que até então tinham sido possíveis. Os problemas estavam mais ou menos resolvidos. Nesse curso eu percebi que não estavam resolvidos coisa nenhuma, até por posições dos profissionais, de discussões que ocorreram em classe durante o curso. (MOSANER, 2012, p. 39).

O fato é que esse primeiro curso abriu os horizontes das discussões e ampliou os conceitos de patrimônio, levando para as Escolas de Arquitetura e para as repartições novas abordagens dos contextos que giravam em torno do patrimônio nacional.

A repercussão do curso e o interesse na especialização fizeram com que houvesse outras edições em parceria com as universidades federais. Elas aconteceram em 1976, 1978 e 1981/1982 respectivamente em Recife (PE), com 29 alunos de 11 países; em Belo Horizonte (MG), com 22 alunos de 6 países; e em Salvador (BA), com 25 alunos de 12 países. A partir da implantação do PCH, esses cursos passaram a fazer parte das atividades do IPHAN, com verba do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Caixa Econômica Federal e de outras agências de fomento.

O segundo curso, realizado na UFPE, foi coordenado pelo professor do curso de arquitetura da universidade, o arquiteto Armando de Holanda Cavalcanti. Os especialistas internacionais que ministraram aulas no curso foram Viana de Lima, de Portugal; Yves Raux-Deledicque, francês erradicado em Buenos Aires; Raul Pastrana, de Portugal, e Victor Pimentel, do Peru. Os representantes do IPHAN foram Alcides da Rocha Miranda, Augusto da Silva Telles, Ayrton de Carvalho, Fernando Leal, Edson Motta, José de Souza Reis. Além desses, também ministraram aulas o Mestre Ferrão, Geraldo Gomes, Hélvio Polito, Armando de Holanda Calvalcanti; Roberto Lacerda e José Luiz da Mota Menezes, de Pernambuco; Paulo Ormindo de Azevedo, Diógenes Rebouças e Américo Simas, da Bahia; Ulpiano Bezerra de Meneses e Nestor Goulart

Reis Filho, de São Paulo (estes últimos ministraram as disciplinas que haviam dado em 1974); e Cyro Lira, da Universidade Federal do Paraná.

No curso de Minas Gerais, ministraram aulas Afonso Ávila, Francisco Iglésias, Ivo Porto de Menezes e Suzy de Mello. Do IPHAN, participaram como docentes Silva Telles, Lígia Martins Costa, Roberto Lacerda, Fernando Leal, Cyro Lyra, Edson Motta e José de Souza Reis. Renato Soeiro, diretor do IPHAN, ministrou a aula inaugural.

De outras regiões do Brasil, Paulo Ormindo de Azevedo, Armando de Holanda, José Luiz Menezes, Hélvio Polito, Nestor Goulart Reis Filho e Roberto Burle Marx foram professores. Entre os estrangeiros convidados pela UNESCO, estavam Raul Pastrana, o francês Jean Bernard Perrin, o peruano Victor Pimentel, o colombiano Guillermo Trimmiño Arango e a arquiteta italiana Franca Helg, que, segundo os alunos, proporcionou as maiores discussões e novidades conceituais do curso.

Em seu artigo *Formar e questionar? Os cursos de especialização em patrimônio cultural na década de 1970*, Flávia de Brito Nascimento traduz a verdadeira contribuição que esses cursos trouxeram para o patrimônio brasileiro:

> Eles são parte fundamental das realizações e do campo de atuação, ajudando a problematizar o lugar do Iphan no aparato governamental do governo militar, na qualidade de saber técnico formativo dos órgãos locais de patrimônio em formação e no assessoramento às universidades. Teoria da restauração, práticas interdisciplinares, os usos do patrimônio, a história do restauro no Brasil e no mundo, diálogos latino-americanos, práticas internacionais e projetos de restauração foram discutidos à exaustão nesses anos. Dos cursos participaram arquitetos que se engajaram no campo do patrimônio cultural nas décadas seguintes em todo o país. Professores, técnicos em níveis municipal, estadual e federal que frequentaram as edições do curso tiveram nos anos da reabertura política muito campo de atuação, esperança e crítica. (NASCIMENTO, 2016, p. 230-231)

Sampaio (2006) afirma que, em 1978, na FAU-USP, aconteceu um curso de especialização intitulado “Patrimônio Ambiental Urbano”, que também contribuiu para a formação especializada.

Luiz Antônio Bolcato Custódio (ABEA, 1998), durante o ENSEA, afirmou que foi o antigo Programa das Cidades Históricas (PCH) da Secretaria de Planejamento da Presidência da República que iniciou, na década de 1970, a estruturação do Sistema Nacional de Formação especializada na área da conservação de bens culturais por meio dos cursos regulares de pós-graduação criados nesse período. Segundo ele, foram dois cursos vinculados às universidades: um na Bahia e outro em Minas Gerais. Ambos contaram com o apoio regular do IPHAN: o CECRE (Curso de Restauração e

Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos), em Salvador, destinado à formação de especialistas em restauração e conservação de bens culturais[34], da UFBA; e o CECOR (Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais[35]), em Belo Horizonte, destinado à formação de especialistas em restauração e conservação de bens culturais móveis e integrados.

Na década de 1980, Silva Telles (SPHAN/Pró-Memória, 1983) propôs que a formação de especialistas fosse complementada no âmbito regional – enfatizando conhecimentos de técnicas e práticas locais – e sugeriu o lançamento de um programa para formar profissionais já especializados que tratariam de assuntos específicos, como problemas de taipa, deterioração de adobes, entre outros. Esse programa contaria com o apoio do ICCROM e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD[36]/UNESCO). Essas propostas se concretizaram, conforme descrito na reportagem publicada no Boletim n.º 40 (SPHAN/pró-Memória, 1988, p. 21), intitulado *ONU e UNESCO formando especialistas*.

Ainda na década de 1980, Cyro Lyra, em um depoimento publicado no Boletim n.º 45 (SPHAN/pró-Memória, 1989), enfatiza ainda mais o fato de que a preocupação relacionada ao ensino de patrimônio estava muito consolidada na pós-graduação. Ele descreve o perfil desejado a frequentar os cursos do CECOR e do CECRE do seguinte modo: "Não se aplica a iniciantes ou diletantes. É necessário que se tenha, pelo menos,

---

[34] "Em 2010 este curso de especialização se transformou no Mestrado Profissional. O MP-CECRE aproveitou grande parte da experiência precedente do Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos (CECRE), que foi promovido bienalmente pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAU-UFBA) por cerca de 30 anos – depois de ter sido acolhido definitivamente pela instituição na sua quarta versão (as três primeiras turmas foram itinerantes, sendo que a inicial remonta ao ano de 1974, e foi oferecida na cidade de São Paulo). Ao ser reconhecido como Mestrado Profissional, remodelou e ampliou a formação de qualidade do curso de especialização, contando com um maior aprofundamento das questões teóricas e práticas." (MP-CECRE/UFBA. *Histórico*. s/d. Disponível em: https://cecre.ufba.br/historico. Acesso em: 20 abr. 2019.)

[35] "No período de sua criação constituía-se em curso regular com duração de dois anos e conta com o apoio do ICCROM, onde participavam e participam deste curso técnicos do Brasil e da América Latina. Hoje é um órgão complementar da Escola de Belas Artes da UFMG constituído para apoiar e desenvolver ensino, extensão e pesquisa na área de conservação e restauração de obras artísticas e culturais. Atualmente, a infraestrutura instalada no CECOR permite viabilizar o Curso de Graduação em Conservação e Restauração da Escola de Belas Artes da UFMG que, desde a década de 1980, vem contribuindo para qualificar profissionais de nível superior para atuarem na área de conservação e restauração." (EBA/UFMG. *Sobre o CECOR*. s/d. Disponível em: https://www.eba.ufmg.br/cecor/cecor.html. Acesso em: 20 abr. 2019.)

[36] "O PNUD é uma das 23 agências especializadas, fundos, programas e entidades que desenvolvem atividades no Brasil, dos quais 22 são residentes e 1 não-residente. O PNUD reúne a experiência técnica e os subsídios necessários para coordenar as atividades de desenvolvimento entre os organismos que formam o Sistema das Nações Unidas. Para a ONU, melhorar os níveis de desenvolvimento humano, principal mandato do PNUD, é elemento-chave na criação de condições para a paz e segurança internacional." (PNUD. *Sobre o PNUD*. s/d. Disponível em: http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/about-us/undp-and-the-un.html. Acesso em: 27 abr. 2019.)

dois anos de experiência." (SPHAN/pró-Memória, 1989, p. 16) Isto torna ainda mais difícil a formação de mão de obra, pois, sem a experiência do ensino na graduação e sem qualificação profissional numa especialização, como os egressos arquitetos se tornariam conscientes na ação com relação ao patrimônio?

Segundo Luiz Antônio Bolcato Custódio (ABEA, 1998), na década de 1990, havia um terceiro curso de especialização no país, o CECI (Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada), na Universidade Federal de Pernambuco, em Recife. O curso destinava-se à formação de especialistas em planejamento e preservação de centros urbanos; era um curso regular com duração de quatro meses e contava com apoio do ICCROM. Hoje, é uma pessoa jurídica de direito privado, uma associação de fins não econômicos, que foi declarada OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) pelo Ministério da Justiça e tem a sua sede em Olinda (CECI, 2019).

As discussões relacionadas à especialização já se mostravam consolidadas na década de 1980. Os cursos se expandiam pelo Brasil, a cooperação internacional se fazia presente, e já se buscavam aprimoramentos e novas alternativas. Na graduação, essas discussões começavam a despontar, mas as experiências práticas ainda eram autônomas no campo da formação do arquiteto brasileiro. É justamente em busca dessa formação unificada que as discussões se darão nesse período – o ensino do patrimônio será apenas uma das vertentes discutidas pelas comissões de ensino vinculadas ao MEC, pelas IES, pelos alunos, professores, IAB, ABEA, entre outros.

Os organismos internacionais se mostravam preocupados e vigilantes com o futuro da arquitetura no Brasil. Segundo relatado no I Boletim da ABEA, em agosto de 1976, no Rio de Janeiro, acontece o II Encontro Regional de Escolas de Arquitetura, onde a UIA incumbe a UnB e a FAU/USP de produzir para a UNESCO um relatório sobre o ensino de Arquitetura no Brasil, e a UNESCO publica o seguinte relato:

> Constitui objetivo da Unesco não só estruturação imediata de um projeto-piloto de ensino de Arquitetura em um dos Estados participantes e a criação de um Centro de Ensino de arquitetura para o intercâmbio cultural e material entre as escolas como também o oferecimento de bolsas para estudantes e professores e ainda a subvenção de programas de aperfeiçoamento e de reaparelhamento material de nossas escolas. (ABEA, 1974, n. p.)

Também durante esse evento, o Núcleo de História e Teorização da ABEA apontou para a preservação da memória e da consciência nacional.

O somatório dessas iniciativas estabeleceu as bases para a criação do *International Training Committee* (CIF), o Comitê Científico de Treinamento de mão de obra qualificada de conservação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos (ICOMOS)[37].

O primeiro dos cursos internacionais do ICCROM, que citamos no início deste item, concentrou-se no patrimônio edificado; os cursos com ênfase em áreas urbanas históricas e paisagens culturais só vieram a acontecer na década de 1990. Em 1984, numa das assembleias gerais dessa organização não governamental, em Dresden (Alemanha), discutiu-se sobre a situação da formação profissional dos arquitetos, urbanistas e engenheiros civis especialistas em conservação de bens culturais e formularam-se recomendações apropriadas para o aprimoramento do conhecimento relativo à conservação e à qualidade da capacitação desses profissionais (JOKILEHTO, 1995, p. 13).

No Rio de Janeiro, no final da década de 1990, existiu no Instituto Metodista Benetti o curso de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (*Lato sensu*), idealizado e coordenado pela Prof.ª DSc. Evelyn Furquim Werneck Lima (Arquiteta e Urbanista e professora titular da UNIRIO/PPGAC) entre 1998 e 2006. Segundo Lima (2019), o curso originou cerca de 350 monografias/projetos finais divididos em três áreas de concentração: (1) Projetos Urbanos, (2) Restauro e Reciclagem de Edificações e (3) Preservação Ambiental das Cidades. Havia a intenção de submetê-lo ao reconhecimento da CAPES e criar um mestrado acadêmico, mas a Universidade estava com problemas financeiros e fechou pouco depois.

- **A pós-graduação hoje**

Além de cursos *lato sensu*, existiam, até dezembro de 2019, 44 programas de pós-graduação *stricto senso* na área de arquitetura e urbanismo no Brasil segundo a

[37] A partir dos anos 1970, o ICCROM manteve uma lista de atividades de treinamento em andamento nos diferentes países do mundo. Embora essa lista não forneça necessariamente o quadro completo, ela fornece uma ideia do número de treinamentos nas diferentes regiões. Até 1994, a Europa é de longe o número um, com cerca de 57% de todo o treinamento, seguido pelos EUA e Canadá com 30%, e o resto do mundo com apenas 13%. Desde 1994, a situação fora da Europa tem vindo a melhorar gradualmente graças a uma série de iniciativas tomadas pelo próprio ICCROM, bem como por várias organizações nacionais e internacionais de conservação e universidades, incluindo o *Getty Conservation Institute*. (JOKILEHTO, 2006)

CAPES. Dentre esses, apenas três possuem linhas de pesquisa na área de patrimônio. São, ao todo, sete cursos em nível de mestrado, doutorado e mestrado profissional[38].

No entanto, cabe esclarecer que, mesmo que algumas linhas de pesquisa na área de patrimônio cultural não estejam explicitamente registradas na CAPES, há importantes programas de pós-graduação, como o PROURB (Programa de Pós-graduação em Urbanismo) da UFRJ e o PPGAU (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) da UFF, os quais orientam teses e dissertações e possuem professores com uma intensa pesquisa e experiência nessa área. Além dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, as chamadas áreas interdisciplinares da CAPES também possuem cursos voltados aos estudos de patrimônio.

Os três programas que possuem Linhas de Pesquisa específicas em Patrimônio na área de arquitetura e urbanismo são: PPG-AU (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) da UFBA, que possui mestrado e doutorado com área de concentração em Conservação e Restauro e o mestrado profissional em Conservação e Restauro desde, respectivamente, 1983, 1999 e 2010[39]; o PROGRAU (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) possui um mestrado com área de concentração em Arquitetura, Patrimônio e Espaços Urbanos desde 2012; o PROARQ (Programa de Pós Graduação em Arquitetura) da UFRJ, que possui mestrado e doutorado com área de concentração em Patrimônio, Teoria e Crítica da Arquitetura e mestrado profissional em Projeto e Patrimônio Cultural desde, respectivamente, 1985, 2003 e 2013.

Dentre os 13 cursos de pós-graduação interdisciplinares aprovados pela CAPES na área de patrimônio, encontramos: (1) o PPGPPC (Programa de Pós-graduação Profissional em Patrimônio Cultural) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, com área de concentração em Arquitetura e Patrimônio Material e História e Patrimônio Cultural, com início em

[38] Segundo a CAPES, o Mestrado Profissional é uma modalidade de pós-graduação que consiste na realização de estudo/pesquisa complementar à formação técnica e especializada do candidato, proporcionando a formação qualificada de profissionais aptos ao desenvolvimento tecnológico e da inovação, voltado para a qualidade, para o empreendedorismo e para a competitividade. (CAPES. *Mestrado Profissional.* 2014. Disponível em: http://www.capes.gov.br/component/content/article/163-bolsas-e-programas-no-exterior/modalidades/8203-mestrado-profissional?Itemid=1918. Acesso em: 19 jul. 2019.)

[39] O mestrado profissional do CECRE foi aprovado pela CAPES no final de 2009, tendo sua primeira edição se iniciado em 2010, dentro do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFBA), o curso aproveitou grande parte da experiência precedente do Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos (CECRE), que foi promovido bienalmente pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA) por cerca de 30 anos. (BAETA et al., 2017)

2008; (2 e 3) Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), com mestrado e doutorado em Patrimônio Cultural e Sociedade, iniciado em 2008; (4) Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do PEP/MP, do IPHAN, que teve início em 2004, ainda como um curso de especialização, e se tornou mestrado profissional em 2012; (5 e 6) Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PPG-ACPS) da UFMG, com área de concentração em Bens Culturais, Tecnologia e Território, com início em 2012; (7 e 8) o Programa de Pós-Graduação Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel, com mestrado e doutorado na área de concentração em Estudos Interdisciplinares em Memória Social e Patrimônio, com início em 2012; (9 e 10) o Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais (PPG-MSBC) da UNILASALLE-Canoas, cujo mestrado profissional teve início em 2012 e o doutorado, em 2019; (11) o Programa de Pós-Graduação da Casa de Oswaldo Cruz (COC) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), que possui mestrado profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, originário do curso de especialização, com início em 2016; (12) o Programa de Pós- Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da UFRRJ, com o mestrado iniciado em 2017[40], apresentando as seguintes linhas de pesquisa: conservação de edificações e de áreas urbanas, inventário dos elementos da cultura imaterial e pesquisa documental; e (13) o Programa de Pós-Graduação em Ciências do Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Pará (UFPA), com mestrado em Ciências do Patrimônio e área de concentração em Análise e Interpretação do Patrimônio Cultural, cujo início se deu em 2019.

Também encontramos na área de conhecimento da Comunicação e Informação da CAPES o credenciamento dos cursos de mestrado e doutorado em Museologia e Patrimônio, do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST); estruturados na área de concentração Museologia e Patrimônio e organizados em duas Linhas de Pesquisa: Museus e Museologia e Museologia, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável. O mestrado foi implantado a

[40] Durante a defesa deste trabalho, o professor Júlio Sampaio (depoimento oral) fez uma correção acerca das linhas de pesquisa existentes no mestrado. Fazemos aqui esta correção, embora no site oficial do mestrado e no da CAPES não tenhamos encontrado tal atualização. Linhas de Pesquisa do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da UFRRJ: (1) Memórias e Sociedades e (2) Identidade e Sociedades.

partir de 2006. Em dezembro de 2010, foi aprovada pela CAPES a implantação do doutorado, que teve início em agosto de 2011.

É importante observar que, dos 17 cursos de pós-graduação aqui apontados, apenas três – cerca de 17% do total – são anteriores à obrigatoriedade do ensino de patrimônio nas graduações de arquitetura e urbanismo. Podemos supor que a partir dessa obrigatoriedade o interesse pela área aumentou, ocasionando uma maior procura dos cursos pelos alunos recém-formados, interessados em aprofundar seus conhecimentos na área.

Nesta tese, não iremos listar ou nos aprofundar na pós-graduação *lato sensu*, pois não existe um banco de dados preciso dessas autorizações nas instituições reguladoras, ficando difícil compilar esse quantitativo. Essa modalidade segue a Resolução CNE/CES n.º 1, que, entre outras coisas, determina que: a instituição credenciada deve ser diretamente responsável pelo curso ofertado, não podendo se limitar a "chancelar" ou "validar" os certificados emitidos por terceiros; só podem permitir se matricular nos cursos os portadores de diploma de curso superior; não podem terceirizar a responsabilidade e a competência acadêmica; o corpo docente do curso deverá ser constituído necessariamente por, pelo menos, 50% de professores portadores de título de mestre ou de doutor, obtido em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido; os cursos ofertados devem ter duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas etc. Esses cursos acabam ficando mais livres, vinculados às graduações e aos seus PPCs.

3 O ENSINO DE PATRIMÔNIO NA GRADUAÇÃO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Quando tratamos hoje sobre o ensino de graduação nas Escolas de Arquitetura e urbanismo, distinguimos dois momentos distintos: antes da Portaria n.º 1770 de 1994, e depois de 1996, quando a portaria passa a vigorar obrigatoriamente em todas as IES brasileiras que possuíam o curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Por isso, neste capítulo, apresentaremos uma compilação de publicações, documentos, artigos, Congressos, Simpósios e Seminários que: (1) introduziram a discussão do ensino obrigatório, (2) implantaram esse ensino, e (3) hoje rediscutem a necessidade de uma revisão sobre o tema.

Buscaremos também apontar os principais problemas na formação dos arquitetos e urbanistas aptos a lidar com o patrimônio cultural nas IES do Brasil, traçando uma problematização da formação generalista, que, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs do MEC, devem ter estes profissionais.

Para melhor embasarmos as análises que se seguirão, é importante relembrarmos que, no Brasil, instituímos as bases de nosso patrimônio com a criação do IPHAN em 1937, mas as estruturas teóricas e metodológicas do desenvolvimento da cultura arquitetônica e preservacionista brasileira foram criadas apenas a partir de 1970, com base na oficialização e criação dos cursos teóricos e práticos, os quais vincularam os consultores internacionais, os órgãos de patrimônio e algumas universidades – o que iria ampliar as discussões sobre a preservação do patrimônio. Esse hiato, de certa forma, ajuda a explicar a demora na tomada de consciência sobre a necessidade de sua implantação no ensino das escolas e universidades.

No que tange ao ensino na graduação de Arquitetura e Urbanismo, podemos observar que as discussões frente à formação e à salvaguarda do patrimônio não são uma discussão exclusiva das escolas do Brasil, mas internacional. No caso brasileiro, precisamos retomar a questão da importância do ensino do patrimônio no curso, refletindo sobre as prerrogativas legais do campo profissional, pois não há aqui

nenhuma exigência legal de especialização e aprofundamento didático como na França[41], por exemplo.

Em nosso país, o bacharelado em Arquitetura e Urbanismo confere ao profissional o direito de elaborar e executar projetos relacionados ao patrimônio cultural, como vimos no capítulo anterior. Dessa forma, precisamos tratar dos avanços e/ou retrocessos dos 25 anos do ensino obrigatório do patrimônio na graduação de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, não podendo esta questão ser enfatizada apenas na pós-graduação, quando tradicionalmente é tratada com mais ênfase nas universidades brasileiras.

Na década de 1980, como observamos no capítulo 2, os preparativos para o ARQUIMEMÓRIA I produziram um diagnóstico do ensino de patrimônio nas Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Muitos dos pontos negativos levantados pela pesquisa feita há 40 anos, ainda hoje, permanecem dentro de algumas escolas, como demonstraremos ao longo deste capítulo.

Para essa análise, nos basearemos em levantamentos atualizados feitos por pesquisadores em algumas IES do Brasil e por nós na UFF e na UFRJ, permitindo, assim, constatar que, em linhas gerais, não existe um ensino uniforme e consistente de patrimônio nas graduações de Arquitetura e Urbanismo no Brasil e que isso vem comprometendo o futuro da salvaguarda de nosso patrimônio cultural.

Inicialmente, a escolha das IES estava pautada nas quatro escolas do estado do Rio de Janeiro, que possuíam: (1) turmas formadas quando do início desta pesquisa, em março de 2017; e (2) estrutura curricular completa antes de 1994/1996, quando, pela Portaria n.º 1770/MEC, passou-se a exigir a inclusão do ensino obrigatório das "Técnicas Retrospectivas" nas Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.

As IES a serem analisadas seriam UFF, UFRJ, UGB e Faculdades Integradas Silva e Souza, no entanto optamos por manter a análise apenas da UFF e da UFRJ, pois as IES públicas, de certa forma, facilitam o acesso à pesquisa de dados, enquanto as IES privadas não disponibilizam essas informações com tanta facilidade; logo a pesquisa fica restrita às escassas informações que encontramos nos sites das instituições, o que

---

[41] FARAH, Ana Paula. Restauro Arquitetônico: o cerne é a formação. **Oculum Ensaios**, São Paulo, v. 10, n.º 2, 2013. Disponível em: http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/2145 Acesso em: 10 ago. 2016.

torna a compilação delas inconsistente – foi o que aconteceu com a UGB e a Silva e Souza, que não liberaram dados extra site para a pesquisa.

Segundos as DCNs vigentes para os cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, o ensino de patrimônio se enquadra no Núcleo de Conhecimentos Profissionais, deixando clara sua relevância na formação do arquiteto e urbanista no Brasil, uma vez que enquadra as informações das chamadas "Técnicas Retrospectivas" no âmbito dos campos do saber destinados à caracterização da identidade profissional do egresso juntamente com "Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo"; "Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo"; "Planejamento Urbano e Regional"; "Tecnologia da Construção"; "Sistemas Estruturais"; "Conforto Ambiental"; e "Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo e Topografia".

As mesmas DCNs apontam em estrutura textual a importância do papel do arquiteto na preservação do patrimônio construído. Em toda sua redação, evidencia tais questões, como destacaremos a seguir.

> § 1º A proposta pedagógica para os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo deverá assegurar a formação de profissionais generalistas, capazes de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, à organização e à construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação, o paisagismo, *bem como a conservação e a valorização do patrimônio construído*, a proteção do equilíbrio do ambiente natural e a utilização racional dos recursos disponíveis.
> […]
> § 2º O curso deverá estabelecer ações pedagógicas visando ao desenvolvimento de condutas e atitudes com responsabilidade técnica e social e terá por princípios:
> *d) a valorização e a preservação da arquitetura, do urbanismo e da paisagem como patrimônio e responsabilidade coletiva.*
> […]
> Art. 4º O curso de Arquitetura e Urbanismo deverá ensejar condições para que o futuro egresso tenha como perfil:
> a) sólida formação de profissional generalista; […]
> *c) conservação e valorização do patrimônio construído;*
> […]
> Art. 5º O curso de Arquitetura e Urbanismo deverá possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:
> *j) as práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades;* […]. (BRASIL, 2010, p. 1-2, grifo nosso).

Apesar da importância destacada em toda sua estrutura, as DCNs deixam a cargo do Projeto Pedagógico de cada curso a destinação da carga horária a ser destinada para cada conteúdo, e se esse trabalhará com conteúdos teóricos e/ou práticos. É nesse momento que a falta de padronização começa a acontecer, dado que cada IES do Brasil

trabalha seu conteúdo de forma autônoma, não havendo a determinação de conteúdos mínimos das Técnicas Retrospectivas.

Entre as DCNs e os PPCs, surgem na formação dos arquitetos e urbanistas no Brasil os hiatos provocados por uma diversidade de fatos que vão desde a formação do corpo docente, do comprometimento da IES em promover estrutura acadêmica para o desenvolvimento das práticas pedagógicas até a própria postura de docentes e discentes com relação ao cumprimento dos conteúdos elaborados nas ementas das disciplinas.

A Resolução n.º 2, de 17 de junho de 2010, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e determinou que:

> § 1º A proposta pedagógica para os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo deverá assegurar a formação de profissionais generalistas, capazes de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, à organização e à construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação, o paisagismo, bem como a conservação e a valorização do patrimônio construído, a proteção do equilíbrio do ambiente natural e a utilização racional dos recursos disponíveis. (BRASIL, 2010, p. 2).

A partir destas diretrizes, as escolas estabeleceram seus Projetos Pedagógicos que direcionaram e definiram as diretrizes curriculares, envolvendo as organizações dos conteúdos (disciplinas), pesquisa, extensão, estágio curricular e Trabalho Final de Graduação, construindo metas e objetivos que estabeleceram o perfil dos egressos. Esse alinhamento busca não somente atender as diretrizes do MEC, mas também o Relatório para a UNESCO/UIA (2011) da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.

As recomendações do MEC, de 2010, bem como da UNESCO/UIA, de 2011, falam sobre a importância do ensino da preservação do patrimônio cultural; mas veremos que, antes da obrigatoriedade imposta pela Portaria n.º 1770/MEC, em 1994, tal conteúdo não era considerado na grade curricular de alguns dos cursos. Segundo o MEC (BRASIL, 2010, p. 1), a ampla formação do arquiteto e urbanista deve estar clara no plano pedagógico e nos currículos dos cursos. Nesta pesquisa, ao analisarmos as escolas, enfatizaremos a análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e o perfil pretendido do egresso com um olhar voltado à análise das disciplinas curriculares, vinculadas ao ensino do patrimônio.

Para prosseguirmos esta análise dentro de um campo ampliado, apresentaremos um levantamento do ensino de patrimônio na UFF e na UFRJ, de forma a podermos

estabelecer parâmetros comparativos das principais universidades públicas do estado do Rio de Janeiro com outras importantes universidades brasileiras recentemente analisadas por outros pesquisadores em suas teses.

3.1 Discussões que antecedem a obrigatoriedade do ensino de patrimônio na graduação

Como vimos no capítulo 1, os cursos autônomos de Arquitetura surgiram apenas a partir de 1930 (federalizado em 1949) em Minas Gerais e de 1945 no Rio de Janeiro (FNA). Entre as décadas de 1930 e 1970, tanto no cenário nacional quanto no internacional, as graduações em Arquitetura se consolidaram e sofreram muitas remodelações, principalmente no final da década de 1960, quando a política do governo brasileiro ampliou a quantidade de vagas na universidade sem se comprometer com os custos e com a qualidade, criando uma oferta indiscriminada de cursos superiores nessa área pelo Brasil (ABEA, 2010, p. 70). Com relação ao patrimônio, também observamos que sua trajetória inicial estava relacionada à produção da identidade nacional que nascia com o movimento modernista de 1922 e se consolidava com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN), em 1937, com o Decreto-Lei n.º 25.

Durante esse período de formação do patrimônio, embora muito estivesse sendo discutido sobre o papel da formação e da autonomia profissional do arquiteto, poucos são os registros das discussões traçadas com relação ao ensino de patrimônio dentro das Escolas de Arquitetura brasileiras antes da década de 1970. Esta afirmação foi constatada num documento encontrado no Arquivo Geral do IPHAN do Rio de Janeiro, elaborado pelo grupo de trabalho da comissão organizadora do 1º Encontro de Preservação de Bens Culturais, ARQUIMEMÓRIA I[42], que se incumbiu de fazer levantamentos prévios sobre o tema em trabalhos e/ou eventos anteriores, os quais apontaremos a seguir acrescentando alguns poucos projetos não levantados na época pela comissão.

No que se refere aos Congressos de Arquitetura, a Comissão diz que, entre os documentos relativos aos I e III Congressos, não foram localizadas manifestações do

[42] O ARQUIMEMÓRIA teve até hoje 5 edições – a primeira em 1981, em São Paulo; a segunda em 1987, em Belo Horizonte; e a terceira, a quarta e a quinta, respectivamente em 2008, 2013 e 2017, todas em Salvador.

tema, que só apareceu novamente no IV Congresso, em 1954, quando alguns grupos se dedicaram à sua discussão.

O IV Congresso de Arquitetos discutiu o Ensino da Arquitetura Brasileira em uma de suas comissões e propôs a criação de uma outra disciplina complementar, "Formação Sociológica Brasileira", além de sugerir que o próximo congresso fosse dedicado à "História da Arquitetura no Brasil", fatos já explorados anteriormente na nossa fala a respeito de Paulo Santos, Silva Telles e a disciplina de "Arquitetura no Brasil".

A próxima menção aconteceu no VI Congresso de Arquitetos, realizado em 1966 em Salvador. O tema geral a ser debatido no Congresso foi "A Arquitetura e o Meio-Ambiente". Formaram-se sete grupos de trabalho, os quais discutiram suas conclusões nas plenárias dentro dos subtemas: (1) Estrutura de Povoamento, (2) Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico, (3) O Ambiente Residencial, (4) Produção e Meio-Ambiente, (5) O Homem e a Paisagem, (6) O Exercício da Profissão em Função da Arquitetura e do Meio Ambiente, (7) Revisão e Atualização do Ensino de Arquitetura para Integrar o Arquiteto no Planejamento. Nele objetivou-se analisar e preparar as teses da delegação brasileira que participaria, em Praga, do IX Congresso Mundial da UIA em 1967. Dentre as propostas, estava a intitulada *O Patrimônio Histórico e o Mundo Moderno*, da qual fazia parte Villanova Artigas.

Outro evento relacionado ao tema foi o XIV Congresso Panamericano de Arquitetura, ocorrido entre junho e julho 1972, simultaneamente em São Paulo e Assunção. Segundo Silva Telles, o tema geral do Congresso versava sobre degradação urbana, tendo sido ele convidado pelo arquiteto Eduardo Kneese de Mello para dar uma palestra sobre o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no evento. Em documento encontrado no Arquivo Geral do IPHAN, Silva Telles expõe a síntese de sua conferência e lamenta não ter podido participar dos trabalhos da Comissão 3 do Congresso, ocorrida em Assunção, a qual tratou do tema Defesa, preservação e reabilitação de lugares e monumentos históricos.

No VII Congresso Brasileiro de Arquitetos, acontecido em Belo Horizonte, em setembro de 1968; e no VIII Congresso, ocorrido em Porto Alegre, em outubro de 1969, não foram encontradas menções a respeito da atuação profissional ou da formação voltada ao patrimônio, embora ambos os eventos tenham tratado da formação do arquiteto. O tema em questão é retomado com bastante ênfase apenas no IX Congresso Brasileiro de Arquitetura, ocorrido entre os dias 25 e 29 de outubro de 1976.

Examinando as publicações acontecidas nesse congresso, observamos na publicação do dia 28 as discussões sobre a formação do arquiteto e sobre as questões relativas ao patrimônio cultural que foram destaques no boletim diário do Congresso, intitulado A PLENÁRIA. Nessa edição foram publicadas duas matérias sobre o tema "Patrimônio". A primeira, *Como preservar o patrimônio histórico?* (HERTZ, 1976, p. 3), comenta sobre o trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo arquiteto do IAB-RJ Alfredo de Sá Earp Hertz, e se encontra publicada na íntegra, na página 35 da *Revista do Congresso*. Na matéria intitulada *Contra a destruição de nosso patrimônio*, o arquiteto trata da exposição promovida pelo IAB-RJ durante o Congresso. A mostra denunciava o abandono em que se encontrava o patrimônio do Rio e trazia uma moção levantada por arquitetos e estudantes de Arquitetura contra a venda do Forte Copacabana.

Ainda na edição diária da Revista do Congresso, encontramos uma segunda matéria, intitulada *A retomada dos valores culturais*, publicada na página 7, que falava sobre a retomada da consciência nacional nas Escolas de Arquitetura, e na qual a comissão de ensino e formação narrava a importância do retorno da conscientização do arquiteto para as realidades regionais, entendendo melhor o modelo econômico do país.

A matéria diz ainda que o congresso tratou da formação do arquiteto alertando que os cursos de graduação de arquitetura não estavam levando em consideração a preservação do patrimônio no seu currículo, formando profissionais desinformados da necessidade e importância da preservação do patrimônio cultural. O alerta também se fez em torno da consequente carência de mão-de-obra, pois os profissionais que detinham os conhecimentos para a ação com relação ao patrimônio eram os especialistas, o que representava um pequeno número de acordo com a necessidade da ação no patrimônio brasileiro.

Após o congresso, algumas de suas conclusões foram publicadas no número 41, ano V, da Revista *Arquiteto*. Nela são publicadas sínteses dos debates finais do Congresso, frutos do seu relatório final, no qual pudemos encontrar a seguinte constatação:

> *Reconhecendo* que a delapidação de nosso patrimônio histórico e ambiental, como aquela prestes a ocorrer na área do Porto de Recife ou do Forte de Copacabana, representa um atentado contra os valores culturais da humanidade, reafirma-se nossa firme disposição de luta em debates do patrimônio nacional, consolidando mediante amplo debate, os conceitos e

> critérios de seleção e uso dos bens preservados. (RODRIGUES, 1976, p. 19, grifo do autor).

Nas páginas 21 e 22 que sintetizam o trabalho do Grupo 2 são expostas as discussões que serão motivadas pelo trabalho de Alfredo de Sá Earp Hertz, anteriormente citado, ampliando a crítica não apenas à formação dos profissionais acerca das questões relativas ao patrimônio histórico, mas também aos órgãos de fiscalização, conforme contestações apresentadas por Ruy Gama e Luiz Paulo Conde.

Ruy Gama dizia haver uma "contradição criada pelo conceito de patrimônio histórico e pela política dos órgãos de preservação" (RODRIGUES, 1976, p. 21). Ele chama a atenção que os motivos apontados por Hertz (1976, n.p.) também podem ser abordados na ótica inversa, não sendo só a formação na área um problema a ser combatido. Segundo ele, "a exigência de certas políticas e modelos econômicos" eram igualmente responsáveis pelos prejuízos e retrocessos frente "à preservação do patrimônio."

Corroborando com Ruy Gama, Luiz Paulo Conde denuncia que no Rio de Janeiro "vê-se várias obras serem demolidas sem que o Patrimônio Histórico faça qualquer pronunciamento, e quando isso ocorre, é no sentido de que a obra não tem valor arquitetônico." (RODRIGUES, 1976, p. 21). Em suas posições, estes profissionais levam a discussão das revisões das posturas do arquiteto com relação ao patrimônio não só nas universidades, mas também na ação profissional dentro dos órgãos de preservação, num período em que a urbanização está em plena expansão e os valores regionais do patrimônio começam a ser ampliados.

Podemos afirmar que nesse Congresso o Grupo de Trabalho estava em consonância com o início da mudança de visão e ampliação do conhecimento da preservação, alinhado às diretrizes do *Compromisso de Brasília*, de Salvador, do PCH e de tantas outras tratativas já apresentadas no trabalho. Na página 22 da revista, observamos uma clara ampliação da visão do patrimônio com relação aos debates expostos no Congresso.

> Dos debates desenvolvidos no plenário do Grupo 2, houve consenso no sentido de que esta participação do profissional reflete uma atividade nova nas realizações do arquiteto, mas que também é importante a avaliação de todo um passado de realizações, que marcam a formação social e a atividade do Homem, sua vinculação com o processo histórico, a validade de seus feitos, a herança ligada aos descendentes e a preservação de todo patrimônio histórico a partir de uma necessidade coletiva e determinada pelas condições culturais. (RODRIGUES, 1976, p. 22).

Essa afirmação abre caminho para análise da recomendação da preservação da arquitetura dos imigrantes, concentrada principalmente na região Sul – a arquitetura alemã e a italiana, que, assim como a portuguesa, ajudaram a contar a história do Brasil.

Sabemos que os estudos regionais que passam a ter suas reflexões ampliadas na década de 1970 vão ter suas consolidações de preservação apenas nas décadas seguintes, 1980, 1990, mas a identificação dessas discussões e seu paralelo temporal no Congresso e nos acontecimentos dentro dos órgãos de patrimônio demonstram que, mesmo com suas discordâncias e concordâncias, o tema "patrimônio" como papel do arquiteto era debatido não num congresso de especialistas, e sim no amplo debate da classe. Os representantes do Instituto dos Arquitetos do Brasil, das Comissões de Ensino e dos técnicos do patrimônio eram, antes de tudo, bacharéis em Arquitetura debatendo o campo ampliado de sua formação, que, como veremos, teria ainda muitos avanços e retrocessos, os quais culminariam nas discussões do hoje, ainda repletas das dicotomias apontadas por Ruy Gama há 44 anos e que continuam a permear as questões relativas à formação do arquiteto, à regulamentação profissional e às políticas públicas, nas quais nos aprofundaremos mais adiante.

Um importante ponto a ser destacado é que, em 1973, foi fundada a ABEA, e talvez por isso as discussões sobre ensino tenham passado a ter um "canal" mais amplo entre as universidades e seus agentes educacionais, o que se reflete no Congresso de 1976, onde as discussões no campo de ensino e formação foram mais enfáticas.

A Comissão do ARQUIMEMÓRIA I também vai apontar os documentos do Compromissos de Brasília de 1972 e o de Salvador de 1973 como eventos que abordaram a questão da formação do arquiteto no campo da preservação. A Comissão também faz menção à abordagem do tema na *Carta de Veneza* de 1964, na *Carta de Machu Picchu* de 1977, na *Carta de Pelotas* de 1978 e na *Carta de Nairóbi* de 1976, todas já mencionadas a aludidas em partes anteriores deste trabalho.

Retomando os Congressos, no relatório final contido no volume 2 dos *Anais do X Congresso Brasileiro de Arquitetos*, que aconteceu em Brasília entre 1º e 5 de novembro de 1979, encontramos uma recomendação sobre a preservação do patrimônio cultural na parte sobre Proposta da Forma de Atuação do Arquiteto na Sociedade Brasileira. Dentre os pontos destacados, iremos aqui apontar alguns:

> Tendo como base as teses sobre patrimônio cultural e os debates ocorridos nos grupos de trabalho e na Comissão de Estudo do Sub-tema I- Condicionantes Público Institucionais do Espaço Habitado, onde se constatou:
> […]
> 3- que aos arquitetos cabe contribuir nesse processo tanto como cidadãos quanto especificamente a partir de seus órgãos de classe e de suas ferramentas específicas de análise do espaço ocupado, de reconstrução da memória popular e assumindo, quando tal memória apresentar-se obliterada pela repressão violenta ou ideológica, um papel de co-gerador destes debates e um outro, o papel de instrumento das decisões coletivas da sociedade consciente de sua história. […]
> Diante dessas constatações e considerando:
> […]
> 3- que os cursos de graduação de arquitetura, não levando em consideração a preservação do patrimônio no seu currículo, formam profissionais desinformados na necessidade e importância da preservação do patrimônio cultural;
> 4 – a consequente carência de mão-de-obra, desde quando a maioria dos poucos profissionais que atuam na área se forma através de cursos de especialização. […]
> Recomendamos:
> […]
> 2- a realização de um encontro, a nível nacional, promovido pelo IAB, aberto às diversas profissões ligadas à área do Patrimônio Cultural e à comunidade em geral como o objetivo de:
> - discutir a política fiscal de preservação do patrimônio cultural;
> - discutir os problemas do mercado de trabalho;
> - trocar experiências entre diversas áreas afins, fazendo uma análise e balanço da situação atual;
> - propor uma linha de ação para a política de preservação do patrimônio cultural.
>
> 3- na oportunidade de implantação de um novo currículo de arquitetura, já em estudo, incluir na formação do arquiteto a preservação do patrimônio cultural. (IAB, 1979, p. 37-38).

Observamos que nesse congresso foram apontadas as questões que serão de fato aprofundadas no ARQUIMEMÓRIA I em 1981, compilando a crescente demanda pelas discussões sobre a consciência da arquitetura brasileira e sua preservação pelos arquitetos, iniciada no IV Congresso de Arquitetura em 1954.

Não apenas pelas diretrizes apontadas pelos Congressos nacionais, os preparativos para o ARQUIMEMÓRIA I espelharam as proporções que o evento teve, reunindo a classe de arquitetos, o IAB, o órgão federal do patrimônio e as universidades. Tal fato pode ser explicado pois, na década de 1980, consolidou-se uma concepção mais completa do patrimônio, próxima à visão de Mário de Andrade, um ponto de vista mais antropológico do patrimônio cultural.

Esse novo pensamento iria influenciar diretamente a Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 216, determina que: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto,

portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, […]" (BRASIL, 1988).

Na década de 1980 alguns eventos simultâneos envolveram os mesmos técnicos, professores e colaboradores, que acabaram de alguma forma contribuindo para a construção das narrativas que acontecerão no ARQUIMEMÓRIA I, sendo esses: o painel de formação promovido pela SPHAN-Pró-Memória, os preparativos para ARQUIMEMÓRIA I, o Grupo de Trabalho de Brasília para os estudos de patrimonialização da capital e os Grupos de Trabalho do SESU junto ao MEC, que naquele momento discutiam as propostas de mudanças nas diretrizes curriculares, onde aqui destacaremos os dois primeiros.

- **Painel de Formação promovido pelo SPHAN-Pró-Memória**

Em 1981, o atual IPHAN promoveu um painel sobre a formação e a postura profissional do arquiteto no Brasil frente à questão da preservação do patrimônio arquitetônico nacional. Segundo os relatos da publicação *A construção do novo e o problema do patrimônio* (SPHAN-pró-Memória, 1981, n.º 11), a ideia surgiu em função das sucessivas visitas dos estudantes de graduação em Arquitetura e Urbanismo da capital federal em busca de maiores orientações para elaboração de seus trabalhos finais de curso. Segundo relatos dos alunos, em suas IES não encontravam bibliografia nem orientações acadêmicas para trabalhos cujos temas eram afins à preservação de sítios históricos.

O texto narra que nesse período os técnicos do IPHAN já se preocupavam em organizar seminários para alunos e professores objetivando discutir o patrimônio arquitetônico e temas afins. Este evento culminou em mesas redondas distintas de professores e de alunos. Uma compilação de dados foi realizada a respeito do assunto, cujos desdobramentos foram, em parte, resultado de questionários enviados para as Escolas de Arquitetura (figuras 8 e 9), numa ação conjunta com o MEC, a SES (Secretaria de Ensino Superior) e o IAB. Estiveram representadas no evento as seguintes IES: UNB, UFBA e Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

O depoimento dos alunos relatava que, de forma geral, o interesse deles pela preservação foi construído antes da Escola de Arquitetura e narravam que sua consciência cultural provinha da educação básica, real motivador do interesse no aprofundamento do tema. Os alunos diziam que encontravam apoio em alguns professores com conhecimentos sobre o tema, mas que, de fato, o conteúdo pertinente à

preservação do patrimônio cultural, ministrado nas disciplinas dos cursos, era escasso e inconsistente. Segundo os alunos, durante o curso eles eram “levados a pensar exclusivamente no novo”. (CULTURA, 1981, p. 3).

Figura 4 – Primeira parte da carta enviada pela Fundação Pró-Memória aos Cursos de Graduação de Arquitetura no Brasil

Ministério da Educação e Cultura
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Fundação Nacional *pró*Memória

Setor Comercial Norte Quadra 2 Bloco K
70.710 Brasília, DF
Rua da Imprensa, 16, 8º andar
20.030 Rio de Janeiro, RJ

Brasília, 13 de março de 1981

Prezado Senhor:

A Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória, interessadas em aprofundar a discussão sobre a relação entre a formação e postura profissional do arquiteto e a preservação do patrimônio no Brasil, propõe-se a colher depoimentos de alunos e professores de arquitetura, que trabalham com o referido tema em suas cadeiras teóricas ou práticas.

Para tanto, solicitamos a V. Sa. a gentileza de encaminhar os questionários em anexo aos referidos professores para que respondam o de nº 1 e escolham os alunos interessados para responderem o de nº 2.

Tais depoimentos deverão servir ao duplo objetivo de, por um lado fornecer elementos que possibilitem à SPHAN colaborar com o MEC e com as Escolas de Arquitetura no sentido de inserir, de forma mais efetiva, o tema da preservação do patrimônio nos cursos; por outro lado, subsidiar a elaboração de matéria a ser publicada no boletim SPHAN/Pró-Memória nº 11.

Uma vez respondidos, os questionários deverão ser enviados a esta instituição até o dia 26 do mês corrente, tendo em vista a data de impressão do boletim.

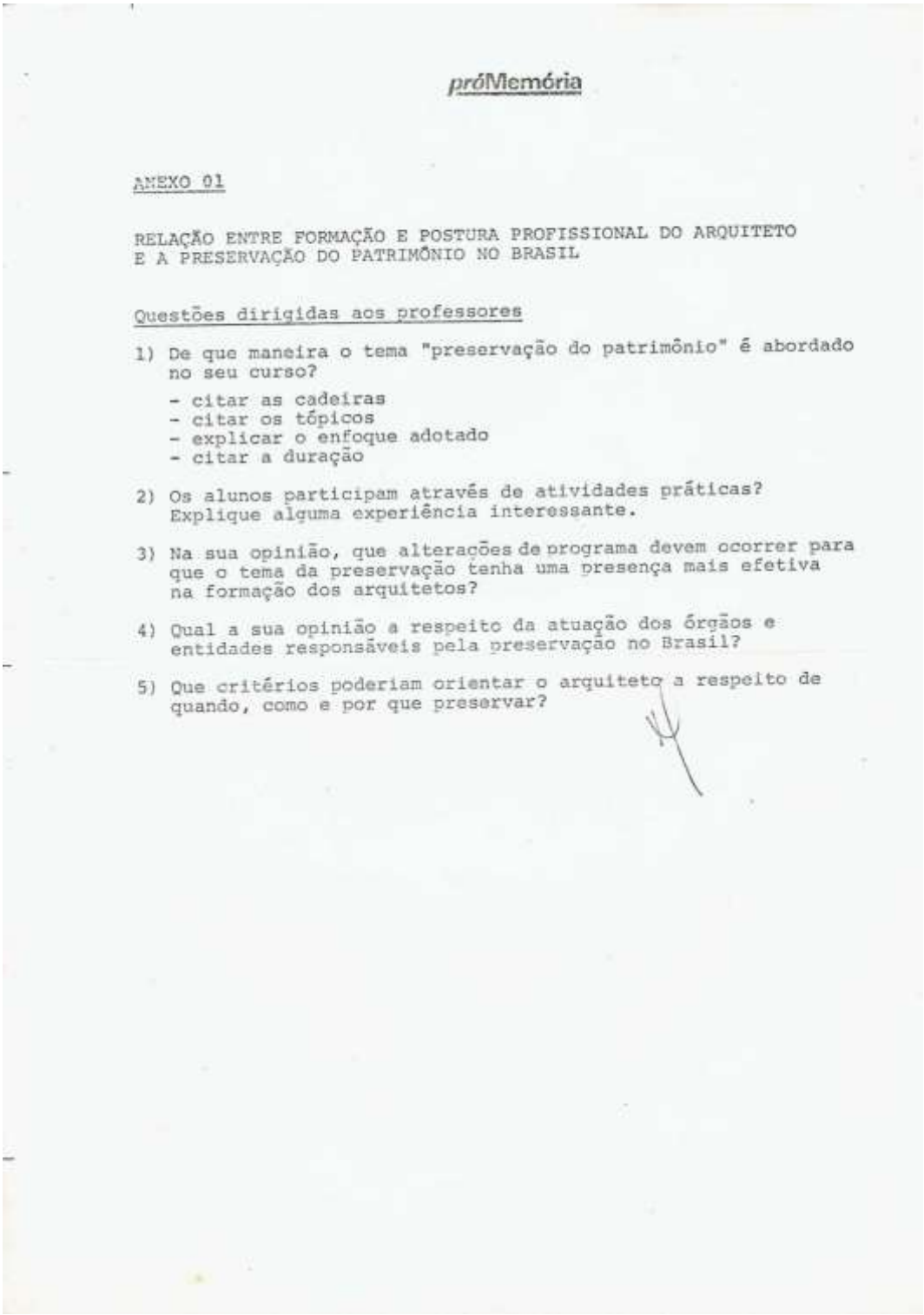
Certos de poder contar com sua colaboração, antecipamos agradecimentos e reiteramos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Maria de Lourdes Castro O. Moreira
Responsável pela Gerência
de Comunicação

Fonte: Acervo pessoal Dora Alcântara, deixado para a professora Isabel Rocha, sua ex-aluna

Figura 5 – Segunda parte da carta enviada pela Fundação Pró-Memória aos Cursos de Graduação de Arquitetura no Brasil



próMemória

ANEXO 01

RELAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO E POSTURA PROFISSIONAL DO ARQUITETO E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

Questões dirigidas aos professores

1) De que maneira o tema "preservação do patrimônio" é abordado no seu curso?
   - citar as cadeiras
   - citar os tópicos
   - explicar o enfoque adotado
   - citar a duração

2) Os alunos participam através de atividades práticas? Explique alguma experiência interessante.

3) Na sua opinião, que alterações de programa devem ocorrer para que o tema da preservação tenha uma presença mais efetiva na formação dos arquitetos?

4) Qual a sua opinião a respeito da atuação dos órgãos e entidades responsáveis pela preservação no Brasil?

5) Que critérios poderiam orientar o arquiteto a respeito de quando, como e por que preservar?

Fonte: Acervo pessoal Dora Alcântara, deixado para a professora Isabel Rocha, sua ex-aluna

Desse evento podemos extrair valiosas questões que aqui apontaremos e que voltaremos a abordar no avançar do trabalho:

- Os alunos não concordavam com a visão historicista dada pelas escolas para o patrimônio e sugeriram a integração do tema aos conteúdos vinculados ao estudo da forma, planejamento urbano e projeto de arquitetura.

- Foi solicitada a criação de vagas de estágio na área de patrimônio nos órgãos públicos.
- Foi solicitada a criação de uma disciplina optativa sobre técnicas de restauração para os alunos que quisessem se aprofundar no tema.
- Foram sugeridos encontros anuais entre as IES (alunos e professores) e o IPHAN para discussão sobre o tema.

Com relação às respostas das cartas dadas pelas universidades ao IPHAN, tivemos apenas acesso à resposta de Dora Alcântara pela Universidade Geraldo di Biasi, antiga Faculdade de Barra do Piraí. No entanto a correspondência encontrada (Anexos H, I e J e K) só responde ao solicitado no anexo I, do questionário enviado ao corpo docente. No que diz respeito ao anexo II, enviado na correspondência do IPHAN, que seria relativo a perguntas ao corpo discente das faculdades, não encontramos o documento original; mas, na documentação pessoal de Dora, encontramos o que deve se tratar da resposta dada por Selso Dal Bello (Anexo L), professor da FERP, que, naquele momento, ocupava o cargo de chefe do Departamento de História e Teoria da instituição, possivelmente ao IPHAN.

Ele diz que a correspondência enviada em abril só havia chegado em suas mãos em maio e que, como já se avançava o mês de junho, ele encaminhava apenas o documento relativo ao corpo docente (resposta de Dora), pois os alunos que poderiam ter respondido ao questionário já estavam no último ano do curso e se desencontravam dos professores para que pudessem dar seus depoimentos às questões. Não sabemos ao certo se esses depoimentos chegaram a ser dados, porque nos registros de Dora não encontramos menção a eles.

Embora essas cartas sejam também citadas no trabalho desenvolvido pelos técnicos do IPHAN para os preparativos das discussões que aconteceram no ARQUIMEMÓRIA I, não encontramos nenhum indício das demais respostas nem no arquivo Geral do IPHAN no Rio nem em Brasília.

- **Os preparativos para o ARQUIMEMÓRIA I**

No arquivo geral do IPHAN, encontramos o documento intitulado *Informe ao 1º Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação de Bens Culturais: A Formação do Arquiteto e a Preservação do Patrimônio Cultural*, redigido pelos técnicos do SPHAN

– Pró-Memória: Sylvia Maria Braga Alves de Souza, Briane Elizabeth Panitz Bicca, Maria das Dores Freire e Marcos de Lamônica.

O informe trata da preocupação frente à "rápida dilapidação e desfiguração do patrimônio construído brasileiro […] e propõe 'uma estruturação de um programa de aprimoramento da formação dos profissionais que vão lidar com nosso patrimônio, destacando a categoria de arquitetos'". (BICCA, 1981, p. 1).

O documento diz ainda que "[…] a preocupação do SPHAN volta-se para a formação de recursos humanos a nível de graduação. De que forma e como instrumentar alunos e professores na defesa do nosso patrimônio cultural?" (BICCA, 1981, p. 1) e corrobora com os aspectos que já abordamos no início deste capítulo, afirmando que, durante a fase heroica do IPHAN, os anseios do ensino de patrimônio no campo da formação eram supridos:

> […] graças à presença de muitos dos técnicos do IPHAN no corpo docente das escolas de arquitetura, ou mesmo ao estreito relacionamento entre estudantes e jovens arquitetos e funcionários do órgão, que mesmo não sendo professores, contribuíam de forma efetiva para inserir a problemática da preservação na formação e postura profissional da categoria. E se isso foi possível, deve-se ao pequeno número de escolas de arquitetura e ao grau de desenvolvimento do setor de construção civil no país (BICCA, 1981, p. 2).

Esse grupo formado pelos técnicos do IPHAN, supracitados no início deste item, foi o responsável pela redação da carta enviada às Escolas de Arquitetura para levantar dados de como andava o ensino de patrimônio dentro das Escolas de Arquitetura, conforme pudemos constatar graças ao acervo de Dora Alcântara, uma vez que o documento encontrado no Arquivo Geral do IPHAN estava incompleto, sem os anexos.

O texto também narra todas as ações desenvolvidas pelo IPHAN na década de 1970, quando o órgão começou a apoiar formal e financeiramente a formação de recursos humanos para a preservação do patrimônio brasileiro, porém no âmbito da pós-graduação, como também já apontamos neste capítulo.

Os técnicos afirmam então a necessidade da revisão do ensino na graduação e expõem sua preocupação, prevendo suas consequências em curto prazo. Afirmam que: "No momento presente, em que essa atividade de formação de especialistas já pode ser considerada como de rotina dentro da Instituição, a SPHAN volta-se para o atendimento do campo da formação universitária dos arquitetos." (BICCA, 1981, p. 5)

Eles evidenciaram que naquele momento existiam 42 cursos de arquitetura no Brasil e que as graduações não tinham em seus quadros professores com conhecimento

no campo da preservação; além disso, expuseram a preocupação com o crescente número de Escolas e o modelo econômico do desenvolvimento, apontaram-nos como os verdadeiros responsáveis pela alteração das nossas antigas cidades e os culpados pelo distanciamento entre o IPHAN e os arquitetos.

> Os profissionais formados por esta ótica não dispõem de elementos conceituais nem experimentais sobre a questão do patrimônio construído, seja ele histórico ou ambiental, para atuar na sua preservação. As escolas, na sua maioria, pouco oferecem em termos de informações nesta matéria e quando isso ocorre é por iniciativa individual de alguns professores e esta se dá de forma isolada em algumas disciplinas, não havendo um aprofundamento da questão, essencial para que os futuros arquitetos possam desenvolver trabalhos na área de preservação. (BICCA, 1981, p. 6)

Um ponto importante apresentado no documento e que ajuda a pautar e a justificar a pertinência das discussões levantadas pelo nosso trabalho é justamente a abordagem acerca da formação integral do arquiteto consciente de seu papel profissional com relação ao patrimônio cultural de forma mais abrangente.

> Não se trata, entretanto, de *formar especialistas de conservação, mas de dotar os arquitetos de conhecimentos suficientes que lhes permitam equilibrar suas propostas de novas intervenções com a realidade pré-existente*, com todo o seu peso cultural e efetivo.
> Procurando ater-se à premissa de não pretender transformar cada estudante de arquitetura em especialista da preservação, mas de disseminar a ideia entre a massa estudantil, de forma a, gradativamente, ir fomentando entre os profissionais uma posição bem estribada em conhecimentos, é que a SPHAN pretende desenvolver um trabalho com o objetivo de melhor inserir a problemática da preservação na formação universitária dos arquitetos, tanto quanto colocá-la na ordem das preocupações dos profissionais já graduados. (BICCA, 1981, p. 8, grifo nosso)

Na década de 1980, o IPHAN pede colaboração do SESU (Secretaria de Educação Superior – MEC) das Universidades, de seu corpo docente e das entidades representativas da categoria para a consolidação das discussões acerca do arquiteto graduado apto a lidar com as questões das cidades e de seu patrimônio cultural.

A efervescência do tema vinculado à formação e ao campo profissional do arquiteto irá então culminar no *1º Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação*, a primeira edição do ARQUIMEMÓRIA, promovida pelo IAB São Paulo, que aconteceu entre 23 e 26 julho de 1981.

- **I ENCONTRO NACIONAL DE ARQUITETOS SOBRE PRESERVAÇÃO – ARQUIMEMÓRIA I**

Antes de tratarmos do congresso, é importante salientarmos que a importância de sua abordagem destacada em nosso trabalho se dá por entendermos que, no âmbito da discussão sobre a formação e o campo profissional do arquiteto, este foi o primeiro grande evento que reuniu os profissionais de Arquitetura de uma forma mais abrangente em torno do tema. Não se tratava de um encontro de especialistas apenas em patrimônio, e sim de um encontro de arquitetos que, naquele momento, se dedicariam a discutir sobre preservação dentro das mais diversas abordagens do amplo campo da Arquitetura.

O congresso aconteceu no edifício da FAU-USP, na Cidade Universitária, em julho de 1981, conforme já mencionado. Segundo exposto no *Jornal do IAB-SP* ano 1, no 7 de junho de 1981, o objetivo básico do evento era o de reunir elementos para a elaboração de diretrizes políticas para a atuação dos arquitetos na área de Preservação de Bens Culturais.

Em carta enviada pelo IAB ao IPHAN, encontrada no arquivo geral do IPHAN, o era apresentada a definição do que entendiam por "preservação", o que nos ajuda a compreender o pensamento vigente naquele momento: "Entende-se por preservação ações de qualquer natureza que se refiram a levantamentos físicos, inventários, levantamento documental (gráfico ou textual) de projetos e obras de restauro, conservação e revitalização de bens culturais." (LOURENÇO, 1981, n.p.)

A estruturação do encontro se deu através de debates de trabalhos produzidos, individual ou coletivamente, sob a forma de projetos, teses, informes ou comunicações referentes a bens culturais móveis e imóveis. Os trabalhos foram agrupados, segundo a natureza do tema específico, e foram divididos nas seguintes comissões: Comissão I – Política, Legislação e Ensino; Comissão II – Preservação de Bens Móveis; Comissão III – Preservação de Bens Imóveis; e Comissão IV – Preservação de Sítios e Cidades Históricas, Planejamento Urbano e Regional, Defesa da Paisagem.

Especificamente sobre o item *ensino*, o IAB define na correspondência supracitada a seguinte definição de proposta para a comissão: "Inserção da temática nos cursos de graduação; cursos de pós-graduação e de extensão; centros de pesquisas e museus." (LOURENÇO, 1981, n.p.). À frente da Comissão estavam: Alfredo Brito – UFRJ (presidente), Jorge Derenji – PA (Vice-Presidente), Sonia Coutinho – PE (relatora), Aloisio Magalhães – RJ, Vilanova Artigas – SP, Edgard Greiff – DF (convidados).

A repercussão dada ao IAB para esse Encontro Nacional de Arquitetos foi muito grande. O *Jornal do IAB-SP* ano 1, datado de 8 de julho de 1981, tem a página 3 inteiramente destinada a expor as expectativas acerca do evento. Alguns professores e técnicos do patrimônio, com grande importância nas discussões acerca do ensino da preservação, como Dias de Andrade, falaram um pouco sobre suas expectativas quanto ao evento.

> […] é sempre desejável e oportuno que questões de importância como a preservação do patrimônio cultural sejam discutidas e analisadas pelos arquitetos. Os problemas afetos às tarefas da preservação do acervo cultural prosseguiram. Foram, até recentemente, objeto de preocupação e interesse de pequeno número de profissionais arquitetos, ditos especialistas. No momento, tal preocupação acha-se disseminada em significativas parcelas da população, como nos atestam o grande número de entidades e associações agindo e movimentando-se na defesa e valorização de seu patrimônio (ANDRADE, 1981, p. 3).

Muitos trabalhos apresentados nesse congresso tocaram em pontos que, ainda hoje, 40 anos depois, continuamos tentando ajustar.

Eduardo Furtado de Simas, arquiteto da 4ª DR-SPHAN-Pró-Memória, SEC/MEC apresentou o trabalho *Importância da atuação conjunta na preservação dos bens culturais do Brasil*, no qual afirmou que:

> […] o Arquiteto tem importância fundamental nesta preservação, seja ele Funcionário Público (esferas federal, estadual e municipal), profissional ligado a Empresas de Planejamento, Construção, profissional que possua escritório e atue particularmente, além daqueles que exercem a significativa tarefa do ensino universitário, nas diversas Faculdades de Arquitetura e Urbanismo do país.
> É, portanto, nossa opinião em caráter pessoal que todo arquiteto deve ter plena consciência do valor e relevância do Patrimônio Histórico e Artístico do Brasil, em especial no Estado da Federação em que ele trabalha, devendo, porém, ter amplo conhecimento genérico dos bens culturais de todo país (SIMAS, 1981, p. 1).

Ainda nesse trabalho, Simas aborda a falta de conscientização da população em geral sobre o conhecimento cultural e o entendimento da importância e necessidade da preservação da nossa história. Fala também da falta de formação especializada no Brasil, desde o servente, carpinteiro, ao arquiteto, que devem ser qualificados para intervir no nosso patrimônio.

Júlio Nicolau Barros de Curtis, do IAB-RS, também apresentou no encontro o trabalho intitulado: *Preservação de bens culturais imóveis*, no qual fez uma crítica e apontou soluções para a importância da conscientização do tombamento e da

preservação, defendendo que os maiores riscos não estavam nos pequenos proprietários de imóveis tombados, que recebiam incentivos em forma de isenção de tributos para manter seus imóveis, e sim na especulação imobiliária, que estava apenas interessada no valor do uso do solo e encarava o tombamento como um entrave a seus interesses.

É importante frisar que esses artigos foram encontrados do Arquivo Geral do IPHAN, no Rio de Janeiro, como correspondência enviada pelos autores ao diretor da Regional, pois não encontramos nenhuma menção nos *Anais do Encontro* com a íntegra dos trabalhos, ficando nossa pesquisa baseada nos documentos encontrados no arquivo e nas publicações nos jornais e boletins do IAB.

Durante o Encontro, o CONDEPHAT tombou o prédio da FAU-USP, projetado por Vilanova Artigas e construído em 1968, e prestou homenagem ao arquiteto. Também foram homenageadas com uma exposição no saguão de entrada do prédio da FAU as personalidades pioneiras na preservação de bens culturais no Brasil. Foram homenageados: Mário de Andrade, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Lúcio Costa, Renato Soeiro, Ayrton Carvalho, Luís Saia, Silvio Vasconcelos, Paulo Thedim Barreto, José de Souza Reis, Alcides da Rocha Miranda e Judith Martins – todos já citados pela sua importância no nosso trabalho.

A edição número 11, de julho, no *Jornal do IAB-SP* dedicou um espaço para a publicação das conclusões apresentadas pelas Comissões do ARQUIMEMÓRIA e as resoluções finais e propostas gerais a que se chegaram. Com relação às conclusões dos grupos de trabalho, nos cabe aqui destacar as da Comissão 1, mais especificamente voltadas para o ensino. O documento produzido afirma que:

> No tocante à educação e formação profissional, tem-se verificado pouca ênfase nos programas curriculares, do ensino a pesquisa dos problemas pertinentes à preservação e ao conhecimento do acervo cultural, o que tem dificultado muitas vezes a missão dos arquitetos na defesa do bem cultural. (IAB, 1981, p. 6)

Dentre as atribuições e ações que deveriam ser adotadas pelo IAB Nacional e seus núcleos, destacamos os pontos:

> 6 – que o IAB nacional indique um representante para, junto ao SPHAN-Pró-Memória, participar da elaboração de programa, que ora se inicia naquele órgão com a colaboração da Secretaria de Ensino Superior do MEC (SESU-MEC), visando fornecer oportunidades de aprimoramento na formação profissional a nível de graduação;
> 13 – que os cursos de Arquitetura e Urbanismo promovam a pesquisa e a documentação da arquitetura espontânea e popular;

> 14 – que o problema da preservação de bens culturais seja tratado como fundamento filosófico do Curso de Arquitetura e Urbanismo objetivando antes de uma formação mais específica, todo um processo de educação que induza à consideração de preservação como respeito ao meio, e a ambiência seja o universo de trabalho regulador da intervenção;
> 15 – que seja incentivada a participação de estudantes de arquitetura e urbanismo, selecionados por concurso, nos trabalhos de preservação de sítios históricos. (IAB, 1981, p. 6)

As questões relativas à formação se mostram tão destacadas no Encontro que dentre os quatro pontos apontados nas Resoluções Finais, duas fazem menção aos fatos:

> 1- que se fomente nos cursos de graduações em arquitetura a consciência crítica dos futuros arquitetos perante a preservação do meio ecológico e cultural e que se criem cursos regulares de pós-graduação em restauração, abertos também a profissionais não vinculados ao sistema oficial da preservação;
> […]
> 3- que o IAB promova a discussão interdisciplinar sobre a possibilidade da inclusão temática da preservação de bens culturais nos *currículos* das escolas do 1º e 2º graus (IAB, 1981, p. 6).

Outro fato relevante é que na proposta geral do Encontro Nacional de Arquitetos recomendou-se que já acontecesse no ano seguinte um novo encontro sobre Preservação de Bens Culturais que incluísse outras categorias profissionais, afins ao tema. O ARQUIMEMÓRIA II de fato aconteceria, em Belo Horizonte, no ano de 1987, como veremos a seguir. Nesse mesmo ano, entre 23 e 27 de outubro, aconteceu o *VII Encontro Nacional sobre Formação Profissional do Arquiteto*, em Goiânia, onde as discussões do tema também se fizeram presentes.

Em 1982, foi realizado em Salvador o *XI Congresso Brasileiro de Arquitetos*, que debateu o tema "O Arquiteto e a Gestão Democrática da Cidade" antecipando-se a uma questão que passaria a ter repercussão nacional ao longo de toda essa década.

Entre 5 e 7 de maio de 1986 aconteceu o *Simpósio Políticas de Patrimônio Cultural e Políticas de Desenvolvimento Urbano* na FAU/USP, no qual uma das conferências, intitulada *Os Planos de Renovação Urbana e a Preservação do Patrimônio Cultural de São Paulo*, enfatizou a relevância do tema nos encontros de arquitetos e urbanistas na década de 1980.

O *2º Encontro Nacional de Preservação de Bens Culturais*, o ARQUIMEMÓRIA II aconteceu de 26 a 30 de agosto de 1987, em Belo Horizonte, e objetivou a discussão e a avaliação das políticas e conceitos que têm orientado a ação na área da preservação, restauração e revitalização do acervo arquitetônico urbano e

ambiental. Os grupos de trabalho foram divididos em: Patrimônio Ambiental Urbano; Patrimônio Arqueológico e Paisagístico; Políticas, Ação Institucional e Instrumentos e Intervenções: Critérios e Tecnologias.

Observando os *Anais*, com breves resumos dos trabalhos apresentados, podemos reparar que, de uma forma geral, esse encontro foi mais voltado para a troca de experiências profissionais, não se aprofundando tanto nas questões do ensino. O único resumo encontrado dentro dessa temática foi o trabalho intitulado: *O Patrimônio Cultural na Formação do Arquiteto*, de Fernando Achiamé, historiador e professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Espírito Santo. Nesse projeto ele conta sobre a experiência como docente na disciplina optativa denominada "Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural".

Segundo o autor, a disciplina era desenvolvida de forma a permitir que os futuros arquitetos conheçam os conceitos, as teorias, a legislação e recomendações nacionais e internacionais, os aspectos jurídicos, entre outras abrangências das arquiteturas consideradas patrimônio cultural e patrimônio ambiental urbano. O professor argumenta a necessidade de disciplinas com programas semelhantes serem ministradas em caráter obrigatório nos cursos de arquitetura do país.

Observamos que a década de 1980 foi rica em discussões que debatem intensamente as relações entre as atribuições profissionais do arquiteto, o ensino e as associações destes com a preservação do patrimônio cultural do Brasil. Entretanto, como vimos no primeiro capítulo, as comissões de ensino criadas em 1981 só veriam os reflexos das mudanças curriculares propostas em 1994, com a implantação das novas diretrizes curriculares; mas as discussões em torno das áreas especializadas se mantiveram até lá.

Na década de 1990, novos instrumentos foram discutidos. Na publicação dos cadernos 9 e 10 da ABEA (1992), que tratam do *Seminário Nacional: critérios para avaliação da educação do arquiteto e urbanista*, encontramos dois textos que criticam o problema referente ao "não" ensino de patrimônio nas Escolas de Arquitetura.

No caderno 9, Cléia Rúbia de Andrade Castro, professora do Curso de Desenho Industrial das Faculdades Integradas do Norte do Paraná, com o texto *Arquitetura, ensino, patrimônio*, narra a importância da preservação do patrimônio despertada na sua graduação através de um inventário feito num barracão de café, numa cidade no Paraná, e o quanto isto foi importante para motivar as relações entre a história, a cultura e o novo, e o quanto esta temática era ausente ainda nas Escolas de Arquitetura.

No caderno 10, foi publicado o texto de Maria Elisa Soares Meira, apresentado no I ARQUIAMÉRICA, realizado em Ouro Preto, em 1992. Na ocasião, o texto *Patrimônio cultural e formação profissional* abriu os debates do subtema Formação e Atuação Profissional do evento. Ela expõe que um arquiteto necessita de qualificação para dominar o conhecimento sobre patrimônio construído pela humanidade e sobre a intervenção no espaço das cidades já existentes para projeção das novas.

> Poderíamos responder que nenhum arquiteto detém toda esta competência, e que, em verdade, cada um de nós aprofunda parte desse conjunto de atribuições e exerce sua profissão nessa área. Essa resposta é parcial visto que desconsidera que apesar de não atuarmos diretamente em todos os campos de nossas atribuições, devemos, para intervir em partes, conhecer o todo. […]
> Enunciando o que entendemos como arquitetura e patrimônio, esclarecida a visão da coexistência de arquitetos e não-arquitetos na construção de um legado – a expressão da cultura de uma sociedade –, defendida a perspectiva de que são os arquitetos os guardiões do acervo, por sua condição de especialistas retomaria a questão educação, ou, como querem alguns, a "formação" do arquiteto.
> O estudo da educação escolarizada dos arquitetos demonstra que existem "temas ausentes" em silêncios que escondem aspectos do aprendizado da história da especialidade. A base da discriminação dos temas no interior dos cursos é a definição de "temas relevantes". Esta definição não seria tensa se não excluísse, escondendo, conhecimentos e experiências fundamentais à educação do arquiteto. (ABEA, 1992, p. 82-83)

As pessoas e as discussões citadas no início deste capítulo estruturam a base para a construção da disciplina incluída nos currículos mínimos das faculdades de Arquitetura e Urbanismo, responsável pelos conteúdos de restauração e pela preservação do patrimônio. Instituída pela Portaria n.º 1770 de 1994, a nova disciplina obrigatória nos currículos recebeu a denominação de "Técnicas Retrospectivas".

O último registro que encontramos tratando sobre as propostas que antecederam a implantação do currículo de 1994, no que diz respeito à disciplina Técnicas Retrospectivas, foi nos *Anais do* XVII Seminário Nacional sobre o Ensino de Arquitetura (ABEA, 1993), onde o professor Euler Santos Arruda, da UFPA, levantou a discussão do tema. Essa informação consta na ata das conclusões oriundas das discussões levantadas no evento, nas quais o professor argumentou sobre a necessidade da inserção das disciplinas de "Conservação e Restauração" nos currículos, o que, segundo registro nos anais, ficou determinado que fosse mais aprofundado na elaboração de conteúdos e metodologia pertinentes às práticas de preservação e recuperação do patrimônio histórico, arquitetônico e urbanístico. Esse aprofundamento

justifica-se em função da inserção dos conteúdos das Técnicas Retrospectivas, incluída no projeto de revisão do currículo mínimo.

Em 1993, o ICOMOS Internacional, em sua 10ª Assembleia Geral, na cidade de Colombo, capital do Sri Lanka, publicaria um documento intitulado *Diretrizes para Educação e Treinamento em Conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios*. O documento reconhece que muitas profissões requerem educação e treinamento adequados para garantir uma boa comunicação e ação coordenada na conservação e que as instituições e órgãos envolvidos no desenvolvimento de programas de treinamento devem ajudar na definição e construção de padrões e critérios apropriados, adequados para atender aos requisitos técnicos e culturais específicos em cada comunidade ou região. Além disso, define algumas diretrizes, recomendando que estas fossem difundidas entre as instituições, organizações e autoridades pertinentes.

Especificamente sobre os Programas e Cursos de Educação e Formação, o documento aborda diretamente atribuições profissionais que estão vinculadas ao trabalho do arquiteto e urbanista no Brasil, quando afirma que:

> A educação e o treinamento para conservação devem ser produzidos a partir de um grupo de profissionais, conservacionistas capazes de:
> a) ler um monumento, conjunto ou local e identificar seu significado emocional, cultural e de uso;
> b) compreender a história e a tecnologia dos monumentos, conjuntos ou locais, a fim de definir sua identidade, planejar sua conservação e interpretar os resultados desta análise;
> c) compreender a localização de um monumento, conjunto ou local, seu conteúdo e arredores, em relação a outros edifícios, jardins ou paisagens;
> d) encontrar e absorver todas as fontes de informação disponíveis relevantes para o monumento, conjunto ou local estudado;
> e) entender e analisar o comportamento de monumentos, conjuntos e locais com sistemas complexos;
> f) diagnosticar causas intrínsecas e extrínsecas de deterioração como base para a ação apropriada;
> g) inspecionar e tornar os relatórios inteligíveis para leitores não especializados de monumentos, conjuntos ou sítios, ilustrados por meios gráficos, como esboços e fotografias;
> h) conhecer, entender e aplicar as convenções e recomendações da Unesco, do ICOMOS ou de outras Cartas, regulamentações e diretrizes reconhecidas;
> i) fazer julgamentos equilibrados com base em princípios éticos compartilhados e aceitar a responsabilidade pelo bem-estar em longo prazo do patrimônio cultural;
> j) reconhecer quando o conselho deve ser procurado e definir as áreas de necessidade de estudo por diferentes especialistas, por exemplo. pinturas de parede, esculturas e objetos de valor artístico e histórico, e/ou estudos de materiais e sistemas;
> k) prestar consultoria especializada em estratégias de manutenção, políticas de gerenciamento e estrutura de políticas para a proteção ambiental e preservação de monumentos, seu conteúdo e locais;
> l) documentar trabalhos executados e torná-los acessíveis;
> m) trabalhar em grupos multidisciplinares usando métodos claros;

> n) ser capaz de trabalhar com a população local, administradores e planejadores para resolver conflitos e desenvolver estratégias de conservação apropriadas às necessidades, habilidades e recursos locais; […] (ICOMOS, 1993, n. p.).

O documento frisa que deve haver uma organização para a formação, sempre incentivada no âmbito nacional e internacional e aponta muitas prerrogativas que os técnicos do patrimônio, estudantes e professores brasileiros já apontaram intensamente na década de 1980, como: a importância de que a educação e a sensibilização para a conservação devem começar nas escolas e continuar nas universidades; a necessidade da introdução dos conceitos de técnicas de conservação no gerenciamento do ambiente natural e construído e dos objetos nele contidos; e o aumento de cursos de especialização na área. Embora o documento trate da multidisciplinaridade do trabalho junto à conservação e restauração do patrimônio cultural, aqui nos restringimos a olhá-lo sob a ótica do trabalho do arquiteto e urbanista, que é o objeto de estudo do nosso trabalho.

Assim, diante das análises e reflexões que durante décadas permearam a criação e as transformações do patrimônio cultural no Brasil, através dos aspectos de sua criação, do seu ensino e aprendizagem e de suas experiências práticas, iniciaremos a análise de sua introdução, obrigatória na grade curricular de todas as Escolas de Arquitetura e Urbanismo do país, através da disciplina intitulada "Técnicas Retrospectivas".

3.2 As Técnicas Retrospectivas e o início do ensino obrigatório do patrimônio no Brasil

> A conservação dos bens culturais, dos edifícios e dos centros históricos faz, portanto, parte de um programa mais vasto; a manutenção e reabilitação de toda a paisagem construída no passado distante e próximo. As *técnicas* a que podemos chamar *retrospectivas* – de ripristinação[43], restauração, reestruturação e reconstrução dos artefatos – tem um peso sempre crescente da produção contemporânea. (BENÉVOLO, 1984, p. 144, grifo nosso)

O termo "Técnicas Retrospectivas" tem origem numa comunicação intitulada *Os Operadores da Conservação,* apresentada por Leonardo Benévolo no *Simposium* do Conselho da Europa, acontecido na cidade de Fulda, na Alemanha, em 1980.

[43] "Recorremos ao italianismo, pois reconstituição não traduz o sentido do termo que é reconstituir ou manter algo de um tempo antigo". (nota da tradução de Attilio Cancian in BENEVOLO, 1984 p. 142)

(BENÉVOLO, 1984 p. 137). Nesse evento, Benévolo definiu o que ele vai chamar de um "repertório de métodos para a conservação moderna", definindo o ripristino, a restauração, a reestruturação, a reconstrução. Também chamou a atenção para a importância da manutenção, que ele classificou como "comum e extraordinária".

A disciplina surgida nos currículos mínimos das faculdades de arquitetura e urbanismo no Brasil através da Portaria n.º 1770/MEC, que tratou dos conteúdos relativos ao tema patrimônio cultural, foi batizada com esta provisória e não obrigatória nomenclatura. Como vimos no capítulo 1, essa portaria trouxe as novas diretrizes curriculares para os cursos de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, nas quais, entre outras reformulações, há a obrigatoriedade do ensino do patrimônio.

A portaria supracitada determina os seguintes pontos no que tange ao ensino obrigatório de patrimônio nas Escolas de Arquitetura:

> Art. 2° O conteúdo mínimo do Curso de Arquitetura e Urbanismo divide-se em três partes interdependentes:
> I) Matérias de fundamentação, constituindo-se em conhecimentos fundamentais e integrativos de áreas correlatas.
> II) Matérias Profissionais, constituindo-se em conhecimentos que caracterizam as atribuições e responsabilidades profissionais.
> III) Trabalho Final de Graduação.
> Art. 4° São Matérias Profissionais: História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo. *Técnicas Retrospectivas*. Projeto de Arquitetura de Urbanismo e de Paisagismo. Tecnologia da Construção. Sistemas Estruturais. Conforto Ambiental. Topografia. Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo. Planejamento Urbano e Regional.
> § 2° O estudo das *Técnicas Retrospectivas* inclui conservação, restauro, reestruturação e reconstrução de edifícios e conjuntos urbanos. (BRASIL, 1994, p.17-18, grifo nosso)

Como podemos observar, não só o nome é genérico na definição da disciplina, como nenhuma diretriz de carga horária mínima e de conteúdo são definidos. A implantação desse conteúdo se torna vaga e na prática cada escola vai adotar seus próprios critérios de implantação.

A portaria de 1994 já trazia muitos dos conceitos da LDB que só foi aprovada em 1996. Neste mesmo ano, foi publicado o edital n.º 4/96, convocando as IES à apresentação de propostas para as novas diretrizes curriculares dos cursos superiores. Nesse momento, CONFEA, ABEA e Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FENEA) constituem um Grupo de Trabalho que deu início a um processo de avaliação da implantação da Portaria n.º 1770/94 nos cursos para o atendimento do chamamento do edital para formação dos Grupos de Trabalho (GT). Os

resultados apontados pelo GT culminaram na proposta de Resolução das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo, entregue ao MEC em 1998, mas que só foi aprovada em 2005, pelo parecer CNE/CES n.º 112/2005, do Conselho Nacional de Educação, sendo publicada apenas pela Resolução CNE/CES n.º 6/2006, de 2 de fevereiro de 2006, oito anos depois da entrega da proposta elaborada pela comissão, em 1998.

Como vimos, a disciplina denominada "Técnicas Retrospectivas" (algumas Escolas de Arquitetura a introduziram com outros nomes) passa a se integrar à grade mínima curricular, que a define como "o estudo da conservação, restauro, reestruturação e reconstrução de edifícios e conjuntos urbanos" (MEC, 1994, p.18), deixando em aberto qual carga horária deve ser adotada nos cursos de Arquitetura.

Essa definição de conteúdo teve uma diretriz a partir de um documento elaborado durante o *XI CONABEA* (Congresso Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo) e no *XVII ENSEA* (Encontro Nacional sobre o Ensino de Arquitetura e Urbanismo), no qual, na página 19, estão contidas as seguintes determinações:

> 5.3. Orientação para que as Técnicas Retrospectivas contemplem as áreas de teoria e história, tecnologia e projeto;
> 5.4. quanto à abordagem do universo concernente às Técnicas Retrospectivas, que essa "postura" esteja explícita e necessariamente contida nos projetos pedagógicos dos cursos, e, como tal, não seja competência de uma única disciplina, quanto mais só tecnologia. (ABEA, 2001, p. 19)

Esse congresso, acontecido no Rio de Janeiro em 2001, teve como título *Técnicas Retrospectivas: Manutenção e Reabilitação da Paisagem Construída*, o que, por si só, já aponta a importante dimensão e prioridade de destacar o tema nas Escolas de Arquitetura; mais do que isso, chamava atenção sobre a conduta pedagógica das escolas sobre o tema, alertando para que os conteúdos fossem alinhados de forma coerente.

Quanto às definições relativas ao ensino de patrimônio, muito pouco foi reelaborado, deixando ainda vago e indefinido como este deveria ser tratado nas Escolas de Arquitetura e Urbanismo, como pode ser observado nos trechos abaixo.

> § 1º A proposta pedagógica para os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo deverá assegurar a formação de profissionais generalistas, capazes de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, à organização e à construção

> do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação, o paisagismo, *bem como a conservação e a valorização do patrimônio construído*, a proteção do equilíbrio do ambiente natural e a utilização racional dos recursos disponíveis.
> Art. 4º O curso de Arquitetura e Urbanismo deverá ensejar condições para o que futuro arquiteto e urbanista tenha como perfil:
> c) *conservação e valorização do patrimônio construído*;
> Art. 5º O curso de Arquitetura e Urbanismo deverá possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:
> d) o conhecimento da história das artes e da estética, suscetível de influenciar a qualidade da concepção e da prática de arquitetura, urbanismo e paisagismo;
> e) os conhecimentos de teoria e de história da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, considerando sua produção no contexto social, cultural, político e econômico e tendo como objetivo a reflexão crítica e a pesquisa;
> *j) as práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades;*
> Art. 6º Os conteúdos curriculares do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo deverão estar distribuídos em dois núcleos e em um Trabalho de Curso, recomendando-se sua Interpenetrabilidade:
> I - Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação;
> II - Núcleo de Conhecimentos Profissionais;
> III - Trabalho de Curso.
> § 2º O Núcleo de Conhecimentos Profissionais será composto por campos de saber destinados à caracterização da identidade profissional do egresso e será constituído por: Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo; Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo; Planejamento Urbano e Regional; Tecnologia da Construção; Sistemas Estruturais; Conforto Ambiental; *Técnicas Retrospectivas*; Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo; Topografia. (MEC, 2006, grifos nossos)

Em 2010, foi publicada a Resolução n.º 2, de 17 de junho, por meio da qual a CNE decidiu alterar a DCN vigente até então, especificamente no Art. 9º, que trata das definições de funcionamento do Trabalho de Curso, motivadas pela ação movida por um professor da UFPE, como já apresentado no capítulo 1; no restante as diretrizes se mostraram conforme as estabelecidas em 2006.

A relevância do tema e a importância em se tratar da garantia da preservação de conjuntos e monumentos históricos também se mostra presente na *Carta para Formação dos Arquitetos* da UNESCO/UIA (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura/União Internacional de Arquitetos), redigida no encontro acontecido em Tóquio, em 2011, e que trata do tema de forma bastante específica.

> […] os educadores devem preparar os arquitetos para desenvolver novas soluções para o presente e para o futuro, porque o novo tempo vai trazer com ele importantes e complexos desafios devido à degradação social e funcional em muitos assentamentos humanos. Estes desafios incluem urbanização global e um consequente esgotamento em ambientes já existentes, uma grave escassez de habitação, serviços urbanos e infraestrutura social, e a crescente exclusão de arquitetos em projetos relacionados com o ambiente construído.

> Que a arquitetura, a qualidade das construções e sua integração harmoniosa no seu ambiente circundante, o respeito pelas paisagens naturais e urbanas, bem como o patrimônio cultural coletivo e individual são questões de interesse público. (UNESCO/UIA, 2011, n. p.)

Apesar da inserção da disciplina obrigatória de "Técnicas Retrospectivas" e das recomendações da UIA, do MEC e de pesquisadores e especialistas na área, as questões díspares desse ensino nas Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil vêm comprometendo o futuro do nosso patrimônio cultural.

A fala de João Carlos Correia, então presidente da ABEA no Seminário do CAU sobre Ensino e Formação em 2019, já mencionada no capítulo 1, deixa clara a maneira como as instituições de ensino superior vêm inserindo o conteúdo da intitulada "Técnicas Retrospectivas" em sua grade, o que compromete o ensino do patrimônio nas faculdades de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, o que motivou, inclusive, a necessidade de reformulação das DCNs.

No *3º Simpósio Científico do ICOMOS/Brasil*, algumas exposições e debates ajudaram a corroborar com a importância e cuidado que as instituições de ensino devem ter para com a formação do arquiteto e urbanista apto a intervir no patrimônio cultural, não só no Brasil como em todo o mundo – o que vem ao encontro da importância da ampliação do campo disciplinar do ensino de patrimônio na graduação.

Colóquios e congressos virtuais acontecidos em 2020 também expuseram essas fragilidades. Nos diálogos em espaços remotos do *11º Colóquio do PROARQ*, ocorrido em agosto de 2020, o tema "O ensino de patrimônio na graduação da Faculdade de Arquitetura e seus rebatimentos" foi discutido pelos professores Juliana Pavan, da Universidade Federal de Santa Maria; José Pessoa, da UFF; Nelson Porto, da Universidade Federal do Espírito Santo; e Rosina Trevisan M. Ribeiro, da UFRJ, que expuseram as diversas formas em que os conteúdos referentes ao patrimônio cultural são ministrados nestas universidades. Também em 2020, o Congresso Virtual da UFBA apresentou um debate sobre o Patrimônio Cultural e Capacitação Técnica Especializada, nos quais os professores Nivaldo Andrade, da UFBA; Leonardo Castriota, da UFMG e atual presidente do ICOMOS Brasil; e Juliana Nery, da UFBA discutiram a problemática da formação de profissionais aptos a intervir no patrimônio cultural, destacando a formação profissional do arquiteto.

A abordagem acerca dos problemas no ensino do patrimônio nas escolas de arquitetura e urbanismo vem sendo tratada em muitos trabalhos de pesquisa que já

citamos ou ainda iremos citar no nosso trabalho, como: (1) a tese de Ana Paula Farah, defendidas em 2012 na FAU-USP, intitulada *Restauro arquitetônico: a formação do arquiteto-urbanista no Brasil para preservação do patrimônio edificado* e *O caso das escolas do Estado de São Paulo*; (2) a tese de Monique Lessa Vieira Olimpio, defendida em 2020 na UFRN, intitulada *Formação do arquiteto e urbanista para a preservação de áreas e edifícios de valor patrimonial: diálogos entre a teoria e o exercício projetual*; e (03) a tese de Heitor Silva, defendida em 2012 na UFRN, intitulada *Projeto em áreas consolidadas de Patrimônio cultural: propostas para a Construção de uma metodologia de ensino*.

No entanto, antes de nos aprofundarmos nas recentes discussões acerca da formação do arquiteto e urbanista, apresentaremos as questões sobre a regulamentação desse profissional e o exercício exclusivo regulamentado a partir de novembro de 2019, o que torna ainda mais relevantes as reflexões que serão mais à frente apresentadas.

3.3 A regulamentação profissional e o currículo mínimo, o campo legal de atuação do arquiteto no patrimônio no Brasil

Para entendermos a importância do ensino do patrimônio na graduação de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, precisamos entender as prerrogativas legais do campo profissional, pois não há aqui nenhuma exigência legal de especialização e aprofundamento didático como na França[44], por exemplo, para a ação junto ao patrimônio. No Brasil, o bacharelado em Arquitetura e Urbanismo já confere o direito ao profissional do trato com o patrimônio cultural.

Os argumentos partem da análise da grade curricular da graduação de Arquitetura, com cadeiras de História, Teoria, "Técnicas Retrospectivas" (somente a partir de 1994) e uma grande quantidade de cadeiras projetuais, o que já os tornaria aptos a ação com o patrimônio. A Decisão Normativa n.º 83, de setembro de 2008, deixa clara essa análise curricular e sua vinculação à atividade profissional.

> Considerando que as atividades de restauração e conservação têm por finalidade preservar o significado cultural de um bem, requerendo medidas técnicas de segurança, manutenção e adaptação que contemplem sua futura

[44] Na França o ensino de patrimônio é concentrado na pós-graduação. Para seguir carreira nessa área, os profissionais precisam alcançar o título de *Architecte du Patrimoine* ou ainda de *Architecte em Chef des Monuments Historiques*; para tanto devem seguir sua formação no *Centre des Houtes Etudes* de Chaillot. (FARAH, 2012, p. 24-25).

> destinação; considerando a legislação, convenções, recomendações e resoluções que disciplinam as ações referentes a patrimônio cultural, como a Carta de Veneza – Carta Internacional sobre Conservação e Restauração dos Monumentos e Lugares (1964), a Carta de Lisboa – Carta da Reabilitação Urbana Integrada (1995), a Convenção de Paris – Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), o Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, e o Decreto n.º 1.494, de 17 de maio de 1995, entre outros.
> Considerando que as atividades de conservação, reabilitação, reconstrução e restauração em monumentos e sítios de valor cultural, assim como em seu entorno ou ambiência, exigem formação específica que *inclui conhecimentos de História da Arte e da Arquitetura, Teoria da Arquitetura, Técnicas e Materiais Tradicionais, Estética, Planejamento Urbano e Regional, Ciências Sociais e Técnicas Retrospectivas*, que são partes dos campos de saber que caracterizam a identidade profissional do arquiteto e urbanista especificados no currículo mínimo para o Curso de Arquitetura e Urbanismo, aprovado pela Portaria MEC n.º 1.770, de 21 de dezembro de 1994, e nas diretrizes curriculares de Arquitetura e Urbanismo, fixadas por meio da Resolução CNE/CES n.º 6, de 2 de fevereiro de 2006, além de outros conhecimentos técnicos das áreas da Engenharia, partes dos campos de saber que caracterizam a identidade profissional do Engenheiro.
> *Considerando que o art. 25 da Resolução n.º 218, de 29 de junho de 1973, estabelece que nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem pelas características de seu currículo escolar, consideradas em cada caso apenas as disciplinas que contribuem para a graduação profissional*, salvo outras que lhe sejam acrescidas em curso de pós-graduação, desde que na mesma modalidade.
> Considerando os arts. 2º a 21 da Resolução n.º 218, de 1973, que definem as competências do arquiteto, arquiteto e urbanista, engenheiro arquiteto, e engenheiros. Considerando que o inciso I do art. 2º da Resolução n.º 218, de 1973, define a competência do arquiteto para o desempenho das atividades de 1 a 18 do art. 1º do citado normativo, referentes a edificações, conjuntos arquitetônicos e monumentos, arquitetura paisagística e de interiores; planejamento físico, local, urbano e regional; seus serviços afins e correlatos. (CONFEA, 2008, p. 90, grifo nosso).

Como vimos no capítulo 1, a autonomia do campo de Arquitetura foi demorada no âmbito das escolas e dos conselhos; muitas de nossas atribuições profissionais foram compartilhadas com os engenheiros civis. O CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) foi criado em 2010 e, embora se tenha tentado manter a atividade no campo do patrimônio como exclusiva do arquiteto, esta só foi regulamentada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no dia 07 de novembro de 2019. Até então, em função das atribuições profissionais igualmente abrangentes na área de atuação do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico, as decisões normativas do CAU não tinham efeito de Lei, o que permitia que profissionais de Engenharia pudessem exercer tais atividades. Conforme exposto acima, a Decisão Normativa n.º 83, de setembro de 2008, cita o artigo 25 da Resolução n.º 218, de 29 de junho de 1973, que esclarece tal questão.

A Lei 12.378/2010 diz que, "na hipótese de as normas do CAU/BR sobre o campo de atuação de arquitetos e urbanistas contradizerem normas de outro conselho

profissional, a controvérsia será resolvida por meio de resolução conjunta de ambos os conselhos". Assim, para melhor demonstrarmos as questões legais, destacamos trechos das Resoluções do CAU e Leis que tratam da questão, para entendermos melhor os fatos. Embora a Resolução n.º 51 do CAU, de 12 de julho de 2013, diga que

> *Lei n.º 12.378, de 2010*, que se apresentaram em plenitude as condições para a efetiva individualização da Arquitetura e Urbanismo e para sua diferenciação em relação às demais profissões regulamentadas. Esta lei *estabelece, em seu art. 2º, quais as atividades e atribuições dos arquitetos e urbanistas* e, no parágrafo único deste artigo, quais os campos de atuação a que estas se aplicam. Já em seu *art. 3º a lei determina que o CAU/BR especificará as áreas de atuação privativas dos arquitetos e urbanistas e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas* […].
> Na Resolução ora apresentada, as atividades, atribuições e campos de atuação privativos dos arquitetos e urbanistas e aqueles compartilhados com outras profissões regulamentadas foram especificados em estrita observância ao que determina a Lei n.º 12.378, de 2010, confirmando o *caráter uniprofissional da Arquitetura e Urbanismo e tomando como referência as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação desta profissão vis-à-vis as correspondentes diretrizes dos cursos referentes às demais profissões técnicas regulamentadas*. (CAU, 2013, n. p, grifos nossos)

A Lei n.º 12.378, de 31 de dezembro de 2010, diz que

> Art. 3º Os campos da atuação profissional para o exercício da arquitetura e urbanismo são definidos a partir das diretrizes curriculares nacionais que dispõem sobre a formação do profissional arquiteto e urbanista nas quais os núcleos de conhecimentos de fundamentação e de conhecimentos profissionais caracterizam a unidade de atuação profissional.
> § 1º *O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR especificará, atentando para o disposto no caput, as áreas de atuação privativas dos arquitetos e urbanistas e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas.*
> § 2º Serão consideradas privativas de profissional especializado as áreas de atuação nas quais a ausência de formação superior exponha o usuário do serviço a qualquer risco ou danos materiais à segurança, à saúde ou ao meio ambiente.
> § 3º No exercício de atividades em áreas de atuação compartilhadas com outras áreas profissionais, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU do Estado ou do Distrito Federal fiscalizará o exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo.
> *§ 4º Na hipótese de as normas do CAU/BR sobre o campo de atuação de arquitetos e urbanistas contradizerem normas de outro Conselho profissional, a controvérsia será resolvida por meio de resolução conjunta de ambos os conselhos.*
> *§ 5º Enquanto não editada a resolução conjunta de que trata o § 4º ou, em caso de impasse, até que seja resolvida a controvérsia, por arbitragem ou judicialmente, será aplicada a norma do Conselho que garanta ao profissional a maior margem de atuação.* (BRASIL, 2010, grifo nosso).

Assim, a Resolução n.º 51, de 12 de julho de 2013, determinou que

> Art. 2° No âmbito dos campos de atuação relacionados nos incisos deste artigo, em conformidade com o que dispõe o art. 3º da Lei n.º 12.378, de 2010, ficam especificadas como privativas dos arquitetos e urbanistas as seguintes áreas de atuação:
> IV - DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL E ARTÍSTICO:
> a) projeto e execução de intervenção no patrimônio histórico cultural e artístico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, monumentos, práticas de projeto e soluções tecnológicas para reutilização, reabilitação, reconstrução, preservação, conservação, restauro e valorização de edificações, conjuntos e cidades;
> b) coordenação da compatibilização de projeto de preservação do patrimônio histórico cultural e artístico com projetos complementares;
> c) direção, condução, gerenciamento, supervisão e fiscalização de obra ou serviço técnico referente à preservação do patrimônio histórico cultural e artístico;
> d) inventário, vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo e parecer técnico, auditoria e arbitragem em obra ou serviço técnico referente à preservação do patrimônio histórico cultural e artístico;
> e) desempenho de cargo ou função técnica referente à preservação do patrimônio histórico cultural e artístico;
> f) ensino de teoria, técnica e projeto de preservação do patrimônio histórico cultural e artístico. (CAU, 2013, n. p.)

Durante muitos anos, o CAU/BR e o CONFEA discutiram, no âmbito da Comissão Temporária de Harmonização do Exercício Profissional, as atividades privativas de arquitetos e urbanistas e de engenheiros. No entanto, no Brasil, o problema da ação com relação ao patrimônio ainda era mais abrangente, pois legalmente os engenheiros civis ainda poderiam atuar no patrimônio cultural, uma vez que as resoluções dos conselhos não têm exatamente o efeito de uma Lei.

> No Brasil, os conselhos de fiscalização das profissões regulamentadas têm atribuição específica de disciplinar, fiscalizando profissões técnicas cujo exercício depende de autorização legislativa específica, com vistas à proteção de valores como a boa administração da justiça, saúde e segurança dos cidadãos, entre outros. Daí decorre a imprescindibilidade da formação técnico-científica para o exercício de determinadas profissões, como as de advogado, médico, (...), arquiteto e de várias outras. Quanto a essas, a liberdade individual de trabalho encontra limitação, só podendo exercê-las quem satisfaça as qualificações profissionais que a lei estabelecer, consoante o art. 5º, XIII, da Constituição Federal (...). (ALVARENGA apud MARAGNO, 2019, n.p.)

Em linhas gerais, podemos afirmar que Resolução n.º 83, de 2008, deixou clara a relação entre a grade curricular da graduação em Arquitetura e o exercício profissional no campo do patrimônio cultural. Historicamente (1933 até 2010) engenheiros e arquitetos compartilharam a mesma regulação profissional e o mesmo conselho, não permitindo, ainda, uma completa desassociação legal de atividades profissionais

específicas como no campo de atuação da preservação do patrimônio cultural. Mas, finalmente, em 7 de novembro de 2019, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu que a realização de obras de restauro em Patrimônio Histórico é atribuição privativa de arquitetos e urbanistas, através da decisão proferida pelo ministro Francisco Falcão, relator do processo que acatou o Recurso Especial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná (CAU/PR) sobre a questão.

> Portanto, está mais do que claro que não só o inciso IV, parágrafo único do art. 2º da Lei n.º 12.378/2010 dispõe que cabe aos arquitetos e urbanistas as atividades de restauro, como também a Resolução n.º 1.010/2005.
> Conclui-se, pois, que não restam dúvidas da violação à lei federal, pois apenas os arquitetos e urbanistas podem exercer as atividades de restauro, vez que isto já havia sido decidido em 2005 na Resolução CONFEA n.º 1.010/2005, e ratificado pela Lei Federal n.º 12.378/2010 (STJ, 2019)

A decisão reafirma a necessidade do estabelecimento de uma formação pautada na ética profissional pelas Escolas de Arquitetura de todo o país subsidiando à formação e a habilitação profissional do arquiteto e urbanista perante a legislação brasileira.

3.4 A EAU/UFF, a FAU-UFRJ e os desafios do ensino do patrimônio na contemporaneidade

3.4.1 A FAU-UFRJ

- **Projeto Pedagógico do Curso – PPC**

A análise do PPC da FAU/UFRJ aponta para a orientação do curso de Arquitetura e Urbanismo associado à qualidade tecnológica e à formação humanista de seu corpo discente, no qual o profissional do novo milênio deve ter condições de associar o que há de mais recente em tecnologia sem abdicar do conhecimento de sua realidade sociocultural[45].

No item “Referências Curriculares”, o PPC da FAU descreve a formação do conhecimento profissional pautada no desenvolvimento: da representação, teoria e crítica da construção e do projeto. Entre outras questões, aponta a valorização e

[45] Disponível em: http://www.fau.ufrj.br/projeto-pedagogico/

preservação da arquitetura, do urbanismo e da paisagem como patrimônio e responsabilidade coletiva.

O curso é sintetizado em três ciclos de estudos de complexidade progressiva: “fundamentação” (4 primeiros períodos), “aprofundamento” (do 5º ao 8º período) e “síntese” (9º e 10º períodos). Sua estrutura se apoia no conceito de que a profissão de arquiteto e urbanista é generalista por natureza e considera a interdisciplinaridade entre os eixos de conhecimento que contemplem concepção, discussão, conceituação e produção, distribuídos de forma equilibrada entre tecnologia, arte, projeto e fundamentos sociais.

O Trabalho Final de Graduação é abordado como um trabalho que desperta e dá diretrizes de maior aprofundamento do tema tratado pelo aluno, o que muitas vezes pode culminar na escolha de um perfil profissional e/ou de uma especialização.

- **Trabalhos Finais de Graduação**

Os trabalhos Finais de Graduação tiveram início em 1998 na FAU e fazem parte do período curricular denominado “síntese”, em que o aluno conclui com um trabalho de tema livre sua graduação em Arquitetura e Urbanismo. Esses trabalhos são desenvolvidos ao longo de pelo menos dois semestres e são avaliados por uma banca composta por no mínimo três arquitetos e urbanistas, dos quais um necessariamente é membro externo da FAU/UFRJ.

A análise que aqui poderemos fazer da vinculação do tema voltado ao patrimônio cultural nos TFGs não dará conta do período entre 1998 e 2007, pois será feita a partir de uma base de dados consolidada na Midiateca da FAU, que abrange os trabalhos de 2008 até 2018, período até onde os responsáveis pela base de dados já conseguiram digitalizar e disponibilizar as informações relativas aos TFGs.

Encontramos na ferramenta de busca avançada da Midiateca os temas: Patrimônio; Patrimônio – Anexo; Patrimônio – Conservação; Patrimônio – Restauro e Patrimônio – Revitalização, nos quais estão elencados 55 projetos, de um total de 1690 trabalhos cadastrados entre 2008/1 e 2018/2. Este dado tende a revelar que apenas 3,3% dos TFGs desenvolvidos na FAU/UFRJ nesse período foram em temas relacionados ao patrimônio cultural. Percebemos, no entanto, que alguns, que tratavam de reuso de edifícios históricos, como projetos de escolas, centros comunitários e habitações populares em áreas centrais, não foram cadastrados na Midiateca no tema Patrimônio, o que nos leva a crer que esse percentual é maior.

Conseguimos obter também os dados relativos aos TFGs concluídos em 2019/1 com a comissão de TFG da FAU/UFRJ; dos 82 trabalhos apresentados, 21 estão vinculados à área de Projeto, Cultura e Patrimônio, um percentual de 25,92% do total, o que demonstra o real interesse dos alunos pelo tema.

- **Matriz Curricular antes e depois das "Técnicas Retrospectivas"**

A FAU/UFRJ teve seu curso autônomo de Arquitetura regulamentado em 1945, mas aqui trataremos da análise dos currículos consolidados a partir da década de 1980, quando as discussões relativas ao ensino do patrimônio cultural vão se iniciar nas IES, e quando pela primeira vez se faz menção ao tema "patrimônio" numa disciplina curricular.

Analisaremos os currículos: de 1982/1 a 1995/2; de 1996/1 a 2005/2 e de 2006/1 a 2019 (Apêndices D, E e F), a fim de analisarmos as alterações dos currículos com relação à obrigatoriedade do ensino do patrimônio (Quadro 13).

Quadro 13 – Disciplinas relacionadas ao patrimônio FAU/UFRJ

CURRÍCULO	**DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS**	**CARGA HORÁRIA**			**DISCIPLINAS OPTATIVAS**	**CARGA HORÁRIA**		
		Teóricas	Práticas	Total		Teóricas	Práticas	Total
1982/1 a 1995/2	-	-	-	-	Restauração e Conservação Monumentos	30	30	60
1996/1 a 2005/2	Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural	30	-	30	Políticas de Preservação Cultural no Brasil	30	-	30
					Preservação de Centros Históricos	30	-	30
					Projeto Executivo para Restauro	30	60	90
					Projeto Espaços Urbanos e Edifícios Históricos	30	30	60
					Reciclagem de Arquiteturas Históricas	45	15	60
					Tecnologia de Conservação Restauração da	30	-	30

					Arquitetura			
					Renovação e Preservação Urbana	30	30	60
					Técnicas e Métodos de Projeto de Restauro	30	30	60
A partir de 2006/1	Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural	30	-	30	Projeto Executivo para Restauro*	30	60	90
					Políticas de Preservação Cultural no Brasil	30	-	30
					Preservação de Centros Históricos	30	-	30
					Projeto, Espaços Urbanos e Edifícios Históricos	30	30	60
					Tecnologia em Conservação e Restauração de Arquitetura	30	-	30
					Renovação e Preservação Urbana	30	30	60

*A disciplina "Projeto de Execução para Restauro" no currículo vigente é do grupo "Optativas 2", junto com as disciplinas: "Projeto Executivo de Habitação Multifamiliar"; "Projeto Executivo de Edifícios Comerciais"; "Projeto de Execução para Interiores". Aqui elencamos ela com as demais optativas pois caso o aluno escolha cursar uma das demais disciplinas do grupo, não precisará cursar esta disciplina específica.

Fonte: Dados compilados dos apêndices D, E e F

- **Análise das ementas das disciplinas**

A primeira disciplina criada para tratar sobre patrimônio na FAU foi: "Restauração e Conservação de Monumentos", uma disciplina optativa de 60 horas (30 horas teóricas e 30 horas práticas), que tratava da evolução dos conceitos do bem cultural. Segundo o conteúdo da ementa, a disciplina propunha discutir:

> Evolução dos conceitos do bem cultural e da metodologia para sua preservação – conservação, restauração, ambiência, revitalização documentos internacionais, regionais e nacionais – centro histórico – adaptação e compatibilização do bem cultural as funções da vida contemporânea. (FAU/UFRJ, 1982, n. p.)

Após a Portaria n.º 1770/94, a disciplina "Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural" foi inserida como obrigatória na grade, objetivando atender as novas diretrizes curriculares. A disciplina foi criada com uma carga horária total de 30 horas teóricas, e ainda hoje se mantém assim. Segundo sua ementa: "Conceituação de patrimônio cultural. Conservação e restauração: critérios e técnicas. Sistemas construtivos tradicionais e sua aplicação contemporânea. Documentação e levantamentos arquitetônicos. História e teoria do restauro." (FAU/UFRJ, 1996, n. p.)

Notamos aqui uma similaridade nas ementas das duas disciplinas supracitadas, com uma redução de 50% da carga horária entre a disciplina optativa e a obrigatória, demonstrando, preliminarmente, um simples cumprimento das novas diretrizes curriculares, que não davam destaque aos conteúdos relativos ao patrimônio cultural na grade curricular e, consequentemente, no perfil do egresso formado pela FAU/UFRJ.

Por outro lado, como já demonstrado nos Apêndices E e F, foram criadas algumas disciplinas optativas com conteúdo vinculado ao ensino do patrimônio cultural, o que demonstra o interesse e a importância do tema. Algumas das disciplinas ofertadas tratavam da questão urbana, das definições de sítios e centros históricos e de temas relacionados à revitalização e à requalificação de áreas históricas; no entanto, em meio a estas, duas se destacam pelas suas especificidades de conteúdo: a disciplina "Projeto Executivo para Restauro", de 90 horas-aula, sendo 30 horas de conteúdo teórico e 60 horas de conteúdo prático; e a disciplina de Tecnologia de Conservação e Restauração da Arquitetura, de 30 horas aula teóricas.

A ementa da primeira a descreve como uma disciplina de sistematização para desenvolvimento de projetos de restauro, abordando:

> Sistemas e procedimentos atuais de desenvolvimento de projetos. O projeto como "Objeto" e sua adequada representação gráfica. Racionalização dos processos: a) do projeto e de seu desenvolvimento; b) do detalhe e sua interação técnica e compositiva com o projeto; c) da interação entre projeto de arquitetura, projetos complementares e obra. Desenvolvimento de projeto de execução completo para restauro de edificação patrimonial. (FAU/UFRJ, 2006, n. p.)

A segunda disciplina trata da: "Análise das técnicas construtivas tradicionais e contemporâneas para conservação e restauração de arquitetura. Evolução dos processos construtivos. Materiais de construção e sua deterioração. Mão de obra artesanal." (FAU/UFRJ, 2006)

Os conteúdos destas disciplinas, somados ao conteúdo apontados na disciplina obrigatória do curso, refletem as solicitações feitas em 2001 e reiteradas pela ABEA em 2019, a qual orienta que: "(...) as Técnicas Retrospectivas contemplem as áreas de teoria e história, tecnologia e projeto de forma explícita e necessariamente contida nos projetos pedagógicos dos cursos e não sejam competência de uma única disciplina" (ABEA, 2001, p. 19).

No entanto, como vimos na proposta da matriz curricular da FAU/UFRJ, as duas disciplinas supracitadas, que atenderiam à solicitação da ABEA, são optativas; os alunos podem cursar ou não, o que atende à plena formação de alguns alunos. Tal fato se mostra ainda mais relevante ao considerarmos a proposta das novas DCNs dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, que, como vimos no capítulo 1, pretende solicitar a inserção de uma disciplina intitulada "Projeto e Técnicas de Restauro e Conservação do Patrimônio Cultural", pois, segundo João Carlos Correia, presidente da ABEA, a maneira vaga como as "Técnicas Retrospectivas" foi inserida nas antigas DCNs não padronizou nem garantiu a qualidade do ensino de patrimônio nos cursos em todo o Brasil. (CORREIA, 2019, n. p.)

No currículo vigente, aconteceram mudanças pontuais. O número de optativas de livre escolha na área reduz, como podemos observar no quadro 14, e a disciplina de "Projeto Executivo para Restauro", como já explicamos anteriormente, é elencada como uma disciplina optativa do grupo 2.

Quadro 14 – Turmas formadas das disciplinas optativas de patrimônio na FAU/UFRJ

CURRÍCULO	SEMESTRE	DISCIPLINA OPTATIVA	PROFESSOR	NÚMERO DE ALUNOS
1996/1 a 2005/2	2005/2	Políticas de Preservação Cultural no Brasil	Alberto Antônio Tavena	20
	2004/1	Preservação de Centros Históricos	Maria José Gomes Feitosa	30
	2004/2		Maria José Gomes Feitosa	30
	2005/1		Maria José Gomes Feitosa	18
	2005/2		Maria José Gomes Feitosa	20
	2005/1	Projeto Espaços Urbanos e Edifícios Históricos	Maria Julia de O. Santos	15
	2005/2		Sônia Lopes da Silva	15
	2002/1	Tecnologia de Conservação Restauração da Arquitetura	Rosina Trevisan M. Ribeiro	30
	2002/2		Rosina Trevisan M. Ribeiro	30
	2003/1		Rosina Trevisan M. Ribeiro	30
	2004/1		Rosina Trevisan M. Ribeiro	20
	2004/2		Rosina Trevisan M. Ribeiro	20
	2005/1		Rosina Trevisan M. Ribeiro	20

	2005/1	Técnicas e Métodos de Projeto de Restauro*	Rosina Trevisan M. Ribeiro	sem info
	2005/2		Rosina Trevisan M. Ribeiro	sem info
2006/1 a atualidade	2008/1	Políticas de Preservação Cultural no Brasil	Maria José Gomes Feitosa	5
	2009/1		Maria José Gomes Feitosa	15
	2006/1	Preservação de Centros Históricos	Maria José Gomes Feitosa	20
	2007/1		Maria José Gomes Feitosa	1
	2012/1		Maria José Gomes Feitosa	30
	2012/2		Maria José Gomes Feitosa	47
	2013/1		Maria José Gomes Feitosa	36
	2013/2		Maria José Gomes Feitosa	30
	2014/1		Maria José Gomes Feitosa	41
	2014/2		Rosimeire Fonseca de Mello	22
	2006/1	Projeto Executivo para Restauro*	Rosina Trevisan M. Ribeiro	15
	2006/2		Rosina Trevisan M. Ribeiro	20
	2007/1		Rosina Trevisan M. Ribeiro	15
	2007/2		Rosina Trevisan M. Ribeiro	20
	2008/1		Rosina Trevisan M. Ribeiro	15
	2008/2		Rosina Trevisan M. Ribeiro	15
	2009/1		Rosina Trevisan M. Ribeiro	16
	2010/1		Rosina Trevisan M. Ribeiro	20
	2010/2		Rosina Trevisan M. Ribeiro	27
	2011/2		Rosina Trevisan M. Ribeiro	30
	2012/1		Rosina Trevisan M. Ribeiro	17
	2012/2		Rosina Trevisan M. Ribeiro	15
	2013/1		Rosina Trevisan M. Ribeiro	15
	2013/2		Rosina Trevisan M. Ribeiro	11
	2014/1		Rosina Trevisan M. Ribeiro	15
	2014/2		Rosina Trevisan M. Ribeiro	30
	2015/1		Rosina Trevisan M. Ribeiro	22
	2015/2		Rosina Trevisan M. Ribeiro	16
	2016/1		Rosina Trevisan M. Ribeiro	12
	2016/2		Rosina Trevisan M. Ribeiro	10
	2018/2		Maria Ayara Mendo Perez	15
			Isabel Lima de Almeida	15
	2009/1	Projeto Espaços Urbanos e Edifícios Históricos	Guilherme Lassance	22
			Fabiana Generozo Izaga	
			Sônia Scchulz	
	2012/1		Fabiana Generozo Izaga	15
	2017/1		Mauro Luiz Neves Nogueira	12
			Vera Tângari	
			Eduardo Horta	
	2018/1		Guilherme Lassance	15
	2006/1	Tecnologia de Conservação e Restauração de Arquitetura	Rosina Trevisan M. Ribeiro	20
	2017/1		Patrícia Cavalcanti Cordeiro	30
	2017/2		Patrícia Cavalcanti Cordeiro	35

*Esta informação não constava na intranet da FAU/UFRJ, foi fornecida pela própria professora Rosina Trevisan M. Ribeiro, que ministrou a disciplina.

Fonte: Intranet FAU/UFRJ

De acordo com os levantamentos demonstrados nos quadros 19 e 20 acima, pudemos observar que, antes da obrigatoriedade imposta pela Portaria n.º 1770, de 1994, o ensino de patrimônio na FAU/UFRJ teria sido ministrado através da disciplina

optativa denominada “Restauração e Conservação Monumentos”, porém o fato é que, segundo as informações obtidas pela pesquisa feita no banco de dados da FAU/UFRJ, esta disciplina nunca chegou a ser oferecida.

A partir da obrigatoriedade, a disciplina cujo conteúdo tratou do que o MEC denominou “Técnicas Retrospectivas”, foi a intitulada “Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural”. Alocada no 8º período da grade curricular, de cunho teórico, possui 30 horas-aula.

Concomitantemente, a FAU passou a oferecer sete disciplinas optativas na área de patrimônio, o que de certa forma demonstra uma necessidade de atender a uma nova demanda; seja por parte das discussões com relação à obrigatoriedade, seja pela demanda e interesse dos alunos.

Podemos observar no Quadro 14 que a procura pelas optativas na área de patrimônio a partir da criação da disciplina obrigatória faz com que, a partir de 2002, cinco anos após a inserção da mesma, comecem a ser ofertadas disciplinas optativas relacionadas ao tema patrimônio. Durante a vigência do currículo no período de 1996/1 a 2005/2, foram oferecidas, no total, 13 turmas de disciplinas optativas vinculadas à área de patrimônio.

No currículo vigente, iniciado em 2006/1, a disciplina obrigatória permaneceu a mesma, sem alteração na carga horária e no período em que é ministrada. A mudança aconteceu na disciplina de “Projeto Executivo para Restauro”, criada como optativa “livre” e que passa a fazer parte do chamado “grupo 2” de disciplinas optativas, o que não garante que todos os alunos venham a cursá-la, como já mencionamos anteriormente.

A partir de 2016/1 a disciplina formou turmas praticamente todo semestre, com a exceção de 2009/2, 2011/1, 2017/1, 2017/2 e 2018/1[46]. Ao observamos o Quadro 14, podemos constatar que a disciplina foi ministrada de 2006/1 a 2016/2 pela professora titular Rosina Trevisan M. Ribeiro, que, ao se aposentar em 2017, deixa de ministrar aulas na graduação. Como consequência, a disciplina não foi ofertada pelo Departamento de Projeto de Arquitetura (DPA) da FAU/UFRJ durante três semestres, sendo ofertada novamente somente após concurso público para professor adjunto, cuja vaga é preenchida pela espanhola Maria Ayara Mendo Perez, que ministrou a disciplina

[46] Os dados do Quadro 14 foram extraídos do Sistema da FAU/UFRJ, porém a professora Rosina Trevisan M. Ribeiro afirma que, segundo consulta a seus arquivos pessoais, a disciplina nunca deixou de formar turma desde a sua criação em 2006, até sua aposentadoria em 2017. Assim deixamos aqui registrado esta inconsistência oriunda, provavelmente, de um erro no sistema da FAU/UFRJ.

em 2018/2 com a professora substituta Isabel Lima de Almeida, cada uma em uma turma.

Pudemos observar que o ensino de patrimônio na graduação da FAU/UFRJ foi crescente após a obrigatoriedade, pois talvez tenha despertado o interesse dos alunos para um tema ainda não tinha sido frequentemente abordado nas disciplinas do curso. No entanto, o fato a ser aqui analisado por nós é que a inserção da disciplina neste grupo não abrange a formação de todos os egressos.

Durante os 24 semestres em que a disciplina de "Projeto Executivo de Restauro", designada como optativa de equivalência obrigatória para o currículo mínimo a ser cumprido pelo Projeto Pedagógico vigente da FAU/UFRJ, foi ofertada até hoje, a turma foi formada 20 vezes e capacitou cerca de 380 alunos dos 2.400 que a teriam cursado caso fosse uma disciplina, de fato, obrigatória, permitindo que apenas 16% dos egressos estivessem aptos a trabalhar, na prática, com projetos de restauro.

É evidente que o percentual acima apresentado pode ser um pouco maior se considerarmos que os alunos que desenvolveram seus trabalhos finais de graduação fizeram iniciação científica no tema ou fizeram seus estágios curriculares obrigatórios em empresas ou órgãos públicos especializados na área. Fazemos também aqui uma ressalva acerca dos dados levantados, pois estes podem conter falhas quando da digitação no sistema, o que acreditamos também não impactar de maneira substancial nos quantitativos finais.

Antes de concluirmos uma análise específica do ensino no campo do patrimônio na FAU-UFRJ, vale aqui registrar que as disciplinas de "Arquitetura no Brasil" I e II se mantiveram vivas na matriz curricular, mesmo quando esta deixa de ser obrigatória em 1994, o que de certa maneira fundamenta e demonstra a nossa herança cultural arquitetônica, mas deixa a cargo do docente sua relação com a preservação. Nas disciplinas "Ateliê Integrado" I e II, a FAU propõe uma estrutura acadêmica vinculada à direção da FAU composta por quatro disciplinas, com a participação dos Departamentos. Em "Ateliê I", disciplina do 4º período, os alunos devem, segundo os objetivos do site da FAU, desenvolver "Síntese dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas obrigatórias da área escolhida pelo aluno para desenvolver o trabalho final"[47].

[47] Disponível em http://www.fau.ufrj.br/disciplinas/. Acesso em: 20 mai. 2021.

Neste Ateliê, estão envolvidos o Departamento de Projeto de Arquitetura (DPA), Departamento de Urbanismo e meio ambiente (DPUR), Departamento de História e Teoria (DHT) e Departamento de Análise e Representação da Forma (DARF).

Em "Ateliê II", disciplina do 8º período, os alunos devem, segundo os objetivos do site da FAU, desenvolver:

> Fundamentação conceitual Arquitetônica e Urbanística. Compatibilização do projeto arquitetônico com projeto urbano e paisagístico das áreas externas públicas e privadas. Projetos de grande escala com usos diversos, Teoria do projeto: conceituação dos mecanismos projetuais adstritos ao nível da disciplina. Relações entre domínio privado/público; entre o espaço livre e edificado: revitalização urbana em área consolidada. Transformação de usos. Preservação e renovação. Qualidade ambiental e paisagem urbana infraestrutura básica, equipamentos comunitários, sistema viário e transportes. Acessibilidade; Formas de gestão do projeto urbano.

No 8º período os alunos estão cursando a disciplina de "Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural" (CRPC), porém nem esta disciplina nem nenhuma outra do DHT está associada à "Ateliê 2", ficando apenas as disciplinas do DPA, DPUR e DARF, na composição desta.

Não encontramos nas ementas ou planos de aula de "Ateliê II" nem em outras publicações subsídios que comprovem o alinhamento deste com o ensino de patrimônio. Em conjunto a isso, o fato da disciplina que ministra o conteúdo obrigatório, CRPC, no 8º período, não fazer parte da estrutura desse ateliê não nos permitiu concluir a efetiva contribuição deste no ensino do patrimônio.

Assim, os dados aqui levantados, demonstram que, mesmo a UFRJ, de grande tradição e relevância no campo da formação de arquitetos e urbanistas no Brasil, que em 2020 recebeu a nota 5, máxima do ENADE, não trata com a transversalidade necessária o tema da preservação do patrimônio edificado na formação de seus egressos, tornando a questão ainda mais preocupante. Entendemos, porém, que, embora o conteúdo ministrado no curso não esteja adequado ao que entendemos como o mínimo a ser ministrado, de acordo com as DCNs vigentes, que, como vimos, não especifica diretrizes e carga horária mínima para o referido conteúdo, a UFRJ atende aos requisitos vigentes.

3.4.2 A EAU/UFF

- **Projeto Pedagógico do Curso**

A Escola de Arquitetura da UFF é a quarta mais antiga do Estado do Rio de Janeiro. Segundo apontado no projeto pedagógico, a escola possui, historicamente, uma forte referência pedagógica através de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de Projeto, Teoria e História da Arquitetura e Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural.

Segundo o PPC, o objetivo maior de formação da escola está voltado para o estudo e soluções das complexidades e contradições que envolvem as relações territoriais de campos e cidades, com abordagens relativas aos seus processos de formação, produção e ocupação dentro das diversas realidades brasileiras, objetivando formar um egresso generalista, com competências e habilidades necessárias à prática profissional; isto é, apto para criação cultural; desenvolvimento científico, do pensamento reflexivo, da sustentabilidade ambiental; e capaz de perceber o patrimônio arquitetônico, urbanístico e paisagístico como obra de construção e direito coletivos, em consonância com as diretrizes do MEC, ABEA, CAU E UIA/UNESCO.

- **Trabalhos Finais de Graduação**

Os Trabalhos Finais de Graduação (TFGs) na EAU/UFF têm uma formatação muito similar ao que vimos na UFRJ; são desenvolvidos no 10º período, mas no 9º existe a disciplina de "Introdução ao TFG", que trabalha as bases conceituais, de pesquisa e aspectos norteadores para a confecção do Projeto do Trabalho de Final de Graduação, antecipando a fase inicial de elaboração do documento que antecede o trabalho final. Segundo o Projeto Pedagógico, a intenção dessa disciplina é garantir trabalhos mais fundamentados, possibilitando um melhor resultado.

Na UFF, não existe uma Midiateca on-line que nos permita levantar dados estatísticos sobre os temas dos TFGs, e, em função da pandemia, não tivemos acesso à biblioteca física para consulta aos trabalhos.

- **Matriz Curricular antes e depois das "Técnicas Retrospectivas"**

A EAU/UFF teve seu curso autônomo de arquitetura regulamentado em 1970, porém aqui analisaremos seus currículos partir de 1976, como demonstra o Quadro 15, pois os dados disponíveis para acesso se iniciam a partir da referida data.

Quadro 15 – Currículos e disciplinas relacionadas ao patrimônio EAU/UFF

CURRÍCULO	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	CARGA HORÁRIA			DISCIPLINAS OPTATIVAS	CARGA HORÁRIA		
		Teóricas	Práticas	Total		Teóricas	Práticas	Total
1976/1 a 1981/1	-	-	-	-	Princípios Teóricos da Preservação do Patrimônio Cultural	60	-	60
1996/1 a 2013/2 e 2014/1 a atual*	Princípios e Conservação de Bens Culturais	45	-	45	Projeto de Intervenções nos Centros Históricos	30	60	90
					Projeto de Intervenções nos Centros Históricos – Conhecimentos Avançados	45	60	105
	Projeto de Restauração	60	60	120	Projeto de Intervenção em Sítios Históricos	30	60	90
					Seminário II – Restauração e Habitação Social	60	-	60

*Com relação às disciplinas obrigatórias e optativas relacionadas ao patrimônio cultural, a UFF não fez nenhuma alteração na matriz curricular nos currículos após a Portaria nº 1770 de 1994.
Fonte: Dados dos apêndices G, H e I

Assim como na UFRJ, na UFF pudemos constatar, conforme demonstrado nos Apêndices D, E e F e o Quadro 15, que, antes da obrigatoriedade imposta pela Portaria n.º 1770, de 1994, o ensino de patrimônio se dava apenas por uma disciplina optativa denominada "Princípios Teóricos de Preservação do Patrimônio Cultural", cuja carga horária abrangia 60 horas teóricas.

A partir da obrigatoriedade, a UFF tratou o ensino de patrimônio de maneira bastante distinta. As disciplinas que trataram dos conteúdos definido pelo MEC como "Técnicas Retrospectivas" foram: "Princípios da Conservação dos Bens Culturais", com uma carga horária de 45 horas teóricas, e a disciplina de "Projeto de Restauração", com uma carga horária de 120 horas, sendo 60 horas teóricas e 60 horas práticas. Ainda nesse currículo, a UFF passou a oferecer outras quatro disciplinas optativas, permitindo um maior aprofundamento aos alunos interessados em aprimorar seus conhecimentos nos temas relacionados ao patrimônio cultural.

No currículo vigente, a UFF manteve as disciplinas obrigatórias e optativas do currículo anterior, inclusive, sem alterar suas cargas horárias.

- **Análise das ementas das disciplinas**

De acordo com as ementas, a disciplina teórica, não obrigatória, do primeiro currículo, "Princípios Teóricos da Preservação do Patrimônio Cultural", abordava:

> A obra arquitetônica e o espaço urbano como bens culturais. O sentido de preservação do patrimônio cultural. Evolução da noção de monumento e dos conceitos de preservação. renascimento e barroco. Arqueologia e neo-classicismo. Racionalismo francês e restauração estilística. Romantismo inglês e a crítica à restauração. A escola italiana e o restauro científico. A internacionalização de critérios: da carta de Atenas à de Veneza. O pós-guerra e a reconstituição do ambiente urbano. (EAU/UFF, 1976, n. p.).

A partir da reformulação do currículo e da obrigatoriedade do ensino de patrimônio, a disciplina teórica obrigatória, "Princípios e Conservação de Bens Culturais", descreve em sua ementa:

> Conceitos de monumento histórico e artístico, bem cultural e ambiental. Conceitos e instrumentos aplicáveis à conservação e restauração de bens culturais. História da conservação, proteção e restauração do patrimônio cultural. As diversas teorias de restauração. As cartas patrimoniais. Os Marcos legais de proteção ao patrimônio cultural. Do monumento isolado ao centro histórico. Entornos. A preservação dos bens culturais hoje: significados e instrumentos. (EAU/UFF, 1996, n. p.).

Complementar à teórica, a disciplina prática obrigatória, "Projeto de Restauração", trata das metodologias necessárias às especificidades do projeto de restauração de edifícios e sítios de valor cultural. Fazem parte do escopo descrito em sua ementa:

> Metodologia de estudo para projetar em edifício e sítios de valor cultural. Pesquisa histórica. Inventário e documentação. Pesquisa direta. Levantamento arquitetônico. Mapeamento de danos. Prospecções. Identificação, diagnóstico e proposição de terapia para tratamento dos elementos construtivos e estruturais. Projetar no existente. Revitalização e adaptação de edifícios. (EAU/UFF, 1996, n. p.)

Desta forma, diferentemente do que vimos na UFRJ, a UFF já cumpre as demandas levantadas pela ABEA em 2001 e 2019, desde 1996, permitindo, numa análise preliminar, uma formação mais completa dos seus egressos, que obrigatoriamente cursam uma disciplina prática de "Projeto de Restauração".

Ainda assim, aprecem na grade disciplinas optativas na área de patrimônio, um total de quatro, que tratam principalmente da escala urbana do patrimônio; sítios e centros históricos, trabalhando estudos de caso nacionais e internacionais, analisando e elaborando metodologias de intervenção, que também incluam a inserção da arquitetura contemporânea.

3.5 Outras análises sobre o ensino do patrimônio em algumas Escolas de Arquitetura e Urbanismo

Renato Bonelli definiu "restauração" como um ato de cultura e tratou das dificuldades do que chamou de "restauro urbanístico na Itália" entre as décadas de 1960 e 1980. Quando se fala da preservação do patrimônio dentro das Escolas de Arquitetura e urbanismo, estamos tratando de cultura, de respeito pela manutenção da história e do patrimônio cultural de municípios, estados, países e até mesmo continentes. A consciência da preservação dos edifícios e das cidades precisa estar presente nos profissionais que agem sobre estas e das sociedades que ali habitam. Nesse sentido, Bourdieu (1996) afirma que "a cultura é o conteúdo substancial da educação, sua fonte e sua justificação última […] uma não pode ser pensada sem a outra".

Se nas Escolas de Arquitetura e Urbanismo a preservação não for um constante diálogo entre o novo e o pré-existente, teremos uma ausência de diálogos entre o antigo e o contemporâneo; ou seja, as discussões que giram entorno deste constante confronto na malha urbana ficarão restritas.

As disciplinas obrigatórias voltadas ao tema da preservação, em geral, possuem carga horária baixa, insuficientes para discussões das teorias de conservação e restauração, o que torna praticamente impossível (como vimos no caso da UFRJ) trabalhar as teorias clássicas, preconizadas por Viollet le Duc e John Ruskin, passando por Lucca Beltrami, Alois Riegl, Gustavo Giovannonni, Camilo Boito e Cesari Brandi e ainda conseguir chegar aos aspectos mais contemporâneos analisados por Paolo Marconi, Giovanni Carbonara, Marco Dezzi Bardeschi, Salvador Munhoz Viñas, entre outros teóricos que aproximam as questões do restauro e da preservação das cidades e dos monumentos da arquitetura e cidades contemporâneas.

Tal fato pode ser comprovado na pesquisa de Silva (2012, p. 168, 348-351), na qual, ao elencar a bibliografia utilizada nos planos de aula das disciplinas relacionadas a patrimônio nos cursos de Arquitetura na UFRN, UFPE, UFRJ, UNB, USP, UFBA, UFMG e UFRGS, que foram as IES por ele analisadas, os autores contemporâneos supracitados não aparecem. Essa teorização é historiográfica, mas não reflexiva, pois não discute a contemporaneidade e acaba por não instrumentalizar o jovem arquiteto para a crítica e a autocrítica projetual, causando problemas na sua formação e atuação profissional no campo do patrimônio cultural.

Pesquisadores e teóricos da restauração no Brasil, como Beatriz Kühl, defendem a importância da teorização como ferramenta de conhecimento e de construção de habilidades e competências para desenvolvimento de um bom projeto, principalmente na área de preservação do patrimônio: "[…] os instrumentos teóricos que deveriam reger as ações práticas –, para circunscrever os próprios objetivos da intervenção, repercutindo na escolha dos meios técnico-operacionais necessários para alcançá-los". (KÜHL, 2009, p. 1).

É justamente essa escassez da teoria para consolidação da boa prática que pode apontar para uma das causas dos problemas do bacharelado em arquitetura e urbanismo. As 3.600 horas de conteúdos mínimos previstos para os cursos só conseguirão tratar dos elementos necessários à formação do arquiteto apto à ação com relação ao patrimônio quando o tema for integrado de forma consistente na grade curricular, bem como é feito com os conteúdos de planejamento urbano, sustentabilidade, novas tecnologias, ou quando tiver estipulada uma carga horária mínima para as disciplinas teóricas e práticas relacionadas ao patrimônio cultural dentro das DCNs.

O que aqui buscamos comprovar é que, enquanto o patrimônio for encarado, na graduação, como um cumprimento legal pautada no "milagre das Técnicas Retrospectivas", continuaremos apontando para os mesmos problemas do passado.

É importante frisar que não se trata da formação de especialistas, que no futuro podem ou não buscar uma formação complementar, mas da formação integral do arquiteto com conhecimentos mínimos para elaborar, dirigir e executar um projeto de restauração em monumentos e conjuntos históricos, e/ou da formação de profissionais conscientes da importância da memória cultural da cidade e dos edifícios históricos, com subsídios para o tratamento da nova arquitetura (contemporânea) inserida na malha urbana, junto aos monumentos e/ou conjuntos históricos, profissionais éticos e cientes de suas atribuições profissionais e de seus compromissos com a sociedade.

> Preserva-se hoje por razões de cunho cultural – pelos aspectos formais, documentais, simbólicos e memoriais – científico – pelo fato de os bens culturais serem portadores de conhecimentos em vários campos do saber-, e ético – por não ter o direito de apagar os traços de gerações passadas e privar as gerações futuras da possibilidade de conhecimento de que esses bens são portadores. (KÜHL, 2009, p. 2)

São muitas as reflexões profissionais e acadêmicas sobre o tema. Atualmente, as discussões éticas sobre o ensino de patrimônio vêm se dando de forma mais intensa.

Com relação à análise específica da UFF e da UFRJ, nossa pesquisa observou, no que tange ao ensino do patrimônio, que as abordagens são diversas, e, nos dados levantados nas universidades, observamos que os desdobramentos das discussões e do ensino obrigatório se deram de formas distintas.

A UFF desmembrou as "Técnicas Retrospectivas" em duas disciplinas obrigatórias para todos os alunos, trabalhando os conceitos teóricos e a prática projetual, enquanto a UFRJ tratou a obrigatoriedade através de uma disciplina teórica com uma carga horária baixa, de 30 horas aula, deixando de fora as discussões teóricas e críticas da contemporaneidade e o ensino prático de projeto na área, uma vez que a disciplina projetual ofertada não é obrigatória.

Durante a nossa pesquisa, citamos inúmeros outros trabalhos de pesquisa em outras regiões do país que detectam outros problemas e disparidades relacionadas ao ensino do patrimônio, o que sustenta a real necessidade de uma revisão dos conteúdos mínimos que vêm sendo ensinados nas IES brasileiras.

A partir do ano 2000, o ensino de patrimônio nas Escolas de Arquitetura e Urbanismo ganha representatividade maior em eventos não apenas relacionados a ABEA, ou a congressos e seminários especializados na área; um exemplo é o que ocorre no Seminário Projetar, que, desde sua primeira edição, em 2003, vem tratando o tema com muitos trabalhos publicados. Sua quinta edição, ocorrida entre 24 e 26 de outubro 2007, em Porto Alegre, com o título *O moderno já passado, o passado no moderno – reciclagem, requalificação, rearquitetura*, publica inúmeros artigos que ainda hoje servem de embasamento para muitas pesquisas relacionadas ao ensino do patrimônio nas Escolas de Arquitetura, seja através da teoria, seja através da prática projetual.

A professora Maria Cristina Schicchi (2007), da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, publicou nos *Anais* do III SEMINÁRIO PROJETAR O TRABALHO: *Ensino de projeto e preservação: reflexões e práticas didáticas*, um

relato de suas experiências como docente na PUC de Campinas à frente da disciplina "Projeto e Patrimônio" e como orientadora de Trabalho Final de Graduação, destacando a importância da abordagem do tema patrimônio em disciplinas diversas da grade curricular, falando com mais ênfase a respeito do planejamento urbano. A pesquisadora também trata da importância da pesquisa de iniciação científica na graduação, abordando o tema e dando subsídios teóricos para o conteúdo das disciplinas vigentes do curso. Ela conclui seu artigo deixando clara a necessidade da aderência mais enfática do tema patrimônio na grade curricular como um todo, ponto que estamos destacando ao logo deste trabalho.

> […] Concluo afirmando que, ainda que não se tenham estabelecido parâmetros nacionais para os conteúdos das disciplinas que abordam a preservação urbana e arquitetônica nos currículos de arquitetura, as experiências resultantes das diversas disciplinas já em andamento, se pensadas no conjunto, poderiam fornecer o corpo de conteúdos básicos para tal, nos aspectos que possam contribuir para a formação específica do arquiteto, sem perder do horizonte o caráter de sua formação generalista. Em contrapartida, seria importante que continuasse possibilitando as ênfases necessárias de conteúdo, diferenciadas de contexto para contexto.
> Entretanto, sem a intenção de generalizar ou apontar direções, como afirmei no início, a partir de nossa própria experiência, sugiro que tenham como diretriz comum a culminação deste aprendizado na abordagem a partir do exercício de intervenção de projeto, como forma de garantir para a formação dos alunos a necessária síntese entre teoria e prática, proposta nas diretrizes aprovadas.
> E, finalmente, é possível antever que o projeto de intervenção sobre contextos históricos assim formulados, por si só, pode ser um laboratório constante para o surgimento de novos procedimentos de ensino de projeto, envolvendo tecnologia de conservação, de construção, história e teoria da preservação como disciplinas integradas ao desenho, sem prejuízo para o aprendizado destes conteúdos também em disciplinas específicas e autônomas (SCHICCHI, 2007, p. 27).

Schicchi (2007) aponta a importância da abordagem multidisciplinar do patrimônio na grade curricular de todo o curso de Arquitetura e Urbanismo, de forma que estes estudantes saibam intervir na malha antiga ou nos edifícios históricos, atendendo aos desafios dos arquitetos contemporâneos e de suas futuras gerações.

No mesmo Seminário, os professores da UFRN, Maísa Veloso e Heitor Andrade, apresentam o trabalho: *Ensinar a projetar no construído: uma experiência didática*, que trata de uma análise dos resultados e das narrativas metodológicas implantadas no novo currículo do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN. Um ponto a ser destacado neste trabalho é a reflexão sobre o perfil dos alunos e o necessário despertar cultural dos objetos a serem analisados. Segundo os professores:

> No plano acadêmico, principalmente no caso aqui apresentado, uma dificuldade reside no fato de que muitos dos alunos não têm vivência cotidiana em ambientes históricos, em especial os pré-modernistas, e, portanto, não são em geral familiarizados nem com sua essência, nem com suas características formais e técnico-construtivas, ao contrário do que ocorre com projetos e edificações modernas ou contemporâneas, que são por eles mais diretamente vivenciados no dia-a-dia ou em um passado recente. (ANDRADE; VELOSO, 2007, p. 5).

Nas ações metodológicas, os docentes narram os processos de inventários que são executados pelos alunos para que contextualizem e vivenciem a arquitetura do passado, ferramenta amplamente utilizada por Dora Alcântara como vimos no capítulo anterior.

Outro ponto de suma importância apontado neste trabalho é a íntima relação entre teoria e prática projetual, que, no campo da preservação, devem ser indissociáveis, de forma a evitar interpretações não fundamentadas de conceitos e teorias aplicadas de forma literal.

> A relação entre a teoria e a prática é outro ponto que merece destaque na experiência de integração do sétimo período. Os conteúdos teóricos – métodos e conceitos – são aplicados e verificados no exercício projetual desde a leitura técnico-comunitária da área escolhida até etapa propositiva. (ANDRADE; VELOSO, 2007, p. 18)

É a partir da compreensão da teoria e da análise crítica dos objetos de estudos, alvos de uma futura intervenção, que o profissional se tornará apto a propor soluções pautadas na ética e no bom senso.

> Então, se projetar é modificar, no caso do patrimônio histórico edilício, ensinar essa temática é sobretudo dirigir o olhar de forma sincrônica para dois planos – o concreto (o existente) e o abstrato (o que ainda virá a ser) e diversas temporalidades – o passado e o presente, com vistas a permanência no futuro. É integrar o antigo e o novo numa só materialidade, com o conhecimento e as ferramentas do presente. Por fim, é resolver uma equação: onde termina a conservação e começa a ação modificadora, sem ameaçar a unidade histórica, estética e morfológica do objeto trabalhado. (ANDRADE; VELOSO, 2007, p. 5)

No mesmo seminário, a professora Maísa Veloso apresenta um outro trabalho intitulado *O moderno no passado: projetos de reusos adaptativos como estratégia de conservação do patrimônio histórico edificado*. Neste, ela aponta a necessidade da abordagem dessas adaptações nas Escolas de Arquitetura e urbanismo, pois a prática da

adaptação dos antigos edifícios a novos usos vem ganhando espaço no exercício profissional, mas, ao mesmo tempo, demonstrando aspectos negativos pelo despreparo na formação.

> A reutilização de edifícios históricos é uma práxis cada vez mais recorrente no Brasil e no mundo, sobretudo nas grandes cidades, onde praticamente não há mais estoques de áreas livres para novas intervenções, a não ser pela demolição do patrimônio edificado pré-existente ou pela sua reciclagem, requalificação, reconversão ou retrofit. E tão variadas quanto as expressões utilizadas, muitas vezes indistintamente, para designar estes processos, são as formas de intervenção por meio de projetos de reusos, não raro concebidos e realizados por profissionais sem uma formação especializada para atuação neste campo específico. (VELOSO, 2007, p. 8)

Redigida no encontro acontecido em Tóquio em 2011, a *Carta para Formação dos Arquitetos* da UNESCO/UIA enfatiza que:

> […] os educadores devem preparar os arquitetos para desenvolver novas soluções para o presente e para o futuro, porque o novo tempo vai trazer com ele importantes e complexos desafios devido à degradação social e funcional em muitos assentamentos humanos. Estes desafios incluem urbanização global e um consequente esgotamento em ambientes já existentes, uma grave escassez de habitação, serviços urbanos e infraestrutura social, e a crescente exclusão de arquitetos em projetos relacionados com o ambiente construído. *Que a arquitetura, a qualidade das construções e sua integração harmoniosa no seu ambiente circundante, o respeito pelas paisagens naturais e urbanas, bem como o patrimônio cultural coletivo e individual são questões de interesse público*. (UNESCO/UIA, 2011, n. p., grifo nosso)

É desafio do arquiteto contemporâneo repensar a cidade, o espaço urbano e tudo que nele está inserido – paisagens naturais que devem ser preservadas, transporte público de qualidade, novas arquiteturas sustentáveis, emblemáticas de seu tempo –, mas também um olhar mais apurado sobre o antigo, com juízo de valor, buscando resgatá-lo para as gerações do presente e do futuro, propondo-lhes novos papéis sociais, novos usos.

Ana Paula Farah, em sua tese, defendida em 2012, fala da situação do ensino de patrimônio nas Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Estado de São Paulo e faz uma breve análise comparativa entre os conteúdos ministrados a respeito do tema na FAU USP, na PUC Campinas e na Universidade Paulista – UNIP. Após análise das ementas, PPCs, corpo docente e carga horária dos cursos, conclui que:

> Algumas questões […] a respeito dos cursos escolhidos para análise – a falta de articulação entre os conhecimentos oferecidos em várias disciplinas, a simplificação de conteúdos, a falta de fundamentação teórica, a insuficiência

> de instrumentos metodológicos e práticos, a não repercussão dos ensinamentos teóricos em exercícios práticos – podem ser estendidas a outras escolas que formam arquitetos-urbanistas em todo o país. Isso não significa que alguma tenha todos os problemas apontados, mas as dificuldades aparecem em maior ou menor grau nas variadas escolas. (FARAH, 2012, p. 258).

Silva, em sua tese defendida em 2012, busca analisar as abordagens que vêm sendo dadas, em algumas IES do Brasil, no ensino de projeto em áreas consolidadas de patrimônio cultural. Silva (2012) expõe um panorama claro de algumas questões recorrentes em outras pesquisas quando fala que:

> Em síntese, o embasamento esperado para o estudante aprender a projetar em ACPC (Áreas Consolidadas de Patrimônio Cultural) está fundamentado em três pilares: a história (arquitetura e urbanismo); a teoria (restauro, requalificação, revitalização, reabilitação); e a técnica (retrospectivas e contemporâneas). Trata-se, portanto, de uma relação (projeto/patrimônio) complexa e multidisciplinar. A referida complexidade do projeto em ACPC, certamente, está relacionada com o caráter multidisciplinar da matéria, que demanda uma ampla capacidade de síntese e articulação de variáveis em diferentes formatos e naturezas, além de habilidades e criatividades para abstrair e expressar valores e significados importantes neste tipo de projeto.
> Constatamos que, por um lado, em algumas instituições pesquisadas, os conteúdos do patrimônio cultural integram praticamente toda a estrutura curricular, o ensino do projeto em ACPC acontece através de várias disciplinas essencialmente teóricas, como aquelas ligadas às teorias e histórias da arquitetura e urbanismo, podendo o exercício projetual ser ou não tratado em disciplinas de projeto que, por ventura, escolham temáticas ligadas ao patrimônio cultural. Por outro lado, temos as instituições, que são maioria em nosso levantamento, que assumem o ateliê de projeto como espaço oficial de síntese e aplicação das questões voltadas para o problema do patrimônio cultural, integrando assim, os conteúdos teóricos do patrimônio cultural com a prática do projeto de forma mais clara. (SILVA, 2012. p. 254).

A última afirmação de Silva (2012), porém, vale algumas ressalvas, pois entendemos que esta análise está muito pautada em suas observações presenciais na UFPE e na UFRN, dado que a análise dos dados obtidos através de relatórios e entrevistas pode gerar alguns equívocos, como no caso da UFRJ, que não consolida em sua estrutura curricular, de forma obrigatória e para todos os alunos, as relações entre teoria e prática projetual no campo da preservação do patrimônio cultural, já que a disciplina prática não é obrigatória.

Monique Lessa Vieira Olimpio, em sua tese defendida em 2020, fala da importância do domínio entre teoria e prática projetual para preservação de áreas e edifícios preservados durante a formação de arquitetos e urbanistas. Em sua pesquisa, fez um levantamento dentre as universidades públicas do Nordeste, buscando apontar

em quais delas existiam indícios da relação entre teoria e prática projetual com temas relacionados às Técnicas Retrospectivas. Analisou os currículos e as ementas encontrados na UFRN, na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) na UFBA, na Universidade Federal do Ceará (UFC), na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), UFPB, UFPE, Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), usando como pesquisa de campo apenas a UFRN e a UFPE. A pesquisadora conclui que:

> Sobre a competência "Refletir criticamente sobre as teorias da conservação, considerando sua aplicabilidade", os alunos da UFRN e UFPE apontaram que, apesar da teoria (fortemente ancorada nas contribuições de Francisco De Gracia) ter contribuído para as decisões projetuais, eles não compreenderam se suas propostas (inserções contemporâneas) eram adequadas sob o aspecto do impacto visual na preexistência de valor patrimonial. Diante de tais observações, ressaltamos que os princípios "Distinguibilidade da intervenção" e "Respeito ao caráter e fisionomia do preexistente de valor patrimonial" devem ser amparados por parâmetros mais claros. Para avaliar o impacto de uma intervenção contemporânea em seu entorno e na edificação objeto de intervenção, sugerimos a necessidade de analisar não apenas se os materiais novos se diferenciam do preexistente, mas também devem ser analisados os seguintes itens: relações de volume, espacialidade, escala, gabarito, forma arquitetônica, cores e padrão de ocupação no lote.
> Assim, é necessário ampliar o debate crítico com exemplos projetuais (apresentados tanto por docentes como por alunos) que incentivem análises, correlacionando os valores patrimoniais de um monumento, conjunto ou sítio com as ações de intervenção. (OLIMPIO, 2020, p. 299)

As afirmações de Olimpio (2020) mais uma vez corroboram com a questão docente e a condução das análises teóricas e práticas (projeto) dentro da universidade, o que, de certa forma, foi constantemente abordado em todos os trabalhos supracitados e nas discussões iniciadas na década de 1980.

Se, por um lado, as universidades e os pesquisadores publicam suas preocupações com esta formação e buscam novas soluções, para que a qualidade dos projetos praticados em áreas ou edifícios que façam parte do patrimônio cultural melhore, as instituições profissionais, como o ICOMOS neste momento, buscam uma aproximação com as universidades, justamente pela preocupação com o futuro deste patrimônio, como veremos a seguir.

4 NOVAS ANÁLISES E ALGUMAS DIRETRIZES SOBRE O ENSINO DE PATRIMÔNIO NAS ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO

Neste capítulo, apresentaremos algumas ações no campo profissional e acadêmico que refletem as preocupações com o ensino do patrimônio nas Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil e, em alguns casos, no mundo.

Instituições não governamentais, como o ICOMOS, vêm se preocupando com a transmissão do patrimônio e a formação dos jovens que serão a geração a cuidar desta salvaguarda no futuro. Para tanto, grupos internacionais como a Rede PHI (Patrimônio Histórico e Cultural Ibero-americano), criada em 2010, surgem com o intuito de unir universidades ibero-americanas e europeias para debater soluções que integrem a preservação às necessidades da sociedade moderna, corroborando com a preservação de nosso patrimônio cultural e sua longevidade.

O Fórum das Universidades, outra recente iniciativa, surge como uma alternativa de aproximação das universidades e associações profissionais, como o ICOMOS, propondo um intercâmbio entre pesquisa e experiências práticas, aproximando os jovens universitários e os professores das ações com relação ao patrimônio, criando um intercâmbio de ideias e garantindo a permanência da consciência sobre a importância da preservação do patrimônio cultural.

Exporemos, então, novos dados levantados pelo Fórum das Universidades; recentes trabalhos acadêmicos, como teses e artigos de congressos; além da Deliberação N.º 77/2019- CEF-CAU/BR, com a nova *Proposta de revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em arquitetura e urbanismo*, a ser submetida ao MEC, que traz alterações significativas no que tange ao ensino de patrimônio.

Traremos uma análise das novas propostas e comentaremos como estas devem ser norteadas na consolidação do currículo, de forma a não mais ter falta de padronização, como ocorreu na primeira tentativa do ensino obrigatório, instituída pela Portaria n.º 1770/MEC, de 1994.

Neste capítulo final, buscamos apontar recentes ações e narrativas com relação ao ensino e à preservação do patrimônio cultural, fechando, através de uma análise crítica, a narrativa historiográfica das bases do ensino do patrimônio cultural nas Escolas de Arquitetura no Brasil.

4.1 O ICOMOS

O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios é uma organização não governamental internacional que reúne profissionais dedicados à conservação de monumentos e locais históricos no mundo e se dedica à promoção da aplicação de teoria, metodologia e técnicas científicas para a conservação do patrimônio arquitetônico e arqueológico. É um órgão consultivo do Património Mundial, que avalia e emite pareceres sobre as nomeações para o patrimônio cultural da humanidade e sobre o estado da conservação de bens.

Tem como missão promover conservação, proteção, uso e valorização de monumentos, centros urbanos e locais, sendo uma associação de profissionais que atuam no patrimônio cultural, mas que não tem bases acadêmicas nem centros de pesquisa. Ao todo, o ICOMOS Internacional possui 28 comitês científicos internacionais, dentre os quais destacaremos o CIF – International Training Committee, já mencionado no capítulo anterior.

O papel do ICOMOS é reconhecido internacionalmente, e suas Linhas de Orientação sobre a Educação e a Formação em Conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios Históricos (ICOMOS, 1993, p. 266) servem de base para estudos e análises a respeito da formação de mão de obra qualificada na ação frente à preservação do patrimônio cultural.

Especialmente no que se refere à formação de arquitetos e urbanistas, durante nossa pesquisa, verificamos que Instituições que promovem a acreditação de cursos de especialização e pós-graduações em alguns países da Europa, como o RIBA (*Royal Institute of British Architects*) e o RIAS (*Royal Incorporation of Architects in Scotland*), fazem menção às Linhas de Orientação sobre a Educação e a Formação em Conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios Históricos do ICOMOS como requisitos mínimos para que o arquiteto se habilite no trato do patrimônio cultural.

> O RIBA *Conservation Register* está aberto a qualquer arquiteto registrado que possa demonstrar uma compreensão da filosofia de conservação e o nível apropriado de competência nas quatorze áreas de habilidade especializada detalhadas nas Diretrizes do ICOMOS.
> A capacidade de compreensão e aplicação das Linhas de Orientação sobre a Educação e a Formação em Conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios Históricos (1993) é fundamental para que este profissional possa obter o RIBA *Conservation Register*. (RIBA, 2014, p. 9, tradução nossa).

No Brasil, Olimpio (2020) embasou sua tese na aplicação das linhas de orientação do ICOMOS para propor uma matriz curricular nova para as Escolas de Arquitetura no Brasil.

O documento da CIF do ICOMOS (1993) é bastante abrangente e levanta catorze pontos básicos que a educação e a formação para conservação devem legar aos profissionais aptos a trabalhar com o tema. Aqui, destacamos cinco pontos, que estão diretamente ligados à capacitação profissional dos arquitetos e urbanistas.

> […] b. compreender a história e a tecnologia dos monumentos, dos conjuntos ou dos sítios para definirem a sua identidade, o plano para a sua conservação, e interpretar os resultados desta investigação;
> c. compreender o enquadramento de um monumento, de um conjunto ou de um sítio, os seus conteúdos e vizinhanças, em relação a outros edifícios, jardins ou paisagens;
> f. diagnosticar as causas intrínsecas e extrínsecas da degradação, como base para uma ação apropriada;
> g. inspecionar e fazer relatórios inteligíveis para leitores não especialistas, sobre monumentos, conjuntos e sítios, ilustrados por meios gráficos tais como desenhos e fotografias;
> k. dar parecer especializado sobre estratégias de manutenção, sobre políticas de gestão e sobre o enquadramento da política para a proteção e preservação ambiental dos monumentos e dos seus conteúdos, assim como dos sítios; […]. (ICOMOS, 1993, p. 3, tradução nossa).

Outro ponto a ser destacado no documento é a afirmação de que:

> São possíveis muitos métodos satisfatórios para se conseguirem as necessárias educação e formação. As variantes dependem das **tradições** e das **legislações**, assim como do contexto econômico e administrativo de cada região cultural. Deve ser encorajada a troca ativa de ideias e de opiniões, entre instituições em nível nacional e internacional, sobre novas abordagens à educação e à formação. É essencial, para o sucesso destas trocas, existir uma rede de colaboração entre indivíduos e instituições. (ICOMOS, 1993, p. 4, grifo nosso)

Esta questão corrobora com a importância da relação entre teoria e prática dentro e fora das universidades, abrangendo o campo profissional e a troca de experiências regionais, nacionais e internacionais no campo, criando uma rede colaborativa que ajuda na salvaguarda do patrimônio cultural nas diversas esferas de sua proteção.

Talvez, no caso brasileiro, tenhamos nestas duas palavras a explicação de parte dos nossos problemas e a relevância das reflexões que aqui fazemos: **tradições** e **legislações**. Somos um país com pouca **tradição** no ensino de patrimônio nas Escolas de Arquitetura e Urbanismo, no entanto temos uma **legislação** que faz dos graduados,

arquitetos e urbanistas do Brasil os profissionais habilitados para as ações projetuais com relação a essa frente.

Outro documento publicado pelo ICOMOS e de relevante análise para nosso trabalho, uma vez que envolve a formação do arquiteto e urbanista e as universidades, é o intitulado: *Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos* (ICOMOS, 2011).

O documento foi elaborado pelo CIVVIH (Comité Internacional sobre Cidades Históricas) do ICOMOS, que atualizou as abordagens e considerações contidas na *Carta de Washington* (1987) e nas Recomendações de Nairóbi (1976), redefinindo objetivos, atitudes e ferramentas necessárias, tendo em consideração a evolução significativa das definições e metodologias relacionadas com a salvaguarda e gestão de cidades e áreas urbanas históricas. As atualizações propostas são totalmente relacionadas às atribuições profissionais dos arquitetos e urbanistas no Brasil.

As dificuldades conceituais e operacionais que envolvem o restauro urbanístico já preconizado por Renato Bonelli (1995) e abordadas em inúmeras cartas e documentos internacionais discutem a necessidade de preservar a arquitetura do passado, mantendo ainda vivas as cidades, permitindo que estas se mantenham sustentáveis, acessíveis e habitadas.

> A arquitetura deve ser vivida, deve ser habitada, para ser plenamente vivida, e isso de alguma forma a coloca em paralelo com a música, que deve ser lembrada materialmente a cada vez que é reproduzida ao público, para ser verdadeiramente percebida. (MARCONI, 2002, p. 28, tradução nossa).

Saber lidar com passado e com o presente são condições primordiais para que as cidades não se degradem ou apaguem as marcas de seu passado, como bem disse Marconi (2002). A presença da contemporaneidade, seja através da inclusão de uma nova arquitetura, seja através de adaptações urbanas como mobiliário ou meios de transporte, são necessárias para manter vivas e sustentáveis nossas cidades do passado e do presente. Existirão profissionais que irão se especializar e trabalhar integralmente com a preexistência, no entanto o campo de trabalho do arquiteto e urbanista é amplo, e, por isso, os Princípios de La Valleta, se preocupam em alertar para os cuidados necessários à compreensão da preservação pelos arquitetos e urbanistas da contemporaneidade.

> A introdução de elementos arquitectónicos contemporâneos deve respeitar os valores do local e a sua configuração. Tal pode contribuir para o enriquecimento da cidade, mantendo vivo o valor da continuidade urbana. A base de intervenções arquitectónicas adequadas (em termos espaciais, visuais, intangíveis e funcionais) deve ser o respeito pelos valores, padrões e estratos históricos. A nova arquitectura deve ser consistente com a organização espacial da zona histórica e respeitar a sua morfologia tradicional, ao mesmo tempo que representa uma expressão válida das tendências arquitectónicas do seu tempo e lugar. Independentemente do estilo e expressão, toda a nova arquitectura deve evitar os efeitos negativos de contrastes drásticos ou excessivos e de fragmentação ou interrupções na continuidade do tecido e do espaço urbanos. Deve ser dada prioridade a uma continuidade da composição que não afecte adversamente a arquitectura existente e, ao mesmo tempo, que permita uma criatividade exigente, abraçando o espírito do lugar. *Os arquitectos e os urbanistas devem ser incentivados a adquirir uma compreensão profunda do contexto urbano histórico*. (ICOMOS, 2011, p. 5, grifo nosso).

A preocupação da inserção da arquitetura contemporânea terá um tópico específico dentro do documento, atualizando o que já havia sido preconizado pelas *Recomendações de Nairóbi* em 1976.

> Uma análise do contexto urbano deveria preceder qualquer construção nova, não só para definir o carácter geral do conjunto, como para analisar as suas dominantes: harmonia entre alturas, cores, materiais e formas, elementos constitutivos do padrão das fachadas e dos telhados, relações entre os volumes construídos e os espaços, assim como as proporções médias e a implantação dos edifícios. Uma atenção especial deverá ser prestada à dimensão dos lotes, pois qualquer reorganização do parcelário poderá resultar numa alteração de massa prejudicial à harmonia do conjunto. (UNESCO, 1976, n. p.)

Alguns princípios da Recomendação de Nairóbi são reafirmados e apontados sob uma ótica distinta, mas com a mesma preocupação décadas mais tarde pelos *Princípios de La Valleta*.

> Perspectivas, pontos de vista, pontos focais e corredores visuais são partes integrantes da percepção dos espaços históricos. Devem ser respeitados em caso de novas intervenções. Antes de qualquer intervenção, o contexto existente deve ser cuidadosamente analisado e documentado. As perspectivas, quer sobre quer a partir de novas construções, devem ser identificadas, estudadas e organizadas. A introdução de um novo edifício num contexto ou paisagem históricos deve ser avaliada de um ponto de vista funcional e formal, especialmente quando se destina a novas atividades. (ICOMOS, 2011, p. 10).

As recomendações referendadas pelo documento do ICOMOS corroboram com a já declarada preocupação dos técnicos da Fundação Nacional pró-Memória ainda em 1981 (BICCA, 1981), 40 anos atrás, quando anteviam a preconização da nova

arquitetura em detrimento da preservação da memória cultural das cidades e dos seus edifícios. O documento do ICOMOS reafirma a preocupação com a sensibilização da formação do arquiteto e urbanista para as questões da preservação durante sua formação na graduação.

Assim, buscando uma aproximação com a relação ensino, pesquisa e extensão, o ICOMOS criou o chamado Fórum das Universidades. Segundo Oliveira et al. (2019), este é resultado de uma ideia lançada por Gustavo Araoz, então presidente do ICOMOS Internacional, em outubro de 2015, com o objetivo de reunir universidades e outras instituições culturais afins para colaborar com o cumprimento da missão do Conselho. A ideia era agregar a organização formada por profissionais, as universidades e os seus pesquisadores, que uniriam suas visões críticas e capacidade de produzir reflexões, ajudando a desenvolver respostas aos desafios contemporâneos do campo do patrimônio cultural. A criação do Fórum das Universidades seria uma forma das universidades terem acesso às bases concretas do campo de trabalho e ao ICOMOS para desenvolvimento das pesquisas teóricas, metodológicas e técnicas.

Inicialmente o comitê era coordenado por três professores e membros do ICOMOS: Prof. Bertocci, da Universidade de Florença; Prof. Conti, da Universidade de la Plata; e prof. Szmygin, da Universidade Técnica de Lublin, além de 29 consultores *ad hoc* de outras universidades pelo mundo. Segundo Leonardo Castriota (2020), pouco se fez dali em diante, destacando apenas dois *workshops* transdisciplinares: (1) *A comtemporany provocation: Reconstruction as tools of future making*, ocorrido em 2017, em Paris; e (2) *Thinking and Planing the future in heritage management*, ocorrido em Amsterdã, em junho de 2019.

O Fórum Universitário ICOMOS sobre Pensar e Planejar o Futuro na Gestão do Patrimônio, em Amsterdã, Holanda, foi realizado em colaboração com a Universidade de Amsterdã, o ICOMOS Internacional e o ICOMOS Holanda e teve como principal objetivo discutir o que o futuro reserva para o patrimônio, evidenciando seu papel na gestão das relações entre as sociedades presentes e futuras, através da antecipação ou planejamento, e tentando entender: como percebemos o futuro; para que futuro os profissionais do patrimônio estão trabalhando; qual herança será necessária à frente; e como podemos desenvolver a capacidade de pensar no futuro e nos profissionais que atuam ou atuarão no patrimônio mundial.

Segundo informações obtidas no site do ICOMOS, o Fórum Universitário reuniu mais de 50 especialistas em patrimônio mundial atuantes nas universidades e no

mercado profissional para compartilhar seus conhecimentos e experiências relacionados ao futuro, uma oportunidade que permitiu que estudantes e profissionais do patrimônio compartilhassem suas experiências práticas e didáticas.

Nesse mesmo ano, o ICOMOS Brasil aprovou, durante sua assembleia anual, acontecida durante o III Simpósio Científico do ICOMOS Brasil, dois novos comitês: "Profissionais Emergentes" e "Patrimônio Cultural para Novas Gerações", ambos coordenados pelo arquiteto e urbanista Jorge Luís Stocker Júnior, coordenador Adjunto do Núcleo Rio Grande do Sul e representante brasileiro no *Emerging Professionals Working Group* do ICOMOS Internacional. Esses comitês, no entanto, ainda não se encontram atuantes no Brasil.

Concomitantemente ao referido Simpósio, aconteceu o encontro da Rede PHI-Patrimônio Histórico e Cultural Ibero-americano, que hoje trabalha em parceria com o Fórum das Universidades.

Para melhor entendermos a papel da Rede, faremos uma breve descrição do que é a Rede PHI e a participação do Brasil desta, para melhor compreendermos as análises posteriores.

4.2 A Rede PHI (Patrimônio Histórico e Cultural Ibero-americano)

O projeto da Rede Internacional PHI (Patrimônio Histórico e Cultural Ibero-americano) existe desde 2010 e se trata de um acordo multilateral de universidades ibero-americanas e europeias, com relação aos desafios da sociedade moderna. Os países presentes na rede são: Argentina, Uruguai, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, Itália, México, Guatemala, Peru e Portugal.

Segundo a Rede, a crescente mobilidade populacional, o desenvolvimento e crescimento da comunicação podem permitir um maior aproveitamento e legibilidade do patrimônio cultural, promovendo um desenvolvimento inteligente, sustentável e integrado das comunidades culturais da América, África ou Ásia, e por isso propõe uma atuação na área de patrimônio cultural, uma rede formada por universidades de todo o mundo que têm Escolas e Faculdades de Arquitetura internacionalmente reconhecidas.

O pesquisador responsável pela Rede no Brasil é o professor Flávio de Lemos Carsalade, da UFMG, e o responsável pela comissão científica, o professor Paulo Ormindo da UFBA. A Universidade coordenadora da Rede no Brasil é a UFMG, e dela fazem parte as seguintes universidades brasileiras e pesquisadores responsáveis:

- Universidade Federal da Bahia (Salvador/Bahia-UFBa)

Profs. Naia Alban e Rodrigo Baeta

- Universidade Federal Fluminense (Niterói/Rio de Janeiro-UFF)

Prof. José Pessoa

- Universidade Federal de Pelotas (Pelotas/Rio Grande do Sul-UFPEL)

Prof.ª Ana Lucia Costa Oliveira

- Universidade Federal de Pernambuco (Recife/Pernambuco-UFPE)

Prof.ª Natália Miranda Vieira de Araújo

- Universidade Federal de Rio Grande do Norte (Natal/Rio Grande do Norte-UFRN)

Prof. José Clewton

- Universidade Federal de Juiz de Fora (Juiz de Fora/Minas Gerais-UFJF)

Prof.ª Monica Olender

- Universidade Federal do Ceará (Fortaleza/Ceará-UFC)

Prof. Romeu Duarte Jr.

- Universidade Federal de Sergipe (Aracaju/Sergipe-UFS)

Prof. Pedro Murilo Gonçalves de Freitas

Constatamos que, entre outras, UFRJ, USP e UNICAMP ainda não fazem parte da Rede, mesmo sendo universidades brasileiras de grande prestígio nacional e internacional e com uma significativa produção na área de patrimônio, não apenas no campo da graduação, mas da pós-graduação e da pesquisa científica.

No site da Rede, são publicados, pelas instituições integrantes, trabalhos relevantes na área de patrimônio, produzidos como Trabalhos Finais de Graduação, artigos científicos, teses, dissertações e demais trabalhos de pesquisa na área. Os professores/colaboradores de cada universidade fazem as seleções dos estudos de caso a serem inseridos na plataforma, filtram, de todos os trabalhos já produzidos, os da área de patrimônio, e, a partir daí, investigam o desenvolvimento deste, seu conteúdo, as imagens produzidas e afins para avaliarem se estão aptos a serem publicados na Rede PHI.

O número de trabalhos na plataforma varia de acordo com cada universidade, que, entre outras coisas, analisa se o trabalho realizado tem consistência para ser inserido na plataforma e se o aluno tem desejo de participar.

Assim que surgiu a plataforma/Rede PHI, a ideia era que só se publicassem trabalhos práticos, de caráter projetual, sobre intervenção no patrimônio. Porém, no

Seminário acontecido em 2019 no Brasil, as universidades relataram aos membros internacionais o interesse em iniciar a inserção na plataforma os trabalhos dos mestrados profissionais, o que hoje já se estendeu a publicações de trabalhos teóricos, artigos, dissertações e teses, como relatamos anteriormente.

Durante o seminário, fizeram parte das mesas redondas representantes das seguintes universidades brasileiras: UFBA, UFF, UFMG, UFPE, UFS e UFPEL, das quais descreveremos a seguir alguns relatos das experiências e novas abordagens do ensino do patrimônio na graduação.

Dentre essas universidades, UFPEL e UFPE trataram do ensino de patrimônio na graduação de forma mais enfática, relatando suas experiências no passado e no presente – como foi o caso da UFPEL – e apresentando suas novas propostas curriculares com mais ênfase em patrimônio, que estão sendo implantadas na graduação – como foi o caso da UFPE.

A professora Ana Rita Sá Carneiro, da UFPE, mostrou a nova matriz curricular da universidade, apresentando a proposta do curso ano a ano e se aprofundando naquele em que o ensino de patrimônio passa a ser destaque. Explica que o 1º ano passa a ser denominado como a etapa de requalificação; o 2º ano, como a etapa de renovação; o 3º ano, a etapa de urbanização; o 4º ano, como a etapa da conservação; e o 5º ano; como a etapa de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

A etapa na qual a professora se aprofundou e a que nos interessa nesta pesquisa é a ocorrida no 4º ano do curso, quando os alunos cursam as disciplinas obrigatórias de: "Técnicas Retrospectivas", "Tectônica" VII e VIII, "Projeto" VII e VIII, "Planejamento Urbano e Regional" IV, "Projetos" VII e VIII e "Estudos Socioeconômicos e Ambientais" IV[48]. Todos os conteúdos são ministrados de acordo com a temática

[48] Os conteúdos das disciplinas, conforme descrito pela professora Ana Rita Sá Carneiro, são:

- Estudos -Sóocio-Eeconômicos e Ambientais IV: – Teorias teorias sociológicas e espaciais para fundamentar a lógica da produção, uso e apropriação do espaço urbano.;
- Métodos e Técnicas de Pesquisa IV: – Técnicas técnicas de observação, pesquisa documental e indagação para a coleta de informações;.
- Planejamento Urbano e Regional IV: Desenvolvimento desenvolvimento da declaração de significância e análise e autenticidade de um sítio.;
- Projeto VII: – A a disciplina tem como tema central a conservação de objetos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos, segundo as teorias e práticas da conservação integrada e para atender às demandas contemporâneas de uso.;
- Tectônica VII: A a recuperação de edificações históricas. Recuperação e consolidação de estruturas históricas (alvenaria, cobertura e fundações);
- Teoria VII: – Teorias teorias sobre patrimônio histórico, preservação e conservação (Autenticidade, integridade, Significância Cultural);.).
- Técnicas Retrospectivas: – Formulações formulações teóricas do restauro, da conservação e da intervenção no objeto arquitetônico, urbanístico e paisagístico ao longo da história. Questões

voltada ao ensino do patrimônio. Eles denominaram o ano que abrange o sétimo e o oitavo períodos como o ano da Conservação. A nova proposta do curso realiza uma avaliação intermediária integrada das atividades do semestre letivo dedicado à preservação de sítios, paisagens e edifícios históricos, nos quais os objetivos da avaliação são: a integração de conteúdos, o domínio dos ensinamentos das disciplinas instrumentais, conceituais e de integração e uma avaliação final integrada das atividades do semestre letivo dedicado à preservação de sítios, paisagens e edifícios históricos.

Essa proposta é importante do ponto de vista do ensino de patrimônio na graduação. Ao observarmos todo esse movimento de reestruturação curricular, reforçamos a ideia da necessidade não apenas da inserção de uma disciplina curricular isolada nos cursos de Arquitetura e Urbanismo de todo o país, mas, sim, da integralização deste conteúdo nos mais plurais campos de conhecimento do arquiteto, um generalista por formação.

Por outro lado, a UFBA apresentou no seminário apenas relatos da pós-graduação, especificamente do mestrado profissional em patrimônio, que, como já vimos, tem suas raízes no CECRE, que teve e tem um importante papel na formação dos primeiros conservadores e restauradores do Brasil, mas não apresentou nenhum relato sobre a graduação.

Durante as discussões da mesa, a professora Juliana Cardoso Nery foi indagada sobre as questões relativas ao ensino de patrimônio na graduação e explicou que, apesar de toda a tradição da pós no ensino do patrimônio, na graduação tal fato não acontecia, mas que, assim como na UFPE, depois de muitas discussões em colegiado, o bacharelado também estava passando por uma mudança na estrutura curricular vigente, na qual o perfil do egresso também estaria mais vinculado às questões relativas ao patrimônio cultural, tão tradicional na instituição. A professora ainda relatou verbalmente que os Trabalhos Finais de Graduação da UFBA na área de patrimônio,

---

práticas do projeto de conservação, do restauro e da intervenção. Objetivo: Habilitar habilitar o estudante no conhecimento das teorias e técnicas de restauro e de conservação, visando ao projeto de intervenção no edifício e no sítio histórico.

- Projeto VIII: objetivo: elaborar projeto (individualmente) de intervenção urbano-paisagística e arquitetônica para a área de estudo, a partir das intervenções lançadas no período anterior (em grupo).
- Tectônica VIII: a recuperação de edificações históricas. Recuperação e consolidação de estruturas históricas (alvenaria, cobertura, esquadria e fundações).
- Teoria VIII: teorias do projeto de intervenção em monumentos e sítios históricos. Apreensão de teorias, conceitos e pensadores fundamentais ao processo projetual em áreas de conservação urbana, entendendo-as como unidades espaciais e formais que requerem ações específicas garantidoras da conservação e de suas características essenciais. Categorias de análise para construção de novas edificações em sítios históricos.

hoje, não refletem mais do que 1% do total, o que explicaria a inexpressiva participação da universidade na plataforma da Rede PHI.

Percebemos que graduação e pós-graduação podem não caminhar juntas nos perfis de formação, como no caso da UFBA, referência na pós em patrimônio e com pouca expressividade na graduação.

Retomando as relações da Rede PHI e do Fórum das Universidades e sua importância para nossa pesquisa, tivemos acesso aos dados que um Grupo de Trabalho vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) compilou para um diretório web do Fórum Universitário, cujo objetivo foi identificar, globalmente, as principais universidades com programas direta ou indiretamente relacionados com o patrimônio. O projeto piloto dirigido à região ibero-americana, com o apoio dos Comitês Nacionais do ICOMOS, da Rede PHI gerou alguns dados que também contribuem para nossa pesquisa.

Os resultados apresentados pelo grupo de trabalho ao CIF do ICOMOS Brasil são objeto de análises da carga horária da disciplina obrigatória ("Técnicas Retrospectivas") e uma compilação dos dados dos relatórios que foram enviados a alunos e ex-alunos de graduação (ANEXO M) e pós-graduação (ANEXO N) e professores (ANEXO O) de 48 cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo por todo o Brasil, sendo 38 sediados por instituições federais e 10 pelas estaduais[49].

Neste trabalho, nos fixaremos nos dados coletados pela pesquisa referentes à graduação, e não à pós-graduação.

4.3 CIF – Comissão de Ensino e Formação – ICOMOS

O objetivo do CIF é promover a cooperação internacional na área de treinamento e educação na proteção, conservação e revitalização de monumentos e sítios e do patrimônio construído em geral.

O Comitê deve cumprir seus objetivos proporcionando um fórum para o intercâmbio de experiências, ideias, conhecimentos e os resultados de diferentes pesquisas entre instrutores e pesquisadores.

[49] Segundo os pesquisadores, o quantitativo de relatórios respondidos não teve a expressividade esperada, sendo esta análise preliminar que, de certa forma, já aponta um retrato inicial do ensino do tema nas faculdades de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Conforme veremos adiante, isso corrobora com os dados bibliográficos, por nós levantados neste trabalho.

Recentemente, como já mencionamos, foi feita uma pesquisa que levantou um diagnóstico do ensino do patrimônio no Brasil que envolveu a Rede PHI e o ICOMOS. Os resultados serão aqui apresentados e analisados de forma a contribuir com as conclusões deste estudo.

Segundo os resultados apresentados pelo recém-criado CIF Brasil (consolidado na Assembleia Geral do ICOMOS de 2019 em Belo Horizonte), a carga horária atribuída ao conteúdo de patrimônio é considerada insuficiente pelos alunos, o que, segundo eles, reflete negativamente na formação.

> Assim, o relatório concluiu que, no âmbito da graduação, as universidades federais e estaduais dedicam juntas uma média de 84h/aula a disciplinas obrigatórias relacionadas ao patrimônio histórico. Ao serem analisadas separadamente, concluiu-se que a média de horas dedicadas a tais disciplinas chegam a ser 2,1 vezes maior nas universidades estaduais do que nas federais, uma vez que a média da carga horária das primeiras resulta em 149h/aula para 70h/aula das segundas. Ainda de acordo com os resultados obtidos pelos questionários dos alunos e ex-alunos de graduação, observa-se que das 41 respostas obtidas, 51,2% consideram as disciplinas apenas de cunho teórico, enquanto 78% consideram a carga horária de disciplinas voltadas para patrimônio insuficiente.
> […]
> Além disso, 61% dos entrevistados consideram o nível de ensino sobre patrimônio de suas próprias universidades regular para baixo, justificando suas respostas justamente pela pouca diversidade de disciplinas, tanto obrigatórias quanto optativas, pouca carga horária, pouco aprofundamento e pouca prática.
> A pesquisa ainda mostra que por mais que os alunos possuam afinidade com as disciplinas, eles desconhecem as possibilidades do mercado de trabalho no campo patrimonial. Em consequência, 51,2% dos entrevistados não sabem responder se há cursos de pós-graduação voltados para esta área ofertados em suas instituições. (CARSALADE, 2020, no prelo, p. 9-10).

Este levantamento só corrobora com as teses e trabalhos de pesquisa que citamos ao longo do nosso trabalho, como de Farah (2012), Olimpio (2020) e Silva (2012).

Comparando a análise dos estudantes de hoje com a dos estudantes de 1981[50], só podemos acrescentar que, atualmente, em função da obrigatoriedade, eles afirmam terem passado por conhecimentos básicos relacionados ao patrimônio cultural nas Escolas de Arquitetura, porém não demonstram clareza nem segurança na relação da teoria e pouca prática apreendida com as atribuições profissionais na área.

O relatório do CIF conclui que:

[50] Aqui voltamos a nos referir ao Painel de Formação promovido pelo SPHAN Pró-Memória em 1981, no qual os alunos de arquitetura dão seus depoimentos sobre o ensino de patrimônio na faculdade, como já mencionamos no capítulo 2.

> O ensino de graduação *apresenta uma heterogeneidade muito grande de formação na área do Patrimônio Cultural e parece não haver uma referência mais segura do que seja a importância dessa formação e dos requisitos mínimos para garantir sua qualidade*. A simples presença da matéria "Técnicas Retrospectivas" não garante padrões mínimos formativos, até mesmo porque, como salientamos anteriormente, seu nome é vago e insuficiente. (CARSALADE, 2020, p. 11, grifo nosso)

Garantir a preservação de conjuntos e monumentos históricos levando em consideração a relevância das novas arquiteturas e planejamento urbano, discutindo e associando a esses conceitos atitudes como acessibilidade, sustentabilidade, mobilidade urbana, cultura a habitação social vem sendo uma preocupação. Preservar o patrimônio e transmitir o legado dessa memória cultural para a sociedade do futuro é um dos desafios do arquiteto contemporâneo, que também precisa dominar as inovações tecnológicas, os conceitos de sustentabilidade e preservação ambiental e as discussões sociais.

A busca pelo aprimoramento da disciplina de restauro arquitetônico na graduação, que neste trabalho discutimos tanto no conteúdo teórico como no conteúdo prático, deveria embasar e dar subsídios para o tratamento da nova arquitetura na malha histórica. Porém, como analisado por Jokilehto (2006), é preciso reconhecer que as propriedades do Patrimônio Mundial são entidades dinâmicas nas quais os valores culturais e sociais evoluem e não devem ser congelados a tempo para fins de conservação. Porém a continuidade entre o passado e o futuro deve ser integrada em sistemas de gestão que acomodem a possibilidade de uma mudança sustentável, garantindo, assim, que a evolução do valor local do local não seja prejudicada.

Segundo Francisco de Gracia (1992, p. 179), "a cidade é um patrimônio do passado, a ser transferida ao futuro, se possível, melhorada pelo presente". O autor diz que a atividade restauradora permanece notavelmente isolada como especialização disciplinar e expressão de um controle administrativo em relação ao risco de "frivolidade arquitetônica" representada pela prática pós-moderna. Afirma também que a arquitetura contemporânea perdeu a capacidade de intervir nas mesmas condições artísticas que conceberam os edifícios e monumentos históricos e que a própria intelectualidade arquitetônica do século XX criou condições teóricas e ideológicas para desclassificar a arquitetura como Belas-Artes, impossibilitando a criação de uma arquitetura contemporânea homóloga com a antiguidade. Isso, segundo ele, justifica as atitudes defensivas de querer proteger os edifícios históricos de arquitetos que só sabem

atuar a partir de sua formação moderna, a qual caracteriza como “deformação”. (GRACIA, 1992, p. 183)

O autor também enfatiza a importância de serem estabelecidas metodologias de intervenção nos edifícios e centros históricos, reconhecendo suas particularidades, que devem ser estudadas e tratadas projetualmente de forma diferenciada.

> […] intervir é modificar, o impacto de cada intervenção terá de ser avaliado a partir de uma crítica metodológica inicial, visto que a adoção de um critério (método) racional na prática do projeto é uma condição necessária, mas não suficiente. Na verdade, a seleção do critério determina o próprio escopo da modificação. Pode-se argumentar, portanto, que existem tantos tipos de problemas de intervenção nos centros históricos quantos níveis metodológicos podem ser definidos (GRACIA, 1992, p. 177, tradução nossa).

Uma importante reflexão que aqui devemos levantar é que, ao tocarmos, ao longo da pesquisa, nos problemas relacionados à formação do arquiteto e urbanista com relação aos conteúdos relacionados ao patrimônio cultural, nos deparamos a todo momento com a estreita relação entre a teoria e a prática projetual e os problemas relacionados à não consistência formativa, reflexiva e crítica dos arquitetos contemporâneos no que tange a esta não relação. Em 1981, Dora Alcântara, ao responder o questionário enviado pela Fundação Nacional Pró-memória, (Anexo H) afirma que, para melhorar a formação dos arquitetos no tema preservação:

> […] deverá ser no sentido de ampliar o conhecimento da cultura brasileira, especialmente no que é específico da formação do arquiteto, isto é a história da nossa arquitetura, de nossas manifestações artísticas.
> […]
> Pensamos que o conhecimento da arquitetura europeia seja básico para a compreensão da nossa, e com esse enfoque deva ser dado. Isto é, apontando aqueles elementos que nos interessar e apenas este, para que disponhamos de mais tempo para o enfoque de nossos problemas culturais. O conhecimento deste é, do nosso ponto de vista, o embasamento FUNDAMENTAL para responder aos problemas de intervenção. (ALCÂNTARA, [Correspondência], 1981)

O que de fato vimos acontecer foi que, a partir da Portaria n.º 1770/MEC, de 1994, a disciplina “Técnicas Retrospectivas” tornou-se obrigatória, enquanto a disciplina “Arquitetura no Brasil” o deixou de ser, fazendo com que que algumas IES a suprimissem de sua grade – um retrocesso na formação dos jovens arquitetos que supostamente aprendem a preservar uma arquitetura que simplesmente não mais conhecerão.

Segundo Montaner (2008):

> Estruturas da Memória são intervenções contemporâneas que partem de uma certeza: as novas formas devem ser criadas a partir de uma realidade lembrada, de cuja reinterpretação se constrói uma estrutura, ou seja, certas tipologias arquitetônicas, morfologias urbanas e linhas na paisagem. Esta posição entende o ato criativo como resultado de uma análise e de uma reflexão crítica sobre os sistemas e espaços culturais existentes, sobre os estratos de um patrimônio cultural que optou pela consciência histórica moderna. Esses sistemas baseados na memória estão relacionados a um ambiente de símbolos coletivos. Em suma, a premissa é que toda intervenção inteligente na cidade, no território e na paisagem tem a ver com saber interpretar os palimpsestos escritos sobre a matéria insubstituível dos solos e edifícios; com a atualização de certos signos e significados. (MONTANER, 2008, p. 116).

Baseados nas análises e pesquisas até aqui feitas, acreditamos que a falta da teorização afeta a qualidade da prática projetual, seja ela arquitetônica ou urbanística, mimética ou protagônica e compromete a herança cultural de uma cidade, estado e/ou país. Cuidar da formação ética dos profissionais aptos a lidar com o futuro de nossos monumentos e núcleos históricos não é uma questão a ser discutida na pós-graduação no Brasil, pois, como vimos ao longo deste trabalho, qualquer bacharel em Arquitetura e Urbanismo no país, registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, está apto a intervir no nosso patrimônio cultural construído.

Segundo Beatriz Kühl:

> Uma vez que bom senso é algo que não se encontra na prática, é essencial que quem trabalha na área atue com rigor, disciplina e prudência, embasado em coerência conceitual, fundamentada no rigor metodológico próprio às humanidades, que não deve ser confundido, porém, com obsessão metodológica, que leva a uma estagnação estéril do pensamento, algo que não deve jamais ocorrer. Deve-se atuar com a consciência de que é necessário articular os saberes oferecidos pelos vários campos – humanidades e ciências naturais – e com plena ciência da responsabilidade social envolvidas, pois são sempre bens únicos, não repetíveis e que são suporte do conhecimento e da memória coletiva. (KÜHL, 2009, p. 6).

Isso corrobora com as reflexões aqui propostas e nos ajuda a justificar e a embasar as reflexões que fizemos ao longo deste trabalho e que retomaremos em nossas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Exposta a problematização da formação dos graduados em Arquitetura e Urbanismo no Brasil, sob o âmbito da preservação do patrimônio cultural, tentaremos traçar algumas análises relativas aos principais tópicos apontados pelas pesquisas analisadas e pelos dados coletados: (1) ao corpo docente, (2) à carga horária e (3) aos conteúdos mínimos a serem ministrados nas chamadas "Técnicas Retrospectivas", que, como já esclarecemos anteriormente, não diz respeito à uma disciplina e sim ao conteúdo destinado aos conhecimentos de patrimônio cultural para os estudantes da graduação de Arquitetura e Urbanismo.

- **O corpo docente**

Em 1981, quando foi debatido o ensino do patrimônio no Brasil, a formação do corpo docente especializado já era um ponto de discussão. O documento elaborado pelos técnicos da Fundação pró-Memória, em 1981, intitulado *A Formação do arquiteto e a preservação do patrimônio cultural, um diagnóstico sobre o problema da formação dos arquitetos e urbanistas na graduação, nos aspectos relativos à preservação do patrimônio; os principais problemas na formação dos arquitetos no conteúdo relativo à preservação do patrimônio cultural* apontava que os dois principais problemas no ensino eram: a falta de professores especialistas na área, em função do crescimento em massa dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil; e o novo modelo econômico e o crescimento das cidades, que fizeram professores e estudantes pensarem na construção do novo.

O primeiro ponto levantado, dentro de uma ótica contemporânea, pode ser desmembrado em duas análises específicas, uma para as IES públicas e outra para as IES privadas. A maioria das IES públicas contratam, quase que exclusivamente, professores doutores em regime de 40 horas de dedicação exclusiva, enquanto nas privadas esta contratação é, em geral, em regime de hora-aula e a titulação só é relevante para atingir a pontuação mínima exigida pelo MEC, quando do reconhecimento ou avaliação do curso.

Com relação às instituições públicas, em geral, os professores conseguem desenvolver ensino, pesquisa e extensão, além do trabalho em sala de aula, por possuírem estabilidade e uma carga horária que permite o desenvolvimento das

atividades complementares; por outro lado, não se exige, na maioria dos editais dos concursos para contratação, experiência da prática profissional em projetos e/ou obras, o que muitas vezes leva ao cargo pesquisadores, e não profissionais experientes em áreas de atuação especificas como na preservação do patrimônio cultural.

Nas instituições privadas, o regime de contratação é, em geral, de professores horistas, o que permite a estes acumularem as atividades de ensino e da prática profissional. Este aspecto, porém, é negativo, pois eles dependem de uma carga horária exaustiva em sala de aula para garantirem uma remuneração razoável, o que compromete pesquisa e extensão que muitas vezes são exigidas, mas não remuneradas.

> O sistema educacional brasileiro busca garantir que o corpo docente tenha compromisso com o tripé do ensino universitário: ensino, pesquisa e extensão, buscando que o vínculo dos professores vá além dos limites restritos dos horários de aula das disciplinas. Na prática, surgem dois problemas. Por um lado, partes das instituições privadas preocupadas excessivamente com questões financeiras em detrimento das pedagógicas atendem minimamente o exigido para regimes de contratação e titulação e, não raramente, um atendimento cíclico que acompanha os períodos de avaliação, modificando-se radicalmente, para pior, nos intervalos após autorizações, reconhecimentos ou renovações. Assim professores com maior ou menor titulação são contratados ou dispensados de acordo com o ciclo avaliativo. Não é prática geral, mas a incidência compromete o conjunto.
> Nas instituições públicas vem ocorrendo um fenômeno diverso, resultado da restrição na contratação de professores com jornadas de quarenta horas com dedicação exclusiva e com titulação mínima de mestre ou doutor. As duas condições a princípio favoráveis quanto a qualidade de ensino, terminam por afastar mais que o desejável o corpo docente da realidade do mercado. É desejável professores com tempo de dedicação que extrapolem as atividades restritas das aulas, como já se disse, mas, no caso da arquitetura e urbanismo e áreas como direito, medicina, etc. onde se ensina mais que uma ciência um ofício, ao se restringir quase na totalidade do corpo docente a prática do ofício que ele está ensinando, resulta em um afastamento indesejável da realidade profissional. Como proclamava o professor Eduardo Kneese de Melo em antigos eventos da ABEA, o curso ideal deve contar com professores com dedicação diversificada: o arquiteto puro, o arquiteto-professor, o professor arquiteto e o professor puro. Tanto o profissional do mercado trazendo sua experiência quanto o pesquisador buscando novos caminhos e soluções e, no intermédio, professores e profissionais com diferenciado envolvimento proporcionando dinamismo e diversidade de abordagem aos cursos. (MARAGNO, 2013, n. p.)

Assim, podemos argumentar que o perfil do professor à frente dos conteúdos da preservação do patrimônio cultural nas Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil tende a ser bastante diversificado, o que irá impactar num perfil díspar nos egressos das escolas. Nestes casos, poderíamos arguir que existem instrumentos como Projeto Pedagógico, ementas e planos de aula bem estabelecidos, que, mesmo dentro de uma

formação pluralista e menos especializada dos docentes à frente das disciplinas, conseguiriam seguir diretrizes mínimas necessárias à formação.

Alguns problemas, no entanto, começam a surgir quando pensamos nessas ferramentas regulatórias. O primeiro se relaciona à não especificação pelas DCNs vigentes sobre os conteúdos e as cargas horárias mínimas das "Técnicas Retrospectivas" nos currículos das Escolas de Arquitetura e Urbanismo, o que retomaremos de forma mais abrangente mais a diante. O segundo se relaciona à forma como cada IES, seu colegiado e seu núcleo docente estruturante (NDE) enxergam o perfil de seu egresso. Essas discussões podem muitas vezes não envolver de forma coesa o seu corpo docente, gerando uma imposição de conteúdos ou o corte deles, o que, como bem exposto por Maragno (2013), pode comprometer seriamente a qualidade dos cursos e a formação de seus egressos.

> Os Projetos Pedagógicos […] devem descrever as características do curso que demonstrem as particularidades do ensino da instituição antecipando tanto quanto possível o perfil do profissional que pretende formar além das condições para um ensino de qualidade satisfatória. Os projetos pedagógicos devem ser resultado de amplo debate e de construção coletiva devendo ser conhecido e apropriado por todos os agentes, direção, professores e alunos, balizando todas as ações do curso.
> Existem no país inúmeros projetos pedagógicos consistentes e criativos, porém não é o que ocorre em parte considerável dos cursos. Em muitos ele não passa de documento forma e burocrático para atender as exigências oficiais de oferta, muitas vezes elaborado individualmente ou por equipe restrita entre quatro paredes. E mesmo assim – ou talvez por isso – muitos são desrespeitados ou ignorados no cotidiano dos cursos quando o que vale é o currículo invisível praticado por professores acomodados que independentemente de modificações e novos rumos que se pretenda incluir nos currículos repetem ano após ano suas velhas práticas. Em outro extremo há projetos pedagógicos que se pretendem tão inovadores ou revolucionários que no afã da diferenciação deixam de atender aspectos essenciais para garantir um profissional com habilidades e conteúdos suficientes para receber as atribuições profissionais com alcance nacional previstas na lei e almejadas pela sociedade. (MARAGNO, 2013, n. p.)

Dessa forma, podemos concluir que de 1981 para cá os problemas da formação docente para o ensino das questões relativas aos conteúdos das "Técnicas Retrospectivas" continuam existindo em algumas IES, conforme constatam as exposições supracitadas.

Atualmente, não existem nas DCNs recomendações dos perfis docentes para cada disciplina, porém este cenário poderá ter alguma alteração caso a Deliberação n.º 77/2019-CEF-CAU/BR, com a nova *Proposta de revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em arquitetura e urbanismo*, seja aceita e

implementada pelo MEC. Na proposta, os itens que tratam da coordenação e corpo docente definem que:

> Art. 45. Os docentes do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo devem ter qualificação acadêmica e experiência profissional, *comprovadas* em suas áreas de atuação específica, como requisito mínimo para ministrar os conteúdos sob sua responsabilidade.
> Art. 46. A qualificação e a capacitação docente devem ser estimuladas pela Instituição, tendo como finalidade a melhoria da qualidade do ensino e a construção coletiva da função social dos professores, através de estratégias de mobilidade acadêmico-profissional, cooperação e capacitação de profissionais por meio de redes nacionais e internacionais. (CAU/BR, 2019, p. 13, grifo nosso)

O fato é que hoje estas alocações também dependem das disponibilidades de vagas para contratação, da formação especializada dos candidatos à docência e do papel ético destes e dos responsáveis pelas suas contratações e alocações na grade curricular.

- **Carga horária e conteúdos mínimos**

A análise conjunta desses tópicos justifica-se pela necessidade de acomodar, dentro de um escopo possível, o vasto conteúdo que tange ao ensino de patrimônio cultural na limitada carga horária dos cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil.

As restritas 3.600 horas mínimas regulamentadas pelo MEC para os cursos e a dificuldade da elaboração de um currículo generalista que permeie conteúdos de caráter mais específicos, necessários ao exercício profissional dos bacharéis (ex.: conteúdos relacionados ao patrimônio cultural, ao paisagismo, à arquitetura hospitalar, ao cálculo estrutural, entre tantos outros), acabam por provocar lacunas na formação nas áreas que necessitam de uma visão mais ampliada e especializada dos temas.

A não obrigatoriedade da criação de uma disciplina fez com que cada IES tratasse ou simplesmente "não tratasse" tais conteúdos, causando os inúmeros problemas da formação que vimos tratando ao longo deste trabalho.

Como apresentamos no capítulo anterior, a ABEA e a CEF do CAU/BR expuseram no Seminário de Ensino e Formação ocorrido em 2019 em São Paulo preocupações relacionadas às disparidades de como os referidos conteúdos vinham sendo ministrados em algumas IES pelo Brasil e apresentaram algumas novas propostas conforme já exposto no segundo capítulo.

Tais propostas evoluíram para o documento: *Proposta de revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em arquitetura e urbanismo – CEF-CAU/BR e CAU/UF*, e nos trazem novas abordagens para o ensino relacionado ao conteúdo do patrimônio cultural.

O primeiro apontamento das mudanças aparece no item "Competências e habilidades", que define:

> Art. 11. O curso deverá estabelecer ações pedagógicas visando ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, competências e atitudes com responsabilidade técnica, artística e social que compreendam, pelo menos:
> XII- o domínio de metodologias, técnicas e tecnologias referentes ao patrimônio cultural, para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação, revalorização, requalificação e reutilização de edifícios, conjuntos edificados, conjuntos paisagísticos e cidades; […]. (CAU/BR, 2019, p. 3).

No que diz respeito aos "Conteúdos Curriculares", o documento define algumas importantes mudanças, suprimindo o termo Técnicas Retrospectivas quando da menção dos conteúdos relacionados ao patrimônio cultural:

> Art. 12. Os conteúdos curriculares do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo deverão se basear nos seguintes princípios:
> V - *valorização e preservação da arquitetura, do urbanismo e da paisagem como responsabilidade e patrimônio coletivos*;
> Art. 13. Os conteúdos curriculares devem ser organizados em dois núcleos, recomendando-se sua interdisciplinaridade e as possibilidades de incorporação de tecnologias e inovações inerentes ao desenvolvimento do campo profissional:
> I - Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação, composto por campos do saber que forneçam o necessário embasamento para o desenvolvimento do espírito crítico e criativo, integrado por Artes, Estética e História das Artes, Estudos Sociais e Econômicos, Filosofia e Antropologia Cultural, Desenho e meios de expressão e representação, Informática aplicada à Arquitetura, ao Urbanismo e ao Paisagismo; Processos e Ferramentas de Modelagem Digital; Estudos das relações entre ambiente e comportamento.
> II - Núcleo de Conhecimentos Profissionais, composto por campos do saber destinados à caracterização da identidade profissional do Arquiteto e Urbanista, constituído por: Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo; Projeto de Arquitetura; Projeto de Arquitetura de Interiores; Projeto de Urbanismo; Projeto de Paisagismo; Desenho Urbano; Projeto e Planejamento Urbano, Regional e Metropolitano; Planos Diretores e Metropolitanos; Planos e Projetos Ambientais; Infraestrutura Urbana; Mobilidade e Acessibilidade; Tecnologia da Construção; Gestão de Obras; Sistemas Estruturais; Conforto Ambiental; Desempenho e Segurança das Edificações; *Teoria, Projeto e Técnicas de Restauro e Conservação do Patrimônio Cultural*; Projetos e Produção de Habitação de Interesse Social e Assessoria Técnica; Topografia; Gestão de Projetos, Processos e Técnicas em Arquitetura e Urbanismo; Ética e Prática Profissional. (CAU/BR, 2019, p. 6-7, grifos nossos).

Como pudemos observar, o conteúdo relacionado ao patrimônio cultural continua no Núcleo de Conhecimentos Profissionais, mas sua nova redação deixa transparecer a necessidade de abordar o tema numa metodologia de ensino que envolva necessariamente: Teoria, Projeto e Técnicas de Restauro e Conservação do Patrimônio Cultural.

Outro importante aspecto a ser levantado sobre essas novas propostas está relacionado às recomendações dos conteúdos teóricos. Como vimos ao longo desta pesquisa, as mesmas diretrizes que introduziram o ensino obrigatório dos conteúdos relacionados às "Técnicas Retrospectivas" desobrigaram o ensino de Arquitetura no Brasil. Embora a herança metodológica de Paulo Santos não tenha sido destacada na proposta das novas DCNs, estas são objetivamente recomendadas, diferentemente do que hoje acontece, pois, em algumas universidades, podemos afirmar, por experiência docente, que alunos cursam a disciplina de patrimônio sem nenhum conhecimento prévio de arquitetura brasileira.

> Art. 14. Os conteúdos de Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo compreendem o estudo crítico das condições socioeconômicas e culturais de produção do espaço habitado ao longo da história humana, e *devem enfatizar as principais influências culturais na formação do espaço brasileiro e latino-americano, abordando a história e a cultura portuguesa, africana e indígena e dos povos imigrantes*. (CAU/BR, 2019, p. 7, grifo nosso)

A importância desta base de conhecimentos se reflete positivamente na visão do aluno, que, quando estiver cursando as disciplinas de temas relacionados ao patrimônio cultural, terão um prévio conhecimento da relevância da preservação dos elementos arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos da arquitetura brasileira, previamente estudados.

Até aqui, as propostas apontadas nas propostas das novas DCNs nos parecem atender algumas demandas que as vigentes não atendem; no entanto, ainda deixam algumas lacunas que merecem ser revistas. A proposta diz que:

> Art. 23. Os conteúdos de Teoria, Projeto e Técnicas de Restauro e Conservação do Patrimônio Cultural compreendem o entendimento dos processos de constituição e preservação da memória, o conjunto organizado dos conhecimentos científicos, empíricos e intuitivos relativos ao patrimônio cultural, o domínio de metodologias, técnicas e tecnologias para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação, revalorização, requalificação e reutilização de edifícios, conjuntos edificados, ruínas, conjuntos paisagísticos, paisagens e cidades. (CAU/BR, 2019, p. 3)

É verdade que as DCNs propõem e orientam os PPCs de cada curso e estes irão nortear as matrizes curriculares a serem implantadas por cada IES, no entanto seria apropriado que as DCNs mencionassem que os conteúdos de "Teoria, Projeto e Técnicas de Restauro e Conservação do Patrimônio Cultural" deveriam não estar apenas sinteticamente descritos como no artigo 23 supracitado, mas também haver a explícita recomendação de que estes devem estar alinhados com: (1) as diretrizes do órgão federal responsável pela salvaguarda do patrimônio nacional, no caso, o IPHAN[51] – que seria empiricamente mencionado –; (2) e com as diretrizes das organizações profissionais internacionais, que assessoram e fiscalizam a proteção dos patrimônios mundiais, no caso, o ICOMOS, que também seria empiricamente mencionado. Tal amarração não garantiria que os cursos implementassem todos os conteúdos necessários, mas norteariam princípios e diretrizes mais corretas e proporcionariam um melhor controle quando das visitas e análises do MEC, para reconhecimento e avaliação periódica dos cursos.

Com as novas alterações, podemos também mensurar que o tema passaria a ser tratado nos cursos com uma carga horária mínima de 72 horas, pois a menção do termo "Projeto" passaria a englobar o conteúdo das atividades de ateliê. O item "Duração e Carga Horária" da proposta para as novas diretrizes define que: "§ 5º As atividades de ateliê devem corresponder a, no mínimo, 40% da carga horária total do curso." (CAU/BR, 2019, n. p.)

Assim, considerando um currículo mínimo de 3.600h, 40% equivaleriam à 1.440h, que, distribuídas em 20 cadeiras de projetos, com carga horária equivalente, ao longo de 10 períodos (5 anos de curso, que é o tempo mínimo de integralização de currículo, equivalem a 10 períodos-semestres), teríamos, no mínimo, garantia de 72 horas de conteúdos obrigatórios, não considerando ainda a necessária carga horária destinada à fundamentação teórica que deveria preceder a disciplina de projeto.

Essa amarração indireta da carga horária, de certa forma, amenizaria a falta de padronização que hoje é encontrada, mas não impediria que algumas IES condensassem na carga horária de "ateliê" os conteúdos das "Teorias" e das "Técnicas", o que ou

[51] Neste ponto, deixamos claro que as diretrizes do IPHAN devem ser conjuntas aos órgãos estaduais e municipais responsáveis pela salvaguarda do patrimônio específico das localidades, onde cada IES está inserida; porém os aspectos regionais já são requeridos pelo MEC, de forma abrangente, nos PPCs das universidades.

comprometeria a compreensão teórica e crítica do tema ou impediria o aprofundamento das questões projetuais.

Neste momento, nos cabe trazer a discussão da relação entre carga horária e conteúdos mínimos para além da fixação de disciplinas nas grades curriculares, de forma que o conteúdo seja amplamente trabalhado ao longo do curso, sendo tratado não apenas como atividade especializada, mas como uma consciência coletiva do respeito e dos fundamentos éticos relacionados à preservação de nosso patrimônio cultural.

Esse ponto já havia sido levantado pelos técnicos da pró-Memória no documento de 1981, a que tantas vezes recorremos neste trabalho. Eles apontavam o reflexo do modelo econômico e do crescimento das cidades como responsáveis por voltar o foco do pensamento de professores e estudantes na construção do novo, deixando de lado a memória e a herança cultural de nossas cidades e edifícios.

Os técnicos do pró-Memória apontavam para uma necessária revisão da retomada da consciência sobre a importância da preservação nas Escolas de Arquitetura, de forma que o estudante pense, sim, na nova arquitetura, mas não deixe de lado a importância da preservação da memória cultural dos edifícios, das cidades e seus contextos.

Os anseios da nova arquitetura em consonância com a preservação do patrimônio devem ter espaço na grade curricular dos cursos não de forma restrita, mas de forma ampla e transversal.

> […] a disciplina Técnicas Retrospectivas abranda a angústia da consciência da falta de preparo profissional para o trato do Patrimônio Cultural, por outro lado, ela pode concorrer para a perpetuação dessa mesma deficiência, à medida que sozinha ela não pode dar conta da complexidade da tarefa.
> […] projetar implica em tratar com o pré-existente. Seja ele artificial ou natural. E que, todo o monumento arquitetônico traz em sua essência elementos fundamentais do ponto de vista estético e do ponto de vista histórico. E que cabe ao arquiteto responsável pela realização de um projeto – ou de uma intervenção – ter a capacidade de desvendar, preservar e valorizar tais elementos. O resto é fazer arquitetura contemporânea! (SCHLEE, 2007, p. 10).

A consciência desta importância, como demonstrado por Schlee (2007), precisa ganhar corpo nas Escolas de Arquitetura no Brasil, no contexto amplo da formação e das atribuições profissionais do arquiteto e urbanista, espírito já estratificado em escolas na França e na Itália, como demonstrado nas pesquisas de Farah (2012) e Silva (2012) e muito relacionado com o campo de atuação profissional, que, no Brasil, acaba por preconizar o novo.

> Os métodos de treinamento de conservacionistas devem ser baseados em estruturas de carreira claramente identificadas e adequadas. Tais carreiras devem levar em conta o tempo necessário para o amadurecimento do indivíduo. *Para os arquitetos, isso deve ser feito em uma série de etapas e normalmente deve integrar o conhecimento e a compreensão da história das técnicas e materiais de construção, bem como dos métodos de reparo e manutenção. Arquitetos recebem seu treinamento básico na universidade*. Em muitos casos, durante ou após esses estudos básicos, eles já são introduzidos na experiência prática em projeto e trabalho de campo. Atualmente, muitas escolas de arquitetura oferecem um ou dois anos de treinamento para se especializar na conservação do patrimônio edificado, o que leva à prática e à pesquisa, e podem ser seguidas por cursos de reciclagem e workshops sobre questões específicas, bem como a eventual contribuição para treinamento de outros, conferências e publicações. […]
> O arquiteto também deve ser capaz de visualizar soluções para problemas complexos e defender novos usos com um mínimo de adaptação, de modo a preservar os recursos historicamente essenciais. Considerando a ampla definição do ambiente construído como patrimônio, é de fato obrigatório que todos os arquitetos estejam familiarizados com a avaliação das qualidades dos edifícios históricos e possam consultar outros especialistas quando necessário. A cultura da conservação deve, portanto, ser integrada à estrutura de carreira de um arquiteto, começando pela educação universitária básica, seguida por cursos especializados e seminários de acordo com as necessidades de cada indivíduo. (JOKILEHTO, 2006, tradução e grifo nossos)

A ampla formação do arquiteto traz consigo um enorme campo de trabalho, mas também uma enorme responsabilidade social, econômica e cultural. Na contemporaneidade, lidar com os temas inerentes ao papel do arquiteto representa muito mais do que edificar o hoje, mas sim tratar o presente com os olhos no futuro, respeitando o passado. A ação profissional do arquiteto interfere na maneira das pessoas habitarem, trabalharem, se locomoverem e se relacionarem entre si no seu dia. A Arquitetura que aqui discutimos sob a ótica da preservação do patrimônio é apenas uma vertente do olhar sobre o ensino.

Na Itália, na década de 1930, Gustavo Giovannoni introduziu as bases para o ensino universitário na restauração de edifícios históricos e monumentos antigos. Isto se deu logo após a Segunda Guerra Mundial e de toda destruição patrimonial vinda a reboque. A educação e a formação na restauração de edifícios históricos tornaram-se uma tarefa urgente, e as primeiras experiências tornaram-se uma referência para a formação de profissionais em diversos países do mundo.

Giovannoni foi um dos grandes responsáveis pela criação da Escola Superior de Arquitetura em Roma (1920), que, a posteriori, foi ligada à Universidade de Roma. Ele foi diretor desta instituição entre 1927 e 1935, instituindo como obrigatória a disciplina de “Restauro”. O professor acreditava que o arquiteto deveria ter uma formação

integral, possuir o domínio das questões técnicas e das ciências envolvidas, mas também preparação teórica, histórica e artística, e em questões urbanas e de restauração, abordando, em parte, também aspectos econômicos e jurídicos.

O "arquiteto integral", apontado no século XIX por Gustavo Giovannoni (1924), ainda não se construiu integralmente no campo do ensino, principalmente no de patrimônio. A mesma preocupação do passado, por ele apontada, se discute ainda hoje. Sua preocupação era de que deveriam se preparar profissionais capacitados ao mercado e aos problemas inerentes a ele, e não mais dar asas a gênios.

No Brasil, precisamos analisar esse ensino transversal com algum cuidado, retomando os aspectos do perfil docente, não à frente da disciplina específica do ensino especializado na grade, mas do professor/arquiteto, que se formou antes da instituição dos conteúdos obrigatórios de patrimônio em sua grade curricular e pode não ter habilidade e competência para tratar do tema com seus alunos, mesmo que de forma transversal, caso não tenha se especializado em temas afins.

Para termos uma noção temporal, podemos dizer que professores formados a partir do ano 2000 já possuíam em sua grade os conteúdos obrigatórios da "Técnicas Retrospectivas". Antes disso, esses egressos teriam conhecimentos graças a PPCs específicos de suas IES de origem, estágios, participação em pesquisas ou por especializações.

Aproveitando o parêntesis desta análise, também podemos constatar que a atividade exclusiva de arquitetos e urbanistas no campo do patrimônio cultural recentemente homologada pela justiça não faz restrições aos profissionais formandos antes do ano 2000, como comprovação de especializações na área para atuação profissional, o que também ajuda a explicar os problemas relatados ao longo do trabalho.

Tentando superar os equívocos do passado e voltando os olhos para o futuro, chamamos atenção para o que as propostas para uma nova DCN recomendam como requisitos mínimos para as Competências e Habilidades dos formandos, já mencionadas neste capítulo.

É importante destacarmos que, ao contrário do que acontece em outros países, o ICOMOS não participou diretamente das discussões que culminaram na Deliberação n.º 077/20 19 – CEF-CAU/BR, que instituiu uma *Proposta de revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos graduação em Arquitetura e Urbanismo,* encaminhada ao MEC, bem como o IPHAN, órgão Federal responsável pela

salvaguarda de nosso patrimônio cultural, que tanto contribuiu para a construção do ensino do patrimônio no país. Salientamos esse aspecto não por um "corporativismo" de achar que nossa área de formação é mais ou menos importante do que as outras, mas pelo simples fato de as revisões das DCNs terem perpassado os aspectos do ensino de patrimônio.

A discussão do ensino do patrimônio nas Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil devem estar pautadas, acima de tudo, em princípios éticos que envolvam a comunidade acadêmica, os conselhos profissionais e de especialistas, bem como os órgãos federais de regulação e fiscalização da salvaguarda do patrimônio cultural. Se queremos exclusividade de ação com relação ao patrimônio sob ponto de vista legal da atribuição profissional, isso precisa ser revisto dentro das escolas. É preciso tratar o tema nas disciplinas com conteúdo específico, mas também com abrangência dentro da grade curricular, absorvendo seu conteúdo nas disciplinas não especializadas, estimulando as pesquisas científicas e os trabalhos de extensão, sem esquecermos da teoria e da história e dos ensinamentos da arquitetura brasileira do passado e do presente, que precisa ser obrigatoriamente ensinada dentro das escolas. Sem história, não há memória, e não é possível valorar e preservar aquilo que não se conhece.

Em linhas gerais, entendemos ao longo das pesquisas contidas neste trabalho que o tema preservação chegou à universidade brasileira através dos técnicos do patrimônio, que, em sua dupla função, ajudaram a disseminar a cultura preservacionista em algumas universidades do Brasil antes que o tema fosse considerado obrigatório.

Na década de 1980, o *Informe ao 1º Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação de Bens Culturais: A Formação do Arquiteto e a Preservação do Patrimônio Cultural*, redigido pelos técnicos do SPHAN-Pró-Memória já falava do problema do aumento expressivo dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, e, em muitos, este "professor/técnico do patrimônio" não existia.

Constatamos que entre 1994-1996 a situação se agravou, pois, se até então o tema patrimônio nas universidades era um privilégio daqueles que possuíam especialistas em seu corpo docente, com a obrigatoriedade do ensino das "Técnicas Retrospectivas", nos perguntamos quem foram os professores que conduziram este conteúdo, uma vez que poucos eram especializados na área e nenhum teve em sua formação, na graduação, o ensino obrigatório do tema.

O fato é que o reflexo de uma condução não uniforme deste processo de implementação de conteúdos e de um corpo docente especializado acabou por

desencadear os problemas que descrevemos ao longo deste trabalho, seja na UFF e na UFRJ, seja nas demais universidades brasileiras, retratadas através das pesquisas consultadas.

Superadas as primeiras barreiras, hoje vivemos um momento de uma necessária revisão dos problemas do passado. Como vimos no capítulo 4, "Conselhos Profissionais e universidades buscam uma aproximação", o tema qualidade de ensino passa a ser tratado pelo CAU de uma forma mais objetiva do que quando os arquitetos eram representados pelo CREA. Em 2019, o CAU passa então a formalizar a necessidade da acreditação e de padrões de qualidade para os cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil.

Em concomitância, o patrimônio vem sofrendo constantes desafios por parte não apenas do ensino, mas das ações políticas que vêm promovendo, nos últimos anos, ataques contra o Iphan e, consequentemente contra o Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa situação culminou com a criação, em 10 de outubro de 2019, do Fórum de Entidades em defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro[52], que reúne entidades da sociedade civil, como: Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP), Associação Brasileira de Arte Rupestre (ABAR), Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA), Associação Brasileira de Gestão Cultural (ABGC), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (ANPARQ), Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Associação Nacional de História (ANPUH), Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), Associação Nacional de Pesquisa em Tecnologia e Ciência do Patrimônio (ANTECIPA) Comitê Brasileiro de História da Arte (CBHA), Seção Brasileira do Comitê Internacional para a Documentação e Conservação de Edifícios, Sítios e Conjuntos do Movimento Moderno (Docomomo Brasil), Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA), Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Conselho Internacional de Museus – Brasil (ICOM-BR) e Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB).

Mostramos que, em 2019, CAU e ABEA trabalharam na construção de novas Propostas de Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de

[52] Informação extraída da página: https://www.facebook.com/forumpatrimoniobr/ em fevereiro de 2021.

graduação em Arquitetura e Urbanismo, apresentadas na Deliberação nº 077/20 19 - CEF (Comissão de Ensino e Formação) – CAU/BR.

Lembramos, ainda, que após a decisão de 7 de novembro de 2019 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que reconheceu que a realização de projetos e obras de restauro é atribuição privativa de arquitetos e urbanistas, a importância dessa discussão com o conselho de especialistas se torna ainda mais relevante, pois abrange sua pertinência para o campo ampliado de formação dos arquitetos e urbanistas.

Neste ponto, nos cabe aqui retomar, de forma objetiva, como os aspectos mínimos necessários à formação destes profissionais no Brasil no campo de atuação do patrimônio cultural serão cobrados pelos órgãos de regulação acadêmica e profissional, MEC e CAU, respectivamente, através das avaliações periódicas e do sistema de acreditação.

No capítulo 4, discutimos quão empírica pode ser a materialização das DCNs no que se descreve nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) das universidades, caso o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e os docentes à frente das disciplinas não conduzam de forma ética os conteúdos propostos. É fato que, na situação em que se encontra a educação superior hoje no Brasil – no que tange à falta de verbas no ensino público e à busca do lucro pelos grandes grupos educacionais –, talvez a regulação do ensino, apenas pelo MEC/SINAES, não seja suficiente.

A regulação pela acreditação do CAU, que, em 2020, colocou em prática seu projeto piloto, acreditou três cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil: o da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), o da UFRN e o da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Segundo informações do site do CAU, seu modelo se baseia em sistemas utilizados, por exemplo, pelo RIBA e NAAB, que já citamos ao longo do trabalho. Sobre este sistema e a relação com o tema da nossa pesquisa, destacamos que as acreditações internacionais citadas pelo CAU fazem clara menção em seus sites dos conteúdos especializados a serem tratados nos cursos acreditados e no campo do patrimônio, e ambos citam as *Diretrizes para Educação e Treinamento em Conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios* (ICOMOS, 1993) como bases para os conteúdos obrigatórios na graduação.

Dois desdobramentos podem ser discutidos mediante esta questão: (1) CAU/BR não disponibiliza nenhum documento, de forma pública, que deixe claras as exigências, principalmente de conteúdos, de seu sistema de acreditação, não nos permitindo aqui traçar uma análise sobre os pontos positivos e/ou negativos de sua proposta no que

tange ao ensino de patrimônio; (2) as regulações internacionais que o CAU usa como modelo, apesar de abordarem as diretrizes do CIF/ICOMOS como conteúdos obrigatórios na graduação, em seus países, não autorizam os arquitetos graduados a trabalharem com patrimônio sem uma pós-graduação e/ou especialização.

Como no Brasil o sistema de Acreditação ainda é uma experiência nova e não temos nenhuma comprovação de que ela crie melhores condições para o ensino de patrimônio nas Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, ficamos com o fato de que, hoje, é através das Diretrizes Curriculares Nacionais que as exigências mínimas para a formação desses estudantes devem estar contidas.

A proposta do CAU e da ABEA para as novas DCNs estabelece que os conteúdos de Teoria, Projeto e Técnicas de Restauro e Conservação do Patrimônio Cultural devem ser trabalhados nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, mas não especificam, mais uma vez, de que forma estes conteúdos devem ser trabalhados.

Se, por um lado, a proposta das novas diretrizes, ao incluir a palavra “projeto”, tem maiores chances de ser interpretada como um conteúdo disciplinar com uma carga horária mínima satisfatória, por outro lado os conteúdos teóricos e das técnicas de restauro e conservação, extensos e que metodologicamente deveriam ser ministrados como fundamentação para as disciplinas projetuais, correm o risco de ser concentrados numa mesma disciplina, sem atribuição de carga horária mínima; ou, numa hipótese ainda pior, concentrado ao conteúdo da disciplina projetual.

Além dos riscos supracitados, também vale a ressalva de que as DCNs precisam estabelecer o que deve ser contemplado minimamente no conteúdo de projeto, deixando claro, inclusive, que nesta disciplina não se concentrem os conteúdos teóricos iniciais acerca do patrimônio, pois este deve ser exposto no Núcleo de Fundamentação. Devem também definir que, nesse conteúdo, projeto de restauração não poderá ser tratado como suporte para inserção da arquitetura contemporânea no edifício ou na malha urbana histórica, sendo necessária ao aluno a compreensão do projeto de restauro propriamente dito; passando pelas fases de levantamento histórico e iconográfico, levantamento arquitetônico, mapeamento de danos e diagnóstico, ficando a contemporaneidade, nesta disciplina, como uma discussão ainda teórica, a ser considerada numa outra disciplina projetual. Ou seja, precisamos distinguir questões conceituais e questões metodológicas dentro do projeto de restauração de monumentos e cidades.

Assim, podemos considerar que a inclusão da disciplina projetual é assertiva, porém deve estar acompanhada de uma mudança de paradigma acerca do ensino do

patrimônio. Sua inclusão deve se dar em toda a grade curricular, fazendo do arquiteto de formação generalista pretendido pelas DCNs propostas pelo MEC um profissional semelhante ao arquiteto integral definido por Gustavo Giovannonni ainda na década de 1930.

Durante a escrita de nossas considerações finais, acabamos por nos deparar com análises para uma regulação do cumprimento nos cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil de um aspecto cultural que deveria ser tratado com mais naturalidade e sem tantas regulações, pois a importância do conhecimento e da preservação do nosso patrimônio, da história de nossos povos e de toda a nação deveria ser uma consciência nata e não imposta e cobrada.

Recentemente ocorreu uma alteração da Resolução CNE/CES n.º 2, de 17 de junho de 2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, bacharelado, para a Resolução CNE/CES n.º 2, de 24 de abril de 2019. O motivo da alteração foi a inclusão do Desenho Universal como conteúdo dos cursos, em função de uma ação do Ministério Público Federal, que obriga os cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia a ministrarem tal conteúdo em suas grades curriculares.

Observamos que a exigência primeiramente tratava da inclusão de uma disciplina de Desenho Universal:

> […]
> Na origem, cuida-se ação civil pública em que pleiteado, pelo MPF, a inclusão na grade curricular dos cursos de Engenharia, Arquitetura e similares o Desenho Universal como disciplina obrigatória. O acórdão, ao final, assim concluiu:
> […]
> Dito isso, considerando que, em regra, esta decisão não desafia recurso com efeito suspensivo, fixo como obrigatória a implantação da disciplina de Desenho Universal na grade curricular dos cursos de Engenharia, Arquitetura e similares no próximo ano letivo (2020). (BRASIL, 2019, n. p.).

Após recurso da CEF do CAU/BR, foi absorvida no parecer como conteúdo do Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação segundo a CNE/CES n.º 2, p. 07, 2019.

Aqui nos interessa estabelecer uma breve relação com o recurso apresentado pela CEF-CAU, argumentando a necessidade do conteúdo do Desenho Universal, com o que desejamos para o conteúdo do patrimônio cultural. Nele o CAU estabelece que o Desenho Universal não deve ser entendido como uma disciplina obrigatória, e sim como

um “campo de saber que forneça o embasamento teórico necessário para que o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado”[53].

De todas as pesquisas por nós levantadas ao longo do nosso trabalho, a proposta pedagógica apresentada pela professora Ana Rita Sá Carneiro para a UFPE, conforme apresentamos no capítulo 4, é a que mais se aproxima de uma integralização do conteúdo de patrimônio dentro da grade curricular da graduação de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, pois estrutura a abordagem do tema de forma generalista ao longo do curso e o enfatiza dentro de algumas disciplinas sem prejudicar o ensino das demais áreas especializadas necessárias a formação destes profissionais.

É fato que, dentro de um universo de quase 800 cursos de Arquitetura e Urbanismo em funcionamento no Brasil, com uma média de 114.000 alunos (BRASIL, 2019), controlar a qualidade desse ensino não é apenas uma necessidade, mas um grande desafio.

No que tange a nossa pesquisa, nos cabe aqui destacar que se a ação com relação ao patrimônio cultural edificado é atividade exclusiva de arquitetos e urbanistas no Brasil, as condições dessa habilitação devem ser analisadas não apenas pelo MEC/SINAES, pela CEF do CAU/BR e pela ABEA, mas também pelo ICOMOS e pelo IPHAN, que são respectivamente o conselho de especialistas e o órgão federal responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Se por um lado podemos entender que um programa de acreditação pode vir a melhorar o controle da qualidade do ensino superior no Brasil, no campo do patrimônio, lembramos da necessidade da participação das instituições supracitadas tanto nas discussões das DCNs quanto nos sistemas de Acreditação do CAU/BR, da mesma forma que cabe ao IPHAN e ao ICOMOS se manifestarem a respeito desta participação. Caso esta participação não se concretize, pensamos ser necessária a criação de uma chancela própria, ou selo de qualidade, das referidas instituições, que, por força de lei, limitem, ao menos na esfera pública, a contratação de profissionais cuja formação não tenha se dado por instituições chanceladas, os obrigando a buscar pós-graduações que completem sua formação e os torne aptos a esta atribuição profissional.

Entender patrimônio cultural como um campo do saber que forneça o embasamento teórico necessário para que o futuro arquiteto e urbanista possa

[53] Expressão utilizada pela Comissão de Acessibilidade do CAU Maranhão, que motivou a ação do CAU/BR a impetrar o recurso acolhido pela justiça, que entendeu o Desenho Universal como um conteúdo que deveria estar presente em toda a grade, e não restrito a uma disciplina. (CAU/MA, 2019).

desenvolver seu aprendizado através de seus projetos é uma das estratégias necessárias à formação do arquiteto no Brasil.

Se queremos exclusividade de ação com relação ao patrimônio sob ponto de vista legal da atribuição profissional, isto precisa ser revisto dentro das escolas. É preciso tratar o tema com abrangência dentro da grade curricular, absorvendo seu conteúdo nas disciplinas não especializadas, estimulando as pesquisas científicas e os trabalhos de extensão, sem esquecermos da teoria e da história, dos ensinamentos da arquitetura brasileira do passado e do presente que precisam ser obrigatoriamente ensinadas dentro das escolas.

Precisamos então: (1) intensificar a participação do IPHAN e do CIF ICOMOS nas exigências necessárias à formação do arquiteto e urbanista no Brasil; (2) cobrar as posturas éticas das instituições de ensino e de seus docentes, de modo que, após estruturadas as DCNs "ideais", estas sejam colocadas em prática nos seus PPCs mas também, e principalmente, em sala de aula; (3) se certificar, através dos órgãos de regulação acadêmica e profissional, MEC e CAU, se as DCNs estão sendo cumpridas não apenas no que se descreve nos PPCs, mas no que se coloca em prática na produção acadêmica de discentes e docentes, que devem ser comprovadamente especializados nas disciplinas que lecionam; (4) refletir sobre a necessidade da criação de um sistema de acreditação e regulação conjunto entre IPHAN e ICOMOS Brasil, para a ação de arquitetos e urbanistas com relação ao patrimônio, caso os três primeiros apontamentos não se concretizem num futuro próximo.

Concluímos afirmando que, a fim de que haja um legado cultural para as futuras gerações, se faz necessária e urgente uma revisão do ensino do patrimônio cultural nas Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, bem como do papel ético das universidades, dos docentes, e dos conselhos profissionais e de especialistas, que direta ou indiretamente, são os responsáveis pela implementação e pela regulação da formação destes profissionais, hoje, legalmente habilitados à ação e à salvaguarda dos monumentos, cidades e paisagens constituintes do patrimônio cultural brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. **I Boletim.** São Paulo: FAU-USP, 1974.

ABEA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. **A construção de um novo olhar sobre o ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil.** Organização: Ester Judite B. Gutierrez et al. Brasília, ABEA, 2013.

ABEA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. **Anais do XII ENSEA:** SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO. Belém, 1994.

ABEA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. **Caderno 01:** caderno preparatório para o X ENSEA e V CONABEA – grupo de consultores. Niterói, 1991a.

ABEA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. **Caderno 03:** caderno preparatório para o X ENSEA e V CONABEA – avaliação. Niterói, 1991c.

ABEA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. **Caderno 06:** anais do XI COSU – ABEA, X ENSEA e V CONABEA, Niterói, 1991d.

ABEA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. **Caderno 11:** anais do SEMINÁRIO NACIONAL: CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA. Rio de Janeiro, 1992.

ABEA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. **Caderno 16:** anais do XII SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ENSINO DE ARQUITETURA. Belém, 1994b.

ABEA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. **Caderno 17:** anais do XIII SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO. Brasília, 1995b.

ABEA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. **Caderno 20:** anais do XV ENCONTRO NACIONAL SOBRE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO e XI CONABEA, TÉCNICAS RETROSPECTIVAS: Manutenção e Reabilitação da Paisagem Construída. Rio de Janeiro, 2001.

ABEA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. **Caderno 22:** anais do XVII ENCONTRO NACIONAL SOBRE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO. Práticas pedagógicas no ensino de arquitetura e urbanismo. Campo Grande, 1998.

ABEA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. **Documentos básicos:** comissão de especialistas no Ensino de Arquitetura e Urbanismo – CEAU. São Paulo: FAU-USP, 1975.

ABEA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. **Sobre a história do ensino de arquitetura no Brasil**. São Paulo: ABEA, 1977a.

ABEA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. **Trajetória e Estado da Arte na Formação em Engenharia, Arquitetura e Agronomia –** Vol. X – Arquitetura. Andrey Rosental SCHELEE – UnB (org.); Ester Judite B. Gutierrez – UFPel; Fernando José de Medeiros Costa – UFRN, Gogliardo Vieira Maragno – UFMS; Isabel Cristina Eiras de Oliveira – UFF; Wilson Ribeiro dos Santos Junior – PUCCAMP. Brasília: Inep/Confea, 2010.

ABEA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. **Subsídios para reformulação do ensino de arquitetura**. São Paulo: ABEA, 1977b.
ALBERTI, Leon Batista. **Da arte de construir:** tratado de arquitetura e urbanismo. Org. e trad. Sérgio Romanelli. São Paulo: Hedra, 2012.

ALCÂNTARA, Dora**. [Correspondência]**. Destinatário: Sphan Pró-memória. [S. l.], 1981. 1 carta.

ANDRADE, H.; VELOSO, M. Ensinar a projetar no construído: uma experiência didática. *In:* III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ENSINO E PESQUISA EM PROJETO DE ARQUITETURA, PROJETAR, 2007, Porto alegre, 24 a 26 out. 2007. **Anais**. Disponível em: http://projedata.grupoprojetar.ufrn.br/dspace/bitstream/123456789/2228/1/020.pdf. Acesso em: 05 dez. 2020.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. Patrimônio Cultural e Capacitação Técnica Especializada. *In:* CONGRESSO VIRTUAL UFBA, 2020. Bahia, 26 de mai. 2020. **Congresso**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_Go1BcI2l7s. Acesso em: 13 mai. 2020.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. Reuso apropriado e preservação da espacialidade: notas para uma teoria do projeto sobre o patrimônio edificado,. *In:* **Revista Projetar.** Edição Especial de lançamento, v. 1, n. 1 p. 1-18, abril, 2016. Disponível em: http://projedata.grupoprojetar.ct.ufrn.br/dspace/bitstream/handle/123456789/941/Art22.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 nov. 2020.

ANDRADE, Dias de. Nosso Encontro sobre Preservação. *In*: **Jornal do IAB- SP**, São Paulo, ano 1, n. 8, p. 3. 1981. Disponível em: https://www.iabsp.org.br/boletins/boletins_1981.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN.** Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação e Cultura/Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

ARCU-SUR. **História.** Disponível em: http://arcusur.org/arcusur_v2/index.php/Institucional/historia. Acesso em: 10 abr. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. **Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5006:escola-real-de-ciencias-artes-e-oficios-2&catid=2024&Itemid=284. Acesso em: 10 mar. 2019.

ARRUDA, Anna Karla Trajano de. **Preservação e gestão do patrimônio construído:** a contribuição do Heritage Information System. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013. Disponível em: https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/tese_completa_impressaofinal_anna_karla.pdf. Acesso em: 19 fev. 2020.

ARTIGAS, João Batista Vilanova. **A função social do arquiteto**. São Paulo: Editora Nobel, 1989. (Coleção Cidade Aberta)

ARTIGAS, João Batista Vilanova. Contribuição para o relatório sobre ensino de Arquitetura e Urbanismo, 1974. *In:* **Sobre a história do ensino de Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, 1977.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BICCA, Briane Elizabeth Panitz et al. **Informe ao I Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação de Bens Culturais:** a formação do arquiteto e a preservação do patrimônio cultural. Arquivo Geral do IPHAN, 1981.

BONELLI, Rento. **Scritti sul restauro e sulla critica architettonica**. Roma: Editora Bonsignori, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL. **Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo.** Condições & diretrizes. Brasília: MEC, SESU, 1995.

BRASIL. **Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo.** Diagnóstico das condições de ensino e pesquisa em arquitetura e urbanismo no Brasil. Brasília: MEC, 1974.

BRASIL. **Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo.** Perfis & padrões de qualidade. Brasília: MEC, SESU, 1996a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ar_geral.pdf. Acesso em: 15 mar. 2017.

BRASIL**. Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo.** Roteiros de avaliação para abertura e funcionamento de cursos de arquitetura e urbanismo. Brasília: MEC, SESU, 1996a.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Câmara de educação Superior. Resolução n.º 6, de 2 de fevereiro de 2006. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 3 de fevereiro de 2006.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição política do Império do Brasil.** Leis, Alvarás e Cartas Imperiais. Rio de Janeiro, 22 de abril, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 dez. de 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1988. Disponível em http://planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao?Constitui%C3%A7ao91.htm. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL. Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12378.htm. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 69.450, de 1º de novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei n.º 4024 (*), de 20 de dezembro de 1961, e a alínea "c" do artigo 40 da Lei n.º 5540 (*), de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D69450.htm. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 7918, de 31 de agosto de 1945. Dispõe sobre a organização da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. **Diário Oficial da União**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7918-31-agosto-1945-417265-norma-pe.html. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 53, de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-53-18-novembro-1966-373396-norma-pe.html. Acesso em: 11 mar. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 252, de 28 de fevereiro de 1967. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei n.º 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-252-28-fevereiro-1967-376151-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 11 mar. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 5540, 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e de sua articulação com a escola média, e dá outras

providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 464, de 11 de fevereiro de 1969. Estabelece normas complementares à Lei n.º 5540, de 28 de novembro de 1968, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino superior. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0464.htm. Acesso em: 11 mar. 2017.

BRASIL. Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 mar. 2017.

BRASIL. Lei n.º 12.378, de 31 de dezembro de 2010. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAUs; e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12378.htm. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. Conselho Federal de Educação. **Parecer n.º 384, de 6 de maio de 1969**. Currículo mínimo de Arquitetura. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=8350229240B9BF149EBBDFC7EBD23355.node1?codteor=1173329&filename=Avulso+-PL+4027/1980. Acesso em: 05 dez. 2018.

BRASIL. **Constituição** (**1988**). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm**.** Acesso em: 10 mai. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria n.º 1770, de 21 de dezembro de 1994. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.lex.com.br/doc_351157_PORTARIA_N_1770_DE_21_DEZEMBRO D_. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. Parecer CNE/CES n.º 261/2006. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_parecer261.pdf. Acesso em: 15 mar. 2017.

BRASIL. Resolução CNE/CES n.º 2, de 24 de abril de 2019, que altera a Resolução CNE/CES n.º 2, de 17 de junho de 2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, bacharelado. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2019/128041-pces948-19/file. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório de curso:** Arquitetura e Urbanismo: Universidade Federal de Mato Grosso: Cuiabá – 44. Brasília: Inep, 2019.

BRASILEIRO, Vanessa Borges. **Sylvio de Vasconcellos**: um arquiteto para além da forma. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerias, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-97KPXA. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRITO, Carolino Macedo de Sousa. **Bahia, o palco do nascimento do Brasil:** a consagração das cidades históricas nacionais baianas na ditadura civil-militar (1966-1983). 2019. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do RS, Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/8924/2/TeseCompleta.CarolinoMarcelodeSousaBrito.pdf. Acesso em: 12 mar. 2020.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1981.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América Portuguesa (sécs. XVI-XIX). *In:* I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA. Passado Presente nos Velhos Mapas: Conhecimento e Poder. **Anais**. Paraty, 2011. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/_BUENO_BEATRIZ_P.pdf. Acesso em: 15 jun. 2020.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira; REIS FILHO, Nestor Goulart. **Desenho e desígnio:** o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822). Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001198156. Acesso em: 17 mai. 2020.

CAMPOFIORITO, Ítalo. Introdução: as primeiras árvores. *In:* **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.º 26. Ministério da Cultura, 1997.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Tradução: Maurício Santana Dias. *In:* **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, [S.l.], n.º 23, pp. 95-115, 1994.

CARBONARA, Giovanni**. Avvicinamento al restauro.** Teoria, storia, monumenti. Napoli: Liguori Editore, 1997.

CARBONARA, Giovanni. Restauro: nodo centrale é la formazione. *In:* **Rivista Bimestrale dell'Ordine degli Architetti di Roma e Provincia**, v. 84, n.º 9, 2009, p. 31-32.

CARSALADE, Flávio Lemos et al. **Um breve panorama sobre o ensino superior de patrimônio no Brasil no contexto Latino-Americano**, 2020. No prelo.

CARVALHO, Ayrton. Algumas notas sobre o uso da pedra na arquitetura religiosa do Nordeste. *In:* **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, n.º 06/1942, p. 277.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Os alvos da história da arquitetura: João Boltshauser e Sylvio de Vasconcellos [The goals of architectural history: João Boltshauser and Sylvio

de Vasconcellos]. *In:* **Arquitetura revista**, v. 9, n.º 2, p. 73-81, jul/dez 2013 © 2013. Unisinos. DOI: 10.4013/arq.2013.92.01.

CAU – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO. Resolução n.º 51, de 12 de julho de 2013. Dispõe sobre as áreas de atuação privativas dos arquitetos e urbanistas e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas, e dá outras providências. **CAU**. Brasília, 2013. Disponível em: https://transparencia.caubr.gov.br/arquivos/resolucao51.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019.

CAU – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO – CAU. **CAU/BR decide recusar registro profissional a alunos formados em cursos EaD**. 2019a. Disponível em: https://www.caubr.gov.br/cau-br-decide-recusar-registro-profissional-a-alunos-formados-em-cursos-ead/. Acesso em: 12 mar. 2020.

CAU – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO – CAU. Deliberação N.º 77/2019- CEF-CAU/BR, 2019b. **Proposta de revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Disponível em: https://www.caumg.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/03-PROPOSTA-DE-ALTERA%C3%87%C3%83O-DCNs_DCEF_077_2019.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DE CONSERVAÇÃO INTEGRADA – CECI. **A Instituição**. Disponível em: http://www.ct.ceci-br.org/ceci/br/ceci.html. Acesso em: 10 mai. 2019.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** 1ª edição. São Paulo: Estação Liberdade/Ed. Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia. **Os Arquitetos da Memória**: a sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural do Brasil (anos 1930-1940). 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

CONFEA – CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA. Resolução n.º 218, de 29 de junho de 1973. Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia. **Diário Oficial da União**. Disponível em: https://www.fca.unesp.br/Home/Graduacao/0218-73.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019.

CONFEA – CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA. Decisão normativa n.º 83, de 26 de setembro de 2008. Dispõe sobre procedimentos para a fiscalização do exercício e das atividades profissionais referentes a monumentos, sítios de valor cultural e seu entorno ou ambiência. **Diário Oficial da União.** Disponível em: http://iplan.santamaria.rs.gov.br/uploads/norma/17663/normativa.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUITETOS, 9, 1976: São Paulo. **Anais**. São Paulo: IAB; 1976.

CONSELHO DA EUROPA. Declaração de Amsterdã, de outubro de 1975. **Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/

uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

CORREIA, João Carlos. Histórico das discussões sobre a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais e seu estágio atual. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL QUALIDADE DE ENSINO E MOBILIDADE PROFISSIONAL. São Paulo, 2019. Apresentação em PowerPoint. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1zDv1P51Mx4Ks6q8vDW-Tkntk6g0e5G64/view. Acesso em: 12 jun. 2019.

COSTA, Lúcio. Compromisso de Brasília, de abril de 1970. **1º ENCONTRO DOS GOVERNADORES DE ESTADO, SECRETÁRIOS ESTADUAIS DA ÁREA CULTURAL, PREFEITOS DE MUNICÍPIOS INTERESSADOS, PRESIDENTES E REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES CULTURAIS.** Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

COSTA, Lucio. Documentação Necessária. *In:* **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n° 01, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937, p. 31-39.

COSTA, Lúcio. **Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento**, DPHAN, 1949. Disponível em: http://www.jobim.org/lucio/bitstream/handle/2010.3/4136/V%20C%2005-04119%20L.pdf?sequence=2. Acesso em: 24 fev. 2020.

COSTA, Lúcio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Editora 34, 2018.

COSTA, Lúcio. **Sobre Arquitetura**. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962.

CULTURA/Educação, SEC. A Construção do novo e o problema do patrimônio. **Boletim SPHAN-Pró-Memória**. Brasília, DF, n. 11, mar/abr. 1981.

DURAND, José Carlos Garcia. **A profissão de arquiteto:** estudo sociológico. 1ª edição. Rio de Janeiro: CREA-GB, 1972.

EAU/UFRJ. **Ementa Disciplina FAT620** – Tecnologia em Conservação e Restauração de Arquitetura, Currículo 2006. Disponível em: https://siga.ufrj.br/sira/repositorio-curriculo/disciplinas/E6F8B40E-92A4-F713-0009-39DC8F1F2232.html. Acesso em: 18 fev. 2018.

EAU/UFF. **Ementa Disciplina TAR00089** – Princípios da conservação dos bens culturais, Currículo 1996. Disponível em: http://eau.uff.br/tar00089-principios-da-conservacao-dos-bens-culturais/. Acesso em: 15 fev. 2018.

EAU/UFF. **Ementa Disciplina TAR00090** – Projeto de arquitetura VI – restauração; currículo 1996. Disponível em: http://eau.uff.br/?s=Projeto+de+Restaura%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 15 fev. 2018.

EAU/UFF. **Ementa Disciplina TAR04024** – Princípios Teóricos da Preservação do Patrimônio Cultural; currículo 1976. Documento enviado por e-mail pela pró-reitoria de graduação PROGRAD/UFF, em fevereiro de 2018.

FABRRI, R. Conservare l'antico: la formazione nelle discipline del Restauro Architettonico ala Facoltà di Architettura di Ferrara. *In:* MAIETTI, F. **Dalla grammatica del paesaggio ala grammatical del costruito:** território e tessuto storico dell'insediamento urbano di Stellata. Firenze: Nardini, 2004. p. 11-14.

FARAH, Ana Paula. **Restauro arquitetônico:** a formação do arquiteto-urbanista no Brasil para preservação do patrimônio edificado – o caso das escolas do Estado de São Paulo. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-15062012-152121/pt-br.php. Acesso em: 22 jan. 2017.

FARAH, Ana Paula. Restauro Arquitetônico: o cerne é a formação. **Oculum Ensaios**, São Paulo, v. 10, n.º 2, 2013. Disponível em: http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/2145. Acesso em: 10 ago. 2016.

FARAH, Ana Paula. Restauro Arquitetônico: a formação do arquiteto no Brasil para preservação do patrimônio edificado. **SciELO Brasil**, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742008000200003. Acesso em: 03 ago. 2016.

FARAH, Ana Paula. Projeto como investigação: ensino, pesquisa e prática. **Anais**. CONGRESSO IV PROJETAR. São Paulo, 2009.

FAU/UFRJ. **Ementa Disciplina FAH476** – Restauração e Conservação de Monumentos, Currículo 1982 a 1995. Disponível em: https://siga.ufrj.br/sira/repositorio-curriculo/disciplinas/9733933A-92A4-F713-0056-3E392E24DCB3.html. Acesso em: 15 fev. 2018.

FAU/UFRJ. **Ementa Disciplina FAH486** – Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural, Currículo 1996 a 2005. Disponível em: https://siga.ufrj.br/sira/repositorio-curriculo/disciplinas/85038FF9-92A4-F79C-1130-F21F1A9CA47C.html. Acesso em: 15 fev. 2018.

FAU/UFRJ. **Ementa Disciplina FAP612** – Projeto de Execução para Restauro, Currículo 2006. Disponível em: https://siga.ufrj.br/sira/repositorio-curriculo/disciplinas/850994C2-92A4-F79C-1130-F21F7F3DA484.html. Acesso em: 18 fev. 2018.

FICHER, Sylvia. **Os arquitetos da Poli:** ensino e profissão em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2005.

FICHER, Sylvia. **Mitos e perspectivas:** profissão de arquiteto e ensino de arquitetura. Projeto n.º 185. São Paulo: Arco Editorial, 1995.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 1ª edição. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997.

FREITAS, Maria Vanderlânia Sousa de. A reforma Benjamin Constant e a educação básica no início do século XX. *In:* **II CONEDU**. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD4_SA1_ID3823_17082015122010.pdf. Acesso em: 02 mar. 2019.

GABLER, Louise. Academia Imperial de Belas Artes. **Arquivo Nacional:** MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira, 2016. Disponível em: http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/243-academia-imperial-de-belas-artes. Acesso em: 25 nov. 2017.

GATTERMANN, Liliany Scharmamm da Silva. Patrimônio Arquitetônico: a importância da formação do profissional arquiteto. *In:* **Revista de Arquitetura da IMED**, Vol. 1, n. 1, jan/jun 2012, p. 41-47. Disponível em: https.//ser.imed.edu.br/ index.php/oculum/article/view/2145. Acesso em: 10 ago. 2016.

GAZZOLA, Piero. **L'inventario di protezione del patrimonio culturale**. Settore dei beni immobili. IPCE. Scopo e norme di esecuzione. Verona, 1970.

GAZZOLA, Piero. **The training of architect-restorers**. ICOMOS, 1972. Disponível em: https://www.icomos.org/monumentum/vol3/vol3_2.pdf. Acesso em: 10 mai. 2019.

GIOVANNONI, Gustavo. **Gli architetti e gli studi di architettura in Italia**. Roma: Tipografia dell'Unione editrice, 1916.

GIOVANNONI. Gustavo. Per le scuole superiori d'Architettura. *In*: Architettura e Arti Decorative. **Rivista d'Arte e di Storia**. Faso III, novembre 1924, p. 90-92.

GODOY, Rosani Parada. **Processos de formação do acervo da Biblioteca Da Academia Imperial de Belas Artes e seu uso como material didático (1834-1857)**. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.unirio.br/ ppgb/arquivo/DISSERTACAO%20ROSANI%20GODOY.pdf. Acesso em: 24 abr. 2019.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *In*: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, 1988, p. 264-275.

GRACIA, Francisco de. **Construir en lo construído:** la arquitectura como modificación. Editorial NEREA, 1992.

GRAEFF, Edgar Albuquerque. A democratização do ensino público. *In*: **Revista da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília**. Brasília, n.1, 1998.

GUEDES, Maria Tarcila. Inventário nacional dos bens imóveis tombados: instrumento para uma proteção eficaz. *In*: **Revista do IPHAN**, n.º 22, p. 86-89, 1987. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22_m.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

HERTZ, Alfredo de Sá Earp. Contra a destruição de nosso patrimônio. *In*: **Revista A Plenária**, do IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUITETURA, p. 3, Porto Alegre, 28 de outubro de 1976.
IAB. Proposta da Forma de Atuação do Arquiteto na Sociedade Brasileira. *In*: **Anais.** X CONGRESSO DE ARQUITETURA. Brasília, v. 2, p. 37-38, 1979.

ICOM – INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. **Conferência de Nara**, 1994. Tradução IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: http://portal.iphan.gov.b r/pagina/detalhes/226. Acesso em: 15 jan. 2018.

ICOM – INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. **Carta de Atenas**. 1931. Tradução IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: http://portal.iphan.gov.b r/pagina/detalhes/226. Acesso em: 20 mar. 2017.

ICOMOS. Linhas de orientação sobre a educação e a formação em conservação de monumentos, conjuntos e sítios históricos. *In*: **10th General Assembly Colombo Proceeding**. Sri Lanka, 1993, p.159-162. Disponível em: http://openarchive.icomos.org/1679/1/AG1993.pdf. Acesso em: 15 jan. 2020.

ICOMOS. **Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos**. Paris, 2011. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/Valletta_Principles_Portugese.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

ICCROM CONSERVATION STUDIES 10. **Conserving the authentic:** essays in honour of Jukka Jokilehto. Edited by Nicholas Stanley-Price and Joseph King. Rome: ICCROM Conservation Studies 10, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Compromisso de Salvador**. 1971. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf. Acesso em: 10 mai. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Carta de Machu Picchu**. 1977. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Machu%20Picchu%201977.pdf. Acesso em: 10 mai. 2017.

JOKILEHTO, Jukka. **An International Perspective to Conservation Education**. *In:* Built Environment. Rome: Alexandrine Press, vol. 33, No. 3, Built Heritage Conservation Education, 2007, p. 275-286. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240791878_An_International_Perspective_to_ConservationEducation. Acesso em: 10 mai. 2019.

JOKILEHTO, Jukka. **A History of Architectural Conservation –** The Contribution of English, French, German and Italian thought towards na Internacional Approach to the Conservation of Cultural Property. England, 1986. Disponível em: https://www.iccrom.org/publication/history-architectural-conservation. Acesso em: 10 jul. 2019.

JOKILEHTO, Jukka. An International Perspective to Conservation Education. *In*: **Built Heritage Conservation Education**. Edited issue of Built Environment, 2006. Disponível em: http://cif.icomos.org/pdf_docs/Documents%20on%20line/Built%20Heritage%20Jokilehto.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019.

JOKILEHTO, Jukka. **Comments on the Venice Charter with illustrations**. Rome: ICOMOS, 1995. Disponível em**:** https://www.icomos.org/venicecharter2004/jokilehto.pdf. Acesso em: 05 dez. 2018.

JOKILEHTO, Jukka. **The International Training Committee of ICOMOS**. ICOMOS -CIF, Suomenlinna Helsinki Finland, June 1995.

KESSEL, Carlos. **Arquitetura neocolonial no Brasil:** entre o pastiche e a modernidade. Rio de Janeiro: Java, 2008.

KESSEL, Carlos. Vanguarda efêmera: arquitetura neocolonial na Semana de Arte Moderna de 1922. *In:* **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.º 30, 2002.

KESSEL, Carlos. **Estilo, Discurso, Poder:** arquitetura neocolonial no Brasil. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/179. Acesso em: 20 mai. 2020.

KING, Leonard William. **O Código de Hamurabi**. São Paulo: Editora Madras, 2004.

KOHLSTEDT, Kurt. **Legible Cities:** Fitting Outstanding Architecture into Everyday Contexts, 25 jul. 2016. Disponível em: https://99percentinvisible.org/article/legible-cities-fitting-outstanding-architecture-everyday-contexts/?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br. Acesso em: 10 mar. 2017.

KÜHL, Beatriz Murad. A restauração como campo disciplinar autônomo. *In:* **Museu Histórico Nacional**, v. 40, p. 351-373, 2008.

KÜHL, Beatriz Murad. **Ética e responsabilidade social na preservação do patrimônio cultural**. [S.l: s.n.], 2009. Disponível em: https://www.yumpu.com/pt/document/read/20093096/etica-e-responsabilidade-social-na-preservacao-do-abracor. Acesso em: 20 nov. 2020.

KÜHL, Beatriz Murad. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização:** problemas teóricos de restauro. Cotia: Ateliê, 2009.

LEITE, Vera França e. Origem e evolução das lutas pela reforma do ensino de arquitetura e movimento estudantil. *In*: **Suplemento especial do Jornal IAB-SP**, outubro de 1981, p. 2.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos/USP, 1979.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Colaboração Pesquisa Tese**. Mensagem recebida por e-mail em 03 de junho de 2019.

LIMA NETO, João de Paula. **O ensino de arquitetura como agente transformador da prática profissional.** 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

LOURENÇO, Cesar G. Bergstrom. [**Correspondência**]. Destinatário: Dr. Aluisio Magalhães. São Paulo, 30 de abril. 1981.

LUMIA, Chiara. **A proposito del restauro e della conservazione:** colloquio con Amadeo Bellini, Salvatore Boscarino, Giovanni Carbonara e B. Paolo Torsello. Roma: Gangemi, 2003.

MACHADO, Joany. **Histórico e apreciação do curso de urbanismo**. Belo Horizonte, 1987 13 p/s.d.t,, mimeo (relatório ao Diretor da EAUFMG).

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

MARAGNO, Gogliardo Vieira. Quase 300 cursos de Arquitetura e Urbanismo no país: como tratar a qualidade com tanta quantidade? Algumas questões sobre qualificação e ensino no Brasil. *In:* **Vitruvius**, ano 14, out. 2013. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.161/4930. Acesso em: 15 jun. 2019.

MARAGNO, Gogliardo Vieira. Regulação e acreditação de cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. *In*: **Seminário Internacional Qualidade de Ensino e Mobilidade Profissional**. São Paulo, 2019. Apresentação em Power Point. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1wAPZaTKwTpNCYORyxug1QYRQ6tFXd3-e/view. Acesso em: 10 jun. 2019.

MARCONI, Paolo. **Il restauro e làrchitetto;** teoria e prattica in due secoli di dibattito. 3ª edição. Venza: Editora Marsilio, 2002.

MATTOS, Ana Teresa Góis Soares de. **Nem português, nem mineiro… baiano e nacional, com todo respeito:** a atuação da Bahia na construção do campo do patrimônio brasileiro. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – IPHAN, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mestrado_em_Preservacao_Dissertacao_MATTOS_Ana_Teresa_Gois_Soares_de.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

MAYUMI, Lia. **Taipa, canela preta e concreto:** um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo. 2006. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/T.16.2006.tde-05052010-105239. Acesso em: 10 mai. 2020.

MEC. Conselho Nacional de Educação. Portaria n.º 1770, de 21 de dezembro de 1994. Fixa as Diretrizes Curriculares e os conteúdos mínimos para os cursos de Arquitetura e Urbanismo, e se deve a mesma ser cumprida integralmente pelas Instituições de Ensino Superior. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.lex.com.br/doc_351157_PORTARIA_N_1770_DE_21_DE_DEZEMBRO_D. Acesso em: 10 mai. 2017.

MEC. Resolução n.º 1, de 8 de junho de 2007. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019.

MEC. Resolução n.º 2, de 17 de junho de 2010. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº 6/2006. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5651-rces002-10&Itemid=30192. Acesso em: 10 mai. 2017.

MEC. Resolução n.º 6 de 02 de fevereiro de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces06_06.pdf. Acesso em: 10 mai. 2017.

MEIRA, Maria Elisa. Patrimônio cultural e formação profissional. ARQUIAMÉRICA, set. 1992, Ouro Preto, MG. **Anais**. Ouro Preto, MG. Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural, 1992.

MEIRA. Maria Elisa. Técnicas retrospectivas: manutenção e reabilitação da paisagem construída. *In*: Encontro Nacional Sobre Ensino De Arquitetura E Urbanismo – Práticas Pedagógicas, 15. 1998, Campo Grande, MS. **Cadernos Abea**, n. 22. Campo Grande, MS; Abea/UNIDERP, 1998.

MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA – MAPA. Joachim Lebreton. **Arquivo Nacional**, 19 dez. 2016. Disponível em: http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-assuntos/producao/publicacoes-2/biografias/397-joaquim-lebreton. Acesso em: 05 mai. 2017.

MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA – MAPA. Nicolas-Antoine Taunay. **Arquivo Nacional**, 2017. Disponível em: http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/446-nicolas-antoine-taunay. Acesso em: 10 mai. 2017.

MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA – MAPA. Manuel de Araújo Porto Alegre, barão de Santo Ângelo. **Arquivo Nacional**, 2020. Disponível em: http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/812-manuel-de-araujo-porto-alegre-barao-de-santo-angelo. Acesso em: 08 jan. 2021.

MILAN, C. B. **O ateliê na formação do arquiteto**. 1ª edição. São Paulo: Edusp, 1962.

MONTANER, J. M. **Sistemas arquitetônicos contemporâneos**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2008.

MONTEIRO, Ana Maria Reis de Goes. Perfis da área e Padrões de qualidade: são ainda necessários? *In*: **Seminário Internacional Qualidade De Ensino E Mobilidade Profissional**. São Paulo, 2019. Apresentação em Power Point. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1SXnEmCW21HifB8dR5nVUxQoo0QZnO02s/view. Acesso em: 20 jun. 2019.

MORALES DE LOS RIOS, Adolfo. O ensino artístico. Subsídios para a sua história: um capítulo: 1816-1889. *In*: Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Anais.** III CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL, v. 8, outubro de 1938. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, p. 247.

MORALES DE LOS RIOS, Adolfo. O Ensino Artístico. **Revista do instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, São Paulo, 1958, v. 239, p. 51-118.
MORALES DE LOS RIOS, Adolfo. O Ensino Artístico: Quarta Parte: Época Pedagógica (1890-1929). **Revista do instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, São Paulo, 1963, v. 258, p. 15-113.

MORALES DE LOS RIOS, Adolfo. O Ensino Artístico. Quinta Parte: Época de Transformação (a partir de 1930). **Revista do instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, São Paulo, 1964, v. 265, p. 3-152.
MORALES DE LOS RIOS, Adolfo. Resumo monográfico da evolução da arquitetura no Brasil**.** *In:* **Livro de Ouro Comemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922 ou 1923.

MOSANER, Fábio Ferreira Lins. **O desenho como método de estudo:** Antônio Luiz Dias de Andrade e a Arquitetura do Vale do Paraíba. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-24012013-142230/publico/mestrado_fabiom_original.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. *In:* GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (termo-chave: Inventário). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Invent%C3%A1rio%20pdf.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Formar e questionar? Os cursos de especialização em patrimônio cultural na década de 1970. *In*: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, n. sér. v. 24. n. 1, p. 205-236. jan.- abr. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v24n1/1982-0267-anaismp-24-01-00205.pdf. Acesso em: 15 fev. 2019.

O ENSINO da arquitetura se ressente dos males comuns ao nosso ensino. **A Hora**. Porto Alegre, 9 mai. 1956.

OLENA, Oliynyk. Validation Process: steps of recognition, *In*: **Seminário Internacional Qualidade De Ensino E Mobilidade Profissional**. São Paulo, 2019. Apresentação em Power Point. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ajJkuymL1hMIJr4w758ZD24uDgN075VT/view. Acesso em: 10 jun. 2019.

OLIMPIO, Monique Lessa Vieira. **Formação do arquiteto e urbanista para a preservação de áreas e edifícios de valor patrimonial:** diálogos entre a teoria e o exercício projetual. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/29660. Acesso em: 20 jun. 2020.

OLIVEIRA, Cleo Alves Pinto de; PERPÉTUO, Maini de Oliveira. Setenta e Cinco Anos da Primeira escola de Arquitetura do Brasil. *In:* **Vitruvius**, ano 06, nov. 2005. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp336.asp. Acesso em: 05 dez. 2017.

OLIVEIRA, R. et al. Diagnóstico da formação superior relacionada ao patrimônio: um projeto piloto. *In*: **Simpósio Científico ICOMOS/Brasil:** Autenticidade em risco, 3, Belo Horizonte, 2019.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. Normas de Quito, 1967. *In*: **Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico** – OEA – Organização dos Estados Americanos. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf. Acesso em: 10 jul. 2018.

ORMINDO, Paulo. Por um Inventário do Patrimônio Cultural do Brasil. *In*: **Revista do IPHAN**, n.º 22 (p. 82-85), 1987. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22_m.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

ORMINDO, Paulo; AZEVEDO, David de. **Com o pé na estrada**: memorial acadêmico, UFBA: Salvador, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27457?mode=full. Acesso em: 16 mar. 2020.

PANE, R. **Attualità e dialettica del restauro**. Chieti: Marino Solfanelli, 1987.

PEDREIRINHO, J. M. **Dicionário dos arquitectos activos em Portugal do século I à actualidade**. Porto: Afrontameto, 1994.

PEREIRA, Juliana Melo. **Admiráveis Insensatos:** Ayrton Carvalho, Luís Saia e as práticas no campo da conservação no Brasil. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11356/1/Admir%c3%a1veis%20Insensatos_BIBLIOTECA.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Conjunto Arquitetônico Sylvio de Vasconcellos**, 2007, p. 26-27. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/noticia/sylvio_de_vasconcellos.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

PUHL, Liege Sieben. **Alcides da Rocha Miranda:** Projetos e obras (1934-1997). Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PROPAR, 2010. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22675/000737421.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 5 mar. 2020.

PUPPI, Marcelo. **Por uma história não moderna da arquitetura brasileira:** questões de historiografia. Campinas: Pontes, 1998.

RABBI, Olivia. **Le "Nuove Radici Antiche" nella formazione dell'architetto del duemila.** Tema: Tempo Materia Architettura, n.º 4, p. 74-76, 1998.

RIBA. **RIBA procedures for validation and validation criteria for UK and international courses and examinations in architecture**. Reino Unido, 2014. Disponível em: https://www.architecture.com/-/media/gathercontent/validation-procedures-and-criteria/additional-documents/validationprocedures2011secondrevision2may2014pdf.pdf. Acesso em: 10 mai. 2019.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Olhares sobre a cidade**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

ROCHA, Isabel. **Implantação e distribuição espacial e funcional da agro indústria fluminense, arquitetura do café, 1840–1860**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – FAU/ PROARQ – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://livros01.livrosgratis.com.br/cp032502.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado:** a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969- 1987. 1ª edição. São Paulo: Unesp/Imprensa Oficial do Estado/Condephaat/ Fapesp, 2000.

RODRIGUES, Sérgio Corvello; TADDEI, Pedro (relatores). Relatório Final: uma síntese dos debates do Congresso. **Revista ARQUITETO**, n.º 41, O Congresso, p. 19-23, São Paulo, 1976.

ROLNIK, Rachel. Favelas cariocas entre a montanha e o mar são patrimônio da humanidade. **Blog da Raquel Rolnik**, São Paulo. 12/07/2012. Disponível em: https://raquelrolnik.wordpress.com/2012/07/02/favelas-cariocas-entre-a-montanha-e-o-mar-sao-patrimonio-da-humanidade/. Acesso em: 10 jul. 2017.

SAMPAIO, Julio Cesar Ribeiro. A conservação na formação do arquiteto: o caso do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora. *In*: Jornada do Patrimônio Cultural no Espírito Santo, I, 2006. Vitória. **Anais**. UFES, 2006.

SANCHES, Maria Ligia Fortes. **Construções de Paulo Ferreira Santos:** a fundação de uma historiografia da arquitetura e do urbanismo no Brasil. Orientador: João Masao Kamita. 2005. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, Marisa Motta. Nasce a Academia SPHAN. *In*: **Revista do Patrimônio** – Cidadania, n.º 24. Rio de Janeiro, 1996.

SANTOS, Paulo. **Quatro séculos de arquitetura**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Instituto de Arquitetos do Brasil, 1981.

SANTOS, Paulo. **Carta ao professor Aloísio Magalhães**. Rio de Janeiro, 1980. Manuscrito. Acervo pessoal Paulo Ferreira Santos, Biblioteca Paulo Santos, Paço Imperial.
SANTOS, Roberto E. dos. Currículo e qualidade de Ensino. *In*: **Cadernos de arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 10, dez. 2003, p. 114.

SANTOS, Roberto Eustáquio. **Atrás das grades curriculares:** da fragmentação do currículo de graduação em arquitetura e urbanismo no Brasil. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

SANTOS JUNIOR, Wilson Ribeiro dos**. O currículo mínimo no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil:** 1969-1994. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Sâo Paulo. Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2001.

SCHICCHI, Maria Cristina. Ensino e Projeto e Preservação: reflexões e práticas didáticas. *In*: **II SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL – III PROJETAR**, Porto Alegre, 2007. Disponível em: http://projedata.grupoprojetar.ct.ufrn.br/dspace/bitstream/handle/123456789/354/075.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 05 dez. 2020.

SCHLEE Andrey Rosenthal, et al. Preservar e intervir no patrimônio moderno. O caso de Brasília. *In*: **Anais do VII SEMINÁRIO DO DOCOMOMO BRASIL**, 2007. Disponível em: http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/072.pdf. Acesso em: 15 jan. 2018.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 1999.

SEMINÁRIO ENSINO E PRÁTICA PROFISSIONAL NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO. *In:* **Seminário**. 2017.

SESTAK, Barbara. National Architectural Accrediting Board. *In*: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL QUALIDADE DE ENSINO E MOBILIDADE PROFISSIONAL**. São Paulo, 2019. Apresentação em Power Point. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1yGuy0BBpYOP83Q1WbKulD6ZJZ0ocxGsd/view. Acesso em: 20 jun. 2019.

SILVA, Heitor de Andrade. **Projeto em Áreas Consolidadas de Patrimônio Cultural:** Propostas para a Construção de uma Metodologia de Ensino. 2012. 395 f. Tese (Doutorado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/12310/1/ProjetoAreasConsolidadas_Silva_2012.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

SILVA, André Fabrício. **Alicerces do Patrimônio:** Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade e as narrativas de patrimonialização na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937-1945). 2019. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Rio de Janeiro: MAST/UNIRIO, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/mariv/Desktop/TESE/andre_fabricio.pdf. Acesso em: 05 mar. 2020.

SILVA, Heitor. D. A. **Projeto em áreas consolidadas de Patrimônio cultural:** propostas para a construção de uma metodologia de ensino. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de pós-graduação em Arquitetura e urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/12310/1/ProjetoAreasConsolidadas_Silva_2012.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

SIMAS, Eduardo Furtado de. Importância da atuação conjunta na preservação dos bens culturais do Brasil. *In*: **Arquivo Geral do IPHAN**, 1981.

SODRÉ, João Clark de Abreu. **Arquitetura e Viagens de Formação pelo Brasil 1938-1962.** 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU – Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-14062010-153534/publico/MESTRADO_2942655.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

SOLA-MORALES, Ignasi de. **Intervenciones**. Barcelona: Gustavo Gili, 2006.

SPHAN/Pró-memória. **Boletim nº 40**. mar/abr. 1988. Editado pela Fundação Pró-Memória, Rio de Janeiro, 1988. Disponível em: http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bol_sphan&pagfis=1100. Acesso em: 10 mai. 2017.

SPHAN/Pró-memória. **Boletim nº 45**. jan/fev. 1988. Editado pela Fundação Pró-Memória, Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bol_sphan&pagfis=1242. Acesso em: 10 mai. 2017.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA– STJ. **Recurso especial n.º 1.813.857 (2019/0134191-0)**. Brasília, 2019. Disponível em: https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/879169265/recurso-especial-resp-1813857-pr-2019-0134191-0. Acesso em: 20 jan. 2020.

SYKES, Meredith H. Manual on Systems of Inventorying Immovable Cultural Property Museums and Monuments**.** *In*: **Museuns and Monuments XIX**. Unesco, Paris, 1987. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000063035. Acesso em: 18 fev. 2020.

TELLES, Augusto da Silva. Fichamento do I Encontro de Professores de História da Arquitetura e Teorização. *In*: **Arquivo Geral do IPHAN**. Rio de Janeiro, 1975.

TELLES, Augusto C. da Silva. Um depoimento sobre a trajetória institucional do IPHAN (1952/2000) *In*: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Brasil**: monumentos históricos e arqueológicos/ Rodrigo Melo Franco de Andrade [organização de Maria Beatriz Setubal Rezende da Silva]. Rio de Janeiro: IPHAN/ DAF/COPEDOC, 2012. p. 285-316. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc6_MonumentosHistoricosArqueologico_m.pdf. Acesso em: 09 jun. 2020.

THOMPSON, Analucia (org). **Memórias do Patrimônio:** Entrevista com Augusto da Silva Telles. Rio de Janeiro, 2010a. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/

publicacao/sermempat_memoriaspatrimonio_entrevistasilvatelles_m.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

THOMPSON, Analucia (org). **Memórias do Patrimônio:** Entrevista com Judith Martins. Rio de Janeiro, 2010b. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerMemPat_MemoriasPatrimonio_EntrevistaJudithMartins.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

TORELLY, Luiz Philippe P. Patrimônio cultural: Notas sobre a evolução do conceito. *In:* **Vitruvius**, ano 13, out. 2012. Disponível em: https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/13.149/4539. Acesso em: 10 abr. 2017.

TORSELLO, B. Paolo et al. **Che cos'è il restauro?** Venezia: Marsilio, 2005.

TURKIENCZ, B. (org.): Desenho urbano I. *In:* II SEMINÁRIO SOBRE DESENHO URBANO NO BRASIL. **Cadernos Brasileiros de Arquitetura 12**, Universidade de Brasília, Brasília, 1986.

UFF. **PROJETO PEDAGÓGICO EAU/UFF**. Disponível em: http://eau.uff.br/projeto-pedagogico-da-arquitetura-e-urbanismo-da-uff/. Acesso em: 30 jun. 2019.

UFRJ. **PROJETO PEDAGÓGICO EAU UFRJ**. Disponível em: http://www.fau.ufrj.br/projeto-pedagogico/. Acesso em: 30 jun. 2019.

UNESCO. Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural. *In*: **Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura**. Paris, 16 nov. 1972. Disponível em: https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019.

UNESCO. Recomendação de Nairóbi. *In*: 19ª Seção UNESCO. **Recomendação Relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea**. Nairóbi, 1976. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/salvaguardaconjuntoshistoricos1976.pdf. Acesso em: 10 mai. 2017.

UNESCO. **O Patrimônio**: legado do passado ao futuro. 2017. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/. Acesso em: 13 mar. 2018.

UNESCO/UIA. **Charter for Architectural Education**. Turim: Unesco, UIA, 2008.

UNESCO/UIA. **Carta para Educação dos Arquitetos**. Tradução de Luiz Augusto Contier. Paris: Unesco, UIA, 2011. Disponível em: https://www.abea.org.br/?page_id=304. Acesso em: 10 mai. 2017.

VELOSO, Maísa. O moderno no passado: projetos de reusos adaptativos como estratégia de conservação do patrimônio histórico edificado. *In*: **II SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL** – III PROJETAR, Porto Alegre, 2007. Disponível em: http://projedata.grupoprojetar.ufrn.br/dspace/bitstream/123456789/2282/1/078.pdf. Acesso em: 05 dez. 2020.

VILLELA, Andrea. Acreditação de Cursos do CAU/BR. *In*: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL QUALIDADE DE ENSINO E MOBILIDADE PROFISSIONAL**. São Paulo, 2019. Apresentação em Power Point. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1VFkM6JbAeKGuRssO9S3H1WSC1Zywb56_/view. Acesso em: 13 jun. 2019.

VILLELA, Andrea. CEF, DCNs e EAD. *In*: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL QUALIDADE DE ENSINO E MOBILIDADE PROFISSIONAL**. São Paulo, 2019. Apresentação em Power Point. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1pgrGAHGnKpByHZ6jlwkf63l7w6Zbp01X/view. Acesso em: 13 jun. 2019.

VITRÚVIO. **Tratado de Arquitetura**. Tradução de M. Justino Maciel. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Estrutura curricular após Plano Nacional de Educação de 1937

I	Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral, Cálculo Gráfico
II	Mecânica Racional
III	Resistência dos Materiais, Grafo Estática, Estabilidade das Construções
IV	Sistema de Estrutura dos Edifícios
V	Introdução ao Estudo da Arquitetura
VI	Teoria da Arquitetura
VII	Arquitetura Analítica
VIII	Desenho a Carvão
IX	Composição Elementar da Arquitetura
X	Composição Superior da Arquitetura
XI	História Comparada das Artes
XII	História da Arquitetura
XIII	Geometria Descritiva e Aplicação à Sombra, Perspectiva e Estereotomia
XIV	Topografia; levantamento dos monumentos e edifícios, respectivo desenho técnico
XV	Física Aplicada
XVI	Composição Plástica e Modelação
XVII	Materiais de Construção
XVIII	Higiene da Habitação, Saneamento dos Edifícios
XIX	Construção: solo e fundações, processos, desenho técnico
XX	Urbanismo e Arquitetura Paisagística
XXI	Legislação Predial, Economia política
XXII	Instalação de Interior, Arte Decorativa
XIII	Organização do Trabalho, Prática Profissional, Contabilidade

Fonte: Tabela elaborada pelos autores, baseada nos dados de Morales de Los Rios Filho (1964, p. 26-27)

APÊNDICE B – Estrutura curricular da Faculdade de Arquitetura de 1945 até 1961

Ano	Disciplina	Professores catedráticos	Professores substitutos em função das aposentado-rias	Livres docentes	Assisten-tes
1º ANO	Matemática Superior	Eng. Júlio César de Melo e Souza	Chafi Haddad		
	Geometria Descritiva	Arquiteta Maria Adelaide Rabelo Albano Pires		Arquiteta Giuseppina Pirro	
	História da Arte Estética	Bacharel José Flexa Pinto Ribeiro	Advogado e historiador Carlos Otávio Flexa Ribeiro		
	Desenho Artístico	Arquiteto Ubi Bava		Arquiteta Helena Meyerhofer	
	Arquitetura Analítica (1ª parte)	Engenheiro-arquiteto Lucas Mayerhofer			Arquiteto Tales Memória
	Modelagem	Engenheiro Civil Carlos Del Negro			
2º ANO	Mecânica Racional, Grafo Estática	Engenheiro Pompeu Barbosa Accioly	Ademar da Cunha Fonseca		
	Sombras, Perspectiva e Estereotomia	Arquiteto Gerson Pompeu Pinheiro			Arquiteto Darcy Bove de Azevedo
	Materiais de Construção, Estudo dos Solos	Engenheiro Édison Junqueira Passos	Arquiteto Mauro Viegas		
	Teoria da Arquitetura	Arquiteto Vladimir Alves de Sousa		Arquiteto Ângelo Alberto Murgel; Arquiteto Paulo Tedim Barreto	Arquiteto Pedro Samuel Teófilo Albano de Aratanha
	Arquitetura Analítica (2ª parte)	Engenheiro-arquiteto Lucas Mayerhofer			
	Composições de Arquitetura (1ª parte)	Engenheiro-arquiteto Paulo Ewerard Nunes Pires		Arquiteto Afonso Eduardo Reidy; Arquiteto Hélio de Queirós Duarte	Arquiteto João Lima Júnior
3º ANO	Resistência dos Materiais, Estabilidade das Construções	Engenheiro Filipe dos Santos Reis		Eng. Sérvio Marcondes; Eng. Icaraí da Silveira	Eng. Virgílio Bastos Freire Filho
	Técnica da Construção, Topografia	Engenheiro Raimundo Barbosa de Carvalho Neto		Engenheiro Mário Roxo Sobrinho; Engenheiro-	

				arquiteto Manuel Henrique Lima	
	Física Aplicada	Engenheiro Engênio Hime			Jairo Pimenta Montana
	Composição Decorativa	Arquiteto David Xavier de Azambuja		Arquiteto Ibsen Pivatello; Arquiteto Estélio Alves de Sousa	
	Composições de Arquitetura (2ª parte)	Engenheiro Filipe dos Santos Reis		Arquiteto Afonso Eduardo Reidy; Arquiteto Hélio de Queirós Duarte	Arquiteto João Lima Júnior
4º ANO	Concreto Armado	Engenheiro Anderson Moreira da Rocha		Engenheiro Sydney Martins Gomes dos Santos; Engenheiro David Astrachan	
	Legislação, Economia Política	Bacharel Ildefonso Mascarenhas da Silva		Advogado Marcílio Teixeira de Lacerda; Advogado Anselmo Páscoa; Advogado José Rodrigues Vale	
	Higiene da Habitação, Saneamento das Cidades	Engenheiro Nestor de Oliveira Júnior		Engenheiro Paulo Accioly de Sá; Engenheiro Marcelo Teixeira Brandão; Arquiteto Benjamim de Araújo Carvalho	
	Arquitetura no Brasil	Engenheiro-arquiteto Paulo Ferreira Santos			
	Grandes Composições de Arquitetura (1ª parte)	Engenheiro-arquiteto Archimedes Memória			
5º ANO	Sistemas Estruturais	Engenheiro José Furtado Simas		Engenheiro Antônio Alves de Noronha	Engenheiro Abrahão David
	Organização do Trabalho,	Engenheiro Luís Nogueira de			Arquiteto Gilson

	Prática Profissional	Paula			Gladstone de Araújo Navarro
	Urbanismo, Arquitetura Paisagista	Engenheiro José Otacílio de Sabóia Ribeiro			Arquiteto Estélio Morais
	Grandes Composições de Arquitetura (2ª parte)	Engenheiro-arquiteto Archimedes Memória			Arquiteto Gabriel de Queirós Vieira
	Prêmio de Viagem			Arquiteto Mário dos Santos Maia	

Fonte: Tabela elaborada pelos autores, baseada nos dados de Morales de Los Rios Filho, (1964, p. 71-73).

APÊNDICE C – Estrutura curricular do Curso de Urbanismo em 1953

Ano	Disciplina	Professores catedráticos
PRIMEIRO ANO	Teoria e Prática dos Planos da Cidade (1ª parte)	Augusto Beltrão Penetra; Homero Xavier de Andrade Pedrosa; Engenheiro e Urbanista Durval Coutinho Lôbo; José de Oliveira Reis Newton P.G. da Silva Rosa; Arquiteto José Otacílio Sabóia Ribeiro
	Evolução Urbana (1ª parte)	
	Urbanologia, Estatística, Documentação Urbanística	
	Técnica Sanitária Urbana, Serviços de Utilidade Pública	
SEGUNDO ANO	Teoria e Prática dos Planos da Cidade (2ª parte)	
	Evolução Urbana (1ª parte)	
	Arquitetura Paisagística	
	Organização Social das Cidades	
	Administração Municipal	

Fonte: Tabela elaborada pelos autores, baseada nos dados de Morales de Los Rios Filho (1964, p. 73-74)

APÊNDICE D – Currículo FAU/UFRJ de 1982/1 a 1995

CURRÍCULO A SER CUMPRIDO PELOS ALUNOS DE 1982/1 A 1995/2	
1º Período	História da Arquitetura e Arte I Desenho de Arquitetura I Introdução à Geometria Descritiva Expressão Gráfica I Estudo da Forma Arquitetônica I Cálculo I (FAU)
2º Período	Composição e Modelagem das Estruturas Estática dos Corpos Rígidos História da Arquitetura e Arte II Desenho de Arquitetura II Geometria Descritiva I Expressão Gráfica II Estudo da Forma Arquitetônica II
3º Período	Estática dos Corpos Elásticos História da Arquitetura e Arte III Planejamento de Arquitetura I Perspectiva Topografia
4º Período	Estruturas de Aço e de Madeira Estudos Sociais História da Arquitetura e Arte IV Teoria da Arquitetura I Planejamento de Arquitetura II Materiais de Construção I Legislação e Economia Aplicadas
5º Período	Estruturas de Concreto Armado I História da Arquitetura e Arte V Teoria da Arquitetura II Planejamento de Interiores I Planejamento de Arquitetura III Materiais de Construção II Física Aplicada I
6º Período	Estrutura de Concreto Armado II Planejamento de Interiores II Planejamento de Arquitetura IV Estudo do Solo Física Aplicada II Higiene da Habitação I Planejamento Paisagístico
7º Período	Análise Experimental **Arquitetura no Brasil I** Planejamento de Arquitetura V Organização e Prática Profissional Técnica da Construção Higiene da Habitação II Estatística
8º Período	Composições Estruturais **Arquitetura no Brasil II** Planejamento de Arquitetura VI Técnica da Construção II Planejamento Urbano e Regional I Atividades Acadêmicas Optativas
9º Período	Planejamento de Arquitetura VII Planejamento Urbano e Regional II Atividades Acadêmicas Optativas
10º Período	Planejamento de Arquitetura VIII Atividades Acadêmicas Optativas

Disciplinas Optativas	Estruturas Especiais de Concreto Armado e Protendido Antropologia (Optativa) **Restauração e Conservação Monumentos (60 CH)** Conceitos Gerais Arquitetura Planejamento de Conjuntos Habitacionais Planejamento Hospitalar Habitação Residencial Multifamiliar Permanente Habitação Residencial Multifamiliar Temporária Desporto e Lazer Espaços para a Educação Espaços para o Trabalho Arquitetura da Cidade Conceitos Gerais sobre Lojas e Centros de Compras Museus e Centros Culturais Espaços para Saúde Teoria da Percepção Geometria Descritiva II Desenho Artístico Comunicação Visual Computação Gráfica na Arquitetura Cerâmica Aplicada à Arquitetura I Cerâmica Aplicada à Arquitetura II Maquete Analise e Representação Gráfica da Forma Método para Análise da Forma Arquitetônica Fotocriação Sistemas Especiais de Construção Saneamento das Cidades Higiene e Segurança do Trabalho Iluminação Natural Acessibilidade: Técnicas e Especificação para Projetos Controle de Obras Patologia das Construções Metodologia da Pesquisa Cidade e Arquitetura na América Hispânica. Séc. XX Urbanismo e Meio Ambiente Planos Diretores Atividades Complementares Cálculo II (FAU)

Fonte: https://siga.ufrj.br/sira/repositorio-curriculo/distribuicoes/C287E5BA-A76F-4E47-9E86-E96D79EDE825.html

APÊNDICE E – Currículo FAU/UFRJ de 1996/1 a 2005/2

CURRÍCULO A SER CUMPRIDO PELOS ALUNOS DE 1996/1 A 2005/2	
1º Período	Modelagem de Sistemas Estruturais Fundamentos Básicos dos Sistemas Estruturais História da Arquitetura e Arte I Teoria da Arquitetura I Estudo da Forma Arquitetônica I Geometria Descritiva I Expressão Gráfica I
2º Período	Isostática História da Arquitetura e Arte II Teoria da Arquitetura II Estudo da Forma Arquitetônica II Geometria Descritiva II Expressão Gráfica II Informática Aplicada à Arquitetura e ao Urbanismo
3º Período	Estática dos Corpos Elásticos História da Arquitetura e Arte III Teoria da Arquitetura III Composição da Arquitetura I Perspectiva Expressão Gráfica III Topografia Básica Urbanismo e Meio Ambiente
4º Período	História da Arquitetura e Arte IV Estudos Sociais Projeto de Arquitetura I Tecnologia da Construção I Saneamento Urbano Paisagismo I Urbanismo I
5º Período	Estruturas de Concreto Armado I História da Arquitetura e Arte V Projeto de Arquitetura II Tecnologia da Construção II Estudo do Solo Conforto Ambiental Paisagismo II Urbanismo II
6º Período	Estruturas de Concreto Armado II **Arquitetura no Brasil I** Projeto de Arquitetura III Tecnologia da Construção III Saneamento Predial I Saneamento Predial II Planejamento Urbano e Regional
7º Período	Composições Estruturais **Arquitetura no Brasil II** Projeto de Arquitetura IV Eletrotécnica Aplicada à Arquitetura Urbanismo III
8º Período	Arquitetura no Brasil III **Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural (30 CH)** Arquitetura de Interiores Projeto de Arquitetura V Planejamento e Exercício Profissional Urbanismo IV Atividades Acadêmicas de Livre Escolha

9º Período	Fundamentos para o Trabalho Final de Graduação
10º Período	Trabalho Final de Graduação
DISCIPLINAS OPTATIVAS	Estruturas de Aço Estruturas de Madeira Analise Estrutural, Diagnóstico e Recuperação de Estruturas Análise e Concepção Estrutural Estruturas Especiais de Concreto Armado e Protendido Produção do Espaço Turístico na Contemporaneidade Antropologia e Arquitetura Semiologia e Arquitetura Correntes Contemporâneas de Arquitetura Arquitetura Comparada Documentação Arquitetônica Estética e Arquitetura Filosofia e Arquitetura Dimensões Sociais do Espaço Arquitetura e Identidade Artes Plásticas no Brasil Espaço da Habitação no Brasil Museografia Aplicada à Arquit. Sistemas Tradicionais de Construção no Brasil **Políticas de Preservação Cultural no Brasil (30 CH)** **Preservação de Centros Históricos (30 CH)** Arquitetura Religiosa no Brasil Arquitetura Contemporânea no Brasil História e Teoria da Cidade História da Arquitetetura Oriental História da Arquitetura Pré-Colombiana História da Arquitetura Latino-Americana História Arquitetura Indígena História da Arquitetetura Africana História da Arquitetura Portuguesa Percepção do Espaço Arquitetônico Teoria da Composição Arquitetônica Análise Crítica das Teorias Arquitetônicas Composição de Arquitetura II Relação entre Teoria e Prática Arquitetônica Legislação Edilícia Conceitos Gerais de Arquitetura Detalhamento Arquitetônico Detalhamento de Telhados Detalhamento de Esquadrias Detalhamento de Especificação de Instalações Sanitárias Detalhamento de Elementos Especiais Tipologia em Arquitetura Projeto Executivo de Habitação Multifamiliar Projeto Executivo de Edificações Comerciais **Projeto Executivo para Restauro (90 CH)** Projeto de Execução para Interiores Habitação I Habitação II -Prob.Implantação **Projeto Espaços Urbanos e Edifícios Históricos (60 CH)** Arquitetura da Cidade I **Reciclagem de Arquiteturas Históricas (CH 60)** Arquitetura para a Indústria Arquitetura e Paisagem Arquitetura da Cidade II Arquitetura dos Espaços de Trabalho Lojas e Centros de Compras Habitação Residencial Multifamiliar Temporária

	Habitação Residencial Multifamiliar Permanente Desporto e Lazer Arquitetura de Museus e Centros Culturais Arquiteturas e Paisagem II Projeto de Arquitetura para a Educação Projeto de Arquitetura para a Saúde Conjuntos Habitacionais Estrat Composição de Edifícios Contemporâneo Tipologias Arquitônicas e Urbanísticas da América Latina Arquitetura de Ambientes de Saúde Analise e Representação Gráfica da Forma Metodologia para Analise da Forma Arquitetônica Fotocriação Maquete Cerâmica Aplicada à Arquitetura I Cerâmica Aplicada à Arquitetura II Computação Gráfica Aplicada à Arquitetura I Computação Gráfica Aplicada à Arquitetura II Comunicação Visual Tecnicas de Apresentação de Projeto Arquitetônico I Tecnicas de Apresentação de Projeto Arquitetônico II Geometria Descritiva Aplicada à Arquitetura Desenho Artístico Perspectiva Aplicada à Arquitetura Arquitetura e Mídia Digital I Arquitetura e Mídia Digital II Gestão do Processo de Projeto Tecnologia da Construção com Terra Materiais e Tecnologias Alternativas Iluminação Artificial Instalações Esp.nas Edificac. Topog. aplic.a Arq.e Urb.e C.a Iluminação Natural Conforto Acústico na Arquitetura Conforto Térmico na Arquitetura Planejamento e Controle Orçamentário Higiene e Segurança do Trabalho Tópicos em Proc. Construtivos Instal Condicionamento do ar Avaliacao Pos Ocup. em Edif. Instalacoes Rurais Ger.e Cont.da Qualid. na Const Topog.Aplic.ao Plan.Urb.e Reg. Patologia das Construções Estatística Aplicada à Arquitetura e Urbanismo **Tecnologia de Conservação Restauração da Arquitetura (30 CH)** Acessibilidade: Tec Espec Proj Luz Nat na Arquit de Museus Metod de Proj de Restauro História Cidade Urbanismo História Cidade Urbanismo II Metodologia da Pesquisa Legislação Ambiental Legislação Urbana Informática Aplicada ao Urbanismo Estudos Urbanos Contemporâneos Contextos Historic.e Cult.Pais Paisagismo e Comp. Vegetal Proj. da Paisagem e Ecossistema

	Evolução da Moradia Questão da Hab e Polit Habit Assentamentos Irregulares Gestão Urbana Planos Diretores Cidades Planejadas Desenho Urbano Transformações do Esp Construído **Renovação e Preservação Urbana (60 CH)** Circul Mob e Transporte Urbano Evolução Urb do Rio de Janeiro Pesq e Fund Teórica Arqui Urba Tópicos Especiais em Pesquisa Monitoria Atividades Complementares Proj Urbano Vila Residencial Proj Urbaniz Alternativa I Proj Urbaniz Alternativa II

Fonte: https://siga.ufrj.br/sira/repositorio-curriculo/distribuicoes/19582F45-B2B7-402F-86B7-72662134E5BF.html

APÊNDICE F – Currículo FAU/UFRJ a partir de 2006/1

CURRÍCULO A SER CUMPRIDO PELOS ALUNOS DE 2006/1 A ATUALIDADE	
1º Período	Modelagem Sistemas Estruturais História da Arquitetura e Arte I Concepção da Forma Arquitetônica I Geometria Descritiva I Desenho de Observação I Desenho de Arquitetura História das Teorias do Urbanismo I Atividades Complementares
2º Período	Isostática História da Arquitetura e Arte II Estudos Sociais Concepção da Forma Arquitetônica II Geometria Descritiva II Desenho de Observação II Topografia História das Teorias do Urbanismo II
3º Período	Resistência dos Materiais História da Arquitetura e Arte III Projeto Arquitetônico I Perspectiva Conforto Ambiental I Análise da Forma Urbana e Paisagística I História das Teorias do Urbanismo III
4º Período	Concepção Estrutural Teoria da Arquitetura I Projeto Arquitetônico II Gráfica Digital Processos Construtivos I Saneamento Predial Projeto Paisagístico I Atelier Integrado I
5º Período	Estruturas do Concreto Armado I História da Arquitetura e Arte IV **Arquitetura no Brasil I** Projeto de Arquitetura III Conforto Ambiental II Processos Construtivos II Estágio Supervisionado
6º Período	Estruturas de Concreto Armado II História da Arquitetura e Arte V **Arquitetura no Brasil II** Projeto de Arquitetura IV Projeto de Interiores Processos Construtivos III Planejamento Urbano e Regional Análise da Forma Urbana e Paisagística II Atividades Acadêmicas Optativas
7º Período	Estruturas de Aço e Madeira Teoria da Arquitetura II **Arquitetura no Brasil II** Saneamento Urbano Projeto Urbano I Urbanismo e Meio Ambiente Atividades Acadêmicas Optativas Atividades Acadêmicas Optativas (Grupo 1)
8º Período	Sistemas Estruturais Teoria da Arquitetura III

	Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural (30 CH) Técnicas de Apresentação de Projetos Projeto Paisagístico II Atelier Integrado II
9º Período	Gestão do Processo de Projeto
	Ética e Exercício Profissional
	Orçamento e Gerenciamento de Obra
	Trabalho Final de Graduação I
	Atividades Acadêmicas de Livre Escolha
	Atividades Acadêmicas Optativas (Grupo 2)
10º Período	Trabalho Final de Graduação II
DISCIPLINAS OPTATIVAS (Grupo 2)	Projeto Executivo de Habitação Multifamiliar
	Projeto Executivo de Edifícios Comerciais
	Projeto de Execução para Restauro (90 CH)
	Projeto de Execução para Interiores
DISCIPLINAS OPTATIVAS (Grupo 1)	Projeto de Espaços para a Cultura
	Projeto de Espaços para a Saúde
	Projeto Arquitetura Desporte e Lazer
	Projeto Arquitetura Cidade Contemporânea
	Projeto de Habitação de Interesse Social
	Projeto de Urbanização Alternativa
DISCIPLINAS OPTATIVAS	Fundamentos Básicos do Sistema Estrutural Estruturas de Aço Estruturas de Madeira Analise Estrutural, Diagnóstico e Recuperação de Estruturas Análise e Concepção Estrutural Estruturas Especiais em Concreto Aramado e Protendido Arquitetura Sacra e Religiosa Arquitetura e Arte Moderna e Contemporânea Produção de Espaços Turísticos na Contemporaneidade Antropologia e Arquitetura Semiologia e Arquitetura Arquitetura Comparada Documentação Arquitetônica Estética e Arquitetura Filosofia e Arquitetura Arquitetura e Identidade Museografia Aplicada à Arquitetura **Políticas de Preservação Cultural no Brasil (30 CH)** **Preservação de Centros Históricos (30 CH)** História e Teoria da Cidade História da Arquitetura Oriental História Arquitetura Pre-Colombiana História Arquitetura Indígena Percepção do Espaço Arquitetônico Teoria da Composição Arquitetônica Análise Crítica das Teorias Arquitetônicas Arquitetura e Sustentabilidade Proposta Refúgio Emergencial Arquitetura e Direitos Humanos Relação Entre e Prática Arquitetura Legislação Edilícia Conceitos Gerais de Arquitetura Detalhamento Arquitetônico Detalhamento de Telhados Detalhamento de Esquadrias Detalhamento de Especificações de Instalações Sanitárias Detalhamento de Elementos Especiais Tipologia em Arquitetura

	Habitação I Habitação II – Probl. Implantação **Projeto Espaços Urbanos e Edifícios Históricos** Arquitetura para a Indústria Arquitetura e Paisagem Arquitetura dos Espaços de Trabalho Lojas e Centros de Compras Arquitetura de Museus e Centros Culturais Estrat Comp Edifícios Contemporâneo Tipologias Arquitetônicas e Urbanas da América Latina Arquitetura Ambientes de Saúde Analise e Representação Gráfica da Forma Metodologia para Analise da Forma Arquitetônica Linguagens Gráficas Maquete Cerâmica Aplicada. à Arquitetura I Cerâmica Aplicada à Arquitetura II Comunicação Visual Raciocínio Gráfico Desenho Artístico Perspectiva Aplicada à Arquitetura Arquitetura e Mídias Digitais Modelagem Digital em Arquitetura Tópicos Especiais em Conforto Ambiental e Sustentabilidade Eficiência Energética nas Edificações Informática Aplicada à Arquitetura e ao Urbanismo Gestão do Processo de Projeto Tecnologia da Construção com Terra Iluminação Artificial Instalações Especiais nas Edificações Topografia aplicada. à Arquitetura e ao Urbanismo Iluminação Natural Conforto Acústico na Arquitetura Conforto Térmico na Arquitetura Tópicos em Processos Construtivos Instalações e Condicionamento do ar Topog. Aplicada ao Planejamento. Urbano e Regional Patologia das Construções Estatística Aplicada à Arquitetura e o Urbanismo **Tecnologia em Conservação e Restauração de Arquitetura (30 CH)** Acessibilidade: Técnicas Especiais de Projeto Eletrotécnica Aplicada à Arquitetura Luz Natural na Arquitetura de Museus Metodologia de Pesquisa Legislação Ambiental Legislação Urbana Informática Aplicada ao Urbanismo Contextos Históricos e Culturais da Paisagem Paisagismo e Comp. Vegetal Projeto da Paisagem e Ecossistema Evolução da Moradia Questão da Habitação e Politicas Habitacionais Assentamentos Irregulares Gestão Urbana Planos Diretores Cidades Planejadas Desenho Urbano Transformações do Espaço Construído **Renovação e Preservação Urbana (60 CH)** Circulação, Mobilidade e Transporte Urbano

	Evolução Urbana do Rio de Janeiro Pesquisa e Fundamentação Teórica da Arquitetura e do Urbanismo Estudos da Língua Brasileira de Sinais Técnica de Apresentação de Projetos II Geometria Descritiva Aplicada. à Arquitetura Perspectiva Aplicada à Arquitetura

Fonte: https://siga.ufrj.br/sira/temas/zire/frameConsultas.jsp?mainPage=/repositorio-curriculo/C4A0EE64-92A4-F716-0097-168A2FDAFF82.html

APÊNDICE G – Currículo EAU/UFF de 1976/1 a 1981/1

CURRÍCULO A SER CUMPRIDO PELOS ALUNOS DE 1976/2 A 1981/1	
1º Período	Cálculo Vetorial Desenho de Arquitetura I Desenho Livre Ergonomia Geometria Analítica Geometria Descritiva III Meios de Expressão Teoria da Percepção
2º Período	Cálculo Diferencial e Integral V Desenho de Arquitetura II Física Geral e Experimental XV Geometria Descritiva IV História da Arte V Introdução ao Projeto Plástica I
3º Período	Estática I Higiene das Construções História da Arte III Perspectiva Plástica II Plástica III Projeto de Arquitetura I Teoria da Arquitetura I
4º Período	Estabilidade das Construções IV História da Arte IV Instalações Prediais III Projeto de Arquitetura II Resistência dos Materiais II Teoria da Arquitetura I
5º Período	Arquitetura Brasileira I Estabilidade das Construções V Fundamentos Sócioeconômicos da Arquitetura Brasileira Materiais de Construção III Projeto de Arquitetura VI Topografia V
6º Período	Arquitetura Brasileira II Estática V Instalações Prediais IV Projeto de Arquitetura III Sistemas e Técnicas Construtivas Sistemas Estruturais Teoria da Arquitetura III
7º Período	Cálculo Numérico I Evolução Urbana do Brasil e América Latina Introdução à Economia I Projeto de Arquitetura VII Topografia VI
8º Período	Método de Pesquisa em Sociedade Urbana Projeto de Arquitetura IV Saneamento II Teoria da Arquitetura IV
9º Período	Organização Industrial I Princípio Básico de Planejamento Urbano Projeto de Arquitetura V
10º Período	Estágio Supervisionado em Arquitetura e Urbanismo
Disciplinas Não	A Conservação de Energia nas Edificações

Periodizadas	Conforto Ambiental Edificações I Engenharia de Trânsito Espaços Culturais de Niterói Estruturas Históricas de Arquitetura Brasileira Estudos Urbanos e Regionais I Estudos Urbanos e Regionais II Fundamentos Econômicos do Estudo do Espaço Urbano Informática na Arquitetura e Urbanismo Introdução aos Sistemas Construtivos na Arquitetura Meta e Política Habitacional Organização e Métodos do Trabalho Intelectual Planejamento Urbano e Regional **Princípios Teóricos da Preservação do Patrimônio Cultural (60 CH)** Produção da Arquitetura Projeto de Componentes Arquitetônicos

Fonte: Elaborada pelos autores com base nas informações extraídas em: https://app.uff.br/iduff/privado/academico/curriculo/visualizarCurriculos.uff?conversationPropagation=none

APÊNDICE H – Currículo EAU/UFF de 1996/1 a 2013/2

CURRÍCULO A SER CUMPRIDO PELOS ALUNOS DE 1996/1 A 2013/2	
1º Período	Conceitos Fundamentais da História da Arte Conforto Ambiental I Expressão na Arquitetura Geometria Descritiva VII Plástica IV Sistemas Estruturais I Técnicas Gráficas I
2º Período	Estudos Sociais e Ambientais Expressão no Urbanismo Introdução ao Projeto Arquitetônico Modelos e Maquetes Sistemas Estruturais II Técnicas Gráficas II Teoria e História da Arquitetura I Teoria e História do Urbanismo I
3º Período	Análise Urbana Conforto Ambiental II Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo Métodos de Pesquisa Projeto Arquitetônico II Sistemas Construtivos em Arquitetura Sistemas Estruturais III Teoria do Paisagismo
4º Período	Instalações Prediais III Materiais e Técnicas I Projeto de Paisagismo Sistemas Estruturais IV Teoria e História da Arquitetura II Teoria e História do Urbanismo II Topografia X
5º Período	Instalações Prediais IV Materiais e Técnicas II Projeto Arquitetônico III Projeto de Urbanismo I Sistemas Estruturais V Teoria e História da Arquitetura III
6º Período	Infraestrutura Urbana Planejamento e Controle em Arquitetura **Princípios e Conservação de Bens Culturais (45 CH)** Projeto Arquitetônico IV Sistemas Estruturais VI Sistemas Estruturais VII Teoria e História do Urbanismo III
7º Período	**Projeto de Restauração (120 CH)** Projeto de Urbanismo II Teoria e História da Arquitetura IV
8º Período	Projeto Arquitetônico V Projeto de Urbanismo III Teoria da Habitação Viagem de Estudo I
9º Período	Exercício Profissional Planejamento Urbano e Regional Projeto de Habitação Popular Viagem de Estudo II
10º Período	Trabalho Final de Graduação
Disciplinas Não Periodizadas	A Conservação de Energia nas Edificações A Dimensão Ambiental da Cidade

	A Produção Urbanística no Brasil – século XX Acessibilidade ao Meio Urbano Acessibilidade no Meio Urbano A dimensão Ambiental da Cidade A Produção Urbanística no Brasil – séc. XX Administração e Organização I Agricultura Urbana Arquitetura Analítica I Arquitetura Analítica II Arquitetura da Saúde Arquitetura das Árvores: Arquitetura do Lugar Poético na Composição Urbana da Paisagem Arquitetura de Interiores Arquitetura e Cidade no Brasil Arquitetura e Clima Arquitetura e Mercado Arquitetura Hospitalar e da Saúde Arquitetura Hoteleira Arquitetura Indígena Bioclimática Arquitetura no Brasil Arquitetura, Urbanismo e Sociedade Arte Pública e Espaço Urbano Atelier Integrado Atividade Supervisionada de Projetos I Atividade Supervisionada de Projetos II Atividade Supervisionada de Projetos III Atividade – Atelier Integrado Atividades Complementares Avaliação Pós-Ocupação do Ambiente Construído Circulação, Mobilidade e Transporte Urbano Complementos de Tecnologia do Concreto Concepção de Projetos em Estrutura Metálica Cultura, Território e Projetos Urbanos Debates Arquitetônicos Contemporâneos Desenho Industrial e Arquitetura Desenho Tridimensional Diagramação em Projetos de Arquitetura Durabilidade das Estruturas de Concreto Economia, Espaço e Sociedade Edificações I Espaços Culturais de Niterói Espaços e Lugares – Discursos e Narrativas Estudos Comparativos: Cidades Norteamericanas e Brasileiras Estudo da Forma Estudos Urbanos e Regionais I Estudos Urbanos e Regionais II Estudos Urbanos e Regionais III Estudos Urbanos e Regionais IV Estudos Urbanos e Regionais V Estudos Urbanos e Regionais VI Estudos Urbanos e Regionais VII Estética Cultura e Habitação Estética e Significado nas Formas Urbanas Física Básica para Arquitetura I Física Básica para Arquitetura II Fotointerpretação Fundamentos e Técnicas das Artes Cênicas Fundamentos Econômicos do Estudo do Espaço Urbano Futuro do Habitat Geoprocessamento

	Geotecnologias Aplicadas ao Urbanismo Gerência de Empreendimentos I Gestão Estratégica de Empresas Grandes Projetos Hidráulica Informática – Conhecimentos Avançados Introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso Introdução à Estética da Arquitetura Irrigação e Drenagem para Paisagismo Legalização de Projetos Legalização Urbanística, Política e Conflitos Libras I Maquetes – Técnicas Avançadas O Futuro do Habitat Oficina de Simulação para Conforto Ambiental Organização e Métodos do Trabalho Intelectual Paisagem e Arte Paisagem e Lugar Paisagem e Lugar I Percepção e Análise da Forma Planejamento Territorial Planejamento Territorial I Planejamento, Fabricação e Montagem das Construções Metálicas e Mistas Planos e Projetos Urbanísticos no Brasil Pobreza Urbana Políticas Habitacionais Produção e Gestão do Uso do Solo Urbano, a Dinâmica Imobiliária e sua Regulação Projeto Avançado de Instalações Prediais na Arquitetura Projeto Cenográfico I Projeto Cenográfico II Projeto de Componentes Arquitetônicos Projeto de Instalações Prediais na Arquitetura **Projeto de Intervenções nos Centros Históricos (90 CH)** **Projeto de Intervenções nos Centros Históricos – Conhecimentos Avançados (105 CH)** **Projeto de Intervenção em Sítios Históricos (90 CH)** Projeto de Paisagismo Vegetação Aplicada Registros Urbanos, Literatura, Fotografia HQs e Cinema Segregação, Espaço, Território, Redes Seminário de Arquitetura I Seminário de Arquitetura II Seminário de Arquitetura III Seminário de Arquitetura IV Seminário Avançado I Seminário Avançado II Seminário Avançado III Seminário Avançado IV **Seminário II – Restauração e Habitação Social (60 CH)** Seminário IV – Expressão e Gráfica Digital Seminário V – Tecnologia, Conforto e Gestão Seminário VI – Projeto Sensoriamento Remoto II Seminário I – Projetos Seminário III – Teoria, Fundamentos e História Tecnologia e História dos Materiais Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo Tópicos Especiais do Planejamento Viário e do Controle do Tráfego Urbano

	Tópicos Especiais em Materiais de Construção Ética, Estética e Significado nas Formas Urbanas

Fonte**:** Elaborada pelos autores, com base nas informações extraídas em: https://app.uff.br/iduff/privado/academico/curriculo/visualizarCurriculos.uff?conversationPropagation=none

APÊNDICE I – Currículo EAU/UFF de 2014/1 à ATUAL

CURRÍCULO A SER CUMPRIDO PELOS ALUNOS DE 2014/1 A ATUAL	
1º Período	Arquitetura, Urbanismo e Sociedade Conceitos e Fundamentos da História da Arte Estudo da Forma e Espaço Estudos Sociais e Ambientais I Expressão Gráfica Fundamentos para Modelagem dos Sistemas Estruturais Sistemas Geométricos de Representação
2º Período	Conforto Ambiental I Estudo do Espaço e da Forma Arquitetônica Projeto de Arquitetura I Representação Gráfica I Sistemas Isostáticos Teoria e História da Arquitetura I Teoria e História do Urbanismo I
3º Período	Análise e Expressão no Urbanismo Gráfica Digital Projeto Arquitetônico II Representação Gráfica II Resistência dos Materiais Sistemas Construtivos em Arquitetura I Teoria e História da Arquitetura II
4º Período	Materiais e Técnicas Projeto de Arquitetura III Teoria da Paisagem e do Paisagismo Teoria e História da Arquitetura III Teoria e História do Urbanismo II Tipologias Estruturais Topografia I
5º Período	Conforto Ambiental II Instalações Prediais III Instalações Prediais IV Projeto Arquitetônico IV Projeto de Paisagismo Projeto Estrutural I Sistemas Construtivos em Arquitetura II
6º Período	Infraestrutura Urbana Métodos de Pesquisa **Princípios e Conservação de Bens Culturais (45 CH)** Projeto Arquitetônico V Projeto de Urbanismo I Projeto Estrutural II
7º Período	Mecânica dos Solos e Fundações **Projeto de Restauração (90 CH)** Projeto de Urbanismo II Teoria da Habitação Teoria e História do Urbanismo III Viagem de Estudos I
8º Período	Projeto Arquitetônico V Projeto de Urbanismo III Teoria da Habitação Viagem de Estudo I
9º Período	Estágio Supervisionado Exercício Profissional Introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso
10º Período	Trabalho Final de Graduação
Disciplinas Não Periodizadas	A Conservação de Energia nas Edificações A Dimensão Ambiental da Cidade

	A Produção Urbanística no Brasil – século XX Acessibilidade no Meio Urbano Administração e Organização I Arquitetura Analítica I Arquitetura Analítica II Arquitetura da Saúde Arquitetura das Árvores: Arquitetura do Lugar Poético na Composição Urbana da Paisagem Arquitetura de Interiores Arquitetura e Cidade no Brasil Arquitetura e Clima Arquitetura e Mercado Arquitetura Hospitalar e da Saúde Arquitetura Hoteleira Arquitetura Indígena Bioclimática Arquitetura no Brasil Arte Pública e Espaço Urbano Atelier Integrado Atividade Supervisionada de Projetos I Atividade Supervisionada de Projetos II Atividade Supervisionada de Projetos III Atividade – Atelier Integrado Atividades Complementares Avaliação Pós-Ocupação do Ambiente Construído Circulação, Mobilidade e Transporte Urbano Complementos de Tecnologia do Concreto Concepção de Projetos em Estrutura Metálica Cultura, Território e Projetos Urbanos Debates Arquitetônicos Contemporâneos Desenho Industrial e Arquitetura Desenho Tridimensional Diagramação em Projetos de Arquitetura Durabilidade das Estruturas de Concreto Economia, Espaço e Sociedade Edificações I Espaços Culturais de Niterói Espaços e Lugares – Discursos e Narrativas Estudos Comparativos: Cidades Norteamericanas e Brasileiras Estratégias Projetuais no Campo da Infraestrutura Verde Estudo da Forma Estudos Urbanos e Regionais I Estudos Urbanos e Regionais II Estudos Urbanos e Regionais III Estudos Urbanos e Regionais IV Estudos Urbanos e Regionais V Estudos Urbanos e Regionais VI Estudos Urbanos e Regionais VII Estética, Cultura e Habitação Estética e Significado nas Formas Urbanas Física Básica para Arquitetura I Física Básica para Arquitetura II Fotointerpretação Fundamentos e Técnicas das Artes Cênicas Fundamentos Econômicos do Estudo do Espaço Urbano Futuro do Habitat Geoprocessamento Geotecnologias Aplicadas ao Urbanismo Gestão Estratégica de Empresas Grandes Projetos Hidráulica

	Informática – Conhecimentos Avançados Introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso Introdução à Estética da Arquitetura Irrigação e Drenagem para Paisagismo Legalização de Projetos Legalização Urbanística, Política e Conflitos Libras I Maquetes – Técnicas Avançadas O Futuro do Habitat Oficina de Simulação para Conforto Ambiental Organização e Métodos do Trabalho Intelectual Paisagem e Arte Paisagem e Lugar Paisagem e Lugar I Percepção e Análise da Forma Planejamento Territorial Planejamento Territorial I Planejamento, Fabricação e Montagem das Construções Metálicas e Mistas Planos e Projetos Urbanísticos no Brasil Pobreza Urbana Políticas Habitacionais Produção e Gestão do Uso do Solo Urbano, a Dinâmica Imobiliária e sua Regulação Projeto Avançado de Instalações Prediais na Arquitetura Projeto Cenográfico I Projeto Cenográfico II Projeto de Componentes Arquitetônicos Projeto de Instalações Prediais na Arquitetura **Projeto de Intervenções nos Centros Históricos (90 CH)** **Projeto de Intervenções nos Centros Históricos – Conhecimentos Avançados (105 CH)** **Projeto de Intervenção em Sítios Históricos (90 CH)** Projeto de Paisagismo Vegetação Aplicada Registros Urbanos, Literatura, Fotografia HQs e Cinema Segregação, Espaço, Território, Redes Seminário de Arquitetura I Seminário de Arquitetura II Seminário de Arquitetura III Seminário Avançado I Seminário Avançado II Seminário Avançado III Seminário Avançado IV Seminário de Arquitetura IV Seminário I – Projetos **Seminário II – Restauração e Habitação Social (60 CH)** Seminário III – Teoria, Fundamentos e História Seminário IV – Expressão e Gráfica Digital Seminário V – Tecnologia, Conforto e Gestão Seminário VI – Projeto Sensoriamento Remoto II Tecnologia e História dos Materiais Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo Tópicos Especiais do Planejamento Viário e do Controle do Tráfego Urbano Tópicos Especiais em Materiais de Construção Ética, Estética e Significado nas Formas Urbanas

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nas informações extraídas em: https://app.uff.br/iduff/privado/academico/curriculo/visualizarCurriculos.uff?conversationPropagation=none

ANEXOS

ANEXO A – Disciplinas da Academia de Belas-Artes de 1816-1931

	Disciplinas e denominações	**Ano**	**Primeiro professor e período de ensino**
1	Paisagem, flores e animais	1816	Nicolau Antônio Taunay (1816-21)
2	Pintura histórica	1816	Jean Baptiste Debret (1816-31)
3	Escultura (1816) – Estatuária (1855)	1816	Auguste Maria Taunay (1816-24)
4	Gravura	1816	Charles Simon Pradier (1816-18)
5	Arquitetura	1816	Grandjean de Montigny (1816-50)
6	Desenho elementar (1820) – Desenho figurado (1855) – Desenho artístico (1846)	1820	Henrique José da Silva (1820-34)
7	Aula do nu (1820) – Desenho de modelo vivo (1831). Funcionamento regular só a partir de 1890	1820	João Zeferino da Costa (1890-93)
8	Osteologia, miologia e fisiologia das paixões. Anatomia	1832	Joaquim Cândido Soares de Meireles (1837-56)
9	Matemática aplicadas (1854-1890)	1854	José Joaquim de Oliveira (1854-1861)
10	História das Belas-Artes, estética e arqueologia (1854) – História das artes (1890) – História das artes e estética (1946)	1854	Pedro Américo de Figueiredo e Melo (1869-90)
11	Desenho de ornatos (1855-1890)	1854	João Maximiano Mafra (1856-90)
12	Escultura de ornatos, estatuária e modelagem	1855	Honorato Manoel Lima (1855-63)
13	Desenho geométrico (1855) – Desenho geométrico, plantas e desenho topográfico (1890) – Desenho geométrico, noções de topografia e desenho topográfico (1901) – Desenho geométrico (1911) – Desenho geométrico e aguadas (1915)	1855	Ernesto Gomes Moreira Maia (1855-88)
14	Pintura (1890) – 1ª Cadeira de Pintura (1946)	1890	Rodolfo Amoedo (1890-1906)
15	Pintura (1890) – 2ª Cadeira de Pintura (1946)	1890	Henrique Bernardeli (1890-1906)
16	História da arquitetura, legislação espacial (1890) – História e teoria da arquitetura e sua legislação e higiene das habitações (1901) – Noções de economia política e de direito administrativo e	1890	Diogo Chalréo (1911-32)

	jurisprudência das construções (1911) – Legislação da construção (1912) – Legislação das construções, contratos e administração (1932)		
17	Elementos da arquitetura decorativa e desenho elementar de ornatos (1890) – Desenho de ornatos e de elementos de arquitetura e composições elementares (1911) – Arquitetura analítica (1931)	1890	Heitor de Cordovile (1890-1904) e Adolfo Morales de los Rios (1905-20)
18	Cálculo e mecânica, materiais de construção e sua resistência	1890	João Eduardo Barbosa (1891-1901)
19	Estereotomia (1890-1911). Em 1911, foi incorporada a Materiais de construção	1890	Sante Bucciarelli (1890)
20	Geometria descritiva (1890) – Perspectiva, sombras e estereotomia (1901)	1890	Sante Bucciarelli (1890-94); Adolfo Morales de los Rios (1901) e Gastão Bahiana (1905-11)
21	Mitologia (1890-1911)	1890	Raul D'Ávila Pompéia (1890-95)
22	Arqueologia, etnografia (1890-1901)	1890	Charles Gustave Paille (1892-1893)
23	Ciências naturais, física e química aplicadas às artes (1890) – História natural, física e química aplicadas às artes (1911-31)	1890	Cincinato Américo Lopes (1891-94)
24	História e teoria da arquitetura (1892) – Teoria e filosofia da arquitetura (1928)	1892	Carlo Parlagreco (1892-1993); e Adolfo Morales de los Rios Filho (1928-38)
25	Materiais de construção, tecnologia das profissões elementares (1901) – Materiais da construção, estudo experimental de sua resistência e tecnologia das profissões elementares (1911)	1901	José Pereira da Graça Couto (1901-1930)
26	1ª Cadeira de Desenho	1911	Modesto Brócos y Gómez (1911-34)
27	2ª Cadeira de Desenho	1911	Lucílio de Albuquerque (1911-39)
28	Matemática complementar	1915	Carlo Cianconi (1915-23)
29	Composição de arquitetura, grau mínimo (1931) – Pequenas Composições (19??)	1931	Paulo Ewerard Nunes Pires (1931-46)
30	Urbanismo	1931	Atílio Correa Lima (1931-37)
31	Física aplicada às construções, higiene das habitações (1931) – Higiene das habitações e saneamento das cidades (1934)	1931	Dulcídio Almeida Pereira (1932-34); e Lucas Mayerhofer (1934)
32	Artes aplicadas, tecnologia, composição decorativa (1931) – Arte decorativa (1933)	1931	Roberto Lacombe (1932-37)

33	Arquitetura analítica I e II (antiga Elementos da arquitetura decorativa, de 1890)	1931	Raul Pena Firme (1932); e Wladimir Alves de Souza (1933)

Fonte: ABEA, 2010, p. 49

ANEXO B - Modelo Certificado de conclusão do Curso de Arquitetura em 1915

Escola Nacional de Belas Artes. Certificado de Arquitetura.

O diretor da Escola Nacional de Belas Artes, de conformidade com o art. 193 do regulamento anexo ao decreto número 11.749, de 13 de outubro de 1915, certifica que F..... nascido a..... de..... de..... natural de..... e filho de..... completou o curso especial de arquitetura, tendo sido habilitado em todas as matérias necessárias ao engenheiro-arquiteto e de que se compõe o mesmo curso. E, para constar, mandou passar o presente certificado, que é por ele assinado, pelo professor mais antigo do curso especial de arquitetura, pelo secretário da Escola e pelo titulado.

Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, em..... de.....de.....
O Diretor..... O Secretário.....OProfessor..... ..... O Titulado.....

Fonte: Morales de Los Rios, 1963, p. 68

ANEXO C – Grade curricular do curso de arquitetura da (ENBA/RJ) 1931

Ano	Denominação
1º	I. Matemática Superior II. Geometria Descritiva III. Elementos De Construção IV. Arquitetura Analítica (1ª parte) V. Desenho (1ª parte) VI. Modelagem (1ª parte)
2º	I. Resistência Dos Materiais (1ª Parte) II. Sistemas E Detalhes De Construção (1ª Parte) III. Materiais de Construção IV. Arquitetura Analítica (2ª Parte) V. Desenho (2ª Parte) VI. Modelagem (2ª Parte)
3º	I. Resistência dos materiais (2ª parte) II. Sistemas e Detalhes da Construção (2ª Parte) III. História das Belas-Artes IV. Artes Aplicadas (1ª parte) V. Teoria da Arquitetura (1ª parte) VI. Composição de Arquitetura (grau mínimo)
4º	I. Física Aplicada às Construções II. Estilo III. Artes Aplicadas (2ª parte) IV. Teoria da Arquitetura (2ª parte) V. Composição de Arquitetura (grau médio)
5º	I. Urbanismo II. Topografia – Arquitetura Paisagista III. Legislação das Construções IV. Composição de Arquitetura (grau máximo)
Concurso Final (grau máximo)	

Fonte: ABEA, 2010, p. 57-58

ANEXO D – Plano de aula Dora Alcântara – UFRJ. Disciplina: Arquitetura no Brasil, 1979 (p. 1/2)

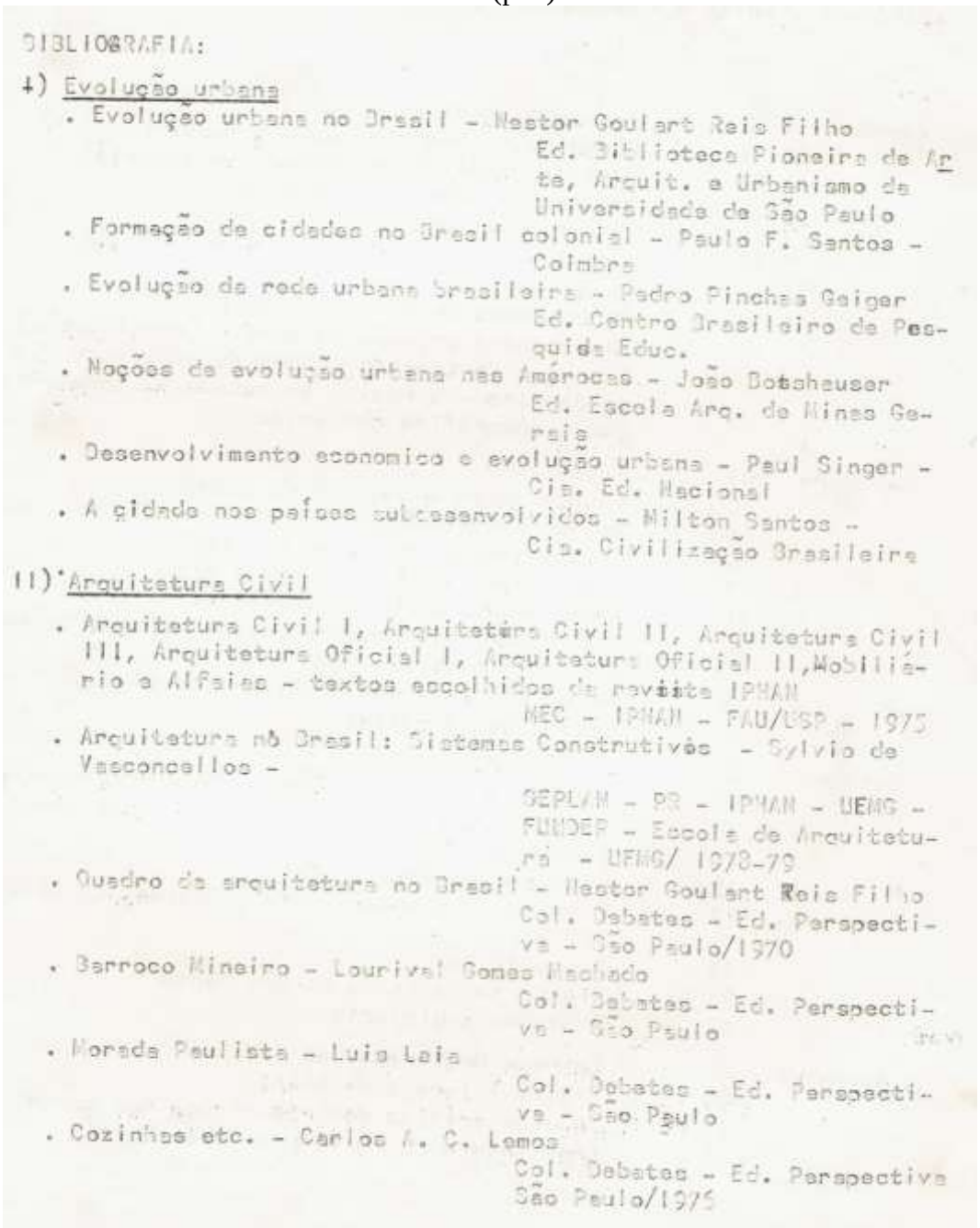
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E TEORIA

PROGRAMA - Aulas e trabalhos — 2º semestre - 1979

MÊS	DIA		ASSUNTO
Agosto	06		Panorama geral da matéria
	10		Programa de trabalho para o semestre
	13		Sentido geral de preservação - evolução do pensamento sobre esse assunto
	17		O "Corredor Cultural"
	20		O trabalho da Praça XV - introdução sobre o levantamento
	24		Os traçados urbanos no Brasil
	27		Os traçados urbanos no Brasil (continuação)
	31		Evolução do traçado urbano na cidade do Rio de Janeiro - a região em estudo na documentação iconográfica conhecida
Setembro	03		Teste (1º)
	10		Debate sobre o assunto do teste
	14		Origem da arquitetura civil brasileira - desenvolvimento até o século XVII
	17		Arquitetura civil no século XVII
	21		Arquitetura civil no século XVIII
	24	01-X	Novas técnicas construtivas - entrega do material levantado
	28	05-X	Novas técnicas construtivas (continuação) - devolução do material
Outubro	08		Teste (2º)
	12		Primeiras manifestações da arquitetura religiosa portuguesa no Brasil - o Colégio Santo Inácio no Rio de Janeiro
	15		Evolução no século XVII
	19		Panorama da arquitetura religiosa no século XVIII
	22		O uso da talha
	25		Visita ao Mosteiro de São Bento
	29		O uso da azulejaria
Novembro	05		Entrega dos trabalhos
	09		Visita à Igreja da Glória
	12		Análise crítica dos resultados dos trabalhos
	16		Arquitetura religiosa em Minas Gerais
	19		Arquitetura religiosa em Minas Gerais (cont.)
	23		" " " " "
	26		Teste (3º)
	30		Avaliação Final

Fonte: Acervo pessoal Dora Alcântara, deixado para a professora Isabel Rocha, sua ex-aluna

ANEXO E – Plano de aula Dora Alcântara – UFRJ. Disciplina: Arquitetura no Brasil, 1979 (p. 2)



BIBLIOGRAFIA:

I) Evolução urbana

. Evolução urbana no Brasil - Nestor Goulart Reis Filho
Ed. Biblioteca Pioneira de Arte, Arquit. e Urbanismo da Universidade de São Paulo

. Formação de cidades no Brasil colonial - Paulo F. Santos - Coimbra

. Evolução da rede urbana brasileira - Pedro Pinchas Geiger
Ed. Centro Brasileiro de Pesquisa Educ.

. Noções de evolução urbana nas Américas - João Dotsheuser
Ed. Escola Arq. de Minas Gerais

. Desenvolvimento economico e evolução urbana - Paul Singer - Cia. Ed. Nacional

. A cidade nos países subdesenvolvidos - Milton Santos - Cia. Civilização Brasileira

II) Arquitetura Civil

. Arquitetura Civil I, Arquitetura Civil II, Arquitetura Civil III, Arquitetura Oficial I, Arquitetura Oficial II, Mobiliário e Alfaias - textos escolhidos da revista IPHAN
MEC - IPHAN - FAU/USP - 1975

. Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos - Sylvio de Vasconcellos -
SEPLAN - PR - IPHAN - UFMG - FUNDEP - Escola de Arquitetura - UFMG/ 1978-79

. Quadro da arquitetura no Brasil - Nestor Goulart Reis Filho
Col. Debates - Ed. Perspectiva - São Paulo/1970

. Barroco Mineiro - Lourival Gomes Machado
Col. Debates - Ed. Perspectiva - São Paulo

. Morada Paulista - Luis Leia
Col. Debates - Ed. Perspectiva - São Paulo

. Cozinhas etc. - Carlos A. C. Lemos
Col. Debates - Ed. Perspectiva
São Paulo/1976

Fonte: Acervo pessoal Dora Alcântara, deixado para a professora Isabel Rocha, sua ex-aluna

ANEXO F – Plano de aula Dora Alcântara – FERP. Disciplina: Arquitetura Brasileira, 1979 (p. 1/2)

FACULDADE DE ARQUITETURA
BARRA DO PIRAÍ- F.E.R.P.
ARQUITETURA BRASILEIRA

1 9 7 9

Profª. Dora de Alcantara
Profª. Selso Dal Bello

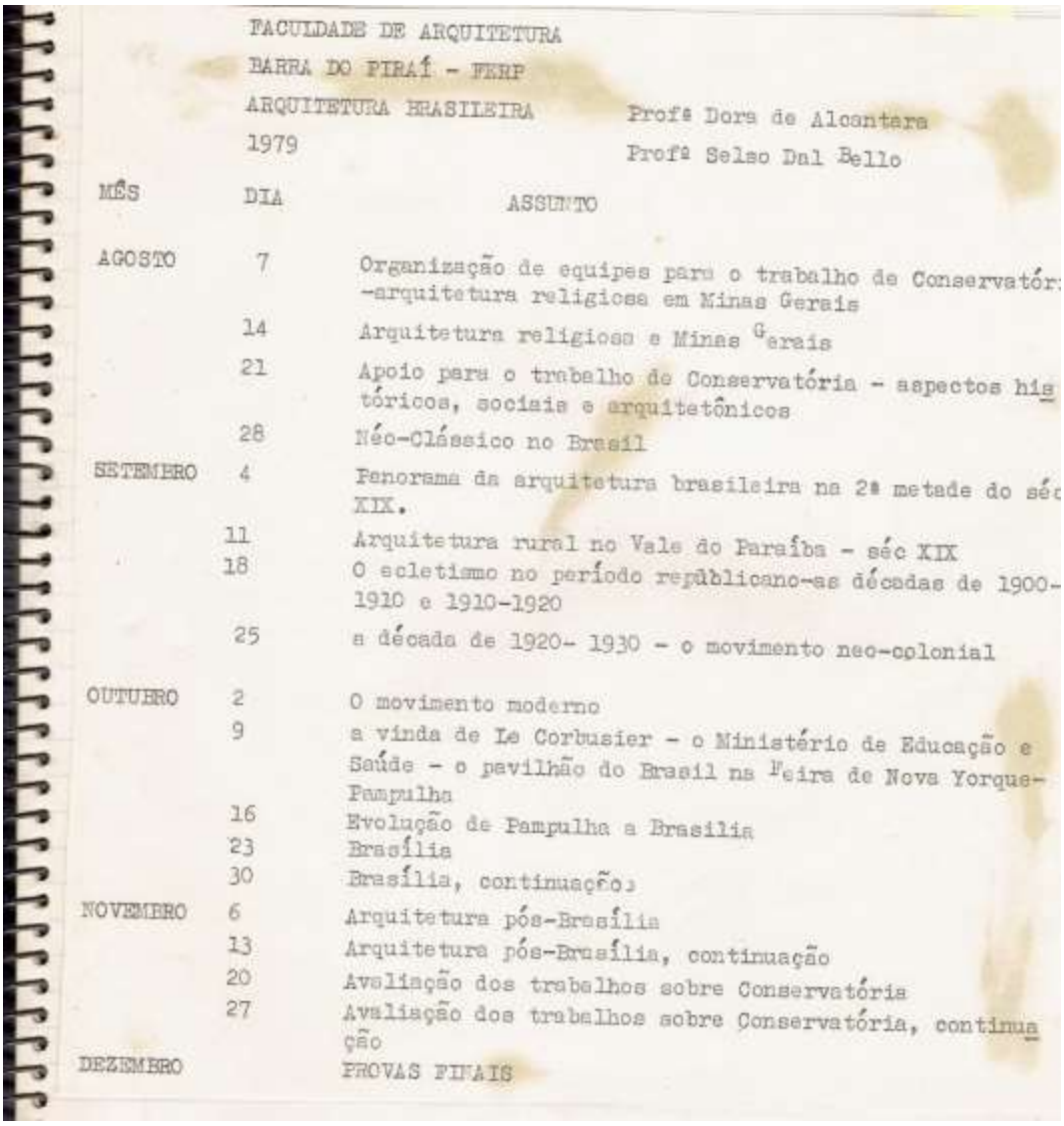
PROGRAMA: AULAS E TRABALHOS DO 1º SEMESTRE

MÊS	DIA	ASSUNTO
MARÇO	6	Introdução- Panorama geral da história da Arquitetura Brasileira.
	13	Séculos XVI e XVII (1ª metade): núcleos urbanos e respectiva arquitetura.
	20	DEBATE
	27	TESTE - 2ª parte da aula- arquitetura rural: engenho de açucar e respectivas técnicas construtivas.
ABRIL	4	Arquitetura religiosa séc. XVI e XVII (1ª metade)
	10	DEBATE
	17	TESTE- 2ª parte da aula- séc. XVII (2ª metade) e século XVIII: principais exemplos de arquitetura religiosa no Rio de Janeiro.
	24	Arquitetura da escola franciscana no nordeste do Brasil e respectivas técnicas construtivas.
MAIO	8	DEBATE
	15	TESTE- 2ª parte da aula: casa rural paulista e respectivas técnicas construtivas
	22	Arquitetura civil e núcleos urbanos em Minas Gerais.
	29	DEBATE
JUNHO	5	TESTE- 2ª parte da aula- arquitetura religiosa em Minas Gerais
	12	Arquitetura religiosa em Minas Gerais
	19	DEBATE
	26	TESTE

Obs:- Os testes fazem, juntos, 3 notas, sendo que a média dos testes de 27/3 e 17/4 é a 1ª nota; a 2ª nota é a média dos testes dos dias 15/5 e 5/6 e a 3ª nota é o teste do dia 26/6.

Fonte: Acervo pessoal Dora Alcântara, deixado para a professora Isabel Rocha, sua ex-aluna

ANEXO G – Plano de aula Dora Alcântara – FERP. Disciplina: Arquitetura Brasileira, 1979 (p. 1/2)

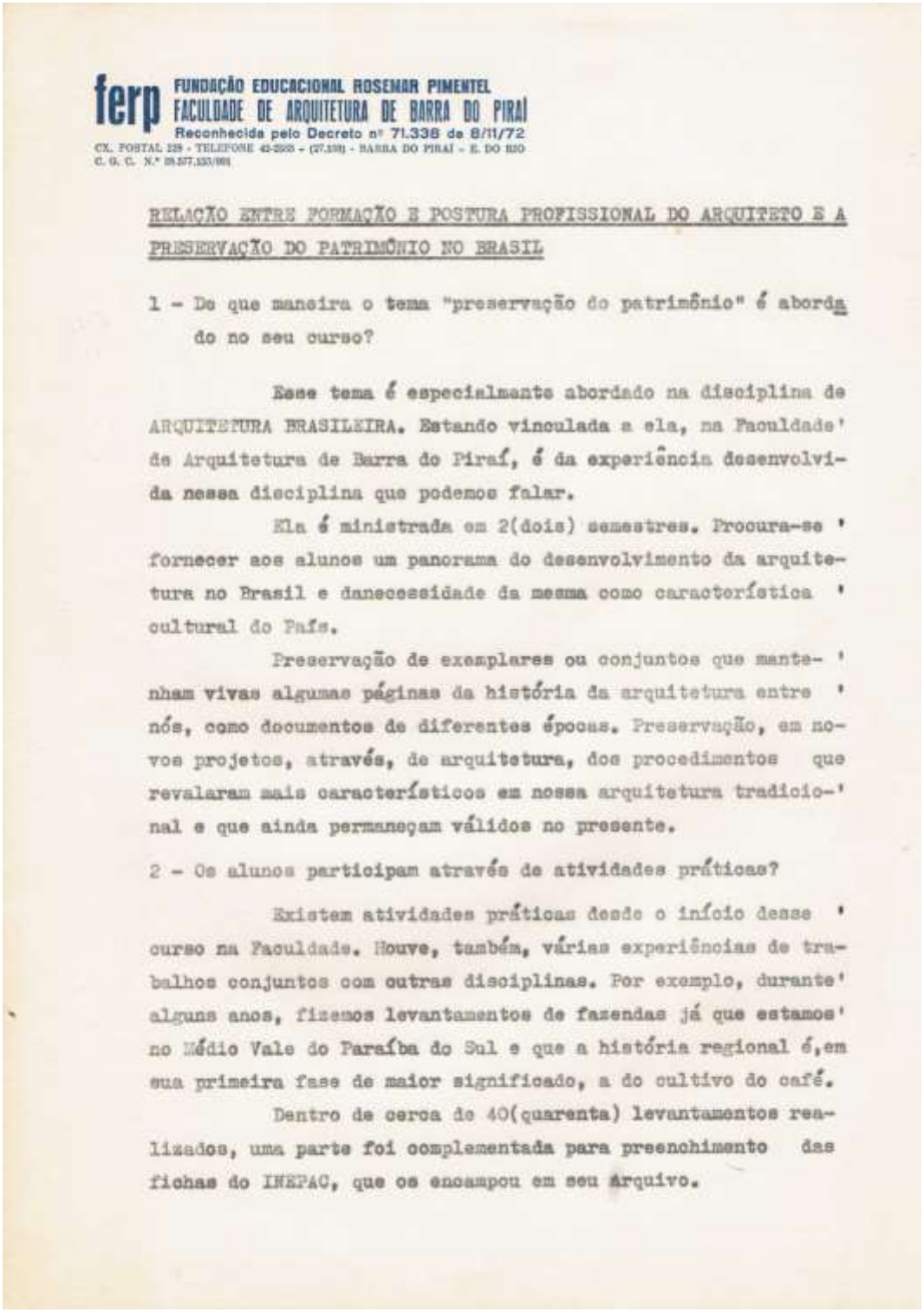


FACULDADE DE ARQUITETURA
BARRA DO PIRAÍ - FERP
ARQUITETURA BRASILEIRA — Profª Dora de Alcantara
1979 — Profº Selso Dal Bello

MÊS	DIA	ASSUNTO
AGOSTO	7	Organização de equipes para o trabalho de Conservatór -arquitetura religiosa em Minas Gerais
	14	Arquitetura religiosa e Minas Gerais
	21	Apoio para o trabalho de Conservatória - aspectos his tóricos, sociais e arquitetônicos
	28	Néo-Clássico no Brasil
SETEMBRO	4	Panorama da arquitetura brasileira na 2ª metade do séc XIX.
	11	Arquitetura rural no Vale do Paraíba - séc XIX
	18	O ecletismo no período republicano-as décadas de 1900-1910 e 1910-1920
	25	a década de 1920- 1930 - o movimento neo-colonial
OUTUBRO	2	O movimento moderno
	9	a vinda de Le Corbusier - o Ministério de Educação e Saúde - o pavilhão do Brasil na Feira de Nova Yorque-Pampulha
	16	Evolução de Pampulha a Brasilia
	23	Brasília
	30	Brasília, continuação
NOVEMBRO	6	Arquitetura pós-Brasília
	13	Arquitetura pós-Brasília, continuação
	20	Avaliação dos trabalhos sobre Conservatória
	27	Avaliação dos trabalhos sobre Conservatória, continuação
DEZEMBRO		PROVAS FINAIS

Fonte: Acervo pessoal Dora Alcântara, deixado para a professora Isabel Rocha, sua ex-aluna

ANEXO H – Resposta de Dora Alcântara para a Fundação Pró-Memória, (p. 1/4)



ferp FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ROSEMAR PIMENTEL
FACULDADE DE ARQUITETURA DE BARRA DO PIRAÍ
Reconhecida pelo Decreto nº 71.338 de 8/11/72
CX. POSTAL 228 - TELEFONE 42-2523 - (27.330) - BARRA DO PIRAÍ - E. DO RIO
C. G. C. N.º 29.577.153/001

RELAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO E POSTURA PROFISSIONAL DO ARQUITETO E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

1 - De que maneira o tema "preservação do patrimônio" é abordado no seu curso?

Esse tema é especialmente abordado na disciplina de ARQUITETURA BRASILEIRA. Estando vinculada a ela, na Faculdade de Arquitetura de Barra do Piraí, é da experiência desenvolvida nessa disciplina que podemos falar.

Ela é ministrada em 2(dois) semestres. Procura-se fornecer aos alunos um panorama do desenvolvimento da arquitetura no Brasil e daneccessidade da mesma como característica cultural do País.

Preservação de exemplares ou conjuntos que mantenham vivas algumas páginas da história da arquitetura entre nós, como documentos de diferentes épocas. Preservação, em novos projetos, através, de arquitetura, dos procedimentos que revalaram mais característicos em nossa arquitetura tradicional e que ainda permaneçam válidos no presente.

2 - Os alunos participam através de atividades práticas?

Existem atividades práticas desde o início desse curso na Faculdade. Houve, também, várias experiências de trabalhos conjuntos com outras disciplinas. Por exemplo, durante alguns anos, fizemos levantamentos de fazendas já que estamos no Médio Vale do Paraíba do Sul e que a história regional é,em sua primeira fase de maior significado, a do cultivo do café.

Dentro de cerca de 40(quarenta) levantamentos realizados, uma parte foi complementada para preenchimento das fichas do INEPAC, que os encampou em seu arquivo.

Fonte: Acervo pessoal Dora Alcântara deixado para a professora Isabel Rocha, sua ex-aluna

ANEXO I – Resposta de Dora Alcântara para a Fundação Pró-Memória (p. 2/4)

ferp FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ROSEMAR PIMENTEL
FACULDADE DE ARQUITETURA DE BARRA DO PIRAÍ
Reconhecida pelo Decreto nº 71.338 de 8/11/72
CX. POSTAL 225 - TELEFONE 42-2233 - (27.120) - BARRA DO PIRAÍ - E. DO RIO
C. G. C. N.º 29.377.120/001

Esses levantamentos, durante 2(dois) anos, foram aproveitados pela disciplina de Planejamento de Arquitetura II, para estudar e projetar a possível adaptação das antigas sedes de fazendas cafeeiras para novos programas como os de hoteis,' etc.

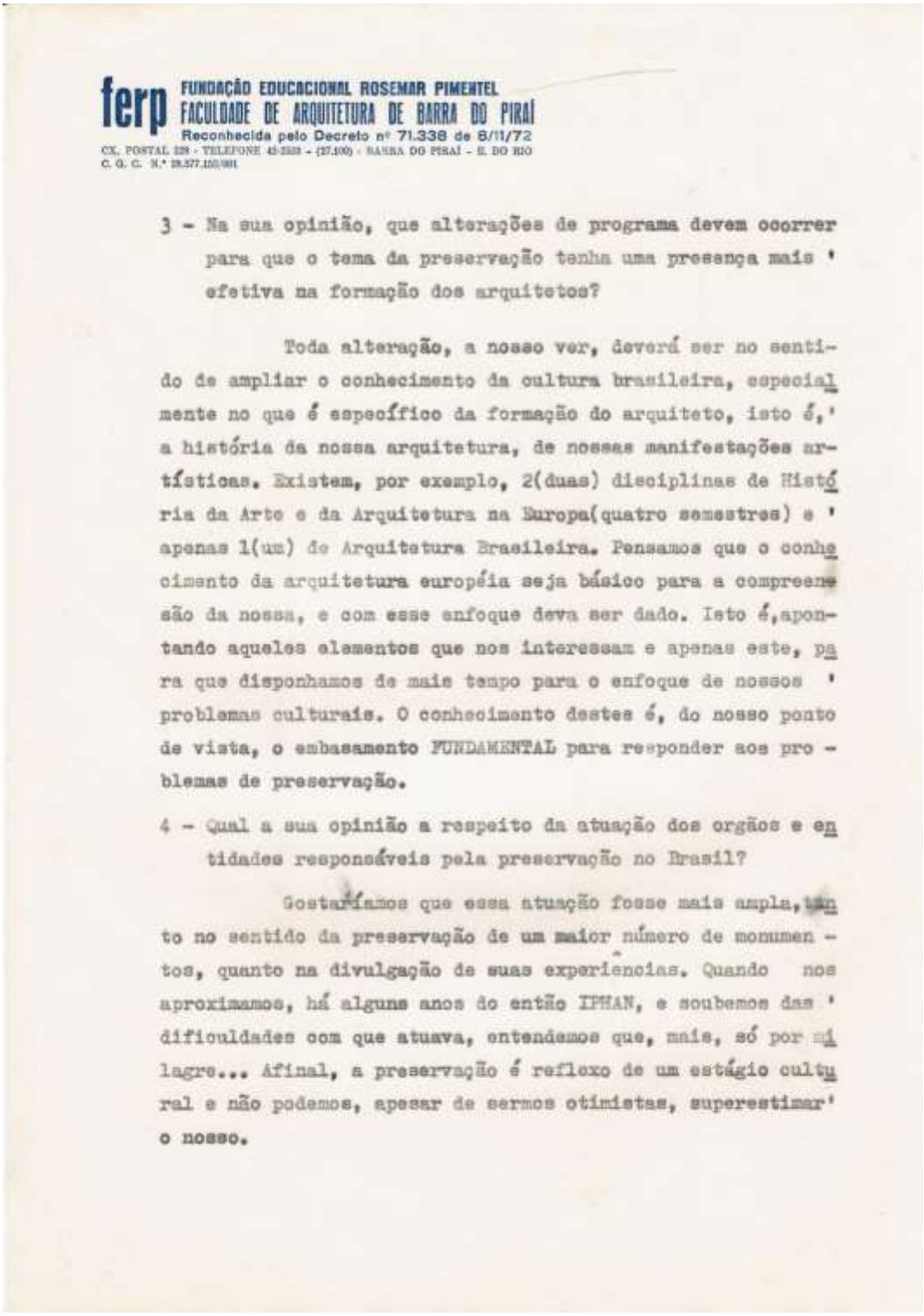
Outros trabalhos foram ligados à disciplina de Planejamento Urbano, ou de Teoria da Arquitetura, a busca de identificação nas Cidades de Mendes e Barra do Piraí, respectivamente, dos valores culturais, do ponto de vista arquitetônico' (que não compreendemos desvinculado de um sentido mais amplo), dessas cidades. Ambos com a elaboração de propostas de novas ' utilizações para as casas ou conjuntos desativados ou decadentes.

Outra experiência, mais uma vez desenvolvida com a disciplina de Teoria da Arquitetura, foi o levantamento da Cidade de Conservatória, no Município de Valança,RJ, cujo material foi analisado dos pontos de vistaespecíficos das referidas disciplinas. Concluído o trabalho, foi feita uma exposição na' cidade de Conservatória, com a participação de trabalho de artesões locais, inclusive do grupo de Seresta, certamente o elemento mais típico da comunidade local. Filmes sobre sobre cidades históricas e folhetos explicativos do sentido da exposição, o de enfatizar o valor da cidade. Este trabalho, cedido à equipe da D.E.P.T. da SPHAN/PNPM, no Rio de Janeiro, tem dadomargem a uma complementação do mesmo, assim como da análise tipológica das plantas e fachadas do casario local.

Mais um trabalho semelhante foi feito na cidade de Dorândia Município de Barra do Piraí.

Fonte: Acervo pessoal Dora Alcântara, deixado para a professora Isabel Rocha, sua ex-aluna

ANEXO J – Resposta de Dora Alcântara para a Fundação Pró-Memória (p. 3/4)



ferp FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ROSEMAR PIMENTEL
FACULDADE DE ARQUITETURA DE BARRA DO PIRAÍ
Reconhecida pelo Decreto nº 71.338 de 6/11/72
CX. POSTAL 128 - TELEFONE 42-2533 - (27.100) - BARRA DO PIRAÍ - E. DO RIO
C. G. C. N.º 28.577.155/001

3 - Na sua opinião, que alterações de programa devem ocorrer para que o tema da preservação tenha uma presença mais efetiva na formação dos arquitetos?

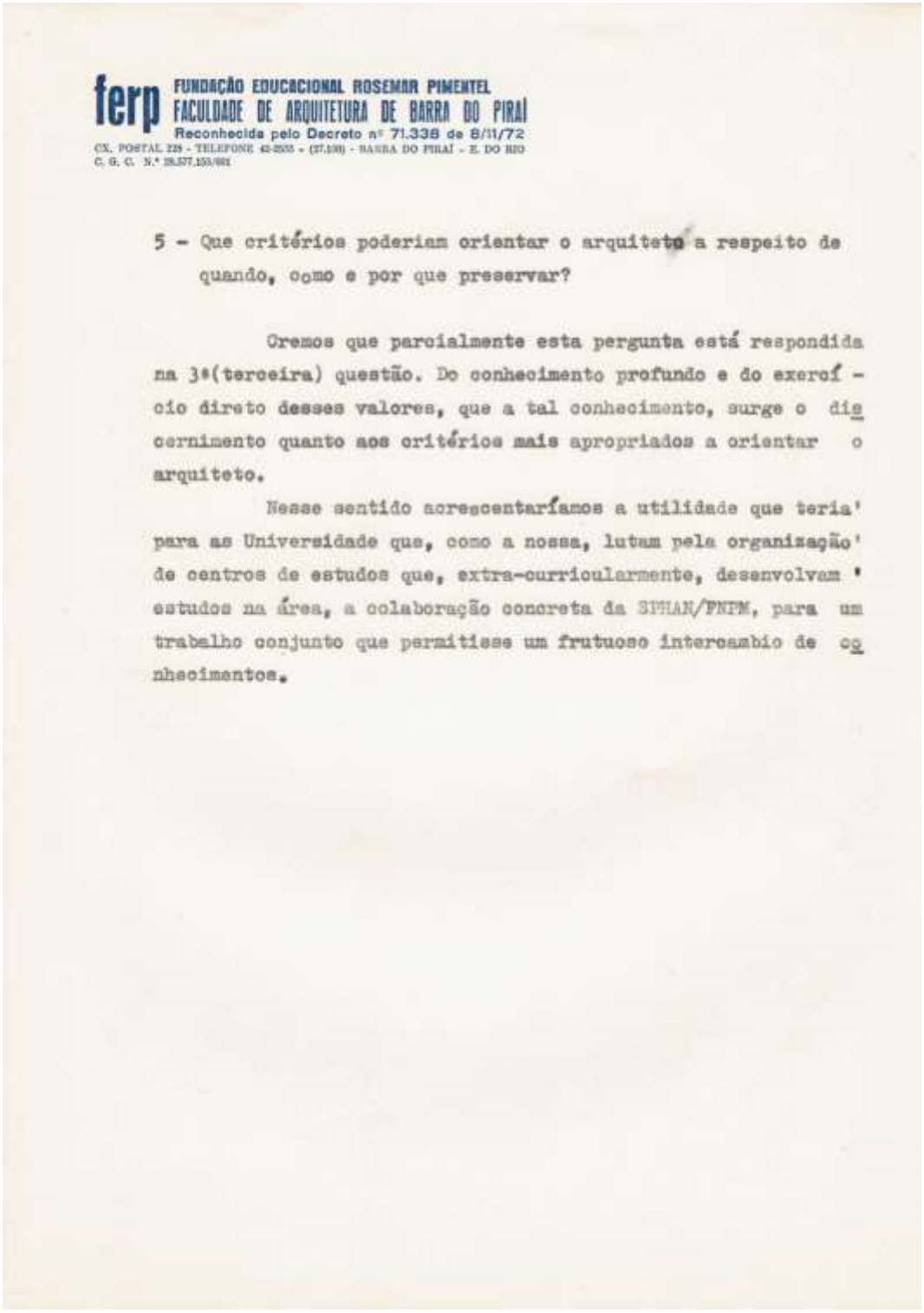
Toda alteração, a nosso ver, deverá ser no sentido de ampliar o conhecimento da cultura brasileira, especialmente no que é específico da formação do arquiteto, isto é, a história da nossa arquitetura, de nossas manifestações artísticas. Existem, por exemplo, 2(duas) disciplinas de História da Arte e da Arquitetura na Europa(quatro semestres) e apenas 1(um) de Arquitetura Brasileira. Pensamos que o conhecimento da arquitetura européia seja básico para a compreensão da nossa, e com esse enfoque deva ser dado. Isto é, apontando aqueles elementos que nos interessam e apenas este, para que disponhamos de mais tempo para o enfoque de nossos problemas culturais. O conhecimento destes é, do nosso ponto de vista, o embasamento FUNDAMENTAL para responder aos problemas de preservação.

4 - Qual a sua opinião a respeito da atuação dos orgãos e entidades responsáveis pela preservação no Brasil?

Gostaríamos que essa atuação fosse mais ampla, tanto no sentido da preservação de um maior número de monumentos, quanto na divulgação de suas experiências. Quando nos aproximamos, há alguns anos do então IPHAN, e soubemos das dificuldades com que atuava, entendemos que, mais, só por milagre... Afinal, a preservação é reflexo de um estágio cultural e não podemos, apesar de sermos otimistas, superestimar o nosso.

Fonte: Acervo pessoal Dora Alcântara, deixado para a professora Isabel Rocha, sua ex-aluna

ANEXO K – Resposta de Dora Alcântara para a Fundação Pró-Memória (p. 4)



ferp FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ROSEMAR PIMENTEL
FACULDADE DE ARQUITETURA DE BARRA DO PIRAÍ
Reconhecida pelo Decreto nº 71.338 de 8/11/72
CX. POSTAL 228 - TELEFONE 42-2533 - (27.100) - BARRA DO PIRAÍ - E. DO RIO
C. G. C. N.º 28.577.153/001

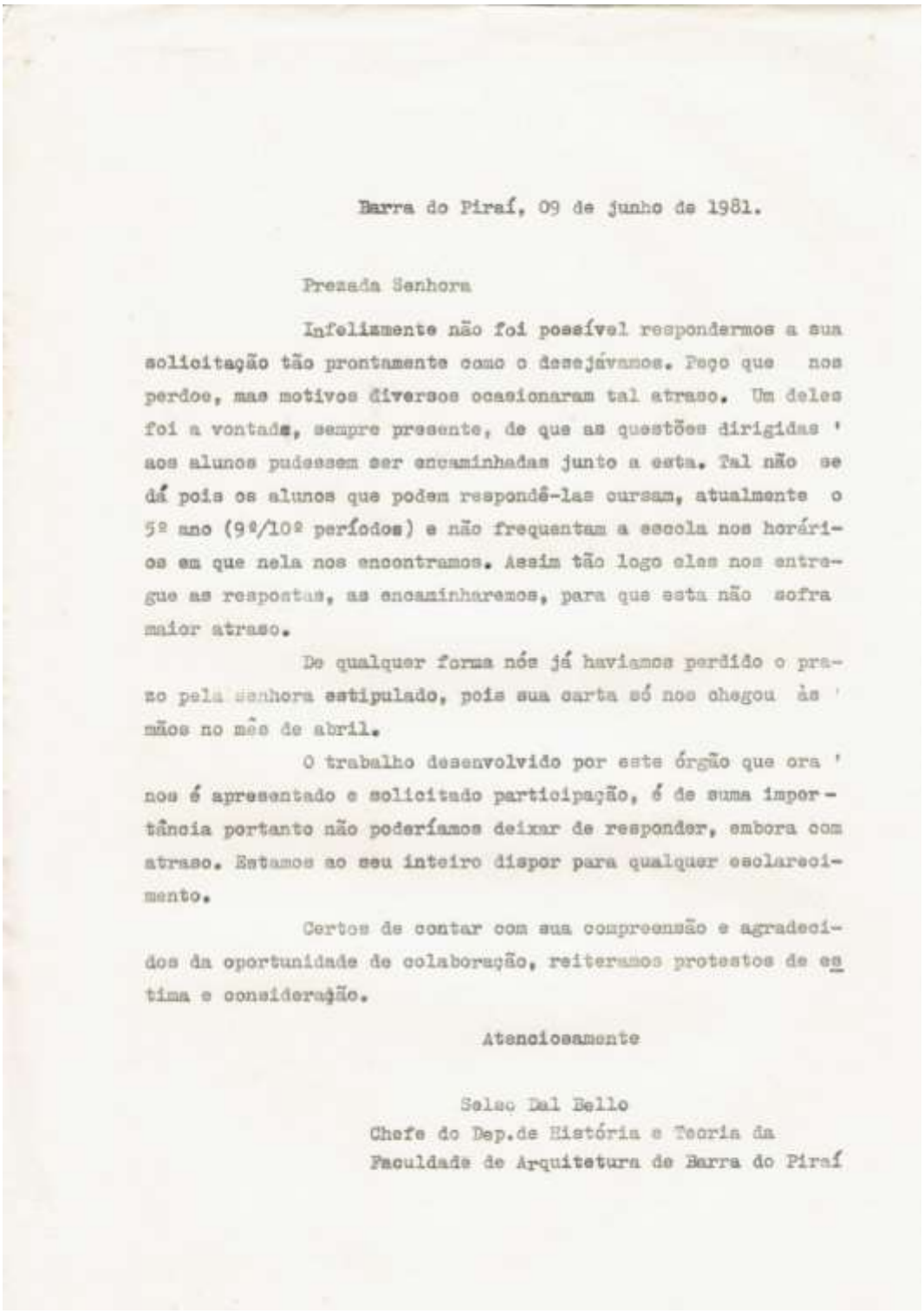
5 - Que critérios poderiam orientar o arquiteto a respeito de quando, como e por que preservar?

Cremos que parcialmente esta pergunta está respondida na 3ª(terceira) questão. Do conhecimento profundo e do exercí - cio direto desses valores, que a tal conhecimento, surge o dis cernimento quanto aos critérios mais apropriados a orientar o arquiteto.

Nesse sentido acrescentaríamos a utilidade que teria' para as Universidade que, como a nossa, lutam pela organização' de centros de estudos que, extra-curricularmente, desenvolvam ' estudos na área, a colaboração concreta da SPHAN/FNPM, para um trabalho conjunto que permitisse um frutuoso intercambio de co nhecimentos.

Fonte: Acervo pessoal Dora Alcântara, deixado para a professora Isabel Rocha, sua ex-aluna

ANEXO L – Resposta de Selso Dal Bello para a Fundação Pró-Memória



Barra do Piraí, 09 de junho de 1981.

Prezada Senhora

Infelizmente não foi possível respondermos a sua solicitação tão prontamente como o desejávamos. Peço que nos perdoe, mas motivos diversos ocasionaram tal atraso. Um deles foi a vontade, sempre presente, de que as questões dirigidas aos alunos pudessem ser encaminhadas junto a esta. Tal não se dá pois os alunos que podem respondê-las cursam, atualmente o 5º ano (9º/10º períodos) e não frequentam a escola nos horários em que nela nos encontramos. Assim tão logo eles nos entregue as respostas, as encaminharemos, para que esta não sofra maior atraso.

De qualquer forma nós já havíamos perdido o prazo pela senhora estipulado, pois sua carta só nos chegou às mãos no mês de abril.

O trabalho desenvolvido por este órgão que ora nos é apresentado e solicitado participação, é de suma importância portanto não poderíamos deixar de responder, embora com atraso. Estamos ao seu inteiro dispor para qualquer esclarecimento.

Certos de contar com sua compreensão e agradecidos da oportunidade de colaboração, reiteramos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

Selso Dal Bello
Chefe do Dep.de História e Teoria da
Faculdade de Arquitetura de Barra do Piraí

Fonte: Acervo pessoal Dora Alcântara, deixado para a professora Isabel Rocha, sua ex-aluna

ANEXO M – Formulário de Pesquisa da Rede PHI enviado aos alunos de graduação dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil

Ensino sobre Patrimônio Cultural - GRADUAÇÃO

Este formulário foi criado com o intuito de mapear o ensino sobre bens culturais nas faculdades de Arquitetura e Urbanismo das universidades federais e estaduais. Ao preencher este formulário, é importante estar ciente que suas respostas poderão ser usadas como base para nossa pesquisa. Desde já, agradecemos sua participação

* Required

Nome: *

Your answer

E-mail *

Your answer

Instituição de ensino *

Your answer

Situação *

- ◯ Aluno
- ◯ Ex-aluno

Ano de ingresso *

Your answer

Quais disciplinas obrigatórias sobre Patrimônio Cultural você cursou/cursará ao longo da sua graduação? *

- [ ] Técnicas Retrospectivas
- [ ] Patrimônio Cultural
- [ ] Restauro e Conservação
- [ ] Projeto de intervenção em edifícios históricos
- [ ] Other: _____

As disciplinas marcadas anteriormente são de cunho:

- ◯ Teórico
- ◯ Prático
- ◯ Teórico/Prático

A sua faculdade oferece disciplinas de projeto sobre intervenção em bens culturais materiais? Se sim, quais as abordagens?

Your answer

Você cursou alguma disciplina optativa relacionada ao campo de Patrimônio Cultural?

- ◯ Não.
- ◯ Sim.

Se você marcou a opção "SIM" na pergunta anterior, qual(is) disciplina(s) você cursou? E por que a(s) escolheu?

Your answer

Como você classificaria sua afinidade com as disciplinas sobre patrimônio cultural?

	1	2	3	4	5	
Pouca afinidade	◯	◯	◯	◯	◯	Muita afinidade

Você considera a carga horária das disciplinas sobre Patrimônio Cultural na sua faculdade:

- ◯ Suficiente.
- ◯ Insuficiente.

Em uma escala de 1 (baixa) e 5(alta), como você classifica o ensino de patrimônio cultural na sua faculdade? Justifique

	1	2	3	4	5	
Baixa	◯	◯	◯	◯	◯	Alta

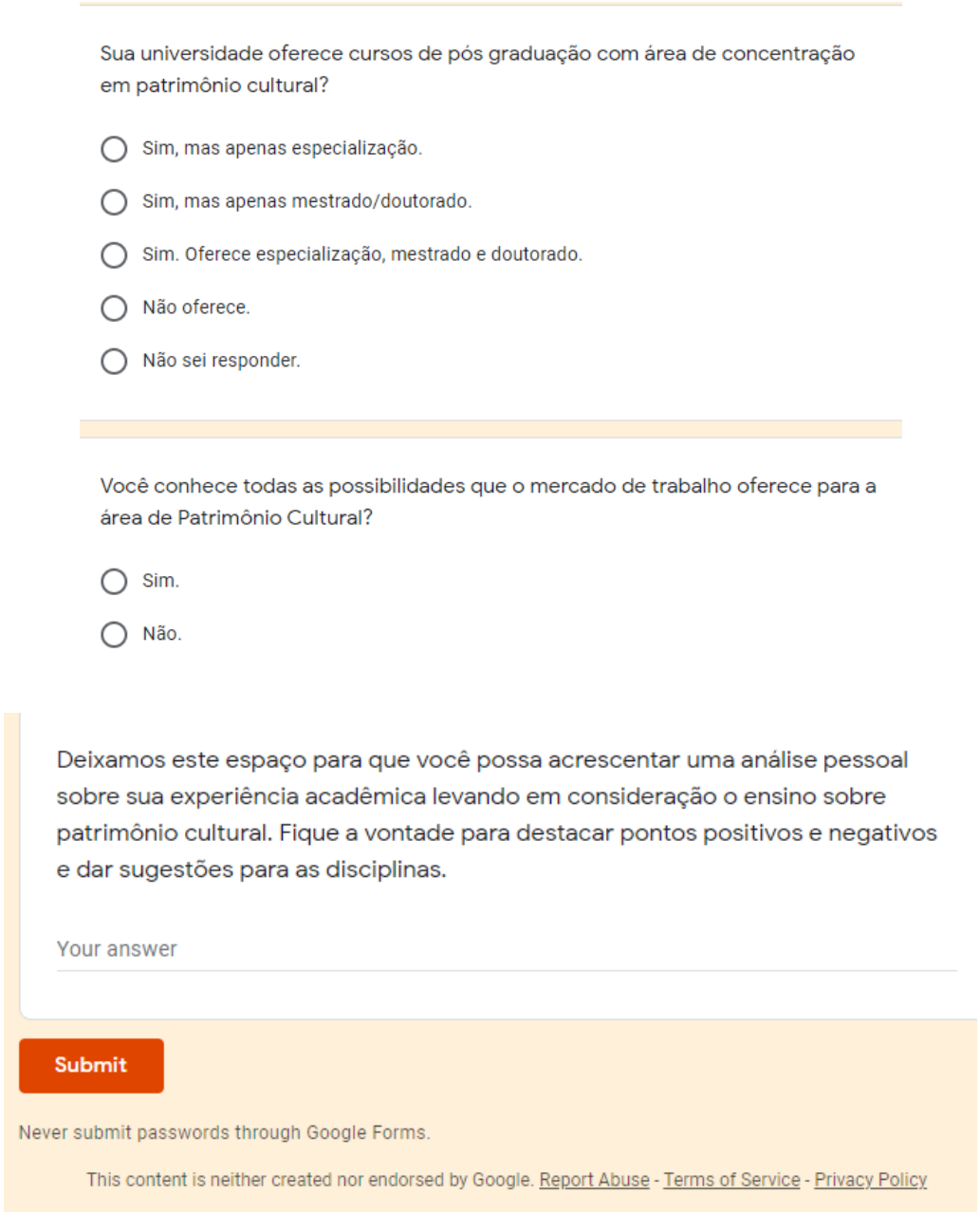
Justifique a escolha da pergunta anterior

Your answer

Como você avalia o ensino de patrimônio na sua instituição considerando as variáveis abaixo?

Como você avalia o ensino de patrimônio na sua instituição considerando as variáveis abaixo?

	Professores qualificados	Variedade de disciplinas	Grupos de pesquisa/Iniciação Científica	Aulas práticas	Carga horária	Fácil acesso a bibliografia de referência
Alta	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Regular	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Baixa	☐	☐	☐	☐	☐	☐



Sua universidade oferece cursos de pós graduação com área de concentração em patrimônio cultural?

- ◯ Sim, mas apenas especialização.
- ◯ Sim, mas apenas mestrado/doutorado.
- ◯ Sim. Oferece especialização, mestrado e doutorado.
- ◯ Não oferece.
- ◯ Não sei responder.

Você conhece todas as possibilidades que o mercado de trabalho oferece para a área de Patrimônio Cultural?

- ◯ Sim.
- ◯ Não.

Deixamos este espaço para que você possa acrescentar uma análise pessoal sobre sua experiência acadêmica levando em consideração o ensino sobre patrimônio cultural. Fique a vontade para destacar pontos positivos e negativos e dar sugestões para as disciplinas.

Your answer

Submit

Never submit passwords through Google Forms.

This content is neither created nor endorsed by Google. Report Abuse - Terms of Service - Privacy Policy

Fonte: Rede PHI Brasil

ANEXO N – Formulário de Pesquisa da Rede PHI enviado aos alunos de graduação dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil

Ensino sobre Patrimônio Cultural - GRADUAÇÃO

Este formulário foi criado com o intuito de mapear o ensino sobre bens culturais nas faculdades de Arquitetura e Urbanismo das universidades federais e estaduais. Ao preencher este formulário, é importante estar ciente que suas respostas poderão ser usadas como base para nossa pesquisa. Desde já, agradecemos sua participação

* Required

Nome: *

Your answer

E-mail *

Your answer

Instituição de ensino *

Your answer

Situação *

- ◯ Aluno
- ◯ Ex-aluno

Ano de ingresso *

Your answer

Quais disciplinas obrigatórias sobre Patrimônio Cultural você cursou/cursará ao longo da sua graduação? *

- [ ] Técnicas Retrospectivas
- [ ] Patrimônio Cultural
- [ ] Restauro e Conservação
- [ ] Projeto de intervenção em edifícios históricos
- [ ] Other: _____

As disciplinas marcadas anteriormente são de cunho:

- ◯ Teórico
- ◯ Prático
- ◯ Teórico/Prático

A sua faculdade oferece disciplinas de projeto sobre intervenção em bens culturais materiais? Se sim, quais as abordagens?

Your answer

Você cursou alguma disciplina optativa relacionada ao campo de Patrimônio Cultural?

- ◯ Não.
- ◯ Sim.

Se você marcou a opção "SIM" na pergunta anterior, qual(is) disciplina(s) você cursou? E por que a(s) escolheu?

Your answer

Como você classificaria sua afinidade com as disciplinas sobre patrimônio cultural?

	1	2	3	4	5	
Pouca afinidade	◯	◯	◯	◯	◯	Muita afinidade

Você considera a carga horária das disciplinas sobre Patrimônio Cultural na sua faculdade:

- ◯ Suficiente.
- ◯ Insuficiente.

Em uma escala de 1 (baixa) e 5(alta), como você classifica o ensino de patrimônio cultural na sua faculdade? Justifique

	1	2	3	4	5	
Baixa	◯	◯	◯	◯	◯	Alta

Justifique a escolha da pergunta anterior

Your answer

Como você avalia o ensino de patrimônio na sua instituição considerando as variáveis abaixo?

Como você avalia o ensino de patrimônio na sua instituição considerando as variáveis abaixo?

	Professores qualificados	Variedade de disciplinas	Grupos de pesquisa/Iniciação Científica	Aulas práticas	Carga horária	Fácil acesso a bibliografia de referência
Alta	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Regular	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Baixa	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Sua universidade oferece cursos de pós graduação com área de concentração em patrimônio cultural?

- ◯ Sim, mas apenas especialização.
- ◯ Sim, mas apenas mestrado/doutorado.
- ◯ Sim. Oferece especialização, mestrado e doutorado.
- ◯ Não oferece.
- ◯ Não sei responder.

Você conhece todas as possibilidades que o mercado de trabalho oferece para a área de Patrimônio Cultural?

- ◯ Sim.
- ◯ Não.

Deixamos este espaço para que você possa acrescentar uma análise pessoal sobre sua experiência acadêmica levando em consideração o ensino sobre patrimônio cultural. Fique a vontade para destacar pontos positivos e negativos e dar sugestões para as disciplinas.

Your answer

Submit

Never submit passwords through Google Forms.

This content is neither created nor endorsed by Google. Report Abuse - Terms of Service - Privacy Policy

Fonte: Rede PHI Brasil

ANEXO O – Formulário de Pesquisa da Rede PHI enviado aos professores dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil

Ensino sobre Patrimônio Cultural - PROFESSORES

Este formulário foi criado com o intuito de mapear o ensino sobre bens culturais nas faculdades de Arquitetura e Urbanismo das universidades federais e estaduais. Ao preencher este formulário, é importante estar ciente que suas respostas poderão ser usadas como base para nossa pesquisa. Desde já, agradecemos sua participação

* Required

Nome *

Your answer

E-mail *

Your answer

Instituição de ensino *

Your answer

Você leciona na: *

- [ ] Gradução
- [ ] Pós-graduação

Quais disciplinas você leciona? *

Your answer

Há quanto tempo você leciona?

- ◯ Menos de 5 anos
- ◯ De 5 a 10 anos
- ◯ De 10 anos a 15 anos
- ◯ Há mais de 15 anos

Quais disciplinas obrigatórias ofertadas na graduação da sua instituição de ensino são relacionadas a patrimônio?

Your answer

Considerando as variáveis abaixo, como você classifica a qualidade do ensino sobre patrimônio cultural na sua instituição de ensino?

	Qualificação dos professores	Facilidade de acesso a bibliografia de referência	Aulas Práticas	Aulas teóricas	Carga Horária	Grupos de pesquisa/Iniciaçã científica
Alta/Suficiente	○	○	○	○	○	○
Regular	○	○	○	○	○	○
Baixa/Insuficiente	○	○	○	○	○	○

Como você classifica o interesse dos alunos com temas relacionados ao patrimônio cultural?

	1	2	3	4	5	
Baixo	○	○	○	○	○	Alto

Você considera que as últimas mudanças no currículo acadêmico foram realmente eficientes para o ensino de patrimônio cultural nas universidades? Justifique

Your answer

A sua instituição oferece pós-graduação com área de concentração em patrimônio cultural?

- ○ Sim, apenas especialização
- ○ Sim, apenas mestrado/doutorado
- ○ Sim, especialização, mestrado e doutorado
- ○ Não

Se a resposta anterior foi "SIM", quais os focos dos cursos de pós-graduação?

- [ ] Gestão do Patrimônio Cultural
- [ ] Conservação e Restauração do bem cultural material
- [ ] Ambiente construído e patrimônio sustentáv
- [ ] Other:

Como você classifica a qualificação dos profissionais recém formados que atuam no campo de patrimônio?

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Baixo	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	Alto

Como você classifica a qualificação dos profissionais que atuam no campo de patrimônio após a conclusão de uma pós-graduação?

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Baixa	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	Alta

Se possível, faça uma auto avaliação das disciplinas ofertadas por você. Compartilhe o que tem dado certo e o que pode ser melhorado, no seu ponto de vista

Your answer

Use este espaço para fazer alguma observação que julgue necessária.

Your answer

Submit

Never submit passwords through Google Forms.

This content is neither created nor endorsed by Google. Report Abuse - Terms of Service - Privacy Policy

Google Forms

Fonte: Rede PHI Brasil